

ECOSSEMIÓTICA NA **AMAZÔNIA**

CLIMA, CULTURA E
DIVERSIDADE

MAURÍCIO ZOEIN
CLOTILDE PEREZ
BRUNO POMPEU

ORGANIZADORES



ECOSSEMIÓTICA NA **AMAZÔNIA**

CLIMA, CULTURA E
DIVERSIDADE

MAURÍCIO ZOEIN
CLOTILDE PEREZ
BRUNO POMPEU

ORGANIZADORES

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

ORGANIZAÇÃO Maurício Zoueïn, Clotilde Perez e Bruno Pompeu

ASSISTENTE EDITORIAL Rafael Orlandini

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DIRETORA Clotilde Perez

VICE-DIRETOR Mario Rodrigues Videira Junior

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

E19 Ecossemiótica na Amazônia [recurso eletrônico] : clima, cultura e diversidade / organização Maurício Zoueïn, Clotilde Perez, Bruno Pompeu. – São Paulo: ECA-USP, 2025.
PDF (288 p.)

ISBN 978-85-7205-319-8

DOI 10.11606/9788572053198

1. Semiótica. 2. Comunicação. 3. Ecologia. 4. Amazônia. I. Zoueïn, Maurício. II. Perez, Clotilde. III. Pompeu, Bruno.

CDD 23. ed. – 401.41

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

As opiniões nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores e das autoras, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: A AMAZÔNIA ESTÁ, OU A CASA E A LINGUAGEM	7
---	----------

Bruno Pompeu e Clotilde Perez

POR UMA ECOSSEMIÓTICA NAS IMAGENS DA AMAZÔNIA	11
--	-----------

Maurício Elias Zouein, Clotilde Perez e Isabella Castro Fernandes

ICONOGRAFIA DA SEMIOSE NAS RELAÇÕES NATUREZA-CULTURA: DIAGRAMAS DO ECOSISTEMA COMUNICACIONAL DO PARQUE RESIDENCIAL MANAUS E DO PARQUE RIO NEGRO	37
--	-----------

Mirna Feitoza Pereira, Beatriz Silva Goes e Hannah Costa Pinheiro

RIBEIRINHOS E FOTOJORNALISMO EM TRAMAS SÍGNICAS DE REPRESENTAÇÃO	57
---	-----------

Ítala Clay de Oliveira Freitas e Camila Barbosa Oliveira

ECOSSEMIÓTICA E PUBLI-CIDADE: SIGNOS, CLIMA E ESPAÇO NA AMAZÔNIA URBANA	73
--	-----------

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos e Rodolfo Silva Marques

ECOSSEMIÓTICA, CAMISAS MARAJOARAS E PERFORMANCES POLÍTICAS E SIMBÓLICAS DO GOVERNADOR HELDER BARBALHO: ENTRE O SÍMBOLO E A AÇÃO AMAZÔNICOS EM MEIO AOS DESAFIOS SÓCIO-AMBIENTAIS	93
---	-----------

Manuela do Corral Vieira, Vitória Melo Galvão e Amanda Santos de Oliveira

**A SINTÁTICA, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DOS SIGNOS VISUAIS DA
MARCA COP30: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA** 107

Flavia Igliori Gonsales

**A LOUCURA EM IMAGENS: POLÍTICA ANTIMANICOMIAL E A
RESOLUÇÃO CNJ 487/2023 NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS** 133

Aparecida Luzia Alzira Zuin e Alencar das Neves Brilhante

MONSTROS DA/NA AMAZÔNIA? O ESPAÇO DA IMAGINAÇÃO 159

Milton Chamarelli Filho e Maurício Elias Zouein

**ESG E GREENWASHING: USO DA SEMIÓTICA DA COMUNICAÇÃO
PARA IDENTIFICAR DISCURSOS ENGANOSOS** 187

Loredana Kotinski e Maurício Elias Zouein

**IMIGRAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA: SEMIÓTICA E CIDADANIA
COMUNICATIVA DO PROJETO KA'UBANOKO** 201

Vângela Maria Isidoro de Moraes, Maurício Elias Zouein e Ana Lúcia
Montel da Silva

**CORRESPONDENTES AMAZÔNICOS DURANTE A PANDEMIA DA
COVID- 19 NO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DE TELEJORNAIS DA
REDE AMAZÔNICA E DA TV GLOBO INTRODUÇÃO** 217

Luciano Rodrigues, José Tarcísio Oliveira Filho e Maurício Elias Zouein

**EXEGESIS DE LA INTERDISCIPLINA COMO ACCIÓN SACROSANTA.
UNA REFLEXIÓN NON SANCTA, ABDUCCIONES NECESARIAS.** 231

Pedro Russi

**FOCA NA TV: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO COM O
JORNALISMO MÓVEL NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA** **249**

Sandra Maria de Moraes Gomes, Maurício Elias Zoueiri, Luan Correia,
Leticia Kellen e Camila Costa

**A CENA LÍRICA NA CAPITAL DA SELVA: REVERBERAÇÕES
SEMIÓTICAS NA CULTURA MANAUARA** **267**

Felipe Vlaxio e Mario Vlaxio

SOBRE OS AUTORES **281**

APRESENTAÇÃO: A AMAZÔNIA ESTÁ, OU A CASA E A LINGUAGEM

Bruno Pompeu e Clotilde Perez

O livro *Ecossemiótica na Amazônia: clima, cultura e diversidade* é uma iniciativa da Federação Latino-americana de Semiótica (FELS) em parceria com o Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS) e o Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (GESC3), realizado com o apoio da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP e PPGCom-USP). Trata-se de obra gestada a partir da crise dos chamados recursos naturais, da emergência climática, da urgência de se repensar a nossa relação com o meio ambiente, da premente necessidade de integrarmos as pesquisas nos campos das ciências humanas e sociais aplicadas – mais especificamente, das teorias da linguagem e da comunicação – aos esforços políticos e sociais que devem dar base e estrutura para uma condição existencial planetária mais sustentável – além de mais inclusiva, mais diversa, mais justa e mais responsável. Tudo isso diante de um cenário que combina uma nova economia de dados que reinaugura globalmente uma velha lógica colonial; novas tecnologias que, se, por um lado, viabilizam novas e melhores formas de produzir, necessárias ao contexto da expansão populacional, por outro, poluem, queimam, desgastam mananciais, ampliam desigualdades e fomentam desumanidades; povos, grupos sociais e comunidades em recorrente situação de exclusão, minorização, silenciamento e extermínio.

Juntar Amazônia e semiótica é tratar de tudo isso. É alcançar a dimensão exata do humano como parte de um todo maior. Dimensão

necessariamente anti-antropocêntrica, que rompa com as dicotomias divergentes homem-natureza, cultura-natureza. Que não confunda inteligência com cognição. Nesse sentido, 'Eco-', querendo dizer casa, nos traz o sentido da totalidade, da proteção, do abrigo, do planeta como espaço único e último de possibilidade de vivência e sobrevivência. E 'semiótica', como ciência da linguagem, aponta para uma mirada interpretativa, de constante e irrefreável crescimento, que identifica e reconhece sentidos, valores e significados nessas múltiplas e intrincadas relações entre tudo o que compõe, edifica e integra essa casa.

Entremeiam os textos que compõem esta obra três aspectos principais. Primeiro, a Amazônia como espaço de produção de sentido, em que identidades, imaginários e aspectos culturais se mobilizam com profundas particularidades. Amazônia como território semiótico. Depois, a mediação da comunicação como forma de disputa por visibilidade, como meio de construção narrativa. Amazônia como projeto e como imagem. Por fim, a evidente e previsível convergência teórica na semiótica, mas em sentido amplo, não somente nas abordagens teóricas, mas também na inclusão de estudos sobre discurso, por exemplo. Amazônia como temática e objeto de estudo e ao mesmo tempo como rede acadêmica proeminente na produção científica interdisciplinar.

Como convém a uma obra produzida por uma rede de pesquisadores que se integram a partir da sua condição geográfica amazônica e da sua filiação teórico-metodológica semiótica, o que temos, percorrendo os conteúdos dos textos, é a marca da diversidade. Se a visualidade, das imagens, das identidades gráficas e até dos imaginários, abunda e predomina, não se pode deixar de lado a existência de textos que apresentam a síntese de investigações levadas a cabo por grupos de pesquisa locais. Há ainda os capítulos que exploram aspectos específicos dessa profusão sógnica que é a Amazônia: sua publicidade, essencial e paradoxalmente urbana; sua moda, mostrando que os corpos políticos se cobrem estrategicamente de cultura e ancestralidade; o greenwashing, tão típico de nosso tempo, tão nefasto, tão propício de se verificar nesse contexto de que **trata o livro; o jornalismo, na sua versão "móvel", procurando dar conta da agilidade e da imediaticidade impostas pelo cenário atual; e a**

ópera, manifestação dramático-musical tipicamente europeia que encontrou na selva um cenário todo especial.

Há tudo isso – e há muito mais. A Amazônia está em alta, a Amazônia está em festa, é tempo de COP30. A Amazônia está em xeque. A Amazônia está em cada um de nós, assim como todos nós estamos na Amazônia – sobretudo como signo. Este livro é nossa modesta contribuição, tão modesta quanto pretensiosa, dado que é semiótica, dado que mira utopicamente o todo, a uma possível e desejável reunião eco-lógica de pensamento, significado, afeto, magia, inteligência, espanto, sonho, projeto e ação. É por aí.

POR UMA ECOSSEMIÓTICA NAS IMAGENS DA AMAZÔNIA¹

Por una ecossemiotica en la identidad de imagen de la Amazonía

Maurício Elias Zouein
Clotilde Perez
Isabella Castro Fernandes

It seems a strange thing, when one comes to ponder over it, that a sign should leave its interpreter to supply a part of its meaning; but the explanation of the phenomenon lies in the fact that the entire universe -- not merely the universe of existents, but all that wider universe, embracing the universe of existents as a part, the universe which we are all accustomed to refer to as "the truth" -- that all this universe is perfused with signs, if it is not composed exclusively of signs (CP 5.448).²

¹ Trabalho integrante do estágio pós-doutoral realizado na ECA- USP sob supervisão da profa. Dra. Clotilde Perez

² Parece algo estranho, quando se reflete sobre isso, que um signo deva deixar para o intérprete a tarefa de fornecer parte de seu significado; mas a explicação desse fenômeno reside no fato de que todo o universo — não apenas o universo dos

Resumo: Este artigo propõe uma abordagem ecossemiótica para analisar as imagens da Amazônia, integrando a ecologia relacional de Ernst Haeckel, a teoria do *Umwelt* de Jakob von Uexküll e a semiótica de Charles Sanders Peirce. Partindo da definição de Haeckel da ecologia como o estudo das relações dos organismos com seu ambiente, o texto avança para a perspectiva de Uexküll, que vê o ambiente como um mundo percebido e significado (*Umwelt*). Por meio das categorias peirceanas de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, no artigo tentamos demonstrar como a interpretação de signos evolui de interações brutas e adaptativas para um universo simbólico e cultural complexo. A análise de uma xilogravura de Franz Keller-Leuzinger serve como estudo de caso, ilustrando a aplicação dessas camadas teóricas para compreender como o ambiente amazônico é ecologicamente estruturado, percebido e simbolicamente construído.

Palavras-chave: Ecossemiótica; Amazônia; Semiótica peirceana; Imagem.

Resumen: Este artículo propone un enfoque ecosemiótico para analizar las imágenes de la Amazonía, integrando la ecología relacional de Ernst Haeckel, la teoría del *Umwelt* de Jakob von Uexküll y la semiótica de Charles Sanders Peirce. Partiendo de la definición de Haeckel de la ecología como el estudio de las relaciones de los organismos con su ambiente, el texto avanza hacia la perspectiva de Uexküll, que ve el ambiente como un mundo percibido y significativo (*Umwelt*). A través de las categorías peirceanas de Primeridad, Segundidad y Terceridad, el artículo demuestra cómo la interpretación de los signos evoluciona desde interacciones brutas y adaptativas hacia un universo simbólico y cultural complejo. El análisis de una xilografía de Franz Keller-Leuzinger sirve como estudio de caso, ilustrando la aplicación de estas capas teóricas para comprender cómo el ambiente amazónico es ecológicamente estructurado, percibido y simbólicamente construido.

Palabras-clave: Ecossemiótica; Amazonía; Semiótica Peirceana; Imagen.

existentes, mas também aquele universo mais amplo, que abrange o universo dos existentes como uma parte, o universo que todos nós costumamos chamar de “a verdade” — que todo esse universo está impregnado de signos, se não for composto exclusivamente de signos (CP 5.448).

Ecologia

A interface entre Ecologia e Semiótica é um campo de estudo consolidado. As contribuições podem ser percebidas por meio das pesquisas providas de várias nações. Nesse contexto, os trabalhos do biosemioticista Kalevi Kull (1952-), professor da Universidade de Tartu (Estônia), contribuem para nossa discussão ao afirmar que o artigo de...

[...] W. Nöth (1996) foi aparentemente o primeiro a cunhar este termo e a defini-lo. Este trabalho de Nöth foi discutido em vários artigos do mesmo volume da *"Zeitschrift für Semiotik"* (Böhme 1996, Bernard 1996, Hauser 1996a, Hoffmeyer 1996b). No entanto, estes não foram os primeiros trabalhos em que a ecologia semiótica foi introduzida. Já 15 anos antes, tentativas de construir a ecologia semiótica foram feitas no grupo de biologia teórica de Moscou (Levich 1983), e essas ideias foram discutidas em reuniões conjuntas com colegas de São Petersburgo e Tartu. Além disso, houve várias publicações em que alguns aspectos semióticos da ecologia humana foram considerados (por exemplo, Hornborg 1996, Teherani-Krönner 1996, Hauser 1996b), e muitos outros, nos quais a semiótica das relações humano-natureza é desenvolvida sem a aplicação direta da terminologia semiótica (por exemplo, Simmons 1993; Larsen, Grgas 1994, Rapoport 1994) (Kull, 1998 p.347).

Entendemos que, embora Winfried Nöth (1944-) seja frequentemente creditado em idealizar o termo em 1995³ Kull demonstrou que o conceito estava sendo explorado na década de 1980 por um grupo de pesquisadores em biologia teórica em Moscou. Além dos teóricos russos outros pesquisadores desenvolviam estudos sobre os aspectos semióticos da ecologia humana e da relação entre homem e natureza, mesmo sem utilizar a terminologia específica.

Em nossa pesquisa, escolhemos estudar a relação entre ecologia, semiótica e imagem, para compreender como foi construída

³ Estamos nos referindo ao texto "Ecossemiótica" publicado em "Ensaio em homenagem a Thomas A. Sebeok" organizado por Norma Backes Tasca na revista "Cruzeiro Semiótico" de 1995

uma identidade imagética da Amazônia quando observamos o corpo humano atuando junto ao ambiente. Uma forma diferente da abordada por W. Nöth (1995, 1996 e 1998), cuja Ecossemiótica é...

[...] o estudo das relações semióticas mútuas entre os organismos e seu meio ambiente. Esta definição pressupõe primeiramente que, não somente um *homo semioticus*, mas, de maneira mais geral um *organismus semioticus*, seja o centro das atenções de uma semiótica com potencial de explicação na área da ecologia (Nöth, 1995 p.346).

Na citação anterior, Nöth tratou a ecologia sob o prisma semiótico, expandindo o escopo para além das interações puramente biológicas ou físicas. Ao propor o conceito de *organismus semioticus*, o autor argumenta que todos os seres vivos são agentes ativos na produção e interpretação de signos nos próprios ambientes. Isso significa que as relações entre um organismo e seu meio – como a busca por alimento, a fuga de predadores ou a comunicação com parceiros – são processos fundamentalmente semióticos, baseados em trocas de informação e significação. Ou seja, para Nöth, a semiótica oferece uma ferramenta teórica indispensável para a ecologia, ao permitir compreender que o meio ambiente é, além de um espaço físico, um universo de signos que são constantemente reescritos por todas as formas de vida.

Nöth cita o trabalho do conterrâneo Ernst Haeckel, para quem a ecologia foi que introduziu o conceito: “a ciência das relações mútuas entre o organismo e o mundo exterior que o rodeia” (Nöth, 1995 p. 345). Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919)⁴ no volume 2 da obra “*Generelle Morphologie der Organismen*” define a *Ökologie* (do grego *oikos* - casa, e *logos* - estudo) como “[...] a ciência abrangente das relações dos organismos com o ambiente ao seu redor, incluindo todas as ‘condições de existência’. Estas podem ser de natureza orgânica ou inorgânica; ambas são, como demonstramos anteriormente, de grande importância para a forma dos organismos,

⁴ O alemão Ernst Heinrich Philipp August Haeckel foi biólogo/ naturalista que contribuiu com a divulgação do trabalho de Charles Darwin.

obrigando-os a se adaptarem⁵” (Haeckel 1866, p. 286). E completa: οἶκος, ὁ, der Haushalt, die Lebensbeziehungen; χώρα, ἡ, der Wohnort, der Verbreitungsbezirk, i.e., οἶκος, ὁ, as relações vitais; χώρα, ἡ, o local de residência, a área de dispersão⁶. Desta forma οἶκος, ὁ, possui o sentido de relações vitais ou as relações de vida focado em “hábitat” ou “estrutura doméstica” num sentido ecológico. E, χώρα (chōra), ἡ, o local de residência, a área de dispersão um entendimento mais técnico no contexto de distribuição geográfica de organismos. As condições de existência, orgânicas e inorgânicas, descritas por Haeckel atuam como signos para os organismos, que respondem e se adaptam a essas condições. Entendemos que o ambiente ecológico é um sistema de signos que os organismos reconhecem. Os organismos interpretam os estímulos ambientais (signos) e ajustam sua forma e comportamento em resposta.

A definição de *Ökologie* por Haeckel (1866) é fundamentalmente relacional. Ele postula um organismo e um ambiente circundante (*oikos*) e foca no estudo (*logos*) das interações que forcem o organismo a se adaptar. Conforme a semiótica peirceana, a ecologia de Haeckel opera no campo da Secundidade. Ela trata de reações, de forças brutas e da existência factual das relações de causa e efeito entre o organismo e seu meio inorgânico e orgânico. É o estudo da luta pela existência, uma série de confrontos e adaptações.

É importante entender a relação entre o conceito de *Umwelt* de Jakob von Uexküll (1864-1944) e a teoria ecológica de Ernst Haeckel a partir da inter-relação entre organismo e ambiente ou as relações sistêmicas entre organismo e ambiente.

⁵ Wir verstehen unter Ökologie die umfassende Wissenschaft von den Beziehungen der Organismen zu ihrer Umgebung, einschließlich aller "Existenzbedingungen". Diese können organischer oder anorganischer Natur sein; beide sind, wie wir zuvor gezeigt haben, von großer Bedeutung für die Gestalt der Organismen, da sie diese zwingen, sich anzupassen.

⁶ E completa: οἶκος, ὁ, o lar, as relações de vida; χώρα, ἡ, o local de residência, a área de distribuição, ou seja, οἶκος, ὁ, as relações vitais; χώρα, ἡ, o local de residência, a área de dispersão.

A teoria do biólogo estoniano Jakob von Uexküll (1864-1944) cuja premissa epistemológica “[...] não é nem objetivista nem subjetivista, mas — como se descreveria atualmente — “sistêmica”. Isso quer dizer que ele entendia o processo vital como um sistema coerente em que sujeito e objeto se definem como elementos inter-relacionados em um todo maior”. (Uexküll, 2004, p.20)⁷. Uexküll aponta a teoria de *Umwelt*⁸ como parte da proposta de uma teoria do significado: “[...] tudo aquilo que um sujeito assinala passa a ser seu mundo-de-percepção, e o que ele realiza, seu mundo-de-ação. Mundo-de-percepção e mundo-de-ação constituem uma unidade íntegra – o mundo-próprio do sujeito” (Uexküll, [1934]1982, p. 25).

Nós, seres humanos, criamos e reestruturamos, por meio do *Innenwelt*⁹, nosso próprio *Umwelt* à medida que interagimos com a sociedade e objetos a nossa volta. O círculo funcional causado pelo *Umwelt* mostra que o cérebro é o responsável por interpretar aquilo que nos chega através da percepção, consciente ou não. Ou seja, no *Umwelt* a linguagem passa ser a capacidade humana de entendimento/controlar o mundo circundante. O *Umwelt* corresponde ao mundo objetivo o *Innenwelt* corresponde ao mundo individual. E o mundo da linguagem ou da cultura possui o *Lebenswelt* como correspondente.

O *Umwelt* de Uexküll pode ser interpretado como um sistema semiótico, onde os organismos percebem o ambiente como signos. Em Haeckel, as condições de existência funcionam como signos naturais que exigem respostas adaptativas dos organismos. Como semioticista acredito que os organismos interpretam os signos e agem sobre o mundo.

⁷ UEXKÜLL, Thure Von. **A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll**. Galáxia Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 7, abril 2004

⁸ Umwelt corresponde em português a ambiente, mundo ambiente ou, com menos propriedade, meio ambiente. No sentido de Uexküll, Umwelt significa alguma coisa que depende de um ser vivo particular e resulta de uma seleção de elementos do ambiente por ele realizada no mundo (Uexküll, [1934] 1982, p. 24 – nota do tradutor).

⁹ Termo alemão referente ao mundo interno.

A abordagem de Uexküll foi mais fenomenológica e Haeckel mais biológica-sistêmica. Porém, ambas compartilharam a ideia de que organismo e ambiente são interdependentes e que a relação entre os dois define tanto a percepção quanto a adaptação. Haeckel apontava que o organismo é moldado pelas condições de existência, enquanto Uexküll sugeriu que o organismo constrói o *Umwelt* de acordo com a percepção. A visão sistêmica de Uexküll, onde sujeito e objeto se definem reciprocamente, complementa a visão ecológica de Haeckel. Para Haeckel, as condições externas determinam mudanças morfológicas e fisiológicas - adaptação. Uexküll, argumentou que o organismo interpreta o ambiente por meio do círculo funcional do *Umwelt*, o que gera uma adaptação ativa. Uexküll insere a linguagem no contexto do *Lebenswelt*, onde a cultura e os símbolos moldam a percepção humana. Haeckel, ao falar das relações vitais (οἶκος), oferece um embrião da ideia de que o ambiente significa algo para o organismo, embora sem explorar uma teoria semiótica.

A relação entre os escritos de Haeckel e Uexküll pode ser sintetizada pela ideia de que o organismo interage, percebe e interpreta o ambiente como um sistema dinâmico e interdependente. Haeckel oferece as bases ecológicas e biológicas, enquanto Uexküll aprofunda o aspecto fenomenológico e subjetivo dessa interação, articulando uma teoria do significado através do conceito de *Umwelt*. A semiótica peirciana surge como um elo integrador, permitindo analisar como os organismos (incluindo os humanos) percebem o ambiente, interpretam signos e respondem adaptativamente, tanto no nível biológico (Haeckel) quanto no nível fenomenológico e cultural (Uexküll). Para ser mais didático, vamos ao seguinte exemplo: A flor do Araçá-boi ao se inclinar para a claridade do sol, a luz solar pode ser interpretada como um índice que gera uma ação adaptativa ou o fototropismo. O *Lebenswelt* se acontecesse no contexto humano. Tal relação se complexifica se mediada pela linguagem e pelos símbolos.

Uexküll, embora partindo de um contexto biológico similar ao de Haeckel, dá um passo a diante. O *Umwelt* não é o ambiente objetivo e universal de Haeckel. É o mundo egocêntrico ou a esfera de percepção de um organismo. Cada ser vivo, seja um carrapato, uma

abelha ou ser humano, constrói o próprio mundo subjetivo a partir dos portadores de significado cujo aparatos sensoriais e de ação permitem processar. Uexküll introduz a noção de significação na biologia. O ambiente passa a ser entendido como um conjunto de forças – Secundidade –, algo a ser interpretado.

Semiótica

Além do Tiquismo (τύχη - *tyché*), doutrina que postula o acaso como um princípio efetivo e atuante no universo, inclusive nas leis da natureza, o pensamento sistemático de Charles Sanders Peirce (1839-1914) é sustentado por outros pilares fundamentais. Entre eles destacam-se o Sinequismo (συνεχής - *synechḗs*), teoria que defende a continuidade como elemento essencial que atravessa e orienta a existência; o Agapismo (de αγάπη - *agápē*), que propõe o amor como o principal agente evolucionário do cosmos; o Falibilismo¹⁰ (do latim, *fallibilis* - *Fallibilism*¹¹), segundo o qual o conhecimento humano é intrinsecamente falível, sendo impossível garantir sua precisão última¹²;

¹⁰ Indeed, it is precisely among men animated by the spirit of science that the doctrine of fallibilism will find supporters. (CP 1.148)

¹¹ A palavra *fallibilism* tem origem no termo latino *fallibilis*, que significa suscetível de errar ou passível de erro. O sufixo *-ism* é de origem grega e latina e é amplamente usado para formar substantivos que expressam sistemas, doutrinas ou crenças. Peirce, responsável por popularizar o termo *fallibilism* na filosofia, baseou-se na ideia socrática que enfatizou a importância em reconhecer a própria ignorância como início da sabedoria, o que se alinhava ao espírito falibilista em admitir que o conhecimento humano é limitado e sujeito a revisões. Peirce, então, desenvolveu a noção de que todo conhecimento humano é provisório e está aberto à correção com base em novas evidências ou argumentos. Portanto, enquanto a palavra em si não deriva diretamente do grego, o conceito subjacente encontra ecos na tradição filosófica grega.

¹² *Three modes of evolution have thus been brought before us: evolution by fortuitous variation, evolution by mechanical necessity, and evolution by creative love. We may term them **tychastic** evolution, or **tychasm**, **anancastic** evolution, or **anancasm**, and **agapastic** evolution, or **agapasm**. The doctrines which represent these as severally of principal importance we may term **tychasticism**, **anancasticism**, and **agapasticism**. On the other hand the mere propositions that absolute chance,*

e o Idealismo Objetivo (*Objective Idealism*)¹³, tese que argumenta pela ausência de uma distinção substancial entre mente e matéria, compreendendo esta última como mente em um estado de esgotamento. Outros fundamentos incluem a Semiótica (*Semiotic*), concebida por Peirce como uma teoria geral dos signos e como um processo dinâmico em constante evolução, e o Pragmatismo (*Pragmaticism*), método que relaciona a significação dos conceitos às suas consequências práticas.

Dentre essas bases, o foco desta pesquisa recai sobre o Pragmatismo — ou, mais especificamente, o Pragmaticismo (*Pragmaticism*), como Peirce denominou sua abordagem a partir de 1905. Essa mudança terminológica visava ressaltar as características evolucionárias de sua doutrina, distinguindo-a de interpretações mais populares do pragmatismo, frequentemente associadas a um utilitarismo simplista ou à promoção da ação pela ação. O sufixo “-icismo” foi adotado justamente para conferir à doutrina uma acepção mais rigorosa e bem definida, alinhada à preocupação de Peirce em desenvolver uma terminologia filosófica precisa. Tal esforço reflete sua convicção de que o êxito das ciências, em grande medida, decorre da existência de uma nomenclatura técnica unívoca, amplamente aceita, que assegura clareza e rigor conceitual, como exemplificado pela Química.

*mechanical necessity, and the law of love are severally operative in the cosmos may receive the names of **tychism**, **anancism**, and **agapism** (CP 6.302).*

¹³ *The one intelligible theory of the universe is that of objective idealism, that matter is effete mind, inveterate habits becoming physical laws. But before this can be accepted it must show itself capable of explaining the tridimensionality of space, the laws of motion, and the general characteristics of the universe, with mathematical clearness and precision; for no less should be demanded of every philosophy (CP, 6.25).*

No texto "*The Architecture of Theories*"¹⁴ (CP 6.7-34, EP 1.285-297), Peirce argumentou sobre a edificação¹⁵ de sistemas filosóficos que sejam tão meticulosos e sistemáticos quanto a construção de uma casa. Peirce utilizou analogias para demonstrar a ideia que um estudo amplo e metódico do conhecimento humano deve ser o alicerce dos sistemas filosóficos e, que os...

[...] sistemas devam ser construídos arquitetonicamente tem sido pregado desde Kant, mas eu não acredito que o pleno significado dessa máxima tenha sido de fato compreendido. O que eu recomendaria é que toda pessoa que deseja formar uma opinião sobre problemas fundamentais deve, antes de tudo, fazer um levantamento completo do conhecimento humano, tomar nota de todas as ideias valiosas em cada ramo da ciência, observar em que aspectos cada um teve sucesso e onde falhou, para que, à luz do conhecimento profundo assim adquirido sobre os materiais disponíveis. (CP 6.9) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Tal analogia com a arquitetura ilustrou o pragmatismo, destacando a importância da conexão entre teoria e prática. Ao criticar filosofias fundadas em ideias isoladas Peirce propôs uma abordagem evolutiva, onde leis naturais emergem de um estado inicial de caos marcado por **espontaneidade e indeterminação**, a "[...] única teoria inteligível do universo é a do idealismo objetivo, segundo a qual a matéria é mente esgotada, hábitos arraigados que se tornam leis físicas" (CP, 6.25). Peirce utilizou **categorias fundamentais** da Primeireza, Segundeza e Terceireza¹⁶ e conceitos de diversas ciências

14 Parte de uma série de cinco artigos publicados em *The Monist* 1) *The Architecture of Theories*: Vol. 1, No. 2, January, 1891, pp. 161-176; 2) *The Doctrine of Necessity Examined*: Vol. 2, No. 3, April, 1892, pp. 321-337; 3) *The Law of Mind*: Vol. 2, No. 4, July, 1892, pp. 533-559; 4) *Man's Glassy Essence*: Vol. 3, No. 1, October, 1892, pp. 1-22; 5) *Evolutionary Love*: Vol. 3, No. 2, January, 1893, pp. 176-200.

15 Texto que influencia autores a nomear o pensamento peirceano como "Edifício Filosófico"

16 "Em inglês, essas categorias receberam o nome de *firstness*, *secondness* e *thirdness* e, dada a liberalidade com que se usa o sufixo *-ness* em língua inglesa, talvez sua melhor tradução em português devesse usar um sufixo igualmente

para legitimar o idealismo objetivo, no qual a matéria é mente esgotada e o universo evolui rumo a um estado de ordem perfeita e racional.

Quando nos debruçamos sobre o texto “*The Architecture of Theories*”, tal como apresentado nos *Collected Papers*¹⁷, encontramos em CP 6.18 (Cross-Ref:††§3. The Law of Habit) uma chave conceitual que reverbera diretamente nos fundamentos do nosso trabalho.

E assim Peirce iniciou o texto que revelou o pensamento que se desdobrou em profundidade e envergadura, “Voltando-nos para a psicologia, descobrimos que os fenômenos elementares da mente estão divididos em três categorias” (CP 6.18), são elas: **A)** Primeira, temos os sentimentos, que incluem tudo o que está imediatamente presente, como a dor, o azul, a alegria ou o sentimento que nasce quando contemplamos uma teoria consistente, etc” (CP 6.18). A Primeira é o sentimento “perfeitamente simples em si mesmo” (CP 6.18). Peirce entendeu os sentimentos como sensações simples e imediatas, i.e., sentir azul, ou sentir verde. **B)** Segunda: Além dos sentimentos possuímos as sensações de reação, i.e., o choque ou impacto que ocorre quando um sentimento muda repentinamente para outro. “Suponha que eu não tivesse nada em mente além de uma sensação de azul, que de repente fosse substituída por uma sensação de vermelho; então, no instante da transição, haveria um choque, uma sensação de reação, minha vida azul sendo transmutada em vida vermelha” (CP 6.19). Então, a relação entre sensações se dá por meio da Segundeza, i.e., a experiência de transição entre dois estados cujo “Esse último sentimento poderia perdurar (concebivelmente, quero dizer) após a memória do acontecimento e as sensações de azul e

corrente, o -eza, para que um registro semelhante pudesse ser mantido. Além do mais, os termos primeira, segundeza e terceira evitariam as conotações indesejáveis que surgem com o sufixo -idade (tais como laivos de hierarquia, idade, gradação, etc.) e mantêm a noção de qualidade que é o que está implícito em -ness” (PINTO, 1995, p. 17)

17 PEIRCE, C. S. (1931-58). *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks (eds.), 8 vols. Cambridge: Harvard University Press.O

vermelho terem desaparecido” (CP 6.19). Peirce propõe que: se possuímos memória, podemos reter o sentimento peculiar que se manifesta na transição por um período, mesmo depois que as sensações originais (azul e verde) desaparecem. Assim, a memória prolonga a experiência de transição relacionada a mudança. Porém, existem dois tipos de sentido de ação e reação...

[...] pode ser uma percepção da relação entre duas ideias ou um sentido de ação e reação entre um sentimento e algo fora do sentimento. E esse sentido de reação externa, por sua vez, tem duas formas; pois é ou uma sensação de algo que nos acontece, sem qualquer ação de nossa parte, sendo nós passivos na questão, ou é um sentido de resistência, isto é, de nosso gasto de sentimento sobre algo externo. O sentido de reação é, assim, um sentido de conexão ou comparação entre sentimentos, seja, A, entre um sentimento e outro, ou, B, entre um sentimento e sua ausência ou grau inferior; e, em B, temos, primeiro, o sentido do aumento do sentimento e, segundo o sentido da remissão do sentimento (CP 6.19) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Explicarmos o primeiro tipo requer que o leitor imagine uma fotografia da paisagem amazônica na cor sépia. O sentimento inicial pode ser de serenidade, nostalgia ou até melancolia motivados pela cor sépia. A ideia de contraste entre os elementos naturais como rios, árvores e o céu iluminado é percebida a partir da composição da imagem fotográfica, i.e., o contraste entre luz e sombra, o equilíbrio dos elementos. O sentido de reação está na ação mental em relacionar as ideias de luz e sombra, proximidade e distância, quietude e movimento. Para o segundo tipo ou a relação entre sentimento e algo externo, lhe convido a pensar na xilogravura de um pescador no rio Amazonas. A textura rústica da xilogravura pode evocar uma sensação de simplicidade ou conexão com a tradição, assim é o sentimento inicial. Quando observamos a xilogravura a reação externa de passividade acontece ao sentir algo que se assemelha com **aconteceu comigo**¹⁸. A xilogravura parece evocar memórias de tempos outros ou histórias de pescadores contadas por alguém. Uma reação passiva acontece porque a xilogravura age sobre quem a observa sem esforço

¹⁸ Grifo do autor

do observador. A resistência ou reação externa ocorre quando tentamos interpretar o conteúdo imagético da xilogravura como signo. Por exemplo, o pescador como representação da resistência cultural amazonida, para tal interpretação é necessário um esforço emocional e cognitivo. Aqui, sentimos a resistência da imagem ao oferecer múltiplos significados, nos desafiando a compreendê-la. Tanto na imagem fotográfica quanto no conteúdo imagético da xilogravura experimentamos uma conexão entre sentimentos onde a reação pode ser entre o sentimento de serenidade da água e o sentimento de inquietude no rosto do pescador. A comparação entre presença e ausência é entendida ao notarmos áreas claras e escuras na imagem, percebemos um aumento ou remissão do sentimento dependendo do contraste, como se a luz representasse esperança e a sombra representasse incerteza. **C)** Terceira: As concepções gerais (*general conceptions*), representam a consciência de que conexões entre sentimentos são determinadas por regras gerais ou hábitos. Tal categoria traduz a habilidade intelectual, que consiste na capacidade de adquirir e aplicar hábitos, mesmo em ambientes distintos daqueles em que tais hábitos foram desenvolvidos. Diferentes das sensações e reações-sensações, ou até mesmo das perturbações do sentimento, ...

[...] são as concepções gerais. Quando pensamos, temos consciência de que uma conexão entre sentimentos é determinada por uma regra geral; estamos cientes de que somos regidos por um hábito. O poder intelectual nada mais é do que a facilidade em adquirir hábitos e segui-los em casos essencialmente análogos, mas, nos aspectos não essenciais, amplamente distintos dos casos normais de conexões de sentimentos sob os quais esses hábitos foram formados (CP 6.20) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Resumidamente: Primeiraza - A sensação pura na disponibilidade contemplativa, Segundeza - A reação ao impacto da imagem, Terceireza - A relação interpretativa entre os signos da imagem.

De acordo com Peirce (CP 6.7-34) a mente atua como um sistema dinâmico e em constante evolução. Em CP 6.20 Peirce relacionou concepções gerais ao hábito e distinguiu sentimentos

simples e reações físicas das concepções gerais. Ao associarmos a cor verde à natureza, à floresta amazônica e a cor azul ao céu, tal associação é guiada por um hábito mental. Peirce conclui que a mente possui uma tendência natural à generalização (CP 6.21) onde sentimentos podem espalharem-se ou conectarem-se, as ideias e emoções se reproduzem e se assimilam umas às outras o que dá origem a novos padrões. Tais experiências contribuem para o crescimento da mente. Quando adentramos em outra cultura, por exemplo os *Ye'kuana*¹⁹ e aprendemos diferentes tipos de comportamentos. A princípio encontramos certas dificuldades, porém, à medida que as experimentamos o sentimento de dificuldade é minimizado e passa a ser substituído pela fluidez. Conexões entre as experiências repetidas são realizadas por parte das ações mentais criando novos hábitos ou dar vigor à hábitos existentes. Peirce demonstrou que sentimentos e concepções gerais podem ser explicados em termos fisiológicos: “A nebulosidade das noções psicológicas pode ser corrigida ao conectá-las com concepções fisiológicas. O sentimento pode ser suposto existir onde quer que uma célula nervosa esteja em estado de excitação” (CP 6.22). Quando células nervosas estão excitadas, sentimentos são encontrados; concepções gerais se manifestam da formação de hábitos no sistema nervoso, que dimanam de transformações moleculares conectadas ao funcionamento do corpo. Quando ouvimos o uirapuru veado²⁰ nossas células nervosas em resposta aos estímulos sonoros são ativadas. Ao ouvirmos o canto do Uirapuru repetidamente em contextos auspiciosos, o cérebro desenvolve um hábito que associa o som do canto a sentimentos de felicidade.

¹⁹ No Brasil, a oeste no Estado de Roraima, os *Ye'kuana* são denominados pelo etnônimo Mayongong e na Venezuela por Makiritares da família lingüística Karib. Habitam na terra indígena Yanomami. Anteriormente os *Ye'kuana* habitavam apenas a comunidade (Fuduuwaadunnha e Kudaatannha) de Auaris nas proximidades do rio de mesmo nome. Vivem a vinte dias de viagem ao norte por meio de canoa, às margens do rio Uraricuera no município de Alto Alegre, onde foi fundada a comunidade (Waichannha) de Waikás.

²⁰ *Microcerculus* (micros - μικρός = pequeno; e kerkos - κίρκος = cauda) *marginatus* (com margem ou bordado) i.e., pássaro bordado com cauda pequena.

Conforme Peirce enquanto as leis físicas exigem precisão absoluta, a lei mental é flexível. Ela torna possível que sentimentos ou ideias apareçam, diferente da forma rígida das leis físicas. Tal flexibilidade permite que o pensamento evolua da mesma forma que novos e diferentes hábitos se formem. A lei do hábito...

[...] apresenta um contraste marcante com todas as leis físicas no caráter de seus comandos. Uma lei física é absoluta... A lei da mente apenas torna um dado sentimento mais provável de surgir. Assim, ela se assemelha às forças "não conservativas" da física, como a viscosidade e semelhantes, que são devidas a uniformidades estatísticas nos encontros fortuitos de trilhões de moléculas (CP 6.23) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Vamos tentar exemplificar. Imaginemos você na beira de um igarapé²¹ com a Cruviana²² soprando-lhe o rosto. Ao relaxar, a mente começa a divagar em excesso. Com o passar do tempo a repetição transforma o relaxamento em meditação e a meditação num hábito. Então, a mente vai se disciplinando naturalmente para alcançar o estado de serenidade. A adaptação mental acontece gradualmente, porém, não obedece a uma regra rígida.

Sintetizando, os sentimentos e reações são bases sensoriais e emocionais da experiência. As experiências ao serem conectadas formam padrões. Tal processo é a tendência da mente em generalizar, i.e., as concepções gerais. O que fundamenta o processo é a fisiologia, expondo como hábitos são formados ao nível neural. O motor do crescimento da mente, em contraste com a rigidez das leis físicas é o que entendemos por flexibilidade mental.

²¹ Riacho

²² Segundo a lenda amazônica; Cruviana: mulher que se transforma em vento para se manifestar ao entardecer como uma brisa amena.

No texto “*The Doctrine of Necessity Examined*”²³ (CP 6.35-65). Peirce criticou o Necessitarismo²⁴ ou determinismo estrito — “*the common belief that every single fact in the universe is precisely determined by law*” (CP 6.36). Além de ter questionado os fundamentos de tal doutrina, propôs uma alternativa no mínimo criativa: Peirce incorporou o acaso e a espontaneidade como elementos essenciais para explicar a variedade, complexidade e evolução do universo. Ele sustentou que o necessitarismo reduziria a mente e a consciência a aspectos ilusórios de um sistema material, ao negar espaço para a liberdade e criatividade. Ou seja, uma perspectiva limitada e insatisfatória da realidade. De acordo com Peirce o acaso (ou espontaneidade) é essencial para explicar a crescente diversidade e as irregularidades no universo, algo que o determinismo mecânico, em tempo algum, poderia explicar completamente. Ao contrário do necessitarismo, cuja mente parecia ser um detalhe trivial, ele sustentou que a mente deve ocupar uma posição central e um princípio que conecta alma e corpo.²⁵

Chegamos ao terceiro texto da série. “*The Law of Mind*” (CP 6.102-163)²⁶ onde Charles Sanders Peirce propôs uma perspectiva inovadora sobre os processos mentais e a função da continuidade no raciocínio humano, estruturando a filosofia dentro de um contexto evolucionista. Peirce defendeu que as ideias são entidades mutáveis,

²³ “*The Monist*”, April, 1892, Vol. 2, No. 3 (April, 1892), pp. 321-337. Published by: Oxford University Press. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/27896963>.

²⁴ Em algumas traduções encontramos o termo “Doutrina da Necessidade”, porém, preferimos manter o termo utilizado por Peirce: *Necessitarianism* ou Necessitarismo

²⁵ [...] *by supposing the rigid exactitude of causation to yield, I care not how little -- be it but by a strictly infinitesimal amount -- we gain room to insert mind into our scheme, and to put it into the place where it is needed, into the position which, as the sole self-intelligible thing, it is entitled to occupy, that of the fountain of existence; and in so doing we resolve the problem of the connection of soul and body* (CP 6.61).

²⁶ E publicado em “*The Monist*”, July, 1892, Vol. 2, No. 4 (July, 1892), pp. 533-559 Published by: Oxford University Press. Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/27897003>

componentes dinâmicos que se espalham em um fluxo ininterrupto, perdendo intensidade à medida que se difundem, mas ganhando generalidade ao se incorporarem a outras ideias. Esta dinâmica evidencia a relevância do Sinequismo²⁷, a ideia filosófica de continuidade, para elucidar a interação entre ideias e o processo de evolução na mente – “Desenvolvi, assim, da melhor maneira que pude em um espaço limitado, a filosofia sinequística aplicada à mente” (CP 6.163). Ele também ressaltou que a consciência engloba um período de tempo contínuo, revelando uma percepção direta do presente como uma integração entre passado e futuro...

[...] portanto, analisar a lei da mente, devemos começar perguntando em que consiste o fluxo do tempo. Descobrimos que, em relação a qualquer estado individual de sentimento, todos os outros pertencem a duas categorias: aqueles que afetam esse estado (ou têm a tendência de afetá-lo, o que investigaremos em breve) e aqueles que não o afetam. O presente é afetado pelo passado, mas não pelo futuro (CP 6.128) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Ao afirmar que Peirce revelou uma percepção do presente como integração entre passado e futuro e em seguida utilizar uma citação, do próprio Peirce, afirmando que o presente é afetado pelo passado, mas não pelo futuro, pode parecer contraditório. No entanto, se prestarmos atenção ao pensamento de Peirceano em sua totalidade, a aparente contradição se dissolve. Peirce distingue entre o que é diretamente afetado.

Dizer que um estado está entre dois estados significa que ele afeta um e é afetado pelo outro. Entre quaisquer dois estados, nesse sentido, encontra-se uma série inumerável de estados que se afetam mutuamente; e se um estado estiver entre um estado dado e qualquer outro estado que possa ser alcançado inserindo-se estados entre esse estado e qualquer terceiro estado, sendo que esses estados inseridos não afetam nem são imediatamente afetados por nenhum dos dois, então o segundo estado mencionado afeta ou é imediatamente afetado

²⁷ Do grego *συνεχής* - *synechēs* ou contínuo. *σύν* - *syn* = junto + *ἔχειν* - *échein* = manter.

pelo primeiro, no sentido de que, em um, o outro está ipso facto presente em um grau reduzido (CP 6.131) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

... e o que é *continuidade*:

O tempo, com sua continuidade, logicamente envolve algum outro tipo de continuidade além da sua própria. O tempo, como a forma universal de mudança, não pode existir a menos que haja algo que sofra mudanças, e para que algo passe por uma mudança contínua no tempo, deve haver uma continuidade de qualidades mutáveis. Da continuidade das qualidades intrínsecas do sentimento, agora podemos formar apenas uma concepção fraca. O desenvolvimento da mente humana praticamente extinguiu todos os sentimentos, exceto alguns tipos esporádicos, como sons, cores, cheiros, calor, etc., que agora parecem desconectados e díspares. No caso das cores, há uma dispersão tridimensional de sentimentos. Originalmente, todos os sentimentos podem ter estado conectados da mesma maneira, e presume-se que o número de dimensões era infinito. Pois o desenvolvimento essencialmente envolve uma limitação de possibilidades. Mas, dado um número de dimensões do sentimento, todas as variedades possíveis podem ser obtidas variando as intensidades dos diferentes elementos. Assim, o tempo logicamente supõe uma gama contínua de intensidade no sentimento. Segue-se, então, da definição de continuidade, que, quando qualquer tipo particular de sentimento está presente, um continuum infinitesimal de todos os sentimentos que diferem infinitesimalmente dele também está presente (CP 6.132) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

Compreendo que na filosofia Peirceana a noção de que a consciência compreende um intervalo contínuo de tempo significa que existe uma continuidade lógica e experiencial entre os momentos. I.e., o presente é entendido como transição fluida entre passado e futuro. Tal pensamento vai ao encontro da noção peirceana do *Synechism*. É importante enfatizar que as três ciências normativas correspondem às...

[...] três categorias, que, em seu aspecto psicológico, aparecem como Sentimento, Reação e Pensamento. Avancei muito na compreensão dessas categorias desde os tempos de Cambridge e agora posso apresentá-las de forma muito mais clara e convincente. A verdadeira natureza do pragmatismo não pode ser compreendida sem elas. Ele

não toma a Reação como o tudo, como inicialmente me pareceu, mas toma o objetivo final como o tudo, e o Fim é algo que dá sua sanção à ação. Ele pertence à terceira categoria. Apenas é necessário evitar uma visão nominalista do Pensamento, como se fosse algo que um homem tem em sua consciência. Consciência pode significar qualquer uma das três categorias. Mas, se deve significar Pensamento, ele está mais fora de nós do que dentro. Somos nós que estamos nele, em vez de ele estar em qualquer um de nós. Claro, não consigo me explicar completamente em poucas palavras, mas acredito que seria um grande serviço aos psicólogos explicar a eles minha concepção da natureza do pensamento (CP 8.256) (Peirce, 1931-58, tradução nossa).

E, segundo o próprio Peirce: *This then leads to synechism, which is the keystone of the arch* (CP 8.257). O que nos leva a crer que o tempo é um fluxo que conecta os momentos sem rupturas. Portanto, o que parece uma contradição é, na verdade, uma nuance. O presente é formado e afetado pelo passado, enquanto a ideia do futuro está presente no fluxo contínuo da consciência, mas, como uma possibilidade que ainda não exerce influência direta. Essa interpretação respeita a visão de Peirce sobre o tempo como uma continuidade experiencial e lógica.

A partir dos textos "*The Architecture of Theories*," "*The Doctrine of Necessity Examined*" e "*The Law of Mind*", exploramos as ideias de Charles Sanders Peirce sobre a mente e a evolução do pensamento, abordando suas categorias fundamentais: Primeireza (sensações puras), Segundeza (reações) e Terceireza (conexões interpretativas e hábitos). Tentamos conduzir, de forma acessível, a quem nos lê por entre o conceito de pragmatismo, a crítica ao determinismo estrito e a relevância do *synechism*, ou continuidade, na filosofia de Peirce. Porém, acautelamos que a continuidade é apresentada como essencial para compreender o fluxo do tempo e a interação entre sentimentos, reações e pensamento. De acordo com Peirce a mente é dinâmica, evolutiva e flexível, em contraste com as leis rígidas da física, permitindo a formação de hábitos e conexões que moldam experiências e compreensões. Durante nossa condução inclui exemplos imagéticos da Amazônia, como xilogravuras e fotografias

para ilustrar como as categorias peirceanas se aplicam na interpretação de signos e no impacto sentimental causado por imagens.

Ecossemiótica

A ecologia de Haeckel é um mundo de Secundidade. É a pura relação diádica: organismo versus ambiente. As condições de existência são fatos brutos que se impõem. Uexküll, influenciado por Kant, subjetiva essa relação. O organismo reage ao ambiente, percebe e age sobre ele, criando um círculo funcional (*Funktionskreis*). Tal círculo é um processo de semiose. Um estímulo do ambiente, além da força química, por exemplo, se torna um representâmen que representa seu objeto e gera um interpretante. Assim, Uexküll introduz a qualidade de sensação – o cheiro de uma presa – e a regra interna, o hábito instintivo que conecta o cheiro à ação no estudo das relações organismo-ambiente. Sendo assim, somos capazes de entender o *Umwelt* como a ecologia proposta por Haeckel (1866) processada por meio de um sistema semiótico, i.e., é a transição de uma física de relações para uma semiótica de relações. O *Umwelt* é um mundo predominantemente da percepção de formas que se assemelham a algo relevante e a conexão direta entre sinais e ações.

O Símbolo peirceano representa uma complexificação do processo semiótico. Ele requer uma mente capaz de operar com leis, convenções e hábitos que não são inatos, mas, aprendidos e compartilhados. O *Umwelt* humano é radicalmente expandido pela capacidade simbólica. Vivemos em um mundo de percepções, ações diretas e num universo de símbolos. A filosofia peirceana nos permite ver uma continuidade – *synechism* – entre os conceitos. A ecologia de Haeckel é a base física – Secundidade. O *Umwelt* de Uexküll (2004) representa a emergência da mente e da semiose primitiva – Primeiridade e Secundidade, Ícone e Índices. O universo simbólico humano é a continuação e complexificação de tal processo, onde a Terceiridade – Lei, Hábito e Convenção – é dominante. I.e., uma evolução da capacidade de significação.

O *tychism* permite a variação dos organismos e em seus *Umwelten*. O *anancism* age para fixar tais variações em hábitos e instintos – as regras do *Umwelt* – e, posteriormente, em leis culturais e

científicas – Símbolos. E.g., A *Ökologie* de Haeckel é um símbolo, um conceito criado por uma mente para organizar e dar sentido a uma série de fenômenos. Nossa compreensão sobre dos processos ecológicos é sempre incompleta – Falibilismo. A definição de Haeckel foi um passo, a de Uexküll foi outro.

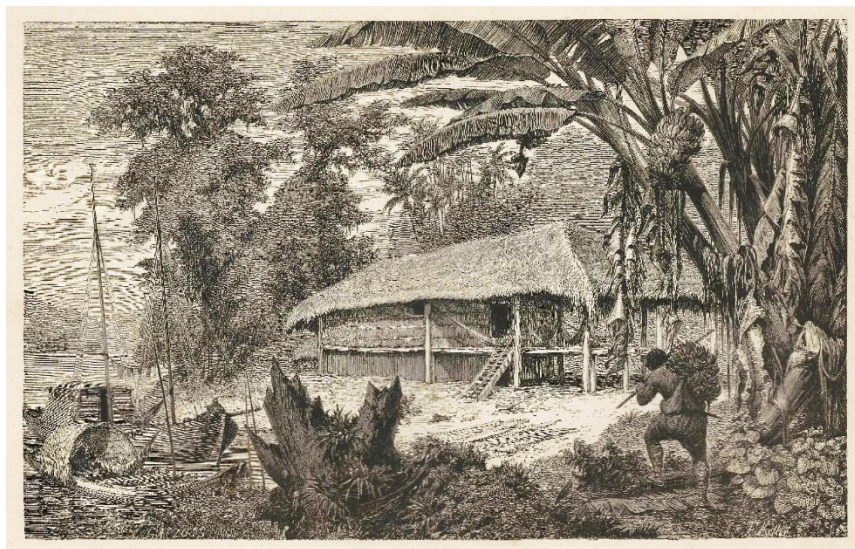
Se a *Ökologie* descreve a *circumstantia* das interações vitais. O *Umwelt* descreve como cada *ens vivum* (ser vivo) percebe e significa a *circumstantia* de acordo com sua capacidade biológica. O Símbolo peirceano descreve como cada *ens vivum* específico, o ser humano, transcende a capacidade biológica imediata e reconstrói o palco e a própria *circumstantia* por meio yde leis, cultura e ciência, criando novos *Umwelten* simbólicos, como a própria ciência da Ecologia. A passagem de um conceito para o outro representa uma complexificação da semiose, um movimento contínuo do universo em direção a uma maior mediação e regularidade, sem nunca abandonar a existência bruta e da qualidade pura.

Ecossemiótica na imagem amazônida

A obra que escolhemos para trabalhamos com a ecossemiótica foi: *"House of a wealthy india-rubber collector – Lower Madeira"* de autoria de Franz Keller-Leuzinger (1835-1890). Nascido em Mannheim, na Alemanha, Franz Keller, com 21 anos de idade, chegou ao Brasil em 1857 acompanhado do pai Joseph Keller (1817-1892). Engenheiro, desenhista, xilogravurista e fotógrafo ao assumiu a direção do setor fotográfico da Casa Leuzinger. Ao se casar, em 1867, com Sabine Christine Leuzinger (1842-1915) adota o sobrenome Leuzinger. Em setembro do mesmo ano, é convidado por parte do Império Brasileiro a realizar um estudo da região amazônica com o propósito de apurar a viabilidade da construção de uma estrada de ferro que contornasse as corredeiras ao longo do rio Madeira. Ao retornar para a Alemanha, em 1873, Franz Keller trabalha na realização do livro *"Vom Amazonas und Madeira. Skizzen und Beschreibungen aus dem Tagebuche einer Explorationsreise"*. Publicado em 1875, o livro foi

ilustrado com 68 xilogravuras em trabalho conjunto com o irmão Ferdinand Keller (1842-1922).

Imagem 1 – House of a wealthy índia-rubber collector



Dimensões: (26,17cm x 16,38cm) House of a wealthy índia-rubber collector – Lower madeira – (Casa de um índio seringueiro – Baixo rio madeira). Página 48, xilogravura de Franz Keller-Leuzinger em 1867. Fonte: KELLER, Franz. The Amazon and Madeira Rivers: Sketches and Descriptions from the Note-Book of an Explorer. London: Chapman and Hall, 193, Piccadilly, 1875.

Vamos começar com a camada haeckeliana, i.e., a ecologia das relações brutas. Conseguimos perceber na xilogravura um registro das condições de existência. Um mundo de secundidade, de fatos brutos e interações diretas. Reconhecemos os organismos – seres humanos – e o ambiente circundante, o *oikos*: o rio, a floresta densa, palmeiras, bananeiras o solo irregular. A imagem é um testemunho da adaptação e.g., a casa é uma resposta direta às condições ambientais. Construída sobre palafitas, prova a adaptação clara a um terreno alagadiço ou sujeito a inundação. O teto de palha – elemento local de

fácil acesso – oferece proteção contra o sol intenso do verão e as chuvas abundantes do inverno. O homem carregando um cacho de bananas corrobora a ideia de relação de subsistência. A extração dos recursos diretamente do ambiente para a sobrevivência. Uma interação de causa, a necessidade de alimentos, e efeito, a ação da coleta. A margem percebemos a canoa, uma tecnologia de adaptação ao ambiente fluvial, a principal via de comunicação da região amazonida. A cena, embora tenha um ar de serenidade, implica um esforço constante. O homem está curvado sob o peso do alimento coletado, a casa precisa ser mantida contra a umidade, o calor e os cupins, a floresta é tanto fonte de vida quanto de perigos. A luta que Haeckel (1866) descreve, a constante interação de forças que molda a forma dos organismos na própria cultura. Nesta camada consideramos a floresta como força, o rio um obstáculo e um caminho, a chuva um fato. A relação é entendida como diádica: humano ↔ ambiente.

Na camada de Uexküll: A construção do *Umwelt* – semiose primitiva – nos convida a ir além da força bruta para adentrarmos no mundo perceptivo dos sujeitos na imagem. O ambiente deixa de ser um conjunto objetivo de coisas e passa a ser um conjunto de portadores de significado. No círculo funcional, *funktionskreis*, o ser humano, representado na xilogravura, nos propõem a percebermos as bananas, além de serem objeto botânico, para as entendermos como alimento – um *merkmal*, ou signo perceptivo – que dá início a ação de coletar e transportar – *Wirkmal*, ou signo de ação. A palmeira, além de ser *Mauritia flexuosa*²⁸, ela é, também, fonte de alimento e material para construção da casa. O rio, além de H₂O em movimento, é, para o habitante, fonte de alimento, lugar de se assear, caminho para outras comunidades e, talvez, a morada de espíritos e animais míticos ou não, perigosos ou não. Cada uma dessas qualidades é um signo que dita uma ação diferente. A floresta densa que parece ser um caos verde para quem não a conhece; para o habitante local é um cenário habitual. Uma determinada folha pode ser utilizada como remédio, um cipó pode ser fonte de água, o som de um galho quebrando pode ser interpretado

²⁸ Buriti.

como a aproximação de um predador ou de uma presa se aproximando – um índice na terminologia peirceana – o canto de uma ave pode ser considerado como signo de chuva. O *Umwelt* dos habitantes da cena representada na xilogravura é radicalmente diferente do *Umwelt* de um botânico europeu – que veria espécies a serem catalogadas – ou de um madeireiro – que veria madeira a ser explorada. Uexküll nos mostra que o ambiente objetivo de Haeckel é uma infinidade de mundos subjetivos, cada um construído a partir dos sinais que o organismo é capaz de perceber e aos quais é capaz de reagir. A relação aqui é semiótica, i.e. sujeito ↔ signos do ambiente.

Com a camada peirceana conseguimos perceber a emergência do símbolo. A casa é, além de um abrigo – função indicial de secundidade – é um símbolo, a forma, tamanho, localização, a maneira como é dividida internamente são organizadas por leis, hábitos e convenções culturais – terceiridade. Ela, a casa, representa a estrutura social da família ou da comunidade, a cosmologia do povo ribeirinho ou indígena – e.g., pode ser a representação do universo – e a identidade daquele grupo. A casa é um signo de lar, comunidade, de nós. As redes estendidas na varanda são objetos funcionais, mas também símbolo cultural poderoso em muitas culturas amazônicas, ligado ao descanso, à socialização, ao nascimento e à morte. É um hábito tão arraigado que se torna um signo de modo de vida. A ação do homem representado da xilogravura, embora pareça puramente funcional, está imersa em regras simbólicas. Rituais para coleta, épocas certas ditadas por mitos ou calendários orais, e regras sobre como o alimento deve ser colhido e dividido. A própria banana, ao ser nomeada, entra no universo simbólico da linguagem, podendo ser utilizada em metáforas, histórias e mitos. Nesta camada, a terceiridade – a lei, o hábito, a convenção, o símbolo – permeia tudo. A cultura atua como um grande sistema de interpretação que organiza o *Umwelt* de Uexküll e dá sentido às interações brutas de Haeckel.

O ser humano representado na imagem está no ambiente em uma relação semiótica constante, interpretando índices – o tempo, o rastro de um animal – reagindo a qualidades – calor, umidade – e, crucialmente, vivendo dentro de um rizoma de símbolos – cultura, linguagem, mitos – que transforma o *oikos* – a casa física, o ambiente – em um conceito simbólico... um lar.

Bibliografia

HAECKEL E. **Generelle Morphologie der Organismen**, Berlin, Reimer, 1866. Vol. i, pp. 2–21. Vol. ii, pp. 286–289.

HOUSER, N. The intelligible universe. In: **Peirce and Biosemiotics: A Guess at the Riddle of Life**, eds. Vinicius Romanini and Eliseo Fernández. Springer, 2014 9–32.

KELLER, Franz. *The Amazon and Madeira Rivers: Sketches and Descriptions from the Note-Book of an Explorer*. London: Chapman and Hall, 193, Piccadilly, 1875

KULL, Kalevi. Semiotic Ecology: different natures in semiosphere. In: **Sign Systems Studies**, nº. 26, 1998, pp 344–369. Tartu: Tartu University Press.

NÖTH, Winfried. Ecossemiótica. In: TASCA, Norma (org.). **Ensaio em homenagem a Thomas A. Sebeok**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1995. (Cruzeiro Semiótico, n. 22/25, p. 345–355).

NÖTH, Winfried. **Ökosemiotik. Zeitschrift für Semiotik**. Heft 1, 1996: Natur, Umwelt, Zeichen. Bd. 18 (1) 7 – 18.

_____. **Ecosemiotics. Sign Systems Studies** (1998), 26, 332–343. <https://doi.org/10.12697/SSS.1998.26.14>.

PEIRCE, C. S. (1931–58). *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks (eds.), 8 vols. Cambridge: Harvard University Press.

PINTO, Júlio. **1,2,3 da Semiótica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1995

UEXKÜLL, Thure Von. **A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll**. Galáxia Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 7, abril 2004

UEXÜLL, J. **The Theory of Meaning**. Semiótica, Copenhagen. Vol. 42-1, pp. 25–82, 1982

_____. **Dos animais e dos homens.** Tradução de Alberto Candeias e Aníbal García Pereira. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.

ICONOGRAFIA DA SEMIOSE NAS RELAÇÕES NATUREZA-CULTURA: DIAGRAMAS DO ECOSSISTEMA COMUNICACIONAL DO PARQUE RESIDENCIAL MANAUS E DO PARQUE RIO NEGRO

Iconografía de la semiosis en las relaciones naturaleza-cultura: diagramas del ecosistema comunicacional del Parque Residencial Manaus y Parque Río Negro

Mirna Feitoza Pereira
Beatriz Silva Goes
Hannah Costa Pinheiro

Resumo: Os diagramas ora apresentados dialogam com um conjunto de pesquisas lideradas pelo grupo de pesquisa Mediação: Comunicação, Complexidade e Culturas, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que enfoca a produção comunicativa de sistemas culturais diversos em espaços heterogêneos da cultura (espaço da cidade, design, jornalismo, publicidade, arte urbana, museu virtual, histórias em quadrinhos, crítica cinematográfica, videogames). Embora diversas, essas pesquisas guardam entre si uma peculiaridade: a geração de diagramas acerca do complexo de semioses que coloca em relação os diferentes sistemas que participam dos fenômenos comunicativos da cultura, aqui denominados ecossistemas comunicacionais. Neste capítulo, são apresentados os diagramas do estudo em torno da semiose no ecossistema comunicacional do Parque Rio Negro e do Parque Residencial Manaus, projetos urbanísticos que integram o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). A compreensão de comunicação adotada advém de uma epistemologia semiótica e ecossistêmica fundamentada no pensamento ecológico derivado dos estudos cibernéticos, na semiótica da cultura, na ecossemiótica, na epistemologia dos ecossistemas comunicacionais. Os diagramas produzidos auxiliam na expressão do

pensamento acerca do complexo de semioses envolvido entre sistemas da natureza e sistemas da cultura no ecossistema comunicacional do Parque Rio Negro e do Parque Residencial Manaus, revelando que, no espaço semiótico estudado, a comunicação não ocorre de forma isolada, mas na intersecção entre sistemas da natureza e da cultura articulada pela semiose.

Palavras-chave: Prosamim; ecossistema comunicacional; ecossemiótica; semiótica da cultura; pensamento ecológico.

Resumen: Los diagramas presentados dialogan con investigaciones del grupo “Mediación: Comunicación, Complejidad y Culturas” de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM), centradas en la producción comunicativa de diversos sistemas culturales en espacios heterogéneos como la ciudad, el diseño, el periodismo, el arte urbano, entre otros. Aunque variadas, estas investigaciones comparten la elaboración de diagramas que representan la complejidad de las semiosis entre sistemas implicados en fenómenos comunicativos, denominados aquí ecosistemas comunicacionales. Este capítulo presenta los diagramas del estudio sobre la semiosis en los ecosistemas comunicacionales del Parque Rio Negro y del Parque Residencial Manaus, proyectos urbanísticos integrados al Programa Social y Ambiental de los Igarapés de Manaus (Prosamim). La comprensión de la comunicación adoptada se basa en una epistemología semiótica y ecosistémica fundamentada en el pensamiento ecológico derivado en los estudios cibernéticos, en la semiótica de la cultura, en la ecosemiótica y en la epistemología de los ecosistemas comunicacionales. Los diagramas ayudan a expresar el pensamiento sobre la complejidad de las semiosis entre sistemas de la naturaleza y de la cultura, revelando que la comunicación no ocurre de forma aislada, sino en la intersección entre dichos sistemas, mediada por la semiosis.

Palabras clave: Prosamim; ecosistemas comunicacionales; ecosemiótica; semiótica de la cultura; pensamiento ecológico.

Introdução

O Parque Residencial Manaus e o Parque Rio Negro integram um conjunto de intervenções urbanísticas, ambientais e sociais realizadas na capital amazonense pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), criado pelo Governo do Estado do Amazonas em 2003, com recursos públicos e empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que somam US\$ 404 milhões, configurando-se como uma das maiores intervenções urbanas de natureza socioambiental já realizadas na região amazônica (Bid, 2011).

O programa atingiu as bacias hidrográficas dos Igarapés de Educandos e São Raimundo, afetando as populações que viviam nas margens²⁹ e sobre os leitos dos igarapés em aglomerados de palafitas³⁰, promovendo a pavimentação dos igarapés e erguendo, no lugar deles, conjuntos habitacionais populares dotados de áreas de lazer, parques públicos, pontes, ruas, entre outros equipamentos urbanos. Suas obras iniciaram, em 2006, com a remoção dos moradores e suas palafitas para dar início ao saneamento dos igarapés. O reassentamento das famílias incluiu o deslocamento para conjuntos habitacionais mais distantes do Centro (como os Conjuntos Nova Cidade e João Paulo II na zona leste), o realocamento para as unidades habitacionais construídas na região dos igarapés. Estima-se que

²⁹ As palafitas erguidas ao longo dos igarapés Educandos e São Raimundo tornaram-se os primeiros núcleos habitacionais operários espontâneos de Manaus, emergindo sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950, impulsionadas por fluxos migratórios desencadeados pela Segunda Guerra da Borracha e as grandes cheias, como a de 1953. Nesse processo, essas habitações populares emergenciais se distribuíram sobre as águas na bacia do Educandos e no entorno do igarapé de São Raimundo, configurando modos de ocupação que se transformariam nos subúrbios operários mais antigos da cidade, próximos ao Centro e ao Rio Negro (Souza, 2016).

³⁰ Palafitas são habitações tradicionais construídas sobre estacas de madeira, geralmente erguida sobre áreas alagadiças ou margens de rios, comum em regiões ribeirinhas da Amazônia brasileira.

somente nos igarapés da bacia de Educandos e do Quarenta moravam 7 mil famílias em um total de 36 mil pessoas em palafitas (Rossin, 2008). Outras microbacias vinculadas aos igarapés de Educandos e São Raimundo, como o Igarapé do 40, Igarapé do Mestre Chico e Igarapé do Franco, também receberam intervenções, num total de 15 igarapés. O Programa atingiu especificamente as populações que viviam em palafitas abaixo da cota de 30m de inundação, tomando como referência o nível do Rio Negro. (Goes, 2016).

O objetivo, neste capítulo, é examinar o Prosamim sob a ótica da comunicação e da semiótica, em uma compreensão do programa não apenas como um conjunto de intervenções físicas na cidade, mas como uma trama complexa de relações articulada pela semiose. Neste contexto, o espaço não é neutro nem meramente funcional: ele é texto, ele comunica, ele modeliza modos de viver, de circular e de pertencer. Por esta via de interpretação, o Prosamim constitui não apenas um programa de engenharia urbana, mas um texto da cultura, cuja inteligibilidade está dada na tessitura semiótica de seus espaços.

O *corpus* da pesquisa é composto pelo Parque Residencial Manaus (PRM), conjunto habitacional formado por edifícios de apartamentos erguidos sobre a área saneada e pavimentada do Igarapé de Manaus, integrante da bacia do Igarapé de Educandos, e o Parque Rio Negro (PRN), parque público dedicado ao lazer edificado sobre a bacia do Igarapé de São Raimundo. Esse recorte metodológico delimita o universo investigativo a dois tipos distintos de intervenção, o conjunto habitacional e o parque público, que, embora diferentes em forma e função, articulam-se no interior do mesmo espaço semiótico engendrado pelo programa na cidade. O PRM representa, nesse contexto, uma tentativa de formalização da moradia popular em moldes condominiais, regidos por um urbanismo normativo. Já o PRN, inscreve-se como espaço público reconfigurado, voltado à circulação, ao lazer e à visualidade urbana, operando como vitrine simbólica do projeto de cidade promovido pelo governo do Estado.

Da cidade como espaço semiótico aos ecossistemas comunicacionais e seus diagramas

A abordagem semiótica ora adotada deriva de um contexto mais amplo de investigações, voltado a compreender a cidade como objeto de estudos da comunicação articulado pela semiótica, explorando o espaço da cidade de Manaus a partir de sua imersão na semiosfera (Pereira 2008; Barros, Pereira, Castro, 2009; Pereira, Silva, Barros, 2011; Araújo, 2013; Goes, Pereira, 2012; Leonel, Pereira, 2013; Pereira, Teófilo, Lopes, 2013; Goes, Pereira, 2021).

Nesse contexto, o projeto precursor foi o estudo das palafitas de Manaus como textos da cultura amazônica³¹, motivado pelo início das obras do Prosamim, em 2006, visando ressaltar a relevância cultural dessas construções vernaculares, tendo a semiótica da cultura como fundamentação teórica. A pesquisa concluiu que a textualidade das palafitas de Manaus resulta da comunicação bilingue entre códigos da cultura ribeirinha e códigos da cultura urbana, sendo o igarapé o espaço necessário para a sua sobrevivência na cidade, em face do diálogo que mantém com o ciclo natural das águas. Assim, o próprio igarapé funciona como espaço semiótico necessário à preservação desse texto cultural na capital, encaminhando a discussão tanto para as interferências do espaço geográfico na semiotização da cidade quanto para a semiotização das relações natureza-cultura na urbanização de Manaus. (Pereira; Silva; Barros, 2011).

Com isso, a investigação voltou-se para a exploração das interferências de outros espaços geográficos na semiotização da cidade, saindo do encontro do Rio Negro com a foz de dois dos mais conhecidos igarapés de Manaus para adentrar a urbe, com o projeto “Espaços semióticos urbanos: um estudo da comunicação a partir das interferências do espaço urbano na dinâmica dos sistemas de

³¹ “Espaços semióticos urbanos: palafitas como textos da cultura amazônica”, projeto realizado em 2008 pela Profa. Dra. Mirna Feitoza Pereira e equipe no período em que esteve vinculada ao Centro Universitário do Norte/Uninorte.

signos”³². Neste contexto, estiveram abrigadas as pesquisas de Teófilo, Pereira e Lopes (2013) sobre as linguagens do grafite na cidade, tendo como recorte os muros das avenidas Djalma Batista e Constantino Nery; Araújo (2013), na exploração das interferências da cidade na mídia exterior dos empreendimentos imobiliários, com observações nas vias próximas ao Reserva Inglesa e Residencial Reflexo Luzes, na Ponta Negra; Goes e Pereira (2012), no estudo da comunicação da notícia dos jornais populares nos cruzamentos das avenidas mencionadas, e de Goes (2016), ao investigar as dinâmicas comunicacionais do Prosamim em uma abordagem ecossistêmica da semiose nos espaços do PRM e o PRN.

Ao mesmo tempo, essas pesquisas foram guiadas por uma epistemologia semiótica de caráter ecossistêmico que concebe os fenômenos comunicativos a partir das relações com seu mundo circunvizinho articuladas pela semiose, abrangendo os sistemas da cultura, da sociedade, da tecnologia e da natureza, numa compreensão do objeto de estudos da comunicação como um complexo de relações irredutíveis ao isolamento de suas partes, denominado ecossistemas comunicacionais.

De acordo com Pereira (2003; 2005; 2011a; 2011b; Freitas, Pereira, 2013), a perspectiva ecológica e semiótica adotada por esse conjunto de pesquisas encontra inspiração e fundamentos no pensamento ecológico de Gregory Bateson (2025); na semiótica da cultura da Escola de Tartu-Moscou, com ênfase no conceito de semiosfera de I. M. Lotman (1996); na concepção de comunicação da ciência cibernética proposta por Norbert Wiener (2000); nas discussões de Winfried Nöth e Kalevi Kull em torno do objeto de estudos da ecossemiótica, sejam as relações entre o organismo e seu ambiente (Nöth, 1998), sejam as relações natureza-cultura como campo da semiótica da cultura (Kull, 1998a, 1998b); sendo a base elementar dessa construção teórico-epistemológica o conceito de semiose de Charles Sanders Peirce. Em 2010, essa perspectiva

³² Projeto iniciado em 2010 e coordenado pela Profa. Dra. Mirna Feitoza Pereira com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Programa de Infra-Estrutura para Jovens Pesquisadores/Edital N. 012/2009

encontra abrigo no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Ufam, onde os ecossistemas comunicacionais figuraram como área de concentração, em diálogo com outras concepções científicas fundadas no paradigma do pensamento ecológico, sistêmico e complexo. (Capra, 2006; Maturana, Varela, 2001; Morin, 2005).

Imbuídas pelo pensamento ecossistêmico e semiótico acerca dos fenômenos comunicacionais, tanto as pesquisas relacionadas à cidade quanto às relacionadas a recortes empíricos mais predominantes na comunicação (jornalismo, publicidade, histórias em quadrinhos, crítica cinematográfica na web, videogames, museu virtual na web) guardam entre si uma peculiaridade: a produção de diagramas como meio de formular e dar suporte ao desenvolvimento do pensamento em torno da lógica semiótica acerca do complexo de relações dos ecossistemas comunicacionais (ver Araújo, 2013; Teófilo, Pereira, Lopes, 2013; Goes, Pereira, 2012; Goes 2016; Lopes, 2011; Dias, 2012; Freitas, 2013; Cordeiro, 2016).

Essa característica deu origem, em 2013, ao projeto “Pesquisa e desenvolvimento para construção do pensamento diagramático das linguagens da comunicação na cultura”³³, que se debruçou sobre os diagramas gerados por essas pesquisas, entre os quais, os diagramas dos ecossistemas comunicacionais do Parque Residencial Manaus e Parque Rio Negro, oriundos da pesquisa de Goes (2016).

³³ Desenvolvido pelo Mediação: Grupo de Pesquisa em Semiótica da Comunicação da Ufam, sob coordenação da Profa. Dra. Mirna Feitoza Pereira, em parceria com o Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação da Universidade de São Paulo, coordenado pela Profa. Dra. Irene Machado, com financiamento da Fapeam/Edital Universal No. 030/2013.

Diagramas do ecossistema comunicacional do Parque Residencial Manaus

Construído sobre o antigo leito do Igarapé de Manaus, pertencente à bacia de Educandos, uma das mais significativas do ponto de vista histórico e ambiental da capital amazonense, o PRM (figura 1) emerge como resultado de uma política de “despalafitação” que se traduziu na substituição de formas tradicionais de habitação popular por uma urbanidade padronizada e verticalizada.

As ruas Tarumã, Doutor Machado, Leonardo Malcher, Ramos Ferreira e Ipixuna, que agora entrecortam o parque, desenharam uma lógica de ocupação centrada no controle do espaço e na funcionalidade arquitetônica, em contraste com a fluidez e a organicidade das moradias anteriores. A análise do PRM, à luz da semiótica da cultura e da teoria dos ecossistemas comunicacionais, permite compreendê-lo como um texto cultural denso, no qual múltiplos sistemas modelizantes interagem para configurar um espaço urbano que comunica, organiza e modela modos de vida.

Figura 1 – À esquerda, Igarapé Manaus antes da construção do Parque Residencial Manaus e, à direita, vista geral contemporânea do Parque Residencial Manaus.





Fonte: Guilhon (2011) e <http://prosamim.am.gov.br/> (2016).

O diagrama apresentado (figura 2) evidencia a complexa articulação semiótica entre três sistemas modelizantes da cultura, favela, condomínio e saneamento, na constituição do ecossistema comunicacional do PRM. Ao colocarmos em relação essas três esferas da cultura, observamos que o Parque não se sustenta como uma totalidade autônoma, mas como uma unidade resultante da interdependência de códigos, signos e práticas oriundas de distintos regimes de significação.

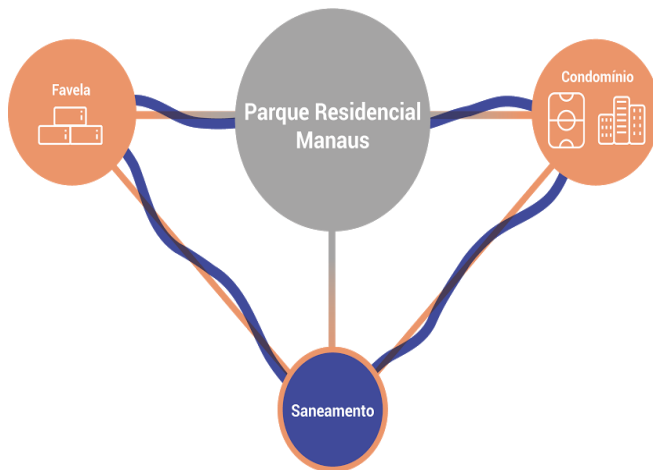
Nesse entrelaçamento, o PRM se apresenta como uma zona de semiose complexa, onde os códigos da favela, do condomínio e do saneamento não apenas se sobrepõem, mas se tensionam. A materialidade do tijolo aparente, elemento predominante na composição visual do projeto, atua como signo de um urbanismo que busca legitimar-se pela aproximação ao "popular", ao mesmo tempo em que subordina essa referência a uma lógica de domesticação da diferença. O tijolo, aqui, funciona como signo de uma memória arquitetônica que se deseja manter visível, mas neutralizada, traduzindo o imprevisto da favela em uma estética institucionalizada, controlada e estandardizada. Esse movimento evidencia uma tentativa

de recompor a heterogeneidade urbana a partir de um processo de homogeneização simbólica.

O condomínio surge como outro sistema modelizante que reconfigura o espaço segundo os preceitos da urbanidade planejada e institucionalizada. O condomínio introduz uma gramática espacial orientada por uma lógica de ordenamento e controle: entradas delimitadas, áreas de lazer padronizadas,

fachadas uniformes e regras de convivência. Esses elementos são incorporados ao PRM por meio de blocos de apartamentos idênticos, quadras poliesportivas e espaços de socialização previamente definidos, que reproduzem os códigos culturais da habitação de classe média, ainda que transplantados para uma realidade social distinta. Já o saneamento opera como vetor de higienização simbólica e territorial, promovendo a eliminação dos vestígios da vida ribeirinha e substituindo-os por infraestruturas que silenciam memórias aquáticas e modos de habitar historicamente marginalizados.

figura 2 – Diagrama³⁴ da articulação semiótica entre os três sistemas modelizantes da cultura do Parque Residencial Manaus



Fonte: Goes (2016)³⁵

O diagrama, ao traçar essas conexões e sobreposições, expressa a lógica semiótica do Parque como um texto da cultura em permanente semiose, em que os sentidos emergem das fricções entre sistemas culturais heterogêneos. Assim, a intersecção entre favela,

³⁴ Os diagramas apresentados foram elaborados no software Adobe Illustrator e são resultado de trabalho conjunto de Beatriz Silva Goes e Hannah Costa Pinheiro, no âmbito da dissertação *"Explorações semióticas do Prosamim: um estudo ecossistêmico da comunicação a partir da dinâmica da semiose no Parque Residencial Manaus e Parque Rio Negro"*, de Beatriz Silva Goes, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM. Os diagramas também integram um dos resultados do projeto *"Pesquisa e desenvolvimento para a construção do pensamento diagramático das linguagens da comunicação na cultura"*, coordenado pela Dra. Mirna Feltoza Pereira, com apoio da Fapeam.

³⁵ Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5381>. Acesso em: 25 jul. 2025.

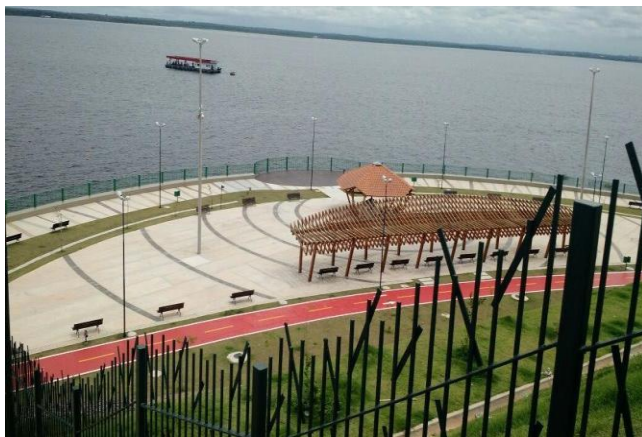
condomínio e saneamento não é apenas um dado estrutural, mas uma chave interpretativa para compreendermos os mecanismos de produção de sentido, dominação simbólica e reorganização dos modos de habitar a cidade de Manaus.

Diagramas do ecossistema comunicacional do Parque Rio Negro

O PRN (figura 3), localizado na orla do bairro São Raimundo, na zona oeste de Manaus, representa uma expressão concreta das estratégias territoriais de reconfiguração urbana promovidas pelo Estado do Amazonas. Foi implantado sobre a antiga ocupação de palafitas às margens do Igarapé de São Raimundo, curso d'água que, ao se formar a partir da confluência dos igarapés do Franco e Cachoeira Grande, atravessa uma bacia hidrográfica que abrange 16 bairros das zonas norte, leste, oeste e centro-oeste da cidade até desaguar no Rio Negro. O parque ocupa uma área de 36.590 m², totalmente inserida no perímetro urbano.

Figura 3 – À esquerda, Igarapé do São Raimundo antes da construção do Parque Rio Negro e, à direita, visão geral atual do parque





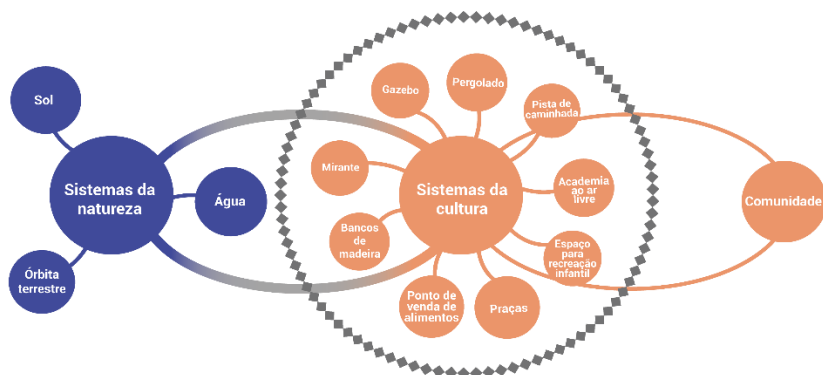
Fonte: Pereira; Silva; Dias (2011) e UGPI (2015)

Ao situar-se em uma área estratégica de ligação com o centro da cidade, por meio da ponte Senador Fábio Lucena, que corre paralela ao parque, a intervenção revela também sua dimensão simbólica: ao mesmo tempo em que promove um discurso de revitalização ambiental e modernização urbana, busca impedir novas ocupações informais no entorno do igarapé, reposicionando o uso do solo e a imagem da cidade a partir de parâmetros de ordenamento visual e sanitário.

Ao compreendermos o PRN como um ecossistema comunicacional de base semiótica, reconhecemos que sua existência se dá confluência entre sistemas modelizantes da cultura e da natureza, os quais não atuam de forma isolada, mas em constante relação. Esse encontro gera um *continuum* semiótico, no qual os códigos da cultura e da natureza se entrelaçam para estruturar sentidos, modelar o espaço e produzir comunicação. Assim, o PRN é compreendido como parte de um ecossistema comunicacional que modeliza o território por meio da linguagem do urbanismo técnico, da assepsia simbólica das águas e da transformação da orla ribeirinha em espaço de contemplação controlada.

O diagrama apresentado (figura 4) traduz visualmente a complexa arquitetura semiótica do PRN, revelando os entrelaçamentos entre os sistemas da natureza e da cultura na conformação de um ecossistema comunicacional. Ao centrar a análise na interdependência entre esses dois sistemas, o diagrama permite observar como os sistemas naturais, representados pelo sol, a órbita terrestre e o fluxo das águas, articulam-se aos sistemas culturais, expressos nos elementos arquitetônicos e funcionais do parque, para produzir sentidos no espaço urbano. A organização gráfica em círculos interligados indica não apenas a circularidade da cultura, que se renova continuamente, mas também a fluidez dos sentidos em disputa que emergem no PRN a partir do contato com a natureza. Nesse arranjo, a comunicação não é pensada como processo linear, mas como construção dinâmica e relacional, em que os códigos da cultura e a organização da natureza operam conjuntamente como sistemas modelizantes.

Figura 4 – Diagrama dos sistemas modelizantes da cultura do Parque Rio Negro



Fonte: Goes (2016)

A tensão entre os sistemas da natureza e da cultura manifesta-se de forma visível e simbólica nas fronteiras semióticas do Parque Rio Negro. Essas fronteiras não são meramente físicas ou cartográficas; são zonas de embate simbólico onde diferentes regimes de significação disputam a ordenação do espaço. De um lado, os sistemas naturais — o rio, o sol, o igarapé — impõem ritmos e fluxos próprios à cidade; de outro, os sistemas culturais — os equipamentos urbanos, os códigos arquitetônicos e a sinalização — são regidos pela lógica do controle, previsibilidade e racionalidade. O diagrama (figura 4) busca alcançar essa relação de interdependência e confronto, representando, em azul, os códigos da natureza e, em laranja, os da cultura. Os círculos remetem à circularidade da cultura e ao caráter não linear da semiose, reforçando a ideia de que os sentidos se constroem a partir das trocas e fricções entre esses sistemas. O PRN, nesse arranjo, emerge como um território fronteiro, um espaço liminar onde a cidade de Manaus comunica sua tentativa de domesticar a natureza, ao mesmo tempo em que é permanentemente interpelada por ela. Trata-se, portanto, de uma paisagem semiótica que não se estabiliza, mas se constitui na tensão produtiva entre projeto e fluxo, entre apagamento e memória, entre ordem e vida. O diagrama, ao integrar visualmente essas camadas, permite compreender o PRN não só como resultado de projeto de requalificação urbana, mas como artefato semiótico complexo, onde diferentes linguagens, sistemas e temporalidades se entrecruzam na tessitura de um ecossistema comunicacional em permanente disputa.

Conclusão

A implantação do Prosamim oferece um ponto de partida para refletirmos criticamente sobre os processos de transformação urbana que reconfiguram o espaço dos rios na Amazônia. Ao converter o curso d'água em solo edificado, o Prosamim efetivou uma operação de apagamento geográfico e semiótico que não se limita à substituição

física das palafitas por blocos habitacionais, mas envolve também uma reestruturação simbólica sobre os modos de habitar a cidade. A antiga morada de populações ribeirinhas de baixa renda, antes sustentada sobre estacas e imersa na lógica fluida e relacional dos igarapés, cede lugar a unidades de habitação formalizadas, erigidas sobre um território que já não é mais água. Há um deslocamento da relação histórica das comunidades com as águas urbana (Meneghini, 2012), anteriormente estruturadas por práticas de pesca, transporte fluvial, redes de vizinhança e formas tradicionais de habitação, para um modelo de moradia padronizada, tipificado, e alinhado a políticas de reordenamento territorial que privilegiam a governança da cidade sobre sua fluidez ecológica.

Referências

ARAÚJO, Francelle Santos. **As relações comunicativas entre a mídia exterior e o espaço urbano**: um estudo da dinâmica da publicidade dos empreendimentos imobiliários na cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). BID aprova US\$ 280 milhões para ações urbanísticas, sociais e ambientais em Manaus. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, 2011. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bid-aprova-us-280-milhoes-para-acoes-urbanisticas-sociais-e-ambientais-em-manaus>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BARROS, Taíssa Dias, PEREIRA, Mirna Feitoza, CASTRO, Márcia Honda. Estudo dos contextos urbano e ambiental das palafitas da cidade de Manaus. In: **Reunião anual da SBPC**, 61., 2009, Manaus. Anais/Resumos... São Paulo: SBPC, 2009.

BATESON, Gregory. **Rumo a uma ecologia da mente** [trad. Simone Campos]. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

CAPRA, Fritjof. **A tela da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CORDEIRO, Marcus Augusto da Silva. **Códigos do jogo**: um estudo das linguagens da cultura dos games presentes na série Metal Gear Solid. 2016.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Federal do Amazonas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

DIAS, Anielly Laena Azevedo. **O ecossistema comunicativo das histórias em quadrinhos na web**. Semioses nas relações entre os sistemas do entretenimento e o sistema tecnológico. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Federal do Amazonas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

FREITAS, Susy Elaine da Costa. **Crítica expandida**: um estudo do espaço acústico da crítica cinematográfica na WEB. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Federal do Amazonas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

FREITAS, S. E. C. ; PEREIRA, M. F. . Paradigmas científicos para o estudo dos ecossistemas comunicacionais. In: Netília Silva dos Anjos Seixas; Luciana Miranda Costa; Alda Cristina Costa. (Org.). **Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia**. Belém: FADESP, 2013, p. 35-50.

GOES, Beatriz Silva. **Explorações semióticas do PROSAMIM**: um estudo ecossistêmico da comunicação a partir da dinâmica da semiose no Parque Residencial Manaus e no Parque Rio Negro. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

GOES, Beatriz Silva, PEREIRA, Mirna Feitoza. Fronteira semiótica nas relações cultura-natureza: explorações no Parque Rio Negro. In: PEREIRA, Mirna Feitoza, FREITAS, Ítala Clay de Oliveira, NOGUEIRA, Wilson. **Linguagens da comunicação na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2021, pp.15-42.

_____. A comunicação da notícia do jornal impresso a partir da dinâmica do trânsito da cidade de Manaus. **Iniciacom**. Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social, v. 4, p. 1, 2012.

LEONEL, Camila; PEREIRA, Mirna Feitoza. A cidade como objeto de estudos da comunicação: apontamentos teóricos e metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2013.

LOTMAN, Iuri M. **La semiosfera I**. Semiótica de la cultura y del texto. (selección e traducción del ruso Desiderio Navarro). Madrid: Frónesis Cátedra Universitat de València, 1996.

LOPES, Valter Frank de Mesquita. **Museu virtual como ecossistema comunicativo**: um estudo da semiose dos processos comunicativos do Google Art Project. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas.

MATURANA, Humberto, VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. As bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MENEZHINI, Márcia Elisa Freire. **A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental**: um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MORIN, Edgar. **O método**: rumo ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2005. 6 v.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecologia comunicacional da relação da criança com o entretenimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 20, p. 81-87, 2003.

_____. **"Porcarias", inteligência, cultura**: semioses da ecologia da comunicação da criança com as linguagens do entretenimento, com ênfase nos games e desenhos animados. Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Tese de doutoramento. 2005.

_____. Fundamentos de uma visão ecossistêmica da comunicação: uma compreensão semiótica. In: PEREIRA, Mirna Feitoza; MONTEIRO, Gilson; ABBUD, Maria Emilia de Oliveira Pereira. (Org.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: Editora, 2011a, p. 13-35.

_____. Ecossistemas comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, M. A.; SEIXAS, N. S. A.; LIMA, R. L. A.; AMARAL FILHO, O.. (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Série Comunicação, Cultura e Amazônia. 1ed.Belém: Fadesp, 2011b, p. 49-63.

PEREIRA, M.F.; SILVA, M. A. S.; BARROS, T. D.. Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade. In: **Somanlu**. Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 11, n. 2. jul./dez. 2011.

PEREIRA, Mirna Feitoza; TEÓFILO, Ana Bárbara de Souza; LOPES, Valter Frank Mesquita. Grafite, semiose e comunicação no espaço da cidade. In: SILVA, Alexandre Rocha da, NAKAGAWA, Regiane Miranda. **Semiótica da Comunicação**. Intercom: São Paulo, 2013, p. 366-387.

ROSSIN, Antonio Carlos. **Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia**: estudo de caso apresentado à Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/estudo-de-caso-prosamim/>. Acesso em: 14 maio 2016.

SOUZA, Leno José. Cidade flutuante: uma Manaus sobre as águas. **URBANA** – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115–146, mai./ago. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314649837_Cidade_Flutuante_uma_Manaus_sobre_as_aguas . Acesso em: 2 ago. 2025.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade**. O uso humano dos seres humanos. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

RIBEIRINHOS E FOTOJORNALISMO EM TRAMAS SÍGNICAS DE REPRESENTAÇÃO

Ribereños y fotoperiodismo en tramas simbólicas de representación

Ítala Clay de Oliveira Freitas
Camila Barbosa Oliveira

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar artigos científicos que abordem as práticas brasileiras de fotojornalismo, com foco na representação do ribeirinho amazônico na sociedade contemporânea. Metodologicamente adota uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo cobrindo o recorte temporal do período de 2013 a 2023, nos portais Capes Periódicos, Scielo e Google Acadêmico. Utiliza como fundamentos teóricos os conceitos de signo e semiose, de Charles S. Peirce, e o conceito de senso comum advindo da teoria das representações sociais, de Moscovici, para compreender possíveis imbricações e filigranas de sentidos que possam se constituir nas práticas que estão sob o olhar investigativo acadêmico. Aponta como resultados a descoberta de lacunas que mostram a necessidade de ampliação do quantitativo de estudos sobre o tema em questão, bem como igual demanda de acréscimo para diversidade de abordagens, no intuito de identificar potenciais especificidades imagéticas e processos comunicacionais ao longo do fluxo de semiose sociocultural e histórica.

Palavras-chave: Ribeirinho; Fotojornalismo; Amazônia; Semiótica.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar artículos científicos que abordan las prácticas del fotoperiodismo brasileño, centrándose en la representación de las comunidades ribereñas amazónicas en la sociedad contemporánea. Metodológicamente, adopta un enfoque cualitativo, con investigación bibliográfica y análisis de contenido que abarca el período de 2013 a 2023, en los portales Capes Periódicos, Scielo y Google Scholar. Utiliza como fundamentos teóricos los conceptos de signo y semiosis de Charles S.

Peirce, y el concepto de sentido común derivado de la teoría de las representaciones sociales de Moscovici, para comprender posibles superposiciones y filigranas de significado que pueden constituirse en prácticas bajo la mirada investigativa académica. Los resultados apuntan al descubrimiento de lagunas que demuestran la necesidad de ampliar el número de estudios sobre el tema en cuestión, así como una demanda igual de mayor diversidad de enfoques, con el objetivo de identificar posibles especificidades de las imágenes y los procesos de comunicación a lo largo del flujo de la semiosis sociocultural e histórica.

Palabras clave: Habitantes ribereños; Fotoperiodismo; Amazônia; Semiótica.

Introdução

A Amazônia constitui-se como tema recorrente nos jornais brasileiros e internacionais, sendo abordada especialmente devido às ações antrópicas de ampla e profunda repercussão em toda a sociedade. A composição social da região é bastante diversificada, assim como o modo de vida de sua população. Somente na Amazônia brasileira vivem 29,5 milhões de pessoas, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2021. Observa-se que nesse contexto, a população ribeirinha tem pouca e estereotipada visibilidade na cobertura midiática, embora seja um dos grupos sociais representativos da região e de suas formas de vida.

Considerando então a importância social que as populações ribeirinhas assumem perante a agenda ambiental com impacto no ecossistema global, faz-se necessário investigar como essas populações são configuradas nas práticas de representação imagética construídas pelo fotojornalismo, dada sua capacidade de expor realidades, sensibilizar audiências e influenciar as opiniões do público e da política. Faz-se necessário ainda compreender como os trabalhos de cunho científico tem apresentado o tema, ou seja, é preciso identificar o estado da arte.

Nesse sentido, o presente texto, com base em pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso em jornalismo, na Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal do Amazonas – FIC/UFAM, tem por objetivo apresentar os resultados de um mapeamento preliminar e exploratório acerca das práticas de fotojornalismo, com foco na representação do ribeirinho amazônico na sociedade contemporânea, enquanto objeto de investigações científicas.

Metodologicamente segue uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, revisão da literatura e análise de conteúdo de artigos científicos, no recorte temporal de 2013 a 2023, nos portais Capes Periódicos, Scielo e Google Acadêmico. Em termos de fundamentos teóricos, abriga-se nos conceitos de signo e semiose, do

filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914) proposto em sua arquitetura filosófica; e da noção de senso comum, conforme a Teoria das Representações Sociais, elaborada pelo psicólogo social Serge Moscovici (1925-2014), para que se possa investigar processos de semiose que se organizam em percepções e reflexões (materializadas em imagens) da população ribeirinha na Amazônia, e consequentemente, a construção de representações sociais dessa população.

Ribeirinhos, fotojornalismo e pesquisas científicas

Apesar de a Amazônia ser cada vez mais estudada e apontada como essencial na manutenção da vida no planeta como se conhece hoje, ainda é retratada como uma região de vazio intelectual onde não ocorre produção científica. O discurso do distanciamento geográfico comum nas pautas amazônicas se torna muito maior quando se trata de ciência e de produção de conhecimento.

Com o foco em tantos superlativos ambientais, desde a chegada dos europeus, percebe-se que as populações amazônicas e suas culturas foram relegadas a categorias inferiores, conforme Vianna (2008). No processo histórico, esta construção ideológica limitadora, produzida pelos interesses das elites, foi acentuando desigualdades, invisibilizando culturas, dizimando povos, silenciando línguas, desmitificando crenças e homogeneizando complexidades. Consequentemente, estigmatizando a região e seus habitantes (Vianna, 2008). (Lopes, 2019, p.4).

Reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro como uma população tradicional do país, desde o ano 2000, considera-se como principal característica do ribeirinho o viver às margens de rios. Suas vidas são marcadas por uma estreita relação com a natureza, da qual depende para sua subsistência. Na Amazônia, a população ribeirinha é apontada como guardiã da floresta, detentora de saberes e conhecimentos necessários neste século, porém é pouco conhecida e ouvida de fato. Dentro do contexto de necessidade de preservação é importante entender como essa população conviveu inserida no ecossistema amazônico com um nível de impacto mínimo sobre ele.

O ribeirinho amazônico constitui-se em um complexo tecido social e cultural, tanto em sua origem, quanto em modo de vida. Compreender como se relaciona com a floresta e as especificidades de seu modo de vida, podem, por exemplo, ajudar a ressignificar as percepções e construções imagéticas da Amazônia, historicamente reiteradas como um vazio demográfico e intelectual para o mundo; bem como apontar para outras possibilidades de construção de conhecimento, na contramão dos estereótipos da precariedade e da indolência.

O fotojornalismo e as pesquisas científicas têm a possibilidade de criar e recriar a imagem do ribeirinho na sociedade, por meio de seu modo de representação, dando a essa população nuances contrárias as que mostrou a pesquisa de Bueno (2008) que mesmo para os cidadãos dos núcleos urbanos capitais da região norte o ribeirinho é uma população desconhecida e vista como exótica e referência de pobreza.

Ao longo da história ficou evidente no imaginário social um conjunto de representações e símbolos a respeito do território da Amazônia e especialmente em relação às populações tradicionais da região, tomando como exemplo os ribeirinhos. Essas representações afirmaram maneiras defasadas de enxergar a identidade das populações ribeirinhas que na maioria das vezes conduz a invisibilidade da população amazônica. (Silva, 2017, p. 7).

Coleta e Análise de dados

Para o delineamento do corpus de análise deste trabalho foi realizado um levantamento preliminar com o intuito de identificar – de modo geral - a abordagem dos estudos já concebidos sobre fotojornalismo na região, buscando uma compreensão panorâmica acerca da visibilidade e aspectos de destaque referente aos signos empregados para compor a representação dos ribeirinhos. O levantamento e a pré-análise foram realizados no período de 14 a 21 de outubro de 2024, com o objetivo de mensurar o volume de informações sobre o tema e os tipos de materiais.

Referente aos critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos em bancos de dados de acesso aberto, disponíveis na internet, no idioma português, disponibilizados em três plataformas, considerando a importância para a disseminação do conhecimento científico, Capes Periódicos e Scielo; e a facilidade de acesso, Google Acadêmico. O recorte temporal foi delimitado entre os anos de 2013 a 2023. Para a realização da pesquisa nas três plataformas foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "Fotojornalismo"; "Amazônia"; "Ribeirinho". Posteriormente, buscas adicionais foram realizadas a partir dos termos compostos, "Fotojornalismo + ribeirinho" e "Fotojornalismo + Amazônia + Ribeirinho" e feitas na plataforma de pesquisa Google Acadêmico. O resultado das buscas apresentou um total de 280 artigos.

Após a fase de pré-análise, com a realização das leituras do título, resumo e introdução, foram selecionados sete artigos para o efetivo desenvolvimento da análise de conteúdo, seguida pelo procedimento de codificação com base nos objetivos declarados pelos autores. Enfatiza-se que neste momento buscou-se um nível de maior aprofundamento da leitura, com a finalidade de transformar os dados coletados em informações organizadas e significativas, permitindo uma análise mais fundamentada, conforme as etapas preconizadas por Bardin (2016).

Após a clivagem final, os artigos coletados foram então sistematizados segundo seus temas/tipos de estudo, em três categorias: Obras de fotógrafos, Análise fotográfica, e Derivados da prática jornalística, conforme o detalhamento exposto no quadro a seguir.

Quadro1 – Categorização dos dados obtidos em clivagem final

CATEGORIAS		
Obras de Fotógrafos (3 resultados)		
Ano/ Título	Autor (es)	Objetivo
2023 Entre o alinhamento e a	Vitor Marcelino	Examinar na Revista Realidade, edição de outubro de 1971, a abordagem do

dissonância: a fotografia na revista Realidade Amazônia (1971) e a defesa da colonização da floresta		fotojornalismo em relação às pautas indígenas e ambientais no período de colonização da floresta amazônica, conduzido pelo governo militar, com ênfase nas fotografias de Claudia Andujar e George Love.
2019 A poética de Cláudia Andujar: um paralelo político ambiental entre arte, fotografia e natureza	Rayane Lacerda Vieira da Silva Ana Tais Martins	Analisar a obra de Cláudia Andujar, destacando como sua fotografia e arte se entrelaçam com questões sociais, políticas e ambientais, especialmente no contexto da luta do povo Yanomami.
2015 Imagem e território: a Amazônia nas fotos de George Love	Douglas Canjani	Abordar as fotografias de George Love feitas na região amazônica na década de 1970 e as questões de escolha editorial, e o seu sentido para contemporaneidade.
Análise Fotográfica (2 resultados)		
2022 Rede Social de Imagens e produções locais para pensar sobre um problema nacional: A Pandemia da	Camila Leite de Araujo e Cristiane Barbosa	Analisar, em rede social de imagens, a função da investigação fotográfica durante pandemia da Covid-19 no Brasil, a partir de três ensaios: uma proposta de reportagem fotográfica, outra em formato de viés familiar e fotodocumental e um ensaio reflexivo e pessoal.

Covid-19 no Brasil		
2021 A necropolítica ambiental Bolsonaroista pelas imagens de portais noticiosos no Instagram;	Rafael Sbeghen Hoff e Janaine Guimarães dos Santos	Refletir sobre a relação entre imagem e texto, dispostas no jornalismo digital, a partir da análise de cinco perfis noticiosos do Instagram, entre janeiro de 2018 e junho de 2020.
Derivados da prática jornalística (2 resultados)		
2015 Cheia do Amazonas: o cotidiano do ribeirão	Sandro Aurélio Gomes Pereira Carlos Fábio Morais Guimarães	Abordar a fotografia como veículo de informação ao mostrar o cotidiano das pessoas atingidas pelas “cheias” no município de Manacapuru, no Amazonas. É derivado de trabalho prático da disciplina de fotojornalismo da graduação de jornalismo
2013 Inverno Amazônico	Lenilson Burrego, Aderson Silva, Aline Xavier, Diones Gama, Jailson André, Neliã Alfaia e Anália Barbosa	Mostrar, por meio do registro fotográfico, o problema da cheia no Amazonas, que tanto tem prejudicado a vida de ribeirinhos. É derivado de trabalho prático da disciplina de fotojornalismo da graduação de jornalismo

Fonte: As autoras

Resultados encontrados: o que está fora de foco?

O primeiro grupo de artigos encontrados analisa as obras de fotojornalistas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da área no Brasil. George Love e Claudia Andujar, dois estrangeiros que fixaram residência no país durante boa parte de suas vidas. Ambos os fotógrafos tiveram expressividade profissional ao retratar a Amazônia e suas populações. Essa fase de seus trabalhos e vidas é o que compõe o objeto de estudo dos artigos coletados.

Essa primeira classificação se refere a estudos que têm como foco principal os trabalhos de fotojornalistas realizados na Amazônia. Os três estudos encontrados se tangenciam quanto à obra analisada, a época e temática sobre a qual foram realizados. Outro ponto tangente é que em nenhum deles o ribeirinho consta como protagonista das análises, vale ressaltar que as obras dos fotógrafos também não colocam o ribeirinho em foco: Claudia Andujar se sobressai por sua atuação junto aos indígenas Yanomami e George Love por suas fotografias áreas da floresta Amazônica.

O artigo “Entre o alinhamento e a dissonância: a fotografia na revista Realidade Amazônia (1971) e a defesa da colonização da floresta”, de Vitor Marcelino, apresenta uma análise de fotografias publicadas na edição especial da Revista Realidade. Nos outros dois artigos os ribeirinhos são citados uma única vez. Conforme a análise do autor, os ribeirinhos são representados pelas “situações precárias em que vivem ou nos momentos em que estão trabalhando como extrativistas” (Marcelino, 2023, p. 25).

Na fotografia que apresenta o extrativismo, uma das comunidades consideradas tradicionais da região na atualidade acaba por ter efeito inverso ao pretendido. “Embora seja percebida uma intenção em humanizar as pessoas envolvidas com o extrativismo, a fotografia de Chiodi acaba reforçando o aspecto de precariedade vivido por elas, ampliando o discurso de que os regimes de trabalho no local devem ser industrializados” (Marcelino, 2023, p. 2). A partir da análise do autor sobre as fotografias de ribeirinhos e colonos representados pelas fotografias que compuseram a edição especial da

revista Realidade, percebe-se uma evidente dicotomia entre ambas as populações, enquanto o ribeirinho é pobre, sofrido, arredio e com uma vida de dramas sendo retratado em preto e branco; os colonos são retratados de forma totalmente oposta e fomentando discursos que perduram até hoje.

As crianças nativas estão retratadas como se estivessem em uma situação de profunda precariedade, enquanto as estrangeiras desfrutam de ótimas condições de vida em plena floresta– ao menos é o que indicam as suas alinhadas roupas. Elas são filhas dos missionários estabelecidos na floresta, de diferentes nacionalidades, entre canadenses, estadunidenses, inglesas e irlandesas. [...] A publicação defende que sem a presença de pessoas de outros países, a região não seria capaz de alcançar o desenvolvimento econômico. Discurso que remete às operações verdeamarelistas, apontadas por Marilena Chauí, que se referem à condição periférica e subordinada do Brasil frente ao capital internacional (Marcelino, 200 p. 33).

A segunda classificação se refere a estudos de análise fotográfica, ambos têm em comum a plataforma na qual foram publicadas as fotografias analisadas, ou seja, a rede social Instagram. Em “A necropolítica ambiental bolsonarista pelas imagens de portais noticiosos no Instagram” a análise se detém sobre a imagética no contexto noticioso sobre o meio ambiente. O artigo examina imagens utilizadas no contexto jornalístico, não o fotojornalismo, citando apenas uma vez esse termo, sobre a Amazônia, com foco na categoria jornalismo ambiental, com ênfase sobre pautas relacionadas à Amazônia e Meio Ambiente. A população é colocada como parte do meio ambiente, e os únicos mencionados com algum detalhe são os indígenas. O artigo conclui que os dados encontrados **“reforçam o imaginário de que a Amazônia é grande, distante, por consequência exótica e de difícil acesso”** (Hoff e Santos, 2021, p. 171). Para os autores, as imagens veiculadas são genéricas e ainda servem para reforçar estereótipos históricos sobre a região.

O segundo estudo selecionado analisa as imagens produzidas no contexto da pandemia do covid-19 e publicada na rede social Instagram. Os ribeirinhos são citados durante a análise de fotografias feitas na ilha do Marajó-PA pelo fotojornalista Tarso Sarraf.

As autoras classificam as fotografias como ensaio, segundo elas “uma marca do fotojornalismo moderno, consolidado nos anos de 1930 nas revistas ilustradas” (Araújo e Barbosa, 2021, p.7). O termo ribeirinho aparece seis vezes ao longo da descrição das imagens.

A terceira classificação utilizada refere-se a estudos derivados da prática fotojornalística. Estes são artigos publicados na plataforma da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) com a finalidade de apresentar um produto prático na área de comunicação para concorrer ao prêmio realizado pela entidade. Estes artigos servem tanto como apresentação do produto como para contextualização do assunto retratado. Ambos se debruçam sobre a temática da cheia dos rios amazônicos e como afetam o cotidiano das populações.

Os dois retratam a população do interior do estado do Amazonas, Manacapuru e Boca do Acre, chamando-os de ribeirinhos, porém a população fotografada reside no núcleo urbano de ambos os municípios. Isso indica que para os autores somente a população da capital não é considerada ribeirinha, há uma generalização do que é ser ribeirinho, interpretação corroborada pela definição de ribeirinho colocada no texto. “O fenômeno natural altera o cotidiano do habitante amazônico, o ribeirinho - indivíduo que habita em comunidades ou cidades do interior do estado, vive, todos os anos, um eterno recomeço, causado pela enchente e vazante dos rios.” (Pereira e Guimarães, 2015, p. 2). Em “Inverno Amazônico” os autores ainda adicionam o olhar do exotismo sobre a forma como os moradores lidam com a enchente, corroborada no trecho: “Nossa equipe deslocou-se até o município para realizar um ensaio sobre o assunto. Tudo que presenciávamos naquela cidade, tornava-se surpreendente, tanto o desastre ambiental causado pela enchente, quanto, as atitudes dos moradores em enfrentar a situação” (Burego et.al. 2013. p. 4).

Em termos de signos de representação pode-se afirmar que os estudos em destaque evidenciam a dificuldade de se dar conta de um processo de semiose legítima, posto que revelam e/ou reafirmam signos que se constituem como estereótipos, modelos planos e redundantes, gerando interpretantes de baixa complexidade, e

comprometimento sério em termos de percepção ético-política sobre a população ribeirinha. Isto, se considerarmos a função essencial de um signo, conforme elaborado por Peirce, lembrado e enfatizado por Floyd Merrell:

“A função essencial de um signo é tornar eficientes relações ineficientes...O conhecimento de algum modo os torna eficientes, e um signo é alguma coisa através de cujo conhecimento nós passamos a conhecer mais” (Peirce, CP:8.332) Ideias e pensamentos são eles próprios signos, uma vez que ‘signos-acontecimentos’ no mundo e ‘signos-pensamentos’ na mente multiplicam-se e crescem, assim também ocorrendo com o conhecimento.” (Merrell,2021, p. 72)

Pode-se articular a este princípio lógico-semiótico, de ordem geral, o pensamento de Moscovici (2003), sobre a importância de se refletir acerca dos aspectos pragmáticos de tais representações. Pensamento desenvolvido em Jodelet (1986) ao afirmar que os grupos têm a sua estruturação de identidade e seus processos de comunicação interna e externa fortemente influenciados pela representação social. Ela se constitui como ferramenta substancial na construção da comunicação e da identidade, ao atuar como facilitadora da formação de significados compartilhados, de identidades coletivas e individuais, e influenciando nas relações entre diferentes grupos.

Neste contexto, para Jodelet (1986) a representação social passa a ser uma mediadora das relações culturais da sociedade por meio de informações transmitidas mediante diferentes canais, como a mídia, a educação e as interações sociais. Essas representações moldam a forma como as histórias são contadas e como as identidades são construídas e percebidas socialmente. Portanto, o processo comunicacional da sociedade é profundamente influenciado pela Representação Social, e no contexto do fotojornalismo essa influência é uma via de mão dupla, na qual exerce o papel de agenciador de representações sociais por meio de seu processo de produção.

Considerações finais

Durante levantamento de dados para esta pesquisa, foi observado que na plataforma Capes Periódicos - a principal indexadora

de material científico do país -, há uma disparidade significativa entre resultados de pesquisa sobre o ribeirinho na área de comunicação e em outras áreas no que concerne a publicações no formato artigo científico. O que leva à afirmação de que é necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre a questão para compor um entendimento mais verticalizado desse fenômeno, considerando que esta pesquisa não encontrou nenhum artigo que tenha como corpus de estudo principal a representação do ribeirinho no fotojornalismo.

Destaca-se ainda que os estudos de mídia na Amazônia se detêm sobre os meios mais tradicionais, jornal impresso e televisão, e os estudos sobre o fotojornalismo produzido na região se aplicam em sua maioria aos assuntos da floresta, ambientais e indígenas. É necessária a realização de mais estudos na busca pelo esclarecimento se este dado é reflexo de uma produção fotojornalística centrada nestes dois temas ou por questão de escolha subjetiva no interesse do objeto de pesquisa.

Depreende-se como resultado final obtido que o ribeirinho é pouco estudado como sujeito de interesse da prática do fotojornalismo na Amazônia e que há um amplo campo de estudos a ser aproveitado no que tange às possibilidades semióticas de uso das linguagens, bem como aos impactos ético-políticos. Dada a importância da representação na construção do conhecimento social, este tema se constitui relevante em uma sociedade como a Amazônica, pois possibilita, entre outros, entender como se dá a relação entre os diferentes núcleos gregários e como seus direitos e deveres interferem entre esses grupos, ampliando o escopo de conhecimento sobre a Amazônia.

Referências

ARAUJO, C. L. de .; BARBOSA, C. . Rede Social de imagens e produções locais para pensar sobre um problema nacional: a pandemia da Covid-19 no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 20, n. 38, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v20i38.761. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/761>. Acesso em: 9 out. 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BUREGO, Lenilson. et. al. Inverno Amazônico. 2013. Intercom -Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Prêmio Expocom 2013 -Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/expocom/EX34-0172-1.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2024.

CANJANI, Douglas. IMAGEM E TERRITÓRIO: a Amazônia nas fotos de George Love Capítulo 5. (2022).

HOFF, R. S., & DOS SANTOS, J. G. (2022). A necropolítica ambiental bolsonarista pelas imagens de portais noticiosos no Instagram. *Disciplinarum Scientia | Sociais Aplicadas*, 17(2), 157–174. Recuperado de <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/4128>

JODELET, D. (1986). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Ed.), *Psicología Social II : Pensamiento y vida social* (pp. 469-494). Barcelona, Paidós.

MARCELINO, V. Entre o alinhamento e a dissonância: a fotografia na revista Realidade Amazônia (1971) e a defesa da colonização da floresta. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 31, p. e26, 2023.

MERRELL, Floyd. A semiótica de Charles S. Peirce hoje. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa *Social representations: explorations in social psychology* [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

OLIVEIRA, Camila Barbosa. A representação do ribeirinho no fotojornalismo: uma análise dos estudos sobre a prática fotojornalística e sua influência. Trabalho de Conclusão de Curso, Jornalismo – Faculdade de Informação e Comunicação/Universidade Federal do Amazonas, 2024.

PEREIRA, Sandro Aurélio Gomes . GUIMARÃES, Carlos Fábio Moraes. Intercom -Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXII Prêmio Expocom 2015 -Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação Cheia do Amazonas: o cotidiano do ribeirinho 1. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://portalintercom.org.br/anais/norte2015/expocom/EX44-1004-1.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2024.

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

SILVA, Iêda Rodrigues da.; . MODO DE VIDA RIBEIRINHO: construção da identidade amazônica. [s.l: s.n.]. 2017. Disponível em: <<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/mododevidaribeirinhoconstrucaodaidentidadeamazonica.pdf>>.

SILVA, Rayane Lacerda Vieira; MARTINS, Ana Tais. A poética de Cláudia Andujar: um paralelo político-ambiental entre arte, fotografia e natureza. IN: Comunicação e imaginário no Brasil: contribuições do grupo Imaginalis (2008-2019). Porto Alegre: Imaginalis, 2019. 295 p. 261-286.

VIANA, Nildo. Senso comum, representações sociais e representações cotidianas. Cotidianas. Bauru: Edusc, 2008.

ECOSSEMIÓTICA E PUBLI-CIDADE: SIGNOS, CLIMA E ESPAÇO NA AMAZÔNIA URBANA

Ecossemiótica y publi-CIDADE: Signos, Clima y Espacio en la Amazonía Urbana

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos
Rodolfo Silva Marques

Resumo: O presente capítulo investiga as interfaces entre ecossemiótica, linguagem e ocupação simbólica dos espaços urbanos e naturais na Amazônia, articuladas por meio do conceito de publiCIDADE (Santos, 2021) como instrumento analítico das relações entre comunicação, cultura e ambiente. A pesquisa parte do reconhecimento de que os discursos e signos que moldam o imaginário amazônico, muitas vezes impostos por olhares exógenos, influenciam diretamente os modos de apropriação, exclusão e resistência nos territórios. Com base em uma abordagem qualitativa e transdisciplinar, combinando análise semiótica, etnografia urbana e estudos ambientais, o estudo examina manifestações simbólicas em espaços públicos e comunitários de cidades amazônicas, considerando especialmente a produção de sentidos em murais, grafites, intervenções artísticas e práticas discursivas cotidianas. Os resultados revelam que tais expressões configuram uma ecossemiótica insurgente, que mobiliza narrativas hegemônicas e promove visibilidades plurais acerca da relação entre clima, cultura e diversidade. O conceito de publi-CIDADE (Santos, 2021) demonstra-se útil para compreender a cidade como texto vivo, disputado por vozes diversas que se inscrevem nos corpos, muros e paisagens. Conclui-se que reconhecer essas dinâmicas simbólicas é essencial para uma compreensão mais profunda da Amazônia como território semiótico complexo, onde o ambiente não é apenas contexto, mas agente ativo na produção de significados e resistências culturais.

Palavras-Chave: Ecossemiótica; publiCIDADE; Amazônia urbana.

Resumen: El presente capítulo investiga las interfaces entre la ecossemiótica, el lenguaje y la ocupación simbólica de los espacios urbanos y naturales en la Amazonía, articuladas por medio del concepto de publiCIDADE (Santos, 2021) como instrumento analítico de las relaciones entre comunicación, cultura y medio ambiente. La investigación parte del reconocimiento de que los discursos y signos que moldean el imaginario amazónico, muchas veces impuestos por miradas exógenas, influyen directamente en los modos de apropiación, exclusión y resistencia en los territorios. Con base en un enfoque cualitativo y transdisciplinario, que combina análisis semiótico, etnografía urbana y estudios ambientales, el estudio examina manifestaciones simbólicas en espacios públicos y comunitarios de ciudades amazónicas, considerando especialmente la producción de sentidos en murales, grafitis, intervenciones artísticas y prácticas discursivas cotidianas. Los resultados revelan que tales expresiones configuran una ecossemiótica insurgente, que moviliza narrativas hegemónicas y promueve visibilidades plurales acerca de la relación entre clima, cultura y diversidad. El concepto de publi-CIDADE (Santos, 2021) demuestra ser útil para comprender la ciudad como un texto vivo, disputado por voces diversas que se inscriben en los cuerpos, muros y paisajes. Se concluye que reconocer estas dinámicas simbólicas es esencial para una comprensión más profunda de la Amazonía como territorio semiótico complejo, donde el medio ambiente no es solo contexto, sino agente activo en la producción de significados y resistencias culturales.

Palabras clave: Ecossemiótica; publiCIDADE; Amazonía urbana.

Introdução

A relação entre linguagem, espaço e meio ambiente tem ganhado crescente relevância no contexto contemporâneo, especialmente em territórios marcados por intensas disputas simbólicas e ambientais, como a Amazônia (Amaral Filho, 2016). Na intersecção entre comunicação, semiótica e estudos ambientais, a ecosemiótica desponta como abordagem capaz de compreender como signos e discursos moldam formas de habitar, representar e transformar os espaços. Essa perspectiva se fortalece ao ser articulada ao conceito de publiCIDADE (Santos, 2019 e 2021), que compreende a cidade como um texto polifônico, onde múltiplas vozes disputam sentidos e narrativas sobre o urbano e suas relações com a natureza.

Este capítulo investiga, de forma breve e objetiva, como essas disputas simbólicas se manifestam em contextos urbanos amazônicos, com ênfase nas práticas discursivas e expressões visuais presentes no espaço público. Há um entendimento de que o imaginário amazônico é frequentemente construído a partir de olhares exógenos que naturalizam padrões de consumo e exclusão, distanciando-se das realidades locais (Amaral Filho, 2016). Em contrapartida, observam-se práticas comunicacionais insurgentes que tensionam essas representações hegemônicas e propõem novas leituras do espaço urbano e ambiental amazônico, reivindicando outras formas de pertencimento e agenciamento.

O objetivo principal desta discussão é analisar como signos produzidos nas cidades amazônicas – por meio de grafites, murais, intervenções artísticas e discursos cotidianos – dialogam com as dinâmicas socioculturais, políticas e ecológicas locais. Essas expressões revelam como sujeitos amazônicos inscrevem resistências, memórias e afetos no tecido urbano, contribuindo para uma ecosemiótica plural e situada.

Tal abordagem se justifica diante da necessidade urgente de reconhecer a cidade como território simbólico em constante disputa,

onde o ambiente é não apenas cenário, mas agente produtor de significados (Marrone, 2015).

A pesquisa adota uma abordagem transdisciplinar (Nicolescu, 2024), articulando análise semiótica (Santaella, 2011) e Perez (2023), etnografia urbana (Magnani, Spaggiari, Nogueira, Chiquetto e Tambucci, 2023) e fundamentos dos estudos ambientais (Marques, 2019). Essa metodologia possibilita uma leitura aprofundada dos signos urbanos, respeitando sua complexidade e multiplicidade de sentidos. Observações diretas, análise de suportes visuais diversos e escuta das vozes locais constituem os eixos fundamentais do percurso investigativo, que privilegia o diálogo entre teoria e prática no contexto amazônico.

Além de dar visibilidade a práticas comunicacionais ainda pouco exploradas no meio acadêmico, o estudo propõe refletir sobre o papel da linguagem na configuração de paisagens simbólicas e identitárias da Amazônia urbana (Magnani, Spaggiari, Nogueira, Chiquetto e Tambucci, 2023; Browder e Godfrey, 2006). A valorização das expressões locais, somada à crítica às narrativas exógenas, revela o potencial político e cultural da comunicação na luta contra desigualdades e na valorização da diversidade. Assim, conceber as cidades amazônicas como textos vivos é reconhecer seus habitantes como autores legítimos de seus territórios e histórias (Santos, 2021).

Nos tópicos seguintes, aprofundamos essa discussão a partir de três eixos: os fundamentos teóricos da ecosemiótica e da publicIDADE (Santos, 2021); as disputas em torno do imaginário amazônico entre hegemonia e resistência; e a análise de manifestações visuais e discursivas em espaços públicos urbanos.

Concluimos com uma reflexão crítica sobre as contribuições da ecosemiótica urbana para o campo da comunicação e para os estudos amazônicos, reforçando a importância de se reconhecer a Amazônia urbana como território semiótico dinâmico, onde linguagem, cultura e ambiente se entrelaçam na produção cotidiana de sentidos e resistências (Loureiro, 2009).

Fundamentos teóricos

A ecossemiótica emerge como uma vertente transdisciplinar (Nicolescu, 2024) que conecta linguagem, signos e meio ambiente em uma relação de mútua constituição. Essa abordagem propõe a leitura dos fenômenos comunicacionais para além dos códigos verbais, abrangendo os elementos simbólicos presentes nos espaços naturais e construídos. A partir dessa perspectiva, o ambiente deixa de ser apenas um pano de fundo e passa a ser compreendido como agente ativo na produção de sentidos (Marques, 2019). Na ecossemiótica, o espaço – seja urbano ou natural – é analisado como texto, onde os signos e discursos inscritos nos corpos, nas paisagens, nas práticas cotidianas e nas intervenções humanas revelam modos de vida, conflitos e visões de mundo.

A linguagem, nesse sentido, adquire uma dimensão ampliada, incorporando signos visuais, sonoros, espaciais e performativos que participam da construção das experiências ambientais. Na Amazônia urbana, por exemplo, a relação entre linguagem e ambiente torna-se especialmente relevante devido à sobreposição de culturas, saberes tradicionais e tensões socioambientais (Browder e Godfrey, 2006). Os signos presentes nos grafites, murais, artefatos urbanos ou mesmo nas práticas orais de comunidades periféricas constituem expressões simbólicas que revelam os modos como os sujeitos se posicionam em relação ao seu território (Rink, 2013). Assim, a ecossemiótica permite analisar como a paisagem urbana amazônica é constantemente ressignificada por meio da comunicação.

Esse enfoque semiótico aplicado ao ambiente abre caminho para refletirmos sobre a cidade como um espaço discursivo onde se dão disputas simbólicas e narrativas de pertencimento. Nesse contexto, o conceito de publiCIDADE (Santos, 2021) se insere como uma ferramenta teórica e crítica que nos convida a pensar a cidade como produtora e produto de sentidos. A grafia composta do termo (publi-CIDADE, publi+CIDADE, publi. CIDADE, entre outras variações) explicita a fusão entre comunicação, publicidade e cidade, enfatizando

a dimensão pública dos discursos urbanos e suas implicações culturais. Mais do que um jogo gráfico, essa separação visual instaura um campo de análise em que a comunicação publicitária participa ativamente da constituição simbólica dos territórios (Santos 2019 e 2021).

O neologismo publiCIDADE (Santos, 2021) propõe, assim, um olhar transversal sobre os espaços urbanos e rurais como territórios de produção e circulação de signos. Trata-se de compreender como os discursos publicitários e midiáticos, ao ocuparem os muros, fachadas, ruas e até mesmo os corpos, influenciam modos de vida, formas de consumo, afetividades e memórias. Por meio da publiCIDADE (Santos, 2019 e 2021), podemos observar os diversos níveis de apropriação simbólica da cidade, desde as grandes campanhas institucionais até os pequenos enunciados visuais criados por moradores locais. Esses registros comunicacionais contribuem para a leitura das cidades como paisagens sógnicas, onde múltiplas vozes disputam visibilidade e legitimidade.

Nesse cenário, a publiCIDADE (Santos, 2021) assume o papel de mediadora entre os sujeitos e os espaços, evidenciando os processos de construção de identidades e de representação cultural. Ela nos permite compreender como a cidade é constantemente reinterpretada pelos habitantes, tanto nos sentidos impostos pelas narrativas dominantes quanto nas ressignificações insurgentes produzidas pelas margens. Em especial na Amazônia (Amaral Filho, 2016), marcada por intensas contradições e resistências, a publiCIDADE se revela um dispositivo estratégico para a análise da presença e da ausência, do visível e do invisível, do dito e do silenciado (Santos, 2021).

Para a pesquisa deste capítulo, acrescentamos na grafia do conceito de “publiCIDADE”, o uso do sinal gráfico hífen (-), um traço curto utilizado para unir palavras compostas de verbos e outros elementos para separar uma palavra em duas partes. Deste modo, na nossa concepção, publi-CIDADE escrita com hífen remete a ideia da justaposição de dois conceitos: público e cidade, como uma pausa na leitura que também pode ser tanto um ponto de ligação como um ponto de separação, dependendo do contexto, ao relacionarmos com as características que compõem o conceito de publi-CIDADE.

A inter-relação entre comunicação, cultura e território é fundamental para compreender os mecanismos pelos quais os espaços urbanos e naturais são representados, ocupados e disputados (Martín-Barbero, 2006). O território não se limita a uma delimitação geográfica; ele é também um constructo simbólico, socialmente produzido e carregado de significados. A cultura, por sua vez, é o elo que conecta os sujeitos ao território, por meio de práticas, rituais, narrativas e representações que conferem identidade ao espaço. A comunicação age, nesse processo, como instrumento de mediação simbólica, articulando os discursos que constroem e transformam as territorialidades.

No contexto amazônico, essa articulação assume contornos específicos (Loureiro, 2009). A diversidade cultural e ecológica da região imprime uma marca única nas formas de comunicar e de se relacionar com o território. A comunicação, nesse caso, expressa não apenas o cotidiano das populações urbanas e ribeirinhas, mas também suas lutas, resistências e modos de viver o espaço. O território é, portanto, um lugar de memória e de invenção, onde a cultura se manifesta em signos que desafiam a homogeneização discursiva imposta por olhares externos. Assim, compreender a comunicação como prática territorial é reconhecer sua potência política e cultural.

Dessa forma, os signos urbanos tornam-se ferramentas para mapear as tensões e negociações simbólicas em curso. Murais que retratam lideranças indígenas, frases de protesto inscritas em muros, imagens que mesclam elementos da floresta com a cidade: todos esses elementos constituem formas de ocupação simbólica do território. A cultura se manifesta na apropriação desses espaços e a comunicação traduz essas ações em linguagem, tornando visível o que, muitas vezes, é invisibilizado pelas narrativas hegemônicas. Essa perspectiva permite uma leitura crítica da cidade como texto vivo, onde os sentidos estão em constante construção.

Imagem 01: Muro pintado na Av. Marquês de Herval, no bairro da Pedreira, em Belém-PA, como forma de protesto pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorrido em 5 de junho de 2022, no Vale do Javari, no Amazonas



Fonte: autoria própria

Assim, ao integrar ecossemiótica (Santaella, 2011), Perez (2023) e publiCIDADE (Santos, 2021) e os estudos sobre comunicação, cultura e território, delineia-se um arcabouço teórico potente para compreender as dinâmicas simbólicas da Amazônia urbana (Browder e Godfrey, 2006). Essa abordagem não apenas amplia o escopo da análise comunicacional, mas também reposiciona o papel do ambiente como participante ativo nos processos de significação (Marques, 2019).

Compreender a publi-CIDADE como um ecossistema de signos é, portanto, um passo essencial para reconhecer a pluralidade de vozes que compõem os territórios amazônicos e para valorizar os modos de habitar que resistem à lógica da homogeneização e da exclusão.

Imaginário Amazônico e Disputas Simbólicas

O imaginário amazônico tem sido historicamente construído por narrativas hegemônicas que, em sua maioria, emanam de olhares

exógenos. Essas representações, muitas vezes oriundas de centros de poder político, econômico ou midiático situados fora da região, projetam sobre a Amazônia imagens estereotipadas de uma natureza intocada, de um espaço exótico, misterioso e atrasado (Amaral Filho, 2016; Loureiro, 2009). Essa produção discursiva tende a silenciar a diversidade cultural e social dos povos amazônicos, reforçando visões simplificadoras que desconsideram as complexidades territoriais, urbanas e ambientais da região. O resultado é a consolidação de um imaginário que legitima práticas de exploração e dominação, ao mesmo tempo em que invisibiliza as vozes locais.

Esses discursos externos, frequentemente reforçados por mídias nacionais e internacionais, sustentam um modelo de desenvolvimento que ignora os saberes tradicionais e os modos de vida dos habitantes da Amazônia (Loureiro, 2009). A paisagem é transformada em mercadoria simbólica, consumida por meio de imagens turísticas, campanhas ambientais ou produções cinematográficas que descontextualizam o território.

Nesse processo, o espaço amazônico é despojado de sua complexidade social e reduzido a um símbolo genérico de biodiversidade. Essa perspectiva não apenas compromete a autonomia simbólica da região, mas também interfere diretamente nas políticas públicas e nas decisões que afetam a vida cotidiana de seus moradores.

Diante dessa hegemonia representacional, emergem práticas comunicacionais e expressões simbólicas que buscam disputar esse imaginário imposto. Grafites, murais, performances e outras intervenções artísticas que ocupam os espaços urbanos da Amazônia revelam uma ecossemiótica insurgente, que resiste às narrativas dominantes e propõe outras leituras para o território (Rink, 2013).

Essas expressões são protagonizadas por sujeitos locais (artistas, coletivos, movimentos sociais) que inscrevem nas paisagens urbanas suas histórias, demandas, afetos e resistências. Assim, a comunicação torna-se instrumento de contrapoder, capaz de transformar muros em mídia e calçadas em palco de discursos alternativos.

A apropriação simbólica do espaço, nesse contexto, funciona como estratégia de visibilização e valorização das identidades amazônicas. Ao intervir nos suportes urbanos com signos que evocam elementos da cultura local, da floresta, dos rios e dos povos originários, esses sujeitos reivindicam o direito à representação e à presença. É possível observar a presença de símbolos que articulam questões ambientais e sociais, como a defesa dos territórios indígenas, a crítica à devastação ecológica e a afirmação das memórias periféricas. Esses signos desafiam a monocultura visual dominante e propõem uma leitura plural da Amazônia urbana.

Imagem 02: Representação dos povos originários no muro de uma rua no bairro do Marco em Belém do Pará.



Fonte: autoria própria

A resistência simbólica também se manifesta em práticas discursivas cotidianas, muitas vezes silenciosas ou aparentemente banais, como a linguagem usada em mercados de bairro, os dizeres em embarcações, as narrativas contadas nas rodas de conversa ou os nomes de ruas e espaços públicos. Esses elementos constroem uma paisagem discursiva que coexiste com os discursos institucionais, mas que resguarda saberes, modos de vida e sentidos outros para o

território. A cidade, nesse sentido, torna-se uma arena de disputas semióticas (Coelho Netto, 2007), na qual se confrontam diferentes projetos de mundo.

Portanto, compreender o imaginário amazônico e suas disputas simbólicas requer uma atenção às práticas de comunicação que transcendem os meios tradicionais e se inscrevem nos espaços urbanos e nas relações cotidianas. O enfrentamento das narrativas hegemônicas passa pela valorização das expressões locais e pela escuta ativa das vozes silenciadas. Ao reconhecer essas disputas, contribuimos para o fortalecimento de uma Amazônia polifônica, na qual múltiplas visões de mundo podem coexistir e dialogar, ressignificando o território a partir de dentro, com base na experiência vivida de seus próprios habitantes (Amaral Filho, 2016).

Expressões urbanas da Amazônia

A paisagem urbana amazônica é marcada por uma diversidade de expressões visuais que escapam aos modelos normativos de arte e comunicação institucionalizada (Browder e Godfrey, 2006). Murais, grafites e intervenções artísticas têm se consolidado como formas legítimas de manifestação cultural e política nos espaços públicos das cidades amazônicas (Rink, 2013).

Essas produções visuais, muitas vezes efêmeras e produzidas de maneira autônoma, expressam vozes locais que reivindicam o território como espaço de identidade, memória e resistência. Ao mesmo tempo, operam como contranarrativas visuais que desafiam a padronização simbólica imposta por discursos externos ou oficiais.

O grafite, em especial, destaca-se como uma prática comunicacional insurgente, que alia estética e política para expressar sentimentos de pertencimento e denúncia (Rink, 2013). Nas cidades amazônicas, é comum encontrar paredes ocupadas por imagens de mulheres indígenas, mensagens de proteção à floresta, retratos de lideranças comunitárias e elementos da fauna e flora regional. Essas imagens não apenas embelezam, esteticamente, o espaço urbano, mas

o transformam em território discursivo, ao inscrever nele sentidos alternativos àqueles promovidos pelas lógicas mercadológicas ou institucionalizadas. Cada traço de cor, cada símbolo inserido nesses muros, revela uma intenção de disputa pelo olhar e pela memória coletiva. Mas também encontramos a utilização de faixas como mural informativo de protesto.

Imagem 03: Faixa exposta na cidade universitária - campus do Guamá - da Universidade Federal do Pará - UFPA em Belém do Pará.



Fonte: autoria própria

As intervenções artísticas também ampliam o repertório simbólico da publi-CIDADE ao incorporar linguagens híbridas e multissensoriais. Performances em praças, instalações feitas com resíduos sólidos, projeções audiovisuais em fachadas de prédios e manifestações culturais em feiras e mercados são formas de reconfigurar o espaço urbano e ativar novas formas de presença e pertencimento. Essas expressões performáticas, frequentemente ligadas a pautas ambientais, decoloniais e de justiça social, são também formas de educar visual e afetivamente a população sobre as tensões vividas nos territórios amazônicos. Trata-se de uma arte engajada, situada e sensível às urgências sociopolíticas da região.

Ao lado dessas expressões visuais mais evidentes, há também um universo de práticas discursivas cotidianas que compõem a ecossemiótica amazônica. Frases escritas em portas de estabelecimentos, nomes de barcos, letreiros pintados à mão, *slogans* religiosos, rótulos de produtos regionais e até os adesivos em motocicletas ou carros funcionam como pequenos textos urbanos que informam, emocionam, orientam e sinalizam valores culturais. Tais inscrições, muitas vezes subestimadas pela crítica tradicional, revelam-se fontes preciosas para compreender os modos como os sujeitos se comunicam, se localizam e se relacionam com a publi-CIDADE. Essas práticas discursivas também estão presentes nos modos como as pessoas se apropriam do espaço público. Conversas nas calçadas, cantos e pregões em feiras, intervenções orais em eventos comunitários, expressões linguísticas locais e nomes de ruas que homenageiam líderes comunitários ou elementos da natureza são exemplos de como o território se comunica por meio das ações cotidianas de seus habitantes.

A cidade, nesse contexto, é vivida e interpretada continuamente, sendo moldada por interações que escapam às lógicas institucionais, mas que constroem um tecido simbólico rico e dinâmico.

Assim, tanto os grafites e murais quanto às práticas discursivas cotidianas evidenciam a potência comunicacional dos espaços urbanos na Amazônia (Loureiro, 2009). Elas operam como formas de inscrição simbólica que, além de representar o território, o performam e o transformam. Ao ocupar os interstícios da cidade com linguagem, imagem e afeto, os sujeitos amazônicos revelam sua agência semiótica e reafirmam sua presença em um espaço constantemente tensionado por disputas materiais e simbólicas. Essas expressões, portanto, não apenas decoram ou informam, mas criam cidade – no sentido mais profundo de tornar o espaço habitável, significativo e plural.

A publi-CIDADE como texto vivo

A concepção da cidade como texto vivo a publi-CIDADE permite compreender o espaço urbano não apenas como um aglomerado físico de ruas, prédios e infraestrutura, mas como uma narrativa contínua, escrita e reescrita cotidianamente por seus habitantes. Nesse texto urbano, coexistem múltiplas vozes, linguagens e signos que revelam as dinâmicas sociais, culturais, históricas e ambientais de um território (Marques, 2019). A publi-CIDADE, assim, se torna um campo de significação em disputa, onde se sobrepõem discursos oficiais, práticas cotidianas, memórias coletivas e intervenções simbólicas. Cada rua, praça ou muro pode ser lido como um fragmento desse grande texto polifônico.

A plurivocidade (Timm, 2020) – urbana, especialmente nas cidades amazônicas, se manifesta na convivência de narrativas diversas e, muitas vezes, conflitantes. De um lado, há discursos hegemônicos que visam à padronização visual e simbólica do espaço urbano, vinculados a interesses políticos, econômicos e midiáticos. De outro, há vozes dissonantes, vindas das margens, que buscam visibilidade e reconhecimento. Esses conflitos se expressam em embates por espaço, memória, representação e pertencimento.

O grafite que encobre um *outdoor* institucional, o nome de uma rua rebatizado pela população, ou o uso comunitário de um terreno abandonado são exemplos concretos dessa disputa por sentido e presença na cidade (Rink, 2013). Nesse cenário, os sujeitos urbanos não são apenas leitores(as) da cidade, mas também autores(as). Eles(elas) inscrevem suas marcas no espaço, ressignificam símbolos, tensionam normas e reinventam formas de convivência.

Essa autoria se dá tanto por meio de práticas artísticas quanto por gestos cotidianos que desafiam o silêncio imposto pela homogeneização simbólica. Ao considerar a publi-CIDADE como um texto vivo, reconhece-se a sua constante (re)escrita por múltiplos atores sociais, cada um com seus repertórios culturais, visões de mundo e modos de narrar o território em que vivem.

Da mesma forma, para nós humanos-viventes, “a semiótica deriva de uma curiosidade natural a respeito do nosso mundo, nossa

cultura, nossos modos de comunicação e do que é que faz de nós **distinguívelmente humanos**” (Perez, 2023, p. 13).

No contexto amazônico, essa leitura ganha ainda mais densidade ao incluirmos o ambiente como agente ativo na produção de sentido. A floresta, os rios, o clima e os ciclos naturais não são apenas cenários que cercam a cidade – eles participam do cotidiano urbano e interferem diretamente nas práticas comunicacionais. A enchente que transforma ruas em canais, o igarapé que delimita bairros, a vegetação que invade o concreto: tudo isso constitui signos materiais e simbólicos que compõem o texto urbano amazônico. O ambiente, assim, deixa de ser pano de fundo e passa a ser coautor da cidade.

Essa perspectiva ecossemiótica amplia a compreensão das relações entre linguagem, cultura e natureza nos contextos urbanos. Ao reconhecer os ambientes naturais como produtores de significados, evidenciam-se outras formas de leitura e escrita da cidade – formas que partem da observação sensível, da experiência vivida e do diálogo entre cultura e ecologia (Santaella, 2011).

Nas publi-CIDADES amazônicas, por exemplo, os nomes de bairros, os modos de construção, as expressões linguísticas e as manifestações culturais são fortemente marcadas pelas relações com o ambiente. A cidade é, portanto, atravessada por uma semiótica da paisagem, onde a natureza comunica, age e interfere (Coelho Netto, 2007).

Dessa forma, pensar a publi-CIDADE como texto vivo implica reconhecer a complexidade de suas camadas discursivas, a diversidade de suas vozes e a agência simbólica dos seus elementos naturais. É nesse entrelaçamento de conflitos, resistências, memórias e paisagens que se dá a produção contínua de sentidos urbanos.

Na Amazônia, essa dinâmica é intensificada pela confluência de culturas, pela riqueza ambiental e pelas tensões históricas que marcam seus territórios. Ao lermos a publi-CIDADE como um texto aberto, plural e situado, abrimos espaço para escutar os sujeitos amazônicos em sua potência criativa e política, ampliando os horizontes da comunicação e da vida urbana.

Conclusões

Este capítulo investigou as inter-relações entre linguagem, ambiente e comunicação urbana na Amazônia, com base na ecosemiótica e no conceito de publiCIDADE (Santos, 2019 e 2021 grafado também como publi-CIDADE. A análise das disputas simbólicas em torno do imaginário amazônico revelou que a cidade é um território em constante tensão semiótica (Santaella, 2011). Expressões como murais, grafites e discursos cotidianos evidenciam múltiplas vozes que reivindicam visibilidade, representação e pertencimento. Tais manifestações formam um tecido simbólico denso, que questiona narrativas hegemônicas e propõe formas alternativas de se viver e comunicar o espaço urbano.

A pesquisa mostrou que discursos exógenos, ao uniformizarem a imagem da Amazônia, silenciam saberes locais e promovem apagamentos culturais. Em contrapartida, as expressões simbólicas oriundas das margens urbanas operam como práticas de resistência e reapropriação do território. Nessa dinâmica, o ambiente natural não atua apenas como cenário, mas como agente ativo na produção de sentidos urbanos. Ele influencia as práticas, linguagens e identidades que circulam nas cidades, reafirmando a importância de uma leitura mais integrada entre natureza e cultura na compreensão do espaço amazônico.

Ao integrar ecosemiótica, comunicação urbana e cultura amazônica, o capítulo expande os horizontes dos estudos semióticos, ao propor uma abordagem sensível às especificidades territoriais e ambientais. O conceito de publiCIDADE (Santos, 2019; 2021) agora ampliado como publi-CIDADE foi e é fundamental para tensionar os limites entre urbanismo, comunicação e publicidade, fornecendo ferramentas para analisar o espaço urbano como território discursivo. Reconhecendo os signos urbanos amazônicos como elementos em disputa, a pesquisa reforça a importância de abordagens situadas e plurais nos estudos sobre comunicação e cultura.

Essas reflexões apontam para uma ecossemiótica comprometida com a diversidade cultural e ecológica. Em vez de propor modelos abstratos e universais, a perspectiva adotada valoriza

práticas simbólicas locais, vozes subalternizadas e dinâmicas ambientais singulares. No contexto amazônico, essa abordagem se mostra especialmente frutífera ao revelar como os sujeitos negociam sentidos com o ambiente, resistem a discursos colonizadores e reconfiguram o imaginário coletivo por meio de signos, imagens e narrativas próprias. A publi-CIDADE, nesse sentido, torna-se um espaço vivo de construção simbólica.

A partir desta base, surgem caminhos relevantes para futuras pesquisas. Uma possibilidade é aprofundar a análise de práticas comunicacionais em cidades/lugares/espços e territórios amazônicos específicos, considerando suas variações culturais e sociais. Outra vertente promissora envolve o papel das mídias digitais e plataformas audiovisuais na produção e circulação de sentidos, observando como as tecnologias influenciam o imaginário e a comunicação no espaço urbano amazônico. Essas frentes ampliam a compreensão das novas formas de mediação simbólica que moldam a vida urbana na região.

Também se destaca a importância de estudos comparativos entre publi-CIDADES amazônicas e outras regiões do Brasil ou da América Latina, para identificar padrões e singularidades nas práticas de resistência simbólica. Isso permitiria traçar uma cartografia semiótica (Santaella, 2011) das manifestações urbanas insurgentes. Além disso, é crucial investigar os impactos das políticas públicas urbanas e ambientais na configuração simbólica da Amazônia.

Em síntese, a ecossemiótica revela-se uma ferramenta crítica e sensível aos desafios contemporâneos, oferecendo não apenas um campo teórico, mas uma prática ética e política voltada à construção de futuros mais justos, plurais e sustentáveis.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba: CRV, 2016.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. 1. ed. Manaus: EDUA, 2006.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico; NOGUEIRA, Mariana Hangai Vaz Guimarães; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim; TAMBUCCI, Yuri Bassichetto. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis: Vozes, 2023.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MARRONE, Gianfranco. Semiótica da cidade: corpos, espaços, tecnologias. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 28-43, jun. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Técnicas, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiática**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 51-79.

NICOLESCU, Basarab. **Manifesto da transdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Triom, 2024.

PEREZ, Clotilde (org.). **Charles Sanders Peirce: A fixação da crença**. São Paulo: Paulus, 2023.

RINK, Anita. **Graffiti: intervenção urbana e arte**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. Uma publicidade amazônica como signo do consumo contemporâneo. **Signos do Consumo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e189173, 2021. Disponível em: www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/189173. Acesso em 30 jun.2025.

SANTOS, Luiz LZ Cezar Silva dos. **publICIDADE na Belém da belle époque entre os anos de 1870 e 1912**. Curitiba, PR: Appris, 2019.

TIMM, Mateus Robaski. Rarefação do sentido, plurivocidade semântica e ritmo no “Prelúdio” de A divina quimera, de Eduardo Guimaraens: aproximações com os líricos modernos franceses. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 158, p. 13–41, jul. 2020.

ECOSSEMIÓTICA, CAMISAS MARAJOARAS E PERFORMANCES POLÍTICAS E SIMBÓLICAS DO GOVERNADOR HELDER BARBALHO: ENTRE O SÍMBOLO E A AÇÃO AMAZÔNICOS EM MEIO AOS DESAFIOS SÓCIO-AMBIENTAIS

Ecossemiótica, camisas de Marajoara y performances políticas y simbólicas del gobernador Helder Barbalho: entre el símbolo y la acción amazónica en medio de los desafíos socioambientales

Manuela do Corral Vieira
Vitória Melo Galvão
Amanda Santos de Oliveira

Resumo: O presente artigo analisa a construção simbólica da imagem do governador do Pará, Helder Barbalho, por meio do uso de camisas com grafismos marajoaras em eventos oficiais, especialmente no contexto da preparação para a COP30, que será sediada em Belém em novembro de 2025. Com base na ecossemiótica, compreendemos a vestimenta como um recurso signíco e comunicacional, capaz de transmitir significados sociais, políticos e culturais. O objetivo é demonstrar como esses recursos simbólicos são mobilizados estrategicamente para fortalecer uma imagem política que nem sempre condiz com a realidade estrutural do estado. A metodologia inclui a análise de imagens públicas, reportagens e discursos oficiais veiculados entre 2023 e 2025. Investigamos como a apropriação de elementos da cultura marajoara compõe uma narrativa de pertencimento, valorização da ancestralidade e compromisso ambiental. No entanto, ao contrastar essa performance visual com dados e práticas políticas do governo estadual, buscamos evidenciar contradições entre os signos que o governador comunica e as ações que realiza.

Palavras-Chave: Ecossemiótica. Signo. Performance política. Marajoara. Moda.

Resumen: Este artículo analiza la construcción simbólica de la imagen del gobernador de Pará, Helder Barbalho, mediante el uso de camisas con gráficos de Marajoara en actos oficiales, especialmente en el contexto de los preparativos de la COP30, que se celebrará en Belém en noviembre de 2025. Basándonos en la ecossemiótica, entendemos la ropa como un recurso simbólico y comunicacional, capaz de transmitir significados sociales, políticos y culturales. El objetivo es demostrar cómo estos recursos simbólicos se movilizan estratégicamente para reforzar una imagen política que no siempre coincide con la realidad estructural del Estado. La metodología incluye el análisis de imágenes públicas, reportajes y discursos oficiales emitidos entre 2023 y 2025. Investigamos cómo la apropiación de elementos de la cultura marajoara compone una narrativa de pertenencia, valorizando la ancestralidad y el compromiso ambiental. Sin embargo, al contrastar esta performance visual con los datos y las prácticas políticas del gobierno estatal, buscamos evidenciar contradicciones entre los signos que el gobernador comunica y las acciones que lleva a cabo.

Palabras clave: Ecossemiótica. Signo. Actuación política. Marajoara. Moda.

Introdução

Roland Barthes (2005, p. 363) classificou o ato de se vestir como uma significação, um processo social característico da dialética das sociedades. A semiótica, que busca compreender significantes e significados, quando aplicada aos estudos de moda e vestuário, possibilita a compreensão de um conglomerado de questões sociais, políticas, econômicas, ambientais, e mesmo étnicas, ao considerarmos o significado de determinadas vestes no que tangem contextos específicos. Neste sentido podemos também perceber os trajes, as roupas, enquanto elementos comunicacionais políticos (sejam orientados diretamente ou indiretamente com tal propósito), tornando-se recursos sógnicos. Na perspectiva de Peirce, um signo é “[...] qualquer coisa que, por um lado, é de tal modo determinado por um objeto, e por outro lado, determina de tal modo uma ideia na mente de uma pessoa” (Peirce, 1908/1958, CP. 8.343).

Ou seja, o signo é tudo o que nos cerca, de forma material ou imaterial, tudo o que pode ser observado; porta uma significação, representa e transmite significados (Jungk, 2024). No caso do presente estudo, a roupa, justamente por ser um recurso sógnico, é um elemento mediador na transmissão de significados que comunica socialmente e politicamente. Decodificar esses sistemas é importante para tentar entender como as mensagens repassadas podem impactar e influenciar os outros (Jungk, 2024), além de captar a construção de narrativas nos diversos contextos e temporalidades. A comunicação, por ser algo intrínseco ao indivíduo, se adequa, se ajusta, se apropria aos diferentes contextos cotidianos – ela é absorvida por meio dos gestos, símbolos, usos de objetos e palavras (Sodré, 2014). Tudo pode ser comunicado, e com o auxílio da semiótica, por exemplo, é possível encontrar inúmeros sistemas de comunicação e variadas formas de leitura sobre usos e desusos (Da Silveira, Schneid, 2019).

O contexto deste estudo se passa em Belém, capital do estado do Pará, que recebe, em 2025, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30). É possível perceber o evento também enquanto um estímulo à construção de

narrativas políticas e oportunidade estratégica para firmar imagens positivas para inúmeras autoridades. O evento, previsto para acontecer entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, orienta ações, define agendas e direciona discursos que possibilitam fortalecer a relação entre governantes e eleitores, especialmente em temas relacionados à sustentabilidade e a própria identidade regional e/ou nacional.

Em um momento de intensa valorização das características culturais belenenses/paraenses (por abrigarem a COP30), símbolos locais tornam-se elementos indispensáveis na construção de narrativas amplamente midiáticas. Destacamos, sobre isso, no que pese a este trabalho, a estética marajoara³⁶, que recebeu maior notoriedade nos últimos meses pela aparição do governador do estado, Helder Barbalho, vestindo camisas com grafismo marajoara em eventos oficiais do governo. O uso das camisas em ocasiões institucionais não se restringe a uma escolha estética, mas atua como um mediador de comunicação – reforça uma imagem, uma narrativa.

Nesse sentido, o presente artigo propõe a análise da utilização das blusas com estampa Marajoara pelo então governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, durante o período de campanha da COP-30, a ser sediada em Belém. Desta forma, utilizaremos, como teoria bibliográfica, a ecossemiótica, conforme proposta por Winfried Nöth, como uma *“semiótica que não se limita somente ao estudo de signos artificiais e arbitrários, mas que estuda também e principalmente signos naturais na relação organismo-meio ambiente, portanto, uma semiótica que parte de um “limiar semiótico” inferior entre o semiótico e o não-semiótico”* (1996, p. 231).

Observando as movimentações durante os últimos anos de divulgação e discursos de preservação da Amazônia, percebe-se o governador do Pará, Helder Barbalho, como um dos grandes articuladores para a concretização do atual cenário em que todos os holofotes estão direcionados para a região. Nesse sentido, e compreendendo a vida política como uma articulação em suas minúcias, o artigo propõe uma análise da construção simbólica em

³⁶ Proveniente do Marajó, ilha situada no Pará. O Marajó é considerado o maior arquipélago fluviomarinho do mundo.

torno da imagem de Barbalho, com foco sobre os usos das camisas com grafismos marajoaras pelo governador. Para isso, serão mobilizadas imagens públicas, reportagens, entrevistas e coberturas jornalísticas, durante o ano de 2023 – período pré-COP, de intensa preparação econômica, social e imagética da cidade de Belém. O objetivo é revelar como a marca de Helder Barbalho coexiste com uma política predatória, que contraria os discursos e ações ambientais evocados pelo governador.

A “Marca” e os signos Barbalho

Hélder Barbalho, atual governador do Pará em seu segundo mandato seguido, é a imagem política ao pensar a Amazônia na contemporaneidade. Hélder, que iniciou sua carreira no início dos anos 2000, já passou por cargos como vereador, deputado estadual, prefeito e é, desde 2018, Governador do Pará. A figura de Hélder parece querer proclamar e fazer jus ao apelido que orgulhosamente adota – o “Rei do Norte”. A expressão surgiu durante a pandemia de covid-19, a partir de memes que associavam Helder ao personagem Jon Snow, da série *“Game of Thrones”*. A designação revela-se extremamente conveniente ao governador, pois condensa, de forma estratégica, os elementos centrais da imagem política de Helder: a aproximação com o público jovem por meio do humor, combinada ao peso da tradição, herdado do histórico familiar na política estadual e nacional.

A influência política da família se estende há décadas³⁷. Laércio Barbalho, avô de Helder, foi deputado estadual e diretor da Imprensa Oficial do Estado. Jader Barbalho, pai de do atual governador, governou o Pará por oito anos. O irmão, Jader Filho, ocupa, atualmente, o cargo de Ministro das Cidades. A mãe, Elcione Barbalho, é deputada federal. Até 2023, vinte membros da família

³⁷ Leia mais em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/09/03/com-indicacoes-de-helder-familia-barbalho-chega-a-20-integrantes-em-cargos-no-para.htm>.

Barbalho ocupavam cargos indicados pelo atual governador. Ainda que a família Barbalho se configure como uma das mais poderosas da região Norte (e até do país) ao pensarmos em poderio político, a construção política da figura de Helder Barbalho concebe não apenas um governador, um líder, como também uma marca. Assim, reforçam-se as ações que, ancoradas na figura de Helder Barbalho, parecem estar inclinadas a criar uma imagem do estado, principalmente, da capital, Belém: palatável e rentável aos olhares exteriores.

A partir do início da campanha para Belém sediar a COP30 em 2025, passa-se a perceber o uso mais acentuado de camisas com estampas marajoaras por parte do atual governador (Figura 1). Inegável contextualização e adequação de discurso para um momento como a COP 30, o uso das estampas únicas e ancestrais fazem cenário a uma articulação política por parte do governado do Pará. As estampas marajoaras configuram-se não apenas como estamparia, mas carregam parte da história dos povos originários da Amazônia, com sua cultura e vida significativa e de significado. Ao que se destaca que o vestuário, o seu uso, de acordo com Roland Barthes (BARTHES, 2005, p. 363), é, em si mesmo, um ato “profundamente social”, sendo assim um ato de significação.

É justamente nessa relação entre moda, cultura e significação que se insere o pensamento de Lúcia Santaella: “Sim, a moda é sintoma de cultura” (2023, p. 57). É com este trecho que a autora, no primeiro parágrafo das conclusões do seu livro “A moda é sintoma de cultura?”, responde a si mesma após construir um raciocínio semiótico complexo e completo sobre a moda. Ainda assim, Santaella não apresenta sua análise como uma afirmação definitiva, já que é de própria natureza da moda possuir uma infinitude de facetas – logo, é impossível afirmá-la de forma redundante. Ao utilizar as vestes marajoaras, representações artísticas e históricas dos povos originários indígenas que primeiro estavam na região Amazônica, é possível inferir uma admiração pela arte ancestral, bem como por quem as produz. Trata-se do material e o imaterial convergindo, emitindo mensagens a quem vier a ser o interlocutor da comunicação expressa pela vestimenta.

As camisas marajoaras são caracterizadas pela presença de grafismos como estamparia (Figura 1). Os desenhos são inspirados/retirados das cerâmicas marajoaras, produzidas pelos

indígenas que viviam na Ilha do Marajó. Os traços, detalhados e cheios de significado, podem ser, originalmente, utilizados de inúmeras maneiras: proteção, identificação e, atualmente, comercialização³⁸. Os objetos com aspectos marajoaras (sejam blusas, as próprias cerâmicas ou demais itens) são frequentemente comercializados e consumidos em feiras de artesanatos e comércios locais. Dentro do consumo de objetos, – na condição do presente artigo, das camisas marajoaras – existe um sistema de comunicação simbólica, que revela elementos culturais (i)materiais, estratégias de apropriação ou de formas de usos pelos sujeitos (Perez, 2020).

Figura 1 Camiseta com estamparia Marajoara



Foto/Reprodução: Perfil de peças artesanais no município de Soure/PA (@canybo_³⁹)

³⁸ Leia mais em: <https://portalamazonia.com/para/ceramica-marajoara-arte-que-resiste-ao-tempo/>.

³⁹ https://www.instagram.com/canybo_/.

No caso de Helder, a utilização das camisas em eventos, campanhas e entrevistas as transformam em mediadoras políticas, semióticas e simbólicas (Figura 2). A apropriação desses elementos culturais por uma figura de grande visibilidade, legitima o discurso do atual governador como representante da Amazônia, e ainda opera estrategicamente na construção de um personagem que se conecta com a ancestralidade e história do estado. Dentro de tantas possibilidades oportunas para Helder Barbalho, mencionamos também o aumento da procura pelas camisas marajoaras, divulgadas orgulhosamente pelo portal Agência Pará: “Procura por ‘camisas marajoaras’ registra aumento desde o início da Cúpula da Amazônia em Belém⁴⁰”.

Figura 2 Helder Barbalho vestindo camisa marajoara em agosto de 2023. Na imagem, o atual governador é acompanhado pela mãe (lado esquerdo), Elcione Barbalho, e esposa, Daniela Barbalho (lado direito)



Fonte: Divulgação

McCracken (2007) afirma que ao consumirmos objetos, consumimos também os significados e mensagens dessas coisas. Assim, o simples ato de “vestir a camisa” posiciona Helder como valorizador da cultura amazônica; como alguém que, ao dispensar trajes formais, se aproxima da população; e ainda impulsiona o

⁴⁰ Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/46195/procura-por-camisas-marajoaras-registra-aumento-desde-o-inicio-da-cupula-da-amazonia-em-belem>.

interesse das vendas de camisas, favorecendo os produtores e comerciantes. Mais do que uma escolha estética, trata-se de uma performance pública que contribui e segue contribuindo para consolidar a marca pessoal de Helder Barbalho.

As camisas marajoaras, portanto, se convertem em uma ferramenta de mediação simbólica: auxiliam na construção de uma imagem política acessível e identitária. Porém, essa imagem, cuidadosamente projetada e planejada, começa a ser tensionada quando colocada lado a lado às ações concretas de Helder Barbalho. Afinal, até que ponto a performance visual e a mensagem semiótica de pertencimento e cuidado são acompanhadas por decisões políticas coerentes?

Entre a imagem e a prática

Quando um líder político abdica do tradicional terno e gravata para, ao contrário do esperado, vestir uma blusa marajoara em eventos importantes, ele quer transmitir uma mensagem. Afinal “mais relevante do que as convenções culturais que a moda cria e a que se submete no todo da cultura, são as maneiras pelas quais a moda corporifica valores da cultura, ou seja, os modos pelos quais a moda dá visibilidade a esses valores” (Santaella, 2023, p. 54). Por essa razão, é necessário compreender quais são essas qualidades da cultura marajoara que estão sendo corporificadas por meio do vestuário. Assim, se o signo permite “construir contornos e desenhos imediatamente perceptíveis” (Ferrara, 2008, p. 90), a transmissão dá a possibilidade de tradução de um significado ou sentido. A imagem de Helder Barbalho vestindo as camisas marajoaras sugere um alinhamento com pautas indígenas/povos tradicionais e uma postura de valorização da ancestralidade amazônica. Mas as práticas do atual governo caminham em uma direção oposta.

Em dezembro de 2024, foi aprovada a lei 10.820 – que impactava de forma direta o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), responsável por oferecer o ensino fundamental e médio para comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos

rurais, e o Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena (SOMEI), extensão do SOME, que assegura aos estudantes indígenas o acesso à educação sem a necessidade de deslocamento das aldeias. A Lei 10.820, ao anular Lei Estadual nº 7.806, abria espaço para alterações no modelo de ensino presencial para indígenas aumentava. Em fevereiro de 2025, após 30 dias de ocupação pelos povos indígenas e quilombolas⁴¹ na Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc), a Lei 10.820 foi revogada.

Ainda que, segundo Helder Barbalho, a revogação da lei tenha ocorrido **“prezando pelo diálogo e pela construção de uma nova legislação específica para a educação indígena no Pará⁴²”** (Barbalho, 2025), a repetição da imagem de Helder com as blusas marajoaras, quando dissociada das práticas concretas de valorização e cuidado de povos indígenas/quilombolas/tradicionais – e da própria floresta –, a transmissão dá outras possibilidades de interpretação.

McCracken (2007) explica a existência de fluidos de significação nas coisas (no contexto do presente artigo, nas imagens também); o significado se transforma do mundo culturalmente constituído para o bem, para as imagens, para o (i)material. Os indivíduos consomem os significados e as mensagens comunicadas por essas imagens ativamente – existe troca, existe diálogo entre imagem e sujeito, em que os contextos e as circunstâncias interferem nas compreensões. Quando o governador do estado usa blusas marajoaras em eventos oficiais, mas, ao mesmo tempo, flexibiliza leis que garantem aos indígenas o acesso à educação de qualidade, a imagem de Helder passa a ser tensionada, e pode comunicar contradição e oportunismo.

Essa dissociação entre o discurso simbólico e a prática política também apareceu em março de 2025, quando quilombolas denunciaram a repressão violenta do governo de Helder durante manifestações no Marajó. De acordo com a agência de notícias Tapajós

⁴¹ Leia mais em: <https://sumauma.com/cop-30-o-levante-indigena-que-enfrenta-helder-barbalho/>

⁴² Publicação do atual governador no Instagram, veja mais em: https://www.instagram.com/p/DFs7_O8RP8Y/?igsh=ZWphbXRhZDVqMmY1.

de Fato⁴³, quilombolas e manifestantes protestavam contra o aumento das tarifas do transporte hidroviário, que dificultam (e limitam) a possibilidade de locomoção na região. Os manifestantes alegam ataques por agentes do Estado, que usaram bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta contra os moradores. Mais do que denunciar as violências da manifestação, a comunidade quilombola reitera as contradições do governo de Helder, potencializadas durante o período de preparação para a COP30.

Em nota oficial⁴⁴, o Grupo de Juventude Negra Quilombola Abayomi afirma que “há uma dicotomia evidente entre o que o Governo do Pará anuncia ao mundo e o que realmente faz [...] o Pará da COP30 reprime, agride e marginaliza suas comunidades originárias (Grupo Abayomi, 2025). As roupas escolhidas por líderes e autoridades políticas extrapolam a função meramente estética; o ato da escolha configura significados simbólicos, comunicacionais, semióticos e estratégicos, cheios de significados que podem influenciar a assimilação pública e até pautar agendas (Aquino, Dos Santos, 2025). Porém, em meio às controvérsias, palavras neutras e paliativos não têm poder de impacto sem que haja mudanças profundas nas ações. (p.55, Santaella, p. 55, 2023).

Conclusão

A partir da análise do uso das blusas com estampa marajoara por Helder Barbalho, no contexto da COP30, foi possível perceber como os signos podem ser mobilizados estrategicamente na construção de uma imagem política alinhada a valores como sustentabilidade, valorização e respeito a comunidades tradicionais. Porém, a credibilidade do discurso simbólico, está diretamente ligada

⁴³ Veja mais em: <https://www.tapajosdefato.com.br/>.

⁴⁴ Veja mais em: <https://marcycelo2024-2025.my.canva.site/nota-oficial-do-grupo-abayomi-repress-o-aos-quilombolas-no-maraj-e-a-falsa-narrativa-do-par-na-cop-30>.

à coerência com as práticas políticas. Dentro desse contexto, o estudo percebe que, sem o respaldo de ações concretas em defesa das comunidades e do território amazônico, a estética marajoara no corpo de Helder Barbalho pode ser lida não como valorização, mas como ato de oportunismo.

Refletir sobre os sentidos dos usos das blusas marajoaras pelo atual governador do estado é essencial, principalmente em momentos com intensas discussões políticas, em que há preparação para a COP30 – o Pará se apresenta como protagonista da agenda ambiental, e almeja torna-se exemplo para as discussões climáticas. Casos como a sanção da Lei 10.820 e a repressão aos manifestantes no Marajó revelam como a apropriação de signos culturais pode operar muito mais como uma ferramenta política, do que como compromisso concreto com as pautas evocadas por esses signos.

Essas tensões salientam a importância de aprofundar a compreensão sobre os usos políticos da cultura material em contextos amazônicos – e que observem a relação entre estética, política e território. As estratégias de Helder Barbalho para firmar uma marca própria não são únicas do governador; outras figuras públicas e instituições também utilizam os objetos (i)materiais como instrumentos que legitimem discursos e percepções. Abre-se espaço para refletir até que ponto esses usos comunicam compromissos reais.

Referências

AQUINO, Agda; DOS SANTOS, Louise. A roupa política: moda como estratégia midiática da primeira-dama Janja. **Revista Temática**, v. 21, 2025.

BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Cerâmica Marajoara: Arte que resiste ao tempo! - Portal Amazônia. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/para/ceramica-marajoara-arte-que-resiste-ao-tempo/>>.

DA SILVEIRA, Laiana Pereira; SCHNEID, Frantieska Huszar. Semiótica da moda: o vestuário como um meio de comunicação. **Revista Poliedro**, v. 3, n. 3, p. 048-059, 2019.

ESTADÃO. **Com indicações de Helder, família Barbalho chega a 20 integrantes em cargos no Pará.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/09/03/com-indicacoes-de-helder-familia-barbalho-chega-a-20-integrantes-em-cargos-no-para.htm>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

GUERREIRO, Guilherme. **COP-30: O levante Indígena que enfrenta Helder Barbalho - SUMAÚMA.** Disponível em: <<https://sumauma.com/cop-30-o-levante-indigena-que-enfrenta-helder-barbalho/>>.

JUNGK, Isabel. Significado, desejo & consumo: dinâmicas e estratégias semióticas de atribuição de valor. **Signos do Consumo**, v. 16, n. 2, p. e231656-e231656, 2024.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 99-115, 2007.

NOTA OFICIAL DO GRUPO ABAYOMI: REPRESSÃO AOS QUILOMBOLAS NO MARAJÓ E A FALSA NARRATIVA DO PARÁ NA COP 30. Disponível em: <<https://marcycelo2024-2025.my.canva.site/nota-oficial-do-grupo-abayomi-repress-o-aos-quilombolas-no-maraj-e-a-falsa-narrativa-do-par-na-cop-30>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

NÖTH, Winfried. **A Semiótica do Século XX.** São Paulo; Annablume, 1996.

PEREZ, Clotilde. **Há limites para o consumo?** Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 2020.

PEIRCE, Charles S. **The essential Peirce: Selected Philosophical Writings.** In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Eds.), v. 1; THE PEIRCE EDITION PROJECT (Ed.), v. 2. Bloomington: Indiana University Press, 1992, 1998.

Procura por “camisas marajoaras” registra aumento desde o início da Cúpula da Amazônia em Belém. Disponível em: <<https://www.agenciapara.com.br/noticia/46195/procura-por-camisas-marajoaras-registra-aumento-desde-o-inicio-da-cupula-da-amazonia-em-belem>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SANTAELLA, Lucia. **A moda é sintoma da cultura?** Digitaliza Conteúdo, 2023.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum - Notas para o método comunicacional**.
Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

A SINTÁTICA, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DOS SIGNOS VISUAIS DA MARCA COP30: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

La sintaxis, semántica y pragmática de los signos visuales de la marca COP30: un análisis semiótico

Flavia Igliori Gonsales

Resumo: Este trabalho examina os signos da marca COP30 (logotipo, tipografia, cores e ilustrações) sob o olhar das três dimensões da semiótica – a sintática, semântica e a pragmática – desenvolvidas por C. W. Morris, seguidor da vertente semiótica Peirceana. As perguntas que norteiam esta pesquisa são: como são e como se combinam os elementos compositivos da identidade visual da COP30 (nível sintático)? Quais as potenciais significações desses elementos visuais compositivos, e em especial, como representam a Amazônia (nível semântico)? Em qual contexto é usado o sistema de identidade visual da COP30 (nível pragmático)? Os objetivos do trabalho são: avançar nos estudos das representações visuais simbólicas da Amazônia na comunicação de marca, rever e tornar acessível a semiótica de Morris e apresentá-la como um recurso teórico-metodológico para a análise de signos visuais marcários.

Palavras-chave: COP30; Identidade Visual de Marca; Marca Amazônia; Análise Semiótica; Charles William Morris.

Resumen: Este artículo examina los signos de la marca COP30 (logotipo, tipografía, colores e ilustraciones) a través de la lente de las tres dimensiones de la semiótica - sintáctica, semántica y pragmática - desarrolladas por C. W.

Morris (1901-1979), seguidor del enfoque semiótico Peirceano. Las preguntas que guían esta investigación son: ¿cuáles son los elementos compositivos de la identidad visual de COP30 y cómo se combinan (nivel sintáctico)? ¿Cuáles son los significados potenciales de estos elementos visuales compositivos y, en particular, cómo representan a la Amazonia (nivel semántico)? ¿En qué contexto se utiliza o se utilizará la identidad visual de la COP30 (nivel pragmático)? avanzar en los estudios sobre las representaciones visuales simbólicas de la Amazonia en la comunicación de marca, revisar y hacer accesible la semiótica de Morris y presentarla como recurso teórico-metodológico para el análisis de los signos visuales de marca.

Palabras clave: COP30; Identidad Visual de Marca, Marca Amazonía; Análisis Semiótico; Charles William Morris; Ecossemiótica.

Introdução

Desde dezembro de 2023, com a definição de Belém como sede da 30ª Conferência das Partes (COP30) – o maior encontro global para discussão sobre as mudanças do clima, realizado anualmente pela ONU – a mídia e os olhos dos brasileiros estão especialmente voltados para a cidade e para a região Amazônica. Em novembro de 2025, a Amazônia e o Brasil são o foco de atenção mundial.

Como era de se esperar, marcas de bens de consumo, serviços, corporativas, governamentais, de pessoas e de lugares investem em construir associações com a COP30 e/ou a Amazônia, ou seja, com os valores, atributos e benefícios (em linguagem do marketing) que a “Amazônia” carrega. Essa imagem (esse interpretante, nos termos da semiótica) idealizada e estereotipada, reforçada e reproduzida na publicidade e no jornalismo, é conceitualizada como “Marca Amazônia” (Amaral Filho, 2008, 2011, 2016).

Exemplos da construção e uso dessa associação, no âmbito do marketing político, são as campanhas publicitárias governamentais do governador estadual do Pará, Helder Barbalho (Marques; Santos, 2023) e a estratégia de política externa do Governo Federal do Brasil (Siqueira; Veiga; Castro, 2024). Na esfera das marcas de bens de consumo, a perfumaria Phebo também é exemplar: apesar do esforço para ser associada a modernidade e brasilidade no rebranding de 2007 (Almeida et al., 2023), a marca apagou todas as postagens de suas redes sociais em setembro de 2024, e lançou a campanha de reposicionamento “Nova Era Phebo” (Phebo Brasil, 2024), passando a enaltecer sua origem belenense e amazônica.

Além desses casos, novas marcas foram criadas para aproveitar o momento de valorização e superexposição midiática da região amazônica e de Belém do Pará. Por exemplo, a marca do movimento/evento musical “Amazônia para Sempre” (amazonia.thetown.com.br) e a marca da COP30 em si (cop30.br), esta última apresentada e sistematizada visualmente em manual de

aplicação próprio (Gov. Federal do Brasil, 2025a; 2025b). O sistema de identidade visual da marca COP30, composta por logotipo, tipografia, cores e ilustrações de apoio, são o objeto de estudo deste trabalho.

Os signos visuais da marca COP30 são aqui investigados por meio da semiótica de vertente Peirceana, em um estudo estruturado pela divisão tripartida da semiose, desenvolvida por Morris (1938, 1946). Deste modo, o trabalho responde às seguintes perguntas, na ordem: quais foram os recursos visuais utilizados na criação desses signos visuais (nível sintático da semiose)? Quais os efeitos de sentido potenciais que esses signos provocam no intérprete (nível semântico)? Em qual contexto esses signos visuais operam (nível pragmático)?

Apresentação e contextualização teórica do objeto de estudo

Embora originalmente criados, na virada do milênio, para o âmbito das marcas comerciais de produtos e serviços (Keller, 2025), hoje, os conceitos, teorias e processos do branding (gestão de marca) têm um escopo ampliado e são aplicados a corporações, ONGs, pessoas, ideias, lugares, eventos, entre outras entidades (Swaminathan et al., 2020). Nesse aspecto, a marca do evento COP30 se revela, sob um olhar aprofundado, como uma marca de natureza complexa, híbrida: opera também como uma marca-país (Anholt, 2004) e como uma marca política (Pich; Newman, 2020).

A Conferência das Partes é um programa idealizado e gerido pela ONU (uma organização internacional formada por 193 nações/governos) que acontece, a cada edição, em um diferente país, responsável por organizar e produzir a conferência. Na história das COPs, o país anfitrião é sempre incluído com destaque no *naming* do evento, confirmando a natureza de marca-país: COP25 Chile (2019), COP26 UK (2021), COP27 Egypt (2022), COP28 UAE (2023), COP29 Azerbaijan (2024).

A marca da COP30 foi criada e é gerida pelo governo brasileiro, que a lançou em site e nos perfis oficiais nas redes sociais⁴⁵, criados em novembro de 2024. Supreendentemente, o nome do evento foi originalmente concebido como “COP30 Amazônia”. “Brasil” e “Belém” apareciam apenas na última e quarta linha, em tamanho bastante reduzido, apenas endossando a 30ª edição da conferência. Porém, em 29 de abril de 2025, a marca passou por um redesign que alterou, além dos signos visuais (logotipo, cores e ilustrações de apoio), o nome da conferência para “COP30 Brasil Amazônia”. A alteração, efetuada com o objetivo de “deixar a marca mais plural, além de fortalecer o nome do Brasil no evento” (Teixeira, 2025), explicitou a vocação de marca-país da marca COP30.

Complementarmente a operar como marca de evento e marca-país, a marca COP30 atua também como uma marca política, categoria que abarca não apenas marcas de candidatos, políticos e partidos, mas também movimentos e grupos de pressão, programas e ações políticas (Pich; Newman, 2020). Evidenciando a COP30 como instrumento de branding político, o logotipo do Governo Federal do Brasil⁴⁶ é apresentado e destacadamente utilizado como elemento endossante da conferência, tanto na primeira como na versão atualizada do manual da marca COP30. Assim, o atual governo federal⁴⁷ utiliza a marca COP30 para identificar e diferenciar Lula e equipe governamental de seus concorrentes (opositores políticos), para os diferentes públicos envolvidos – funções básicas de uma marca de qualquer natureza –, para ativar e unir atores políticos e manter sua

⁴⁵ [Facebook.com/cop30noBrasil](https://www.facebook.com/cop30noBrasil); [Instagram.com/cop30nobrasil](https://www.instagram.com/cop30nobrasil); [Flickr.com/photos/cop30amazonia](https://www.flickr.com/photos/cop30amazonia); [Youtube.com/@COP30BrasilAmazônia](https://www.youtube.com/@COP30BrasilAmazônia); [Bsky.app/profile/cop30brazil.bsky.social](https://bsky.app/profile/cop30brazil.bsky.social); x.com/Cop30noBrasil;

⁴⁶ Manual da marca do Governo Federal brasileiro disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/central-de-conteudo/guias-e-manuais/uso-da-marca-do-governo-federal>

⁴⁷ Terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (desde 1º de janeiro de 2023), denominado informalmente de Lula III ou Lula 3.

autoridade nos processos de governança midiaticizada – funções de uma marca política governamental na contemporaneidade (Eshuis; Klijn, 2012, p. 4).

Independentemente da natureza de uma marca – seja ela de evento, marca-país, ou marca política, de biscoito, lanchonete, companhia aérea, estrela do cinema, time de futebol ou de aplicativo de mobilidade – os signos visuais de identidade são parte do DNA das marcas que representam (Kapferer, 2012, p. 169), são elementos fundamentais que trazem os valores marcários (dimensão abstrata) ao “universo do visível e do perceptível” (Semprini, 2010, p.167). A relevância desses elementos visuais na capacidade das marcas cumprirem com sucesso sua função é aumentada ao considerarmos o cidadão-consumidor contemporâneo: um consumidor altamente visual, cujo modo de ser, de fazer sentido de si mesmo do ambiente social, se dá, cada vez mais por suas facetas, capacidades e habilidades visuais (Peñaloza e Thompson, 2014, p. 81).

O redesign da marca COP30, já estabelecida há 4 meses e com peças de comunicação midiaticizadas (produções audiovisuais e postagens nas redes sociais) e aplicadas em materiais físicos (pastas, crachás, estandes), exemplificam a reconhecida importância dos signos visuais na concretização do *brand equity*⁴⁸. A versão original (lançada em novembro de 2024) e a atual (a partir de abril de 2025) da identidade visual da COP30, estão sistematizadas em dois distintos manuais de marca (Gov. Federal do Brasil, 2025 e 2025b), obtidas por esta pesquisadora em agências de publicidade de Belém. O procedimento teórico-metodológico, descrito a seguir, irá analisar comparativamente as duas versões, identificando e discutindo regularidades e dessemelhanças, a fim de responder as perguntas de pesquisa.

Abordagem teórico-metodológica: a semiótica de C. W. Morris

⁴⁸ Valor ou patrimônio intangível de uma marca.

Charles William Morris (1901-1979) foi um filósofo norte-americano doutorado pela Universidade de Chicago, e um dos mais notáveis seguidores da semiótica Peirceana. Suas obras principais são *Foundations of the theory of signs* (1938) e *Signs, language and behavior* (1946), revisadas e compiladas em *Writings on the general theory of signs* (1971). Para definir-se, Morris, que não gostava de nenhum tipo de rótulo, designou sua filosofia pluralista como “relativismo objetivo”, uma teoria semiótica na qual os signos significam através da mediação do comportamento interpretativo (Fiordo, 1977, p. 14).

Assim, na semiótica biológica e comportamental de Morris – distinta do behaviorismo clássico da psicologia, de John B. Watson – um signo é um estímulo preparatório (mediador) que influencia ou desencadeia séries de respostas-sequências, causando em algum organismo (o intérprete) uma disposição para responder (um interpretante, ou um dar-se-conta) de uma certa maneira (Morris, 1938, p. 4).

Seguindo a concepção triádica de Peirce, Morris define a semiose como um “processo em que algo funciona como signo para alguém”, e possui três fatores que se implicam uns aos outros (Morris, 1938, p. 4-3):

- O veículo do signo (*sign vehicle*) que funciona como signo, o mediador;
- O *designatum* (aquilo a que o signo se refere, o objeto signico), cuja eventual existência física chamou de *denotatum*;
- O interpretante (*interpretant*), o efeito sobre um intérprete para o qual o objeto em questão é um signo.

Distinguindo relações diádicas entre esses três inseparáveis e interdependentes correlatos – veículo signico, *designatum* e interpretante –, Morris separou a semiose (termo Peirceano) em três dimensões – a sintática, a semântica e a pragmática – que compõem até hoje a base fundamental da semiótica (Nöth, 1990, p. 48). Essa divisão foi inspirada na divisão Peirceana dos três ramos da semiótica

(gramática especulativa, lógica crítica e retórica especulativa), a qual, por sua vez, foi inspirada no trivium da ordem das artes liberais na era medieval – a gramática, lógica e retórica (Nöth, 2022, p. 93). As três ramificações interconectadas da semiótica formalizadas por Morris são descritas, a seguir.

A sintaxe: o estudo da dimensão sintática da semiose

O termo sintaxe relaciona-se à dimensão sintática da semiose. A sintática envolve as relações formais de um signo com outros signos, das combinações sígnicas sujeitadas a certas regras (Morris, 1938, p. 16). Na dimensão sintática, o signo pode ser classificado conforme o grau de precisão das expectativas que ele determina (Morris, 1938, p. 17):

- **Indexal** (indexical sign) – denota (como se apontasse) um único objeto. Restringe e especifica em grau máximo, enquanto define um mínimo de expectativas. Exemplos da linguagem verbal: “este”, “essa”;
- **Caracterizante** (characterizing sign) – denota uma pluralidade de coisas e é combinado com outros signos para explicar, especificar ou restringir seu alcance. Exemplos: “animal”, “homem”, “branco”;
- **Universal** (universal sign) – denota qualquer coisa e se relaciona com qualquer outro signo, variando, conforme o grau de expectativa que é capaz de definir. É um signo amplo e pode criar muitas expectativas. Exemplos: “algo”, “objeto”, “entidade”.

A semântica: o estudo da dimensão semântica da semiose

A semântica estuda as relações entre os signos e seus *designata*, os objetos que podem denotar ou que realmente denotam (Morris, 1938, p. 21) – posteriormente redefinida como o estudo da significação sígnica. A dimensão semântica pressupõe a dimensão

sintática, mas cada uma tem um relativo alto grau de autonomia (Ibidem, p. 29).

Novamente seguindo as ideias de Peirce, pelas regras semânticas de denotação existem três tipos de signos (Ibidem, p. 24):

- **Índice (*index*)**: designa o objeto para o qual direciona a atenção (com coordenadas espaço-temporais) sem caracterizá-lo, sem semelhança obrigatória com seu *designatum*;
- **Ícone (*icon*)**: signo que caracteriza o que pode denotar, pois mostra, nele mesmo, as propriedades ou um conjunto de características que seu *designatum* possui;
- **Símbolo (*symbol*)**: signo que designa objetos sem possuir características ou propriedades em comum, mas por regras que devem ser estabelecidas.

A pragmática: o estudo da dimensão pragmática da semiose

A pragmática trata da relação dos signos com seus intérpretes, ou seja, das condições (ambientes, situações, comportamentos etc.) em que o intérprete está submetido e sob as quais um signo é usado para desencadear respostas nos intérpretes (Morris, 1938, p.35). Tanto quanto a semântica pressupõe uma sintaxe, para estudar a relação entre signos e seus intérpretes, a dimensão pragmática pressupõe a sintaxe (as relações dos signos entre si) e a semântica (as relações entre signos e seus *designata*) (Morris, 1938, p. 33).

Na atualidade da crise do antropocentrismo e na pertinência dos estudos pós-humanos ou do que é mais-que-humano – “o estudo multidisciplinar da cultura mais que humana” (Nöth; Santaella, 2025) – é importante ressaltar que Morris considerava, há mais de 80 anos, que o processamento sóico não é privilégio dos seres humanos, mas realizado por qualquer “organismo”. Essa concepção biótica (que considera todos os seres vivos que compõem um ecossistema) é explicitada na descrição Morriseana da pragmática:

Como a maioria dos signos, se não todos, tem como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente precisa da pragmática dizer que ela lida com os aspectos bióticos da semiose, ou seja, com todos os fenômenos psicológicos, biológicos, sociais e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos (Morris, 1938, p. 30).

Ao tornar a pragmática uma “disciplina moderna”, Morris fez dela um campo de estudo explorado pela linguística no final da década de 1960 e que, em poucos anos, se expandiu interdisciplinarmente da comunicação para as artes, filosofia, economia, política, educação, ciências cognitivas e ciências computacionais (Bublitz & Norrick, 2011, p. 4). Porém, depois da pragmática de Morris, foram poucos os pensadores e trabalhos que estenderam a semiótica para além do viés antropocêntrico e logocêntrico (Nöth; Santaella, 2024, p. 22). Nesse aspecto, Morris pode ser considerado um dos precursores da ecossemiótica.

Análise semiótica dos signos visuais da marca COP30

Aplicando a semiótica de Morris (1938, 1946) para analisar a identidade visual da marca COP30, os elementos visuais compositivos (logotipo, tipografia, cores e ilustrações de apoio) são os signos (*sign vehicles*) que o organismo produtor (*sign-producer* ou *communicator*) – no caso, os gestores da marca: governo federal, equipe de comunicação) – utiliza a fim de provocar certas disposições, os interpretantes signícos (*interpretants*) nos públicos interessados (os intérpretes, *interpreters* ou *communicatee*) e, assim, alcançar seus objetivos comunicacionais, políticos, econômicos, mercadológicos, etc.

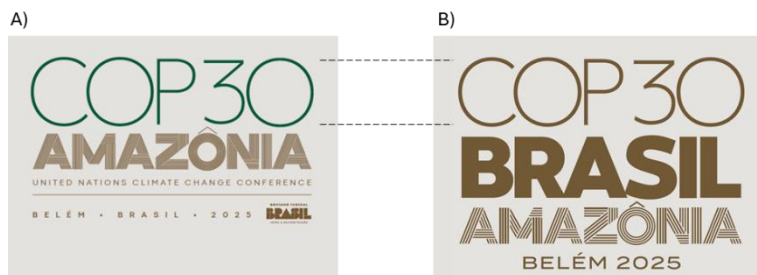
A seguir, a análise sintática descreverá os elementos gráficos compositivos (logotipo, tipografia, cores e ilustrações de apoio) da identidade visual da marca COP30. Por sua vez, a análise semântica identificará os significados que esses elementos carregam, potencialmente. Finalizando, a análise pragmática discutirá as condições em que os elementos visuais operam como signo da marca COP30.

Análise sintática

O **logotipo** da COP30 – versão original e versão atualizada – é exclusivamente tipográfico, grafado em caixa alta (maiúsculas) e diagramado em bloco justificado. A versão original é grafada em verde (COP30) e marrom (Amazônia e demais elementos tipográficos), enquanto a versão atual é monocromática em marrom – no manual atualizado são também exibidas versões em negativo (logotipo em branco sobre fundos coloridos).

Conforme já descrito, a versão original usa apenas “Amazônia” como descritor geográfico. Por sua vez, a versão atualizada destaca o país, a região e a cidade anfitriã, juntamente com o ano da conferência. A *tagline* descritora do evento, “United Nations Climate Change Conference”, e o logotipo do Governo Federal do Brasil, presentes na versão original, foram retirados do corpo do logotipo, onde apareciam em tamanho bastante reduzido. Assim, o manual de marca atualizado detalha como o logotipo do Governo deve ser usado em conjunto – e com destaque – sempre próximo ao logotipo da conferência.

Figura 1 Versão original (A) e versão atualizada (B) do logotipo e tipografia da marca COP30



Fonte: Manual das marcas COP30 Amazônia (Gov. Federal do Brasil, 2025a) e COP30 Brasil Amazônia (Idem, 2025b).

A família tipográfica da marca COP30 é a Codec Cold (ver Figura 2), lançada em 2018, projetada e comercializada pela *type foundry* italiana ZetaFonts. A família é composta por 22 versões de fontes em desenho regular e itálica, e 11 pesos diferentes – do *thin* (ultraleve) ou *fat* (ultra pesado). Trata-se de um sistema de tipos sem serifa, inspirado na fonte Futura. Os terminais dos tipos (extremidades dos traços de uma letra) são cortados paralela ou perpendicularmente à linha de base, caracterizando a família como geométrica. A Codec Cold possui uma ampla variedade de glifos para abarcar diferentes de idiomas: além do alfabeto latino, a família é desenhada também nos alfabetos cirílico e grego (Zetafonts, 2025).

Figura 2: As 22 fontes da família tipográfica Codec Cold, no alfabeto latino



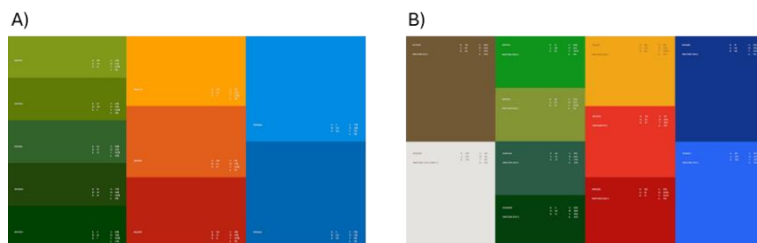
Fonte: Zetafonts, 2025.

Enquanto “COP30” está grafado em Codec Cold Light, “Brasil” e “Amazônia” estão em peso Codec Cold Heavy. As formas das letras do descritor geográfico regional foram adaptadas e são preenchidas por uma textura de quatro traços retos e finos e paralelos – no logotipo original eram oito traços que, de tão próximos, eram percebidos como uma cor chapada, nos casos de redução de tamanho do logotipo.

Por sua vez, a **paleta cromática** original da marca COP30 era composta por 10 cores (ver Figura 3A): cinco tons de verde (os dois mais escuros quase indiferenciáveis), um amarelo ouro, um laranja e um

vermelho, e dois tons de azul (próximos em matiz, mas diferentes em claridade). Porém, tanto o marrom do logotipo como o bege de fundo, cores fundamentais do sistema de identidade, não foram discriminados na paleta original.

Figura 3: Paleta cromática da versão original (A) e da versão atualizada (B) da marca COP3



Fonte: Manual das marcas COP30 Amazônia (Gov. Federal do Brasil, 2025a) e COP30 Brasil Amazônia (Idem, 2025b).

Com o redesign, a paleta cromática está melhor elaborada: foram incluídos o marrom e o bege, a redundância dos cinco verdes (versão original) foi eliminada com a seleção de quatro novos verdes, e os dois azuis atualizados estão mais violetas e mais escuros. A especificação das cores também evoluiu: além de discriminadas em sistema hexadecimal, RGB, CMYK, no manual da marca atualizado as cores estão definidas em Pantone.

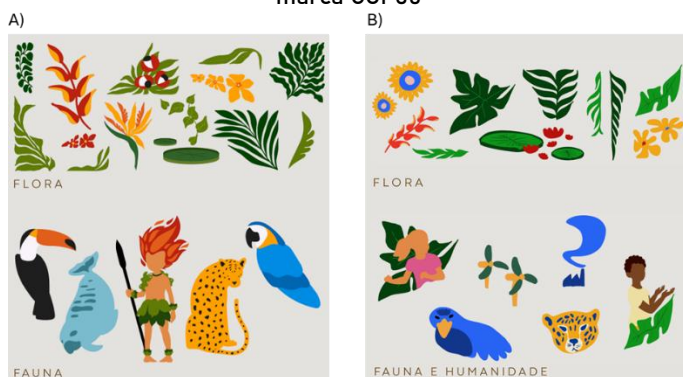
As **ilustrações de apoio** do sistema de identidade visual possuem estilo gráfico simplificado: elementos desenhados sem linha de contorno, cujas formas irregulares são definidas pelo contraste entre a cor de fundo (geralmente o bege) e as cores “sólidas” da figura (cor sem sombra ou gradiente, ou seja, sem efeito de volume). Apesar do estilo gráfico minimalista e sem perspectiva (a exceção são as folhas da vitória-régia) ter sido mantido, existem importantes diferenças entre as ilustrações da versão original e do redesign.

Na versão original (ver Figura 4A), as ilustrações foram apresentadas em dois diferentes grupos:

1) **Flora**: duas folhas redondas flutuantes de **vitória-régia**, um arranjo com três frutos maduros de **guaraná** (cascas vermelhas abertas, exibindo a polpa branca e a semente preta), duas touceiras de diferentes tipos de **helicônia**. Flores e folhagens variadas, algumas desenhadas com dois lados em ângulo reto;

2) **Fauna**: quatro animais: **tucano**, **arara canindé**, **onça pintada** e **peixe-boi**, desenhados sem olhos – as aves também sem pernas e pés. Os azuis do peixe-boi – em desenho estilizado que mais parece uma foca – não estão discriminados no manual de marca. Estranhamente, uma **figura humana** masculina foi incluída na categoria fauna, desenhada com cabelos vermelhos flamejantes, pés virados para trás, segurando uma lança, nem boca: trata-se do **Curupira**, ser mítico indígena, protetor das florestas e animais, que foi desenhado sem olhos, boca ou nariz. A cor laranja, da pele, não está discriminada na paleta cromática da marca.

Figura 4: Ilustrações da versão original (A) e da versão atualizada (B) da marca COP30



Fonte: Manual das marcas COP30 Amazônia (Gov. Federal do Brasil, 2025a) e COP30 Brasil Amazônia (Idem, 2025b).

No manual atualizado (redesign), algumas ilustrações foram excluídas e outras entraram no elenco, apresentadas também em dois diferentes grupos (Figura 4B):

1) Flora: A composição das duas folhas de **vitória-régia** tornou-se mais irregular, menos geométrica, e recebeu flores na cor vermelho escuro da paleta (não condizendo com as cores da planta na natureza, que podem ser branca, lilás, roxa, rosa ou amarela, a depender da fase de floração e da espécie). O arranjo com os frutos maduros de **guaraná** e o ramo grande de helicônia foram excluídos, assim como algumas das **folhagens**. Foi adicionado uma composição de duas flores que lembram **girassóis**, com a parte central da flor em azul

2) Fauna e humanidade: dos quatro animais, apenas um permaneceu: a **onça pintada** que, reduzida a uma cabeça, ganhou olhos, focinho e boca, em azul. Foi adicionado um novo animal, um **pássaro azul** de bico amarelo e olhos elípticos, que remete ao campainha-azul (também conhecida como azulinho-de-bico-de-ouro), ave do cerrado que está próxima da ameaça de extinção. Os animais e o Curupira excluídos deram lugar a elementos representativos de “humanidade”: duas figuras humanas e dois elementos de criação tecnológica humana. As figuras humanas são apresentadas em composição com folhagens, e desenhadas sem olhos, boca ou nariz. O **menino** é desenhado em três cores – marrom da pele, marrom do cabelo e amarelo claro da camiseta – que não estão descritas na paleta cromática oficial da marca. O mesmo acontece com a **menina**, desenhadas em duas cores que não constam no manual – laranja da pele e o rosa da camiseta. Os elementos tecnológicos são desenhados em duas cores: a silhueta de uma **fábrica tradicional** com fumaça saindo da chaminé, em dois azuis; uma composição de duas **turbinas eólicas**, em amarelo e verde.

Análise semântica

O **logotipo** (Figura 1), graças à composição de letras em caixa alta e alinhamento blocado, sugere grandiosidade, força, autoridade. A cor do logotipo atual, marrom, remete à natureza amazônica – a cor da terra, dos troncos das árvores e da água dos rios. No redesign do logotipo, a cor verde – a cor da floresta tão exaustivamente usada quando se trata da “Marca Amazônia” – foi excluída.

A diferença no peso visual da palavra “Brasil” (adicionada no redesign), não deixa mais as dúvidas que a versão original do logotipo provocava: a instância anfitriã, de maior e sólido poder, é o Brasil. A **textura visual de preenchimento aplicada em “Amazônia”** remete à população indígena originária – os traços paralelos lembram o padrão trançado de esteiras e cestaria, ou grafismos indígenas encontrados em pintura corporal, na ornamentação de utensílios domésticos, em objetos ritualísticos, etc.

A rigidez geométrica da **fonte tipográfica** Codec Cold (Figura 2), remete à ideia de controle, seriedade, segurança, de precisão e acerto – efeitos de sentido pertinentes para uma marca multifunção como a COP30 (marca de evento, marca-país, marca política).

As cores da marca compõem uma **paleta cromática** ampla, viva e alegre, graças aos contrastes envolvendo matizes complementares (por exemplo, amarelo e laranja X azuis, laranja e vermelho X verdes) e envolvendo saturações opostas (marrom e bege X gama de cores saturadas). Essa exuberância cromática representa o conceito de diversidade em um amplo sentido: da flora e fauna, dos “recursos naturais” (água, minério, madeira, etc.), e dos povos (etnias, cultura, crenças, etc.) que visitarão a Amazônia no evento, e os que formaram e habitam o Brasil – indígenas originários, comunidades tradicionais, imigrantes e descendentes de imigrantes (majoritariamente europeus, mas não apenas) e de africanos que foram raptados, traficados e que combateram e venceram à escravidão.

Os signos visuais que potencialmente provocam efeitos de sentido contrários aos esperados de uma marca nominada “COP30 Brasil Amazônia” são as **ilustrações** (Figura 4), tanto pelo que se vê

como pelo que não se vê no manual da marca. Na versão original e na atualizada pelo redesign, a flora, a fauna e a humanidade estão representadas figurativamente, ou seja, os desenhos atuam majoritariamente como signos icônicos – significam seus respectivos objetos por similaridade qualitativa das características formais (formas e cores). Todas as ilustrações, em estilo “flat” e em cores saturadas, transmitem inocência, espontaneidade e ludicidade, graças à similaridade com a arte *naïf* ou com ilustrações de um livro infantil.

Os elementos visuais representativos da **flora** diminuíram de 14 para 10 no redesign, reforçando o efeito de sentido já presente na versão original: o Brasil e/ou a Amazônia como um ambiente tropical domesticado. Esse efeito reducionista se dá pela representação gráfica exclusivamente composta por folhagens e flores ornamentais, todas aproximadamente do mesmo tamanho, típicas de qualquer região tropical do mundo. A ausência de plantas reconhecidamente amazônicas (a vitória régia é a exceção, porém está bastante descaracterizada em cor e tamanho, e o guaraná foi excluído no redesign) pode ser entendida como um recurso para tornar a marca COP30 menos regional e mais brasileira. Porém, se esse é o efeito de sentido pretendido pelos gestores, onde estão as árvores, os cipós, arbustos, e outros inúmeros tipos de plantas nativas dos diferentes biomas brasileiros (além da floresta amazônica e da mata atlântica, temos a mata dos cocais, a mata de araucárias, os mangues, os cerrados, a caatinga, os pampas, e o pantanal)?

Os mesmos problemas ocorrem nos signos representativos da **fauna**. Na versão original, o *namings* indicava apenas “Amazônia”, mas os animais não eram nativos/exclusivos da região (a exceção era o peixe-boi, que se assemelhava a uma foca do Ártico). Além disso, transmitiam a impressão de serem cegos e incapazes de vocalizar ou de se movimentar – afinal, foram desenhados sem olhos ou boca, as aves também sem pernas e pés. A inexpressividade e a posição dos animais provocam a sensação de domesticação, de passividade: os pássaros não voam (estariam presos em gaiolas, ou empalhados em um museu?); a onça está parada, olhando para o observador (será que ela se virou

para sair bem na foto, ou só está entediada na jaula?); o peixe-boi não mexe suas nadadeiras peitorais (ele simplesmente afunda).

Com as alterações do redesign, apenas a onça-pintada sobreviveu (porém, como uma cabeça, sem corpo) e um pássaro azul apareceu, ambos com olhos e boca/bico, em formas e curvas menos suaves que as outras ilustrações do sistema de identidade. Assim, os signos atualizados da fauna transmitem uma expressão um pouco mais selvagem (graças aos olhos elípticos), mas ainda não sugerem movimento – e não “combinam” plasticamente com as demais ilustrações.

No redesign, as ilustrações de duas **figuras humanas** (um menino e uma menina) e de duas inovações tecnológicas (uma fábrica poluente e duas turbinas eólicas) foram incluídas. Os jovens foram desenhados sem expressões faciais – sem olhos nariz ou boca. Os **artefatos tecnológicos**, desenhados em tamanho pequeno, transmitem a sensação de serem de brinquedo.

Finalmente, o **Curupira** – equivocadamente elencado na categoria fauna, na primeira versão – foi excluído da seção de ilustrações do manual da marca atualizado, mas aparece nas páginas com exemplos de aplicação da identidade visual em materiais de licenciamento (boné, camiseta, ecobag, bloco de notas, garrafa e broche) tal como foi desenhado originalmente. O Curupira é um ser encantado (não morre, se encanta, desaparece) que os amazônidas conhecem desde a infância, uma entidade sagrada para os povos indígenas e comunidades tradicionais e um protetor da floresta e dos animais (Costa; Santos-Fita; Aguiar, 2023). O Curupira confunde e mata os exploradores da natureza graças a seus pés virados para trás, cabelo vermelho flamejante, dentes afiados e sua lança. Como signo visual da marca COP30, em consonância sintática com as demais ilustrações originais, o Curupira foi desenhado em posição estática, com a lança apoiada no chão, sem olhos, sem seus dentes afiados. Amigável e “fofo”, com a pele cor-de-laranja, ele não assusta e pode ser utilizado como mascote da conferência (Agência Brasil, 2025).

A síntese dos efeitos de sentido dos signos visuais da COP30 (Figura 5) revela ambiguidades e levanta as questões: afinal, a marca deve expressar seriedade, força, grandiosidade, ou inocência e ludicidade? A marca deve prometer um evento festivo tropical, ou

alertar para a urgência das questões climáticas? Essas ambiguidades são adequadas para promover uma conferência conciliadora e atrair a participação do maior número de líderes possível? Ou simplesmente enfraquecem o potencial sógnico da marca?

Figura 5: Quadro-síntese dos efeitos de sentido potenciais da marca COP30 (versão atual)

LOGOTIPO		TIPOGRAFIA	CORES	ILUSTRAÇÕES
Tipografia	Cor marrom	Codec Cold	Paleta	Flora, fauna e humanidade
<ul style="list-style-type: none">• Grandiosidade, força, autoridade;• Brasil forte e sólido, poderoso (redesign);• População indígena originária.	<ul style="list-style-type: none">• Natureza: tronco de árvores, terra, rios amazônicos.	<ul style="list-style-type: none">• Controle, seriedade, segurança;• Precisão, acerto.	<ul style="list-style-type: none">• Vida, alegria, exuberância;• Diversidade de flora, fauna, de povos e culturas.	<ul style="list-style-type: none">• Inocência e ludicidade infantis;• Ambiente tropical, domesticado, ornamental;• Animais domesticados, passivos, de inexpressivos (versão original) a sutilmente selvagens (redesign);• Elementos humanos inexpressivos;• Curupira como protetor “fofo” e amigável.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Análise pragmática

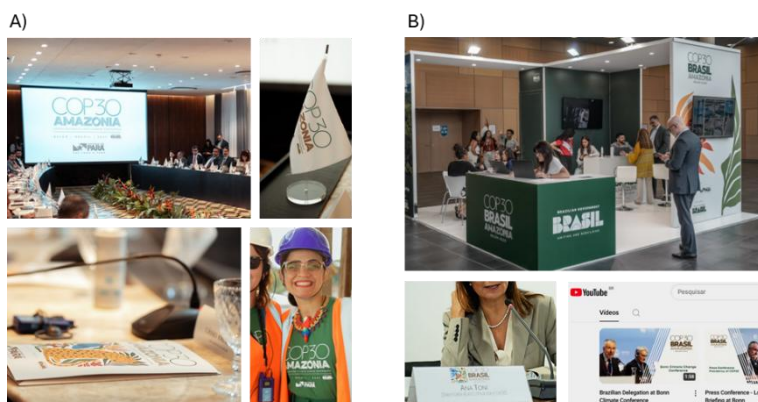
Segundo afirma Morris (1946, p.93), a utilização de um signo pode ser adequada, ou não, a depender da obtenção dos resultados almejados pelo produtor do signo, que pode estar ciente, ou não, dos efeitos que o signo causa. Nesse aspecto, os signos visuais da marca COP30 foram desenhados para identificar a conferência e diferenciá-la das edições anteriores⁴⁹ (marca de evento), consolidar a soberania do Brasil no cenário internacional, especialmente nas discussões sobre

⁴⁹ A identidade visual das marcas das cinco edições anteriores da COP são acessíveis nos canais oficiais dos eventos: cop29.az, cop28.com, [cop27_egypt, ukcop26.org](http://cop27_egypt.ukcop26.org), cop25.mma.gob.cl.

meio-ambiente e crise climática (marca-país), e fortalecer a autoridade e a imagem geral do atual governo federal brasileiro (marca política).

A marca COP30 exerce suas funções identificadora e diferenciadora como marca de evento, graças aos elementos sintáticos exclusivos e à sua consistente aplicação, seguindo especificações dos manuais de marca. Exemplos das aplicações da versão original e da versão atualizada do sistema de identidade visual podem ser vistos na Figura 6.

Figura 6: Uso consistente dos signos visuais originais (A) e atualizados (B) da marca COP30



Fonte: Seção imprensa do site oficial cop30.br/pt-br/imprensa, Perfil oficial no Facebook, facebook.com/cop30noBrasil; Canal oficial do Youtube Youtube.com/@COP30BrasilAmazônia.

A funções da marca COP30 como marca-país e marca política têm mais chance de se efetivarem após o redesign de abril de 2025 – verificar a efetividade está além do escopo deste trabalho. Além disso, para uma análise pragmática completa da marca, será necessário levantar e analisar o uso marcário nos meses que ainda antecedem e durante a conferência.

Considerações (não) finais

O fato de a marca ter passado por um redesign e de apresentar inconsistências sintáticas e ambivalências semânticas, apontam para a possibilidade de novas alterações, no futuro. Porém, mudanças constantes nos signos marcários, por mais necessárias que sejam, diminuem não apenas a capacidade de identificar e diferenciar a marca que representam, mas também fragilizam o poder de estabelecer conexões emocionais e simbólicas entre a marca e os públicos de interesse.

Independentemente de eventuais novas alterações até a realização do evento, já é possível afirmar que a identidade visual da COP30 replica, sem surpresas, a estética tipicamente utilizada na linguagem publicitária e jornalística para representar a região amazônica – uma Amazônia idealizada, distante, gigante e, ao mesmo tempo, ameaçada – o que entendemos como “marca Amazônia” (Amaral Filho, 2008; 2011; 2016):

A imagem da Amazônia, como uma marca, é constituída a partir de estereótipos genéricos como floresta, rios, bichos, índios que estão no imaginário universal e que se juntam a outros de um imaginário popular representado no imaginário mítico como o Boto, a Boiuna, a lara (Amaral Filho, 2016, p. 41).

O processo de construção e manutenção, no imaginário global, dessa imagem de Amazônia (ou seja, desse interpretante signico) inclui a reprodução reiterada, na mídia, dos signos visuais icônicos da marca Amazônia. Entre esses signos estão a cor verde (elemento visual central), fotos e ilustrações de espécies exóticas da flora e da fauna (Amaral Filho, 2016, p. 195). Não por coincidência, esses elementos são a base das ilustrações (antes e depois do redesign) da marca COP30.

A representação da marca Amazônia na identidade visual da COP30 por signos icônicos – signos que caracterizam o que podem denotar, pois exibem, neles mesmos, um conjunto de características que seu *designatum* possui (Morris, 1938, p. 24) – não é um problema em si. Porém, ao olhar desta pesquisadora, o problema são os modos em que estão representados os animais, os seres humanos e o guardião da floresta (cegos, estáticos, sem expressão facial) e a flora

(domesticada e ornamental), em um tratamento visual “fofo”, infantilizado e reducionista.

Por suas características formais (dimensão sintática) e pelo contexto de uso (dimensão pragmática), os signos visuais da marca COP30 replicam e reforçam uma ultrapassada visão colonialista, de uma Amazônia para ser “descoberta” e explorada pelos visitantes. Ou então, em uma perspectiva pós-colonialista também recorrente, de uma Amazônia frágil, um patrimônio da humanidade a ser protegido e “salvo” pelos que chegam, como exemplificado em Seixas (2010). Essas cargas semânticas potenciais não parecem ser adequadas para os signos visuais do mais importante evento global sobre clima e preservação ambiental, e que trará mais de 50 mil pessoas para a cidade de Belém, em novembro de 2025.

Para finalizar, ainda que provisoriamente (até o evento ocorrer), aguardemos por novas alterações dos signos visuais da marca COP30 que propiciem, enfim, uma identidade visual marcária decolonizada e decolonizadora. Porém, nas palavras de Paes Loureiro (2019, p. 110), por enquanto a cultura amazônica fica “à espera de reconhecimento e respeito como fonte de saber e sentimento, não apenas como matéria a ser consumida ou riqueza expropriada”.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Governo divulga imagem do Curupira, “mascote” da COP30. Portal da Agência Brasil, Brasília, 01 jul 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-07/cop30-divulga-imagem-do-curupira-mascote-do-evento>. Acesso em 10 jun. 2025.

ALMEIDA, Alice Leitão et al. Comunicação e Design na perfumaria: um olhar semiótico sobre embalagens, frascos e imagens da Perfumaria Phebo. **Analecta - Centro Universitário Academia**, v. 8, n. 1, 2023.

AMARAL FILHO, Otacílio. **A Marca Amazônia**: uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais. 2008. 80 f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

_____. Verde que te quero verde: a estética da marca Amazônia. **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**, Belém, v. 2, p. 83-100, 2011.

_____. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Editora CRV, 2016.

_____; CASTRO, Flávio Fonseca de; COSTA, Alda Cristina da Silva. Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 105-118, 2015.

ANHOLT, Simon. Branding places and nations. In: SIMMONS, John; CLIFTON, Rita (Orgs). **Brands and branding** (The Economist Series). New York: Bloomberg Press, p. 213-226, 2004

BUBLITZ, Wolfram; NORRICK, Neal R. (Ed.). **Foundations of pragmatics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011.

COSTA, Eraldo Medeiros; SANTOS-FITA, Dídac; AGUIAR, Leonardo Matheus Pereira. Curupira e Caipora: o papel dos seres elementais como guardiões da natureza. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 18, n. 1, p. e20210095, 2023.

ESHUIS, Jasper; KLIJN, Erik-Hans. **Branding in governance and public management**. New York: Routledge, 2012.

FIORDO, Richard A. **Charles Morris and the criticism of discourse**. John Benjamins, 1977.

GOVERNO DO BRASIL. **Manual de marca COP30 Amazônia**. Brasília, 2025a.

_____. **Manual de marca COP30 Brasil Amazônia**. Brasília, 2025b.

KAPFERER, Jean-Noël. **The new strategic brand management: Advanced insights and strategic thinking**. Kogan page publishers, 2012.

KELLER, Kevin Lane. The evolution of modern branding: Historical origins, current perspectives, and future directions. **Journal of Business Research**, v. 194, p. 115359, 2025.

MARQUES, Rodolfo Silva; SANTOS, Luiz Cezar Silva dos. As representações da marca Amazônia utilizadas na comunicação do governador do estado do Pará, Helder Barbalho. **Signos do Consumo**, v. 15, n. 2, p. e216031-e216031, 2023.

MICK, David Glen. Consumer research and semiotics: Exploring the morphology of signs, symbols, and significance. **Journal of consumer research**, v. 13, n. 2, p. 196-213, 1986.

MORRIS, Charles W. **Foundations of the theory of signs**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

_____. **Signs, language and behavior**. New York: Prentice-Hall, 1946.

_____. **Writings on the general theory of signs**. Berlin: De Gruyter Mouton, 1971.

NOTH, Winfried. **Handbook of semiotics**. Indiana University Press, 1990.

_____. Pragmatist semiotics. In: PELKEY, Jamin (Ed.). **Bloomsbury Semiotics: history and semiosis**. v. 1, p. 91-107, 2022.

NOTH, Winfried; SANTAELLA, Lúcia. A atualidade da ecossemiótica para pensar a Amazônia. Cap 1 In: SANTAELLA, Lucia; CRUZ, Kalyinka. **Amazônia Digital**. Estação das Letras e Cores Editora, 2024, p. 15-30).

_____. A Filosofia peirciana do mais que humano, seus precursores e seus herdeiros. **Cognitio: Revista de Filosofia**, v. 26, n. 1, p. e70334-e70334, 2025.

PEÑALOZA, Lisa; THOMPSON, Alex. Constructing the visual consumer. In: **The Routledge companion to visual organization**. Routledge, 2014. p. 79-95.

PHEBO BRASIL. **Nova Era Phebo**. YouTube, 06 set 2024. Disponível em: <https://youtu.be/Kbl1NYQV3VI?si=tPwz1TwPa1QAa0MZ>. Acesso em: 28 maio 2025.

SEMPRINI, Andrea. **A marca pós-moderna**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; VEIGA, Edir; CASTRO, Carlos Potiara. A Amazônia como estratégia de política externa na agenda brasileira no G20. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 5, p. 1-14, 2024.

SWAMINATHAN, Vanitha et al. Branding in a hyperconnected world: Refocusing theories and rethinking boundaries. **Journal of marketing**, v. 84, n. 2, p. 24-46, 2020.

TEIXEIRA, Milena. Secom decide mudar marca da COP30. **Portal Metr  poles**, coluna de Igor Gadelha, Brasília, 24 mar 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/secom-decide-mudar-marca-da-cop30> . Acesso em 30 jun 2025.

ZETAFONTS. **Codec Warm Cold**, 2025. Disponível em: <https://www.zetafonts.com/codec> . Acesso em 03 jun. 2025.

A LOUCURA EM IMAGENS: POLÍTICA ANTIMANICOMIAL E A RESOLUÇÃO CNJ 487/2023 NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS

La locura en imágenes: política antimanicomial y la Resolución CNJ 487/2023 en el contexto de los Derechos Humanos

Aparecida Luzia Alzira Zuin
Alencar das Neves Brilhante

Resumo: Este artigo analisa os efeitos de sentido produzidos por fotografias documentais que registram o descaso histórico e institucional com pessoas com transtornos mentais privadas de liberdade no Brasil. Com foco na Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes para a desinstitucionalização dessa população, o estudo investiga como as representações visuais da loucura e do confinamento influenciam a construção simbólica da política antimanicomial à luz dos direitos humanos. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, descritiva e exploratória, utilizando análise documental e iconográfica, com base na Semiótica Discursiva de origem francesa. As imagens selecionadas, extraídas de acervos públicos e documentos institucionais, incluindo registros jornalísticos sobre o Hospital Colônia de Barbacena, são interpretadas como signos que comunicam sentidos explícitos e implícitos sobre exclusão, punição e cidadania. Os resultados evidenciam como essas imagens podem tanto reforçar discursos normativos quanto funcionar como instrumentos de denúncia e resistência. Ao integrar imagem, discurso e política pública, o estudo contribui para a educação em direitos humanos e para a crítica às permanências manicomiais no sistema de justiça brasileiro, propondo uma leitura humanizada e intersetorial das políticas públicas de saúde mental.

Palavras-chave: Resolução nº 487/2023. Saúde mental. Direitos humanos.

Resumen: Este artículo analiza los efectos de sentido producidos por fotografías documentales que registran el abandono histórico e institucional de personas con trastornos mentales privadas de libertad en Brasil. Con foco en la Resolución nº 487/2023 del Consejo Nacional de Justicia (CNJ), que establece directrices para la desinstitucionalización de esta población, el estudio investiga cómo las representaciones visuales de la locura y del confinamiento influyen en la construcción simbólica de la política antimanicomial a la luz de los derechos humanos. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de naturaleza aplicada, descriptiva y exploratoria, utilizando análisis documental e iconográfico, con base en la Semiótica Discursiva de origen francés. Las imágenes seleccionadas, extraídas de acervos públicos y documentos institucionales, incluyendo registros periodísticos sobre el Hospital Colonia de Barbacena, son interpretadas como signos que comunican sentidos explícitos e implícitos sobre exclusión, castigo y ciudadanía. Los resultados evidencian cómo estas imágenes pueden tanto reforzar discursos normativos como funcionar como instrumentos de denuncia y resistencia. Al integrar imagen, discurso y política pública, el estudio contribuye a la educación en derechos humanos y a la crítica de las permanencias manicomiales en el sistema de justicia brasileño, proponiendo una lectura humanizada e intersectorial de las políticas públicas de salud mental.

Palabras clave: Resolución n.º 487/2023. Salud mental. Derechos humanos.

Introdução

No contexto desta obra, trazemos a discussão acerca da proteção dos direitos humanos no campo da saúde mental, considerando que o tema se tornou pauta central nos debates contemporâneos sobre justiça social, cidadania e dignidade da pessoa humana.

No Brasil, a política antimanicomial consolidou importantes avanços legais, especialmente com a promulgação da Lei nº 10.216/2001, que visa substituir o modelo hospitalocêntrico por uma rede de cuidado psicossocial em liberdade. Em 2023, a publicação da Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) representa um novo marco ao propor diretrizes para a desinstitucionalização de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, com ênfase na reabilitação psicossocial, inclusão e articulação intersetorial entre os sistemas de Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação.

Entretanto, a persistência de práticas punitivistas e o descaso histórico com essa população revelam a distância entre norma e realidade. Por isso, este artigo propõe como problema de pesquisa: como as representações visuais da loucura e do confinamento influenciam a construção simbólica da política antimanicomial e a aplicação da Resolução CNJ nº 487/2023, à luz dos direitos humanos?

O objetivo geral é analisar os efeitos de sentido produzidos por fotografias documentais que registram o descaso com pessoas com transtornos mentais privadas de liberdade, confrontando esses signos visuais com os marcos normativos da política antimanicomial brasileira, em especial a Resolução nº 487/2023. A pesquisa parte da compreensão de que a imagem é um signo potente na construção dos discursos sociais e institucionais, sendo capaz de reforçar ou tensionar estruturas normativas e práticas violadoras de direitos.

A justificativa da pesquisa reside na urgência de dar visibilidade à persistência de violências simbólicas e estruturais contra pessoas com sofrimento mental, mesmo diante de avanços legais. Ao mobilizar registros fotográficos históricos e contemporâneos, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma crítica

fundamentada ao modelo manicomial e à sua permanência em novas roupagens.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, descritiva e exploratória, utilizando como procedimentos metodológicos a análise documental e iconográfica. As fotografias selecionadas foram extraídas de acervos públicos, relatórios e documentos institucionais, incluindo imagens do Hospital Colônia de Barbacena e de unidades prisionais e hospitalares que mantêm pessoas com transtornos mentais em regime de privação de liberdade. A análise será conduzida com base na Semiótica Discursiva de origem francesa, compreendendo como os planos da expressão (imagem) e do conteúdo (discurso) se relacionam na construção dos sentidos da loucura, do confinamento e da cidadania.

Como resultados esperados, buscou-se evidenciar as permanências e rupturas no imaginário institucional sobre a loucura, revelando como as imagens funcionam como instrumentos de denúncia, memória e resistência, mas também de naturalização da exclusão, contribuindo para uma leitura crítica das políticas públicas de saúde mental e para a promoção da educação em direitos humanos.

Resolução CNJ nº 487/2023: fundamentos, controvérsias e o cenário histórico da loucura no Brasil

A Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça representa um avanço significativo na consolidação da política antimanicomial no Brasil, ao estabelecer diretrizes para a atuação do Judiciário na proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei. Inspirada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça restaurativa e da intersetorialidade, a norma propõe a substituição da institucionalização prolongada por tratamentos em meio aberto, reforçando o cuidado psicossocial e a inclusão social. Essa perspectiva está alinhada à Constituição Federal de 1988 e à Lei nº 10.216/2001.

No entanto, apesar dos avanços, a Resolução tem suscitado controvérsias jurídicas, sobretudo quanto à sua constitucionalidade formal e material, especialmente no que se refere à previsão de

interdição e fechamento dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Em 2023, mais de 2.300 pessoas ainda cumpriam medidas de segurança em regime de internação, refletindo a persistência de práticas manicomiais. Em Rondônia, esse número era de 16 homens, segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

Historicamente, o controle da loucura tem sido disputado entre os campos da Justiça e da Medicina, resultando em uma intersecção complexa de diagnósticos e determinações legais. A loucura, muitas vezes interpretada como incapacidade, foi usada como critério de exclusão e confinamento. Nesse cenário, a Resolução nº 487/2023 emerge como resposta crítica à institucionalização, propondo alternativas humanizadas e juridicamente sustentadas.

No contexto deste estudo, tem-se que a compreensão das implicações da Resolução exige a análise integrada de seus fundamentos legais, do contexto social e das permanências históricas na forma como a sociedade trata a loucura. Essa contextualização é essencial para avaliar sua efetividade e os desafios para sua implementação no Sistema de Justiça brasileiro contemporâneo.

A linguagem visual da barbárie: análise sociossemiótica das fotografias do Hospital Colônia de Barbacena e sua relação com a política antimanicomial

Para compreender as motivações históricas e simbólicas que fundamentam a política antimanicomial brasileira e a Resolução nº 487/2023 do CNJ, é indispensável remeter-se ao trágico episódio do Hospital Colônia de Barbacena (MG). Conhecido como um dos maiores símbolos da violação dos direitos humanos no contexto da saúde mental no Brasil, o Hospital Colônia funcionou como um dispositivo de exclusão social, onde milhares de pessoas, muitas sem diagnóstico psiquiátrico, foram internadas em condições desumanas. Neste estudo, a análise das fotografias documentais desse espaço é realizada por meio da Sociossemiótica, abordagem que articula a

ciência dos signos com a análise das práticas sociais. Assim, a Sociossemiótica não se limita ao estudo dos signos em si, também examina como esses signos funcionam dentro das dinâmicas sociais e como influenciam e são influenciados pelas práticas sociais (Floch, 1990; Fontanille, 2005; Greimas; Courtés, 2008). Mais, a Sociossemiótica permite interpretar as imagens não apenas como registros visuais, mas como discursos sociais e jurídicos impregnados de sentidos ideológicos. Cada elemento presente nas fotografias — os corpos, os olhares, os espaços degradados — é tratado como signo que revela estruturas de poder, estigmatização e repressão. As imagens dos pacientes de Barbacena funcionam como provas visuais do sofrimento institucionalizado, tornando-se evidências materiais das violações cometidas pelo sistema manicomial.

Além disso, a Sociossemiótica possibilita refletir sobre como o Direito, enquanto prática discursiva e institucional, se articula com **essas imagens. Ao tratar fotografias como “textos sociais”, a análise** revela que os significados nelas inscritos contribuem para legitimar ou denunciar práticas jurídicas e políticas. Nesse sentido, as imagens analisadas tornam-se instrumentos de crítica ao sistema, desvelando as contradições entre os discursos legais e as práticas históricas de exclusão.

Ao examinar as fotografias do Hospital Colônia à luz dessa metodologia, evidencia-se que a política antimanicomial, institucionalizada pela Lei nº 10.216/2001 e reforçada pela Resolução nº 487/2023, emerge não apenas como um marco normativo, mas como uma resposta ética e histórica à barbárie institucional. As imagens não apenas documentam um passado de sofrimento, mas ajudam a construir uma memória crítica, necessária para fundamentar políticas públicas baseadas na dignidade humana, no cuidado em liberdade e na justiça social.

O Hospital Psiquiátrico Colônia de Barbacena

Inaugurado em 1903 e, inicialmente concebido para ser um hospital psiquiátrico que serviria ao Estado de Minas Gerais, ao longo das décadas o Hospital Colônia de Barbacena transformou-se em uma

instituição de horrores, onde milhares de pacientes foram negligenciados e abusados (Arbex, 2013) (Fotografia 1).

Fotografia 1 Hospital Colônia de Barbacena, em Barbacena, Minas Gerais



Fonte: Fotografia do Arquivo Público Mineiro, reproduzida em Ferreira (2024, on-line).

O Hospital Colônia se tornou uma expressão discursiva das falhas do Sistema de Saúde Mental no Brasil e ajudou a impulsionar a Reforma Psiquiátrica no país:

Arquivos sombrios em todos os sentidos: no sentido físico, das suas materialidades arquitetônicas; no sentido metafórico, das suas materialidades incorpóreas reveladas na efemeridade de gritos de dor e de medo, na transitoriedade dos momentos de encontros e desencontros, no instante mínimo que divide a vida da morte, na linha tênue que separa o normal do patológico, o são do insano, a vítima do algoz, o médico do monstro. Não há clareza no manicômio que arquiva, não há justeza na catalogação, no tratamento do documento. Não há também, muita beleza, com exceção, talvez, daquilo que escapa ao arquivo. E talvez não seja demais exagerado lembrar a

advertência à porta de entrada do Inferno, quando da visita de Dante: *Lasciate ogni speranza voi ch'entrate* (Godoy, 2014, p. 4. Grifo da autora).

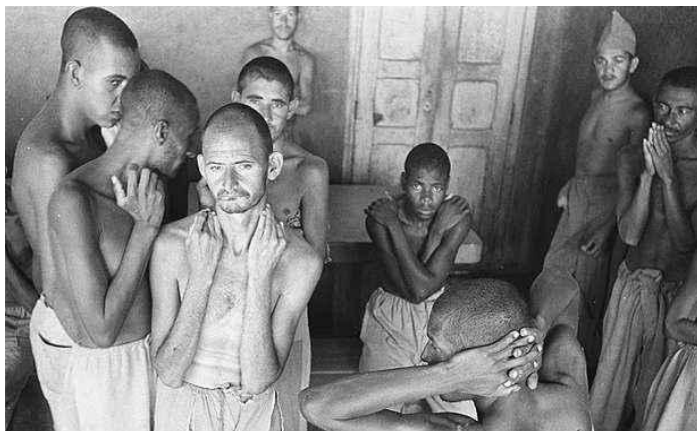
Godoy (2014) investiga, sob uma abordagem discursiva, de que maneira a rede de significados se insere no contexto do Hospital Colônia de Barbacena. Essa análise é construída a partir de obras que documentam e denunciam as condições da instituição, como o documentário *Em nome da razão* (1979), dirigido por Helvécio Ratton, e o livro-reportagem *O holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, de Daniela Arbex, publicado em 2013.

O primeiro retrata, por meio de um documentário de vinte e cinco minutos, cenas do cotidiano do Hospital Psiquiátrico Colônia, de Barbacena, tomadas durante oito dias consecutivos. No documentário, registros de lamentos e dor, de gritos de desespero, de dançarinos lobotomizados, de cantores nostálgicos de uma memória embotada por medicamentos. Sujeitos submetidos à exacerbação da sua loucura por meio da loucura alheia, arquivos mortos, ou quase, mas que sopram, tais quais espectros, sua “memória saturada e lacunar, ‘memória com eclipses’, cujos ecos abafados nos alcançam, trazidos pelos ventos” (Godoy, 2014, p. 3).

A análise fotográfica sob a ótica da Sociossemiótica, conforme já mencionado, se justifica pela necessidade de expor a profunda desumanização vivida pelos internos do Hospital Colônia. Décadas depois, essa realidade se torna especialmente perceptível por meio das imagens, que funcionam como registros visuais contundentes, capazes de ultrapassar as barreiras da linguagem escrita ao documentar a precariedade das condições e o sofrimento imposto aos pacientes.

A Fotografia 2, que mostra nove homens no Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena (MG), constitui um exemplo emblemático do foco desta pesquisa: revela, de forma direta e impactante, a negação da dignidade humana, a dor dos internos e a violação sistemática de seus direitos.

Fotografia 2 Homens no Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena, Minas Gerais



Fonte: Fotografia de Luiz Alfredo na Revista O Cruzeiro em 1961, reproduzida em Lopes (2013, on-line)

Assim, o Hospital Colônia transcende a condição de mero espaço físico, convertendo-se, de forma trágica, em um símbolo de desumanização e dor. Longe de cumprir o papel de centro de tratamento e de convivência social construtiva, a instituição refletia a degradação da dignidade humana e a violação de direitos fundamentais. Em vez de integrar aspectos sociais, culturais e humanitários em uma proposta abrangente de cuidado e reabilitação, perpetuava práticas marcadas pelo desrespeito e pela negligência, comprometendo o cotidiano dos internos e privando-os de uma vida digna e saudável (Arbex, 2013).

No plano da expressão, como evidenciado na Fotografia 2, todos os homens aparecem com a cabeça raspada, sem camisa, usando calças amarradas na cintura. As posições dos braços e mãos comunicam diferentes nuances de desespero e súplica. Em primeiro plano, um deles mantém as mãos atrás da nuca, sinalizando submissão e vulnerabilidade. Outro, com as mãos no pescoço e dedos

entrelaçados, transmite a ideia de autorrestrrição e sufocamento emocional. À direita, um homem em gesto de oração sugere desesperança e um apelo silencioso por ajuda ou redenção. No centro, um indivíduo com os braços cruzados e as mãos sobre os ombros indica autoproteção e isolamento. À esquerda, um homem com a mão no pescoço expressa angústia e a tentativa de autoconsolo.

Na Fotografia 2, no plano do conteúdo, emergem sentidos que ultrapassam o registro imediato da cena. As cabeças raspadas simbolizam a despersonalização e a perda de identidade, práticas recorrentes em instituições que anulam a individualidade. A ausência de camisas expõe não apenas a vulnerabilidade física e emocional, mas também sugere descaso com o cuidado básico e a dignidade. As calças amarradas na cintura indicam improvisação e carência material, reforçando o quadro de abandono e precariedade que marcava o cotidiano do Hospital Colônia.

Esses elementos não se limitam a documentar as condições físicas degradantes; comunicam também sofrimento emocional profundo e isolamento extremo. No contexto do Hospital Psiquiátrico Colônia em Barbacena, os gestos, as vestimentas e a uniformização visual pela cabeça raspada evocam um nível de desumanização comparável ao observado nos campos de concentração nazistas. Esses signos constroem uma narrativa visual de abandono, dor e desamparo, constituindo forte crítica às práticas desumanas e à negligência institucional.

Nesse sentido, tais representações visuais são fundamentais para compreender a dimensão das violações de direitos humanos naquele espaço, marcadas por condições indignas de sobrevivência e ausência de tratamento médico adequado. As imagens, mais do que registros, são veículos de significados que dialogam com os contextos culturais e sociais de sua produção, já que não existem discursos neutros ou desprovidos de intencionalidade. Todo discurso resulta de um investimento linguístico — social e cultural — orientado por uma estratégia persuasiva, e o ethos institucional do Hospital Colônia revela-se justamente na eficácia desse discurso visual.

A situação dramática do Hospital Colônia ganhou repercussão nacional na década de 1960, quando o fotógrafo Luiz Alfredo captou imagens impactantes, utilizadas pelo repórter José

Franco para narrar a rotina da instituição na revista *O Cruzeiro* (1961). Décadas depois, Daniela Arbex (2013, p. 23) retomaria a história, trazendo novos elementos e denúncias sobre a realidade vivida naquele espaço.

era rotina no lugar onde se padronizava tudo, inclusive os diagnósticos. Maria de Jesus, brasileira de apenas vinte e três anos, teve o Colônia como destino, em 1911, porque apresentava tristeza como sintoma. Assim como ela, a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar.

A separação entre os chamados “loucos” e demais indivíduos recolhidos aos manicômios, no Brasil, nunca foi plena. O chamado *higienismo social* permaneceu ativo, influenciado pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), uma das mais influentes entidades da área no país (Arbex, 2013; Silva; Rosa, 2019). Criada como organização civil, financiada pelo Governo Federal e integrada pelos mais renomados psiquiatras, a Liga iniciou suas atividades defendendo melhorias sanitárias para a qualidade de vida da população. Contudo, a partir de 1926, incorporou concepções eugenistas, especialmente entre 1935 e 1946, defendendo o “aperfeiçoamento da raça” sob influência de correntes alemãs, francesas e norte-americanas.

A cidade de Barbacena (MG) tornou-se símbolo desse modelo de exclusão, com o Hospital Colônia. A expressão “trem de doido”, cunhada por João Guimarães Rosa no conto *Sorôco, sua mãe, sua filha* (*Primeiras Estórias*), referia-se aos trens que levavam pessoas diretamente aos fundos do Colônia. Muitos internos chegavam sem diagnóstico médico, internados por razões morais, familiares ou sociais. Esse padrão persiste: segundo Censo de 2011 (Diniz, 2013),

21% dos pacientes cumprem medidas de segurança além do prazo judicial.

O Hospital Colônia chegou a abrigar mais de cinco mil pessoas e registra, segundo Arbex (2013), mais de 60 mil mortes, caracterizando o que a autora chamou de “holocausto brasileiro”. A vinculação do Colônia a campos de concentração nazistas foi feita por Franco Basaglia, psiquiatra italiano, que, após visitar o local em 1979, afirmou jamais ter visto tragédia semelhante, nem mesmo na Alemanha nazista (Kyrillos Neto; Dunker, 2017).

As condições eram insalubres: superlotação, ausência de alimentação adequada, vestuário e cuidados médicos básicos. Pacientes morriam de doenças associadas à desnutrição, à falta de higiene e ao frio, além de sofrerem violência de funcionários e outros internos. Os tratamentos, arcaicos e agressivos, incluíam eletrochoques e lobotomias indiscriminadas, aplicados como instrumentos de controle, não de cura (Arbex, 2013).

O Colônia também recebeu crianças e adolescentes, especialmente após a desativação do Hospital de Oliveira (MG) em 1976. Estima-se a transferência de cerca de 70 meninos e 30 meninas para Barbacena (Pereira; Duarte; Santos, 2022).

Fotografia 3 Criança deitada, no Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena, Minas Gerais



Fonte: Fotografia de Napoleão Xavier Gontijo Coelho em 1972, reproduzida em Arbex (2013, p. 92)

Na Fotografia 3, uma criança repousa sobre uma superfície de concreto desgastada, em posição fetal, abraçando o próprio corpo como instinto de autoproteção. O corpo frágil e magro, as roupas simples e manchadas e as possíveis marcas de sujeira ou feridas evidenciam negligência extrema. A expressão facial, marcada pela dor e resignação, revela vulnerabilidade e abandono. A composição visual — postura, vestimenta e expressão — constrói uma narrativa de profunda angústia e desamparo, difícil de ser traduzida apenas em palavras.

Fotografia 4 Três crianças e uma idosa no Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena, Minas



Fonte: Fotografia reproduzida em Arbex (2013, p.78)

A Fotografia 4, em preto e branco, acentua a atmosfera sombria da instituição. No primeiro plano, à esquerda, uma idosa encara a câmera com olhar duro; seus cabelos despenteados e roupas sujas sugerem longa exposição à negligência. Ao fundo, três crianças, malvestidas e agrupadas em um canto contra uma parede descascada,

reforçam a sensação de abandono. Algumas escondem o rosto; outra, com olhar perdido, transmite apatia e isolamento.

Diante desses fatos, é evidente que o Hospital Psiquiátrico Colônia não cumpria critérios mínimos para promover inclusão, respeito e valorização da vida humana. A política de saúde mental, por definição, deve ir além das instalações físicas, assegurando o respeito aos direitos humanos e a promoção da dignidade — princípios que, nesse caso, foram sistematicamente negados.

Repercussões da Resolução CNJ nº 487/2023 nas políticas de saúde mental e no acesso à justiça em Rondônia

A Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça marca um ponto de inflexão na relação entre Direito, Saúde Mental e Políticas Públicas no Brasil. Entre suas determinações, destaca-se a obrigatoriedade de fechamento das instituições de custódia e tratamento psiquiátrico com perfil asilar, substituindo-as por alternativas terapêuticas e jurídicas que privilegiem a inclusão social e o cuidado em liberdade. A norma também redefine a abordagem legal e clínica aplicada a pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, promovendo práticas que conciliem proteção de direitos humanos e tratamento adequado.

O estado de Rondônia, com seu contexto socioeconômico e geográfico particular, é um espaço estratégico para observar a aplicação prática da Resolução. A análise nesta seção busca compreender de que forma as novas diretrizes impactam as políticas públicas de saúde mental já existentes e quais adaptações se fazem necessárias para garantir um atendimento digno e efetivo. Considera-se, ainda, a influência das mudanças no acesso à justiça para indivíduos submetidos a medidas de segurança, avaliando a integração de práticas intersetoriais e a eficiência dos mecanismos implementados. Ao situar Rondônia como estudo de caso, é possível identificar desafios, avanços e oportunidades para a consolidação de um modelo de justiça e saúde mental mais humanizado e alinhado aos princípios constitucionais.

Ala Psiquiátrica do Hospital Ary Pinheiro: entre o cuidado e a violação de direitos

A internação psiquiátrica, no modelo vigente, pode ser determinada tanto por ordem judicial, em casos com implicações criminais, quanto por decisão médica, sem intervenção direta da Justiça Penal. Em Porto Velho (RO), o Hospital Ary Pinheiro — conhecido como “Hospital de Base” — mantém uma ala psiquiátrica destinada a pacientes com transtornos mentais.

Conforme o Relatório de Inspeções Circunstanciadas do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Rondônia, em 21 de fevereiro de 2022 a ala contava com 32 homens e 30 mulheres internados. A inspeção constatou graves irregularidades, especialmente na ala feminina, onde pacientes estavam submetidas à contenção mecânica em leitos, sem o cumprimento das normas previstas nos protocolos clínicos.

Essas práticas evidenciam um descompasso entre as diretrizes de cuidado humanizado previstas na legislação e as condições reais observadas, revelando a urgência de medidas corretivas. A situação exposta reforça a necessidade de monitoramento contínuo, capacitação das equipes e implementação de políticas que assegurem o respeito aos direitos humanos das pessoas em tratamento psiquiátrico, especialmente no contexto da desinstitucionalização prevista pela Resolução CNJ nº 487/2023.

Fotografia 5 Forma de contenção mecânica adotada na Ala Psiquiátrica do Hospital Ary Pinheiro



Fonte: Fotografia produzida pelo MEPCT/RO (Rondônia; MEPCT/RO, 2022, p. 17)

A Fotografia 5 revela uma paciente do sexo feminino imobilizada com tiras de pano verde, vestindo um traje que expõe suas pernas, configurando possível violação de privacidade e dignidade. A contenção rudimentar — uma mão presa à grade lateral da cama e a outra diretamente ao leito — somada à aparente sedação intensa, indica que a paciente está incapaz de se mover ou exercer qualquer controle sobre sua situação. Tal cenário afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

A exposição involuntária das pernas e a ausência de medidas para resguardar a intimidade violam os direitos constitucionais à privacidade e intimidade (art. 5º, X), evidenciando um ambiente institucional que negligencia práticas humanizadas. O uso de

contenções dessa forma também compromete o direito à saúde em condições dignas, assegurado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pela Lei nº 10.216/2001, que orienta o tratamento em saúde mental segundo princípios de respeito aos direitos humanos e promoção da reintegração social.

A análise expõe a persistência de práticas manicomiais e punitivas, distantes do cuidado terapêutico e da política antimanicomial. A precariedade não se restringe à ala feminina: segundo o Relatório de Inspeções Circunstanciadas do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Rondônia (MEPCT/RO, 2022), as condições da ala masculina (Fotografia 9) também violam parâmetros mínimos de dignidade, apresentando insalubridade e inadequações estruturais incompatíveis com um espaço destinado ao cuidado.

Essas situações contrariam normas e diretrizes nacionais e internacionais, como a Declaração de Caracas (1990), que propõe a reestruturação da atenção psiquiátrica na América Latina, e o Protocolo de Istambul (2004), voltado à prevenção de maus-tratos e tortura. Ao manter contenções mecânicas indevidas, ausência de privacidade e instalações precárias, perpetua-se um modelo institucional excludente, distante das orientações da desinstitucionalização e da Resolução CNJ nº 487/2023, que determina o fechamento de instituições de caráter asilar e a adoção de práticas alinhadas aos direitos humanos.

Assim, o caso evidencia a necessidade urgente de reformas estruturais e procedimentais para que ambientes destinados ao tratamento psiquiátrico se tornem efetivamente espaços de cuidado, reabilitação e respeito à dignidade de pessoas em sofrimento psíquico.

Tanto nas internações decorrentes de medidas de segurança — de caráter preventivo e protetivo — quanto nas internações psiquiátricas de natureza exclusivamente terapêutica, a precariedade das condições de acomodação é um problema comum. Ambientes insalubres, com infiltrações, goteiras e poças de água, configuram grave violação ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, pilar dos direitos humanos.

**Fotografia 6 Precarização da infraestrutura da Ala Masculina do Hospital
Ary Pinheiro**



Fonte: Fotografia produzida pelo MEPCT/RO (Rondônia; MEPCT/RO, 2022, p. 22)

Essas condições também afrontam o direito à saúde, previsto no art. 6º da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 10.216/2001 (Política Antimanicomial), que garante proteção integral às pessoas com transtornos mentais. A insalubridade favorece a proliferação de doenças e expõe internos a riscos físicos, exigindo intervenções urgentes para assegurar um ambiente seguro e higiênico. Além disso, manter indivíduos nessas condições pode ser caracterizado como tratamento cruel, desumano ou degradante, vedado pelo art. 5º, III, da Constituição Federal e pelo art. 7 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, incorporado ao ordenamento jurídico pelo Decreto nº 592/1992.

O impacto ultrapassa a saúde física, afetando profundamente o bem-estar psicológico e a saúde mental dos internos, perpetuando práticas incompatíveis com os direitos humanos e com a promoção de um cuidado em saúde digno e humanizado.

As Fotografias 7, 8 e 9, realizadas em 2024 pela Vara de Execuções Penais de Porto Velho-RO, retratam o interior da Unidade de Internação Masculina de Medidas de Segurança (UIMMS), evidenciando um ambiente marcado por grades, trancas e barreiras físicas que evocam a lógica do confinamento. A presença da porta gradeada, elemento central na análise semiótica, ultrapassa a função arquitetônica, funcionando como signo de controle e segregação, aproximando o espaço da estética prisional. Tal configuração dialoga com o conceito de panóptico, de Michel Foucault, no qual a vigilância — real ou presumida — induz à disciplina e submissão, internalizando o controle nos próprios internos.

Fotografia 7 As grades internas das instalações



Fonte: Acervo da Vara de Execuções Penais de Porto Velho-RO

A repetição desse modelo arquitetônico em áreas internas da instituição, com grades semelhantes às de celas, reforça a percepção de que o local se assemelha mais a um presídio do que a um espaço de tratamento em saúde mental. Essa realidade traduz a violação de direitos humanos e a perpetuação de práticas desumanizadoras, transformando pacientes em objetos de vigilância e controle.

Fotografia 8 Vigiar e punir. A loucura atrás das grades



Fonte: Acervo da Vara de Execuções Penais de Porto Velho–RO

O Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (2016) já apontava que, além de não cumprir sua função terapêutica, a instituição apenas segrega, configurando tratamento cruel, desumano e degradante. Embora a Lei Estadual nº 3.698/2015 tenha transferido a gestão para a Secretaria de Saúde, o cenário revela incoerência entre os princípios legais e a prática, demandando urgente reavaliação para adequação aos direitos humanos e ao tratamento psicossocial humanizado.

Fotografia 9 O sol atrás das grades — nasce quadrado



Fonte: Acervo da Vara de Execuções Penais de Porto Velho–RO

A Fotografia 9 ilustra um homem atrás das grades, em espaço destinado ao banho de sol, com o dormitório ao fundo. A imagem confirma que o aprisionamento é real, reafirmando o caráter punitivo do ambiente, em detrimento de sua função terapêutica. Essa cena remete às condições históricas do Hospital Colônia de Barbacena, símbolo das violações em instituições psiquiátricas no Brasil. A precariedade e insalubridade não apenas inviabilizam o cuidado, mas violam frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em síntese, a análise das imagens e do contexto institucional revela que a UIMMS funciona sob uma lógica carcerária, marcada pela vigilância constante, pelo controle físico e pela segregação, em

desconformidade com os princípios da Política Antimanicomial e com as normativas nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos. Os espaços internos — do corredor às áreas de banho de sol e higienização — reforçam a narrativa de abandono, exclusão e desumanização, evidenciando a urgência de transformação estrutural e de mudança de paradigma, substituindo o modelo de confinamento por práticas de cuidado, reabilitação e reintegração social.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste estudo evidencia que a Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça representa um avanço normativo relevante no enfrentamento das violações históricas de direitos humanos em instituições psiquiátricas, ao determinar o fechamento de estabelecimentos asilares e reforçar a perspectiva da atenção psicossocial. Contudo, a realidade observada no sistema de saúde mental e no Sistema de Justiça de Rondônia revela uma distância significativa entre o texto legal e a prática institucional.

As fotografias analisadas — sejam as históricas do Hospital Colônia de Barbacena, sejam as recentes da Unidade de Internação Masculina de Medidas de Segurança (UIMMS) em Porto Velho — permitem constatar a persistência de padrões de desumanização, segregação e precariedade estrutural. As imagens funcionam não apenas como registros visuais, mas como documentos semióticos que desvelam camadas de significados, revelando o controle disciplinar, o confinamento e a invisibilização das subjetividades. O uso de grades, trancas e espaços insalubres reforça a lógica panóptica descrita por Foucault, em que o poder se internaliza e os indivíduos se tornam objetos de vigilância, em vez de sujeitos de direitos.

A permanência de ambientes degradantes, a violação da privacidade, a contenção física sem observância de protocolos e a ausência de condições básicas de higiene constituem práticas incompatíveis com a Constituição Federal, a Política Antimanicomial (Lei nº 10.216/2001) e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Essas condições configuram tratamento cruel, desumano e

degradante, além de perpetuar a exclusão social e a marginalização das pessoas com transtornos mentais.

Portanto, torna-se imprescindível que a aplicação da Resolução nº 487/2023 seja acompanhada de ações efetivas de implementação de políticas públicas integradas, investimento em infraestrutura adequada e formação continuada das equipes técnicas e jurídicas. É necessário adotar um paradigma que substitua o confinamento por práticas de cuidado territorializadas, voltadas à reabilitação e à reintegração social, garantindo a dignidade e a cidadania dos indivíduos.

Em síntese, este estudo demonstra que a superação do modelo asilar não se dá apenas pela mudança normativa, mas requer a transformação das estruturas físicas, simbólicas e culturais que sustentam a lógica do aprisionamento. Mais do que cumprir um dispositivo legal, é urgente construir um sistema de atenção à saúde mental que reconheça cada pessoa como sujeito de direitos, promovendo a liberdade, a inclusão e o respeito à diversidade humana.

Referências

ACERVO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIIS DE PORTO VELHO–RO. Fotografia –Interior da Unidade de Internação Masculina de Medidas de Segurança. Porto Velho, 2024.

ARBEX, Daniela. O holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_487_15022023_17022023140938.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Relatório de inspeção: Unidade de Internação Masculina de Medidas de Segurança – Porto Velho/RO. Brasília, DF: MNPCT, 2016.

BRASIL. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 1992.

FERREIRA, Ludimila. ‘Holocausto Brasileiro’: o horror vivido no Hospital Colônia de Barbacena. Guia do Estudante, Abril, 13 mar. 2024, 12h08. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/holocausto-brasileiro-o-horror-vivido-no-hospital-colonia-de-barbacena>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FERREIRA, Ludimila. Fotografia do Arquivo Público Mineiro. Guia do Estudante, Abril, 13 mar. 2024, 12h08. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/holocausto-brasileiro-o-horror-vivido-no-hospital-colonia-de-barbacena>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GODOY, Rafael. Em nome da razão: discursos e significações no Hospital Colônia de Barbacena. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LUIZ ALFREDO. Fotografia publicada na Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1961. Reproduzida em: LOPES, 2013. LOPES, Carlos Herculano. Livro relata atrocidades sofridas por pacientes do Hospital Colônia de Barbacena. Jornal

Estado de Minas, 06 jul. 2023, 00h13. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2013/07/06/noticia-e-mais,143987/vergonha-nacional.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MINAS GERAIS. Hospital Colônia de Barbacena. Fotografias de Napoleão Xavier Gontijo Coelho. 1972. In: ARBEX, Daniela. *O holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

RONDÔNIA. Lei Estadual nº 3.698, de 22 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a transferência da gestão da Unidade de Internação Masculina de Medidas de Segurança para a Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências. Porto Velho, 2015.

RONDÔNIA. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RO). Fotografia. Porto Velho, 2022. p. 17-22.

RONDÔNIA. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RO). Relatório de inspeções circunstanciadas. Porto Velho: MEPCT/RO, 2022.

MONSTROS DA/NA AMAZÔNIA? O ESPAÇO DA IMAGINAÇÃO

¿Monstruos de/en la Amazonia? El espacio de la imaginación

Milton Chamarelli Filho
Maurício Elias Zouein

Resumo: O presente texto pretende examinar a proeminência do conceito aristotélico de horror vacui na construção de imagens de monstros, desde a Antiguidade até o século XIX, na Amazônia Brasileira, passando pelo Medievo. Utilizou-se de referência bibliográfica diversa, desde que atendessem ao critério de estudo teratológico, e chegou-se à conclusão de que, mesmo prestes à modernidade, os seres mitológicos ou lendários que transitaram da Europa para as Américas continuam preenchendo o espaço do imaginário daqueles quem veem na Amazônia o ignoto que provocou e provoca medo àqueles que a ela chegaram e chegam ou simplesmente a vislumbram e vislumbraram.

Palavras-chave: Amazônia; Barroco; Idade Média; horror vacui; monstros.

Resumen: El presente texto pretende examinar la prominencia del concepto aristotélico de horror vacui en la construcción de imágenes de monstruos, desde la Antigüedad hasta el siglo XIX, en la Amazonia brasileña, pasando por la Edad Media. Se utilizó una referencia bibliográfica diversa, siempre que cumpliera con el criterio de estudio teratológico, y se llegó a la conclusión de que, incluso en los umbrales de la modernidad, los seres mitológicos o legendarios que transitaron de Europa a las Américas continúan ocupando el espacio del imaginario de aquellos que ven en la Amazonia lo ignoto que provocó y provoca temor a quienes llegaron y llegan a ella, o simplemente la contemplaron y la contemplan.

Key-words: Amazonia; Barroco; Edad Media; horror vacui; monstruos.

O Barroco e Amazônia

O Barroco⁵⁰ é um dos estilos literários mais difíceis de conceituar, não só pelas várias nuances que apresentou em vários países pelos quais se engendrou quanto pelo fato de “implicar uma cosmovisão e uma teoria do conhecimento” (Moisés, 2013, p.54). Situado no período pós-renascentista, mas ainda aspirando ao teocentrismo do medievo, o Barroco (c. 1600 a 1750) tentou “reduzir a polaridade a uma unidade: numa infindável tensão dialética” [...] (Moisés, 2013, p. 54).

A tensão à qual Moisés se refere pode ser traduzida, em termos visuais, por imagens como “A Flagelação de Cristo” (1607), de Caravaggio, em que o contraste *chiaroscuro* é a tônica deste quadro e de vários outros do pintor milanês; pode também ser observada na plenitude de elementos do óleo sobre tela: “O Massacre de São Bartolomeu” (1572), de François Dubois. Ainda pode ser encontrada nas dobras das vestes em “O êxtase de Santa Teresa” (1625), de Gian Lorenzo Bernini.

Inerente a essa tensão, há um dualismo que pretende reduzir as oposições conceituais e, ao fazê-lo, distingue-se na obra barroca pelo *horror vacui* ou “horror ao vazio”, expressão usada pelo filósofo Aristóteles para se referir ao fato de que a “natureza aborrece o vácuo” (‘nature abhors a vacuum’) (Aristóteles, IV). Em sua teoria sobre o movimento, O Filósofo estabelece que a natureza, ao abominar o vazio, preenche-o com alguma substância.

Não é a proposta desse trabalho discutir o conceito aristotélico de vácuo, mas sim o de tentar entender como ele se torna representativo (antes e após o conhecimento do Novo do Mundo, sobretudo) metafórica-conceitualmente aos discursos, à cartografia e às representações documentais ou artísticas, especialmente para a arte barroca:

Horror vacui, o horror ao vácuo, ou o medo do vazio, é um dos princípios estéticos estruturantes do barroco e do rococó. Nenhum espaço vazio, sem preenchimento por imagens e desenhos pode

⁵⁰ Situa-se o período do Barroco entre 1600 à 1750.

existir. Linhas, traços, curvas e imagens devem ocupar, carregar, tornar o espaço cheio, repleto, maciço, apinhado, opressivo (Zucker, 2020, p. 11).

As obras barrocas não deixam lacunas à percepção. Está o olhar sempre a chocar-se com uma possível (in)completude de imagens, de detalhes⁵¹ que estão sempre em um deslizar de signo a signo, em movimento, por meio dos elementos — na arquitetura⁵², sobretudo, ovais, côncavos e convexos, exagerados — e em colunas, arcos e abóbadas torcidos e contorcidos⁵³, quiçá, fugidio no que diz respeito à tensão que os lastreiam⁵⁴, até mesmo pelo efeito de contraste entre claro e escuro nas obras do artista de Caravaggio di Puglia. Tensões e contradições que estavam sob a égide do movimento de Contrarreforma, dos absolutismos, da progressão do cartesianismo e do iluminismo.

⁵¹ “[...] o barroco não aspira a uma persistência tranquila, conclusa em si mesma, mas a um perpétuo vir-a-ser, para dar ênfase à ideia de movimento. No desejo de destacar as energias em sua máxima tensão, criam-se conflitos de força que geram contradições, como a que se torna evidente entre a sensualidade das formas e um claro substrato de aspirações místicas.” (BARSA, 2016).

⁵² No teto da Igreja de Saint-Léonce (séculos V e XIII) na França, apresenta, em quantidade e profusão de seres míticos e lendários. Disponível em <https://www.cloitre-frejus.fr/>

⁵³ Como na obra “O enterro do conde de Orgaz”, de El Greco.

⁵⁴ Mas que, ao mesmo tempo, almejam a completude, por signos, como pode ser notado no teto de Mary Del Priore: “André de Thevet: Thevet (1502-90) foi cosmógrafo da corte durante o reinado de Catarina de Médicis e o de Carlos IX. Em 1571 e 1575 ele publicou sua Cosmografia universal: dois imponentes in-fólios que pareciam bem à altura de sua pretensão em conhecer o mundo na totalidade: “Posso assegurar, afirmava, que a maior parte das bibliotecas francesas e estrangeiras foram por mim visitadas a fim de cobrir todas as singularidades e raridades possíveis”. Negando ter visto a mantícora nas costas do mar Vermelho, ele aproveita para reproduzi-la em sua obra, tal como ela já tinha sido impressa no mapa de Heresford a partir da descrição feita por Ctésias. A única diferença é que na nova versão ela não mostrava seu rabo de escorpião, nem seu apetite antropofágico”. (DEL PRIORE, 200, p. 39).

Por uma espécie *Zeitgeist*, de Hegel (1770-1831), a partir do Barroco e, antes, com a prensa móvel de Gutenberg (c. 1450), o homem chegando à modernidade ocidental passar a habitar o mundo com signos para levar a sua perceptibilidade alhures, desde que possa dizer ao seu semelhante: estamos a salvo, isso que você está vendo somos nós mesmos, mas pelo ponto de visto que faz tudo abrandar e ocupar esse novo universo vazio e, ao mesmo tempo, latejante, desconhecido e diferente de tudo que até então se conhecera⁵⁵.

Do pondo de vista geopolítico, o período das grandes navegações, a expansão marítima, inaugurou um período de grande visibilidade de lugares e civilizações até então desconhecidos. Se, por um lado, supunha-se que apenas esses locais existissem ficcionalmente, por outro, acredita-se que existem, uma vez que foram frutos dos descobrimentos⁵⁶, por espanhóis, ingleses, portugueses e franceses⁵⁷.

Vindos de uma cultura completamente diferente daquela encontrada nos trópicos, o europeu passa a mapear as áreas inóspitas, conferindo-lhes significados por meio de discursos e imagens⁵⁸:

Assim que Cristóvão Colombo pisou nas praias do Novo Mundo, as imagens estiveram presentes. Não demorou muito para que os espanhóis se interrogassem sobre a natureza das imagens que os indígenas possuíam. Bem cedo a imagem forneceu um instrumento referencial, e, depois, de aculturação e dominação, quando a Igreja resolveu cristianizar os índios, da Flórida à Terra do Fogo. A colonização aprisionou o continente numa rede de imagens que não parou de se ampliar, desdobrar e modificar ao ritmo dos estilos, das políticas, das

⁵⁵ Uma conjectura nossa a respeito do pensamento do homem seiscentista.

⁵⁶ América, em 1492, por Cristóvão Colombo; Brasil, em 1500, por Pedro Álvares Cabral, América do Norte; América do Norte, em 1497, por John Cabot; Canadá, em 1534, por Jacques Cartier (respectivamente aos países mencionados acima).

⁵⁷ A respeito desses, pode-se registrar o interesse da flora e fauna do Brasil e do Novo Mundo, com publicação do cosmógrafo e geógrafo André Thevet que escreveu "*As singularidades da França Antártica*", em 1558.

⁵⁸ Imagem transformadas em discursos.

reações e das oposições encontradas. Se a América colonial tornou-se um cadinho da modernidade, foi por ter sido também um fabuloso laboratório de imagens (Gruzinski, 2006, p. 15).

Atribuir significado é ter o poder de descrever, de imprimir um determinado sentido, mas é, também, aposar-se simbolicamente do que está sendo escrito, descrito, transposto para um mundo imagético-discursivo que constrói e construirá um lastro imaginário⁵⁹ de cariz político-ideológico à medida que o horror ao vazio “é concomitante à expansão colonial europeia com a estabilização dos impérios ultramarinos de Portugal⁶⁰ e Espanha” (Zucker, 2020, p. 11).

Especificamente no Brasil, o barroco tem uma feitura religiosa, trazendo consigo todas as características de um período de contradições, como se pode observar, na literatura nas prosas de Padre Antônio Vieira (1608-1697), e na poesia de Gregório de Matos Guerra (1636-1696), sobretudo pelo uso de antíteses e de paradoxos.

Já na arquitetura, observa-se a sinuosidade dos traços das igrejas, como se pode ver na fachada da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (obra de Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (1738-1814). Nas artes plásticas, nota-se a presença

⁵⁹ Com base em Castoriadis (2000) considera-se que a imaginação se refere à capacidade criativa da mente de pensar em ideias, imagens ou conceitos que não existem na realidade concreta. A imaginação é a faculdade mental que nos permite inventar, criar e visualizar coisas que não existem ou que ainda não foram vivenciadas. Desempenha um papel fundamental na criatividade, na resolução de problemas e na geração de novas ideias. Já o imaginário refere-se ao conjunto de imagens, representações, mitos e símbolos que fazem parte de uma cultura ou grupo social. A imaginação coletiva de uma sociedade inclui crenças, valores, mitos e símbolos partilhados que influenciam a forma como as pessoas veem o mundo à sua volta e moldam as suas identidades. Adaptado de CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁶⁰ No América Portuguesa, o barroco foi trazido pela Companhia de Jesus, a quem coube a catequese dos indígenas. Estes desconheciam por completo a compleição do homem europeu bem como sua cultura, o que, a princípio, provocaria, mais cedo ou mais tarde, um embate entre essas culturas e a posterior assimilação — não sem resistência — dos costumes, hábitos e rituais do elemento adventício.

de Mestre Ataíde (1762-1830) que explora o dramatismo, a emotividade, o movimento e o dinamismo no painel “Assunção de Nossa Senhora” (c. 1790 ou 1800), no teto da igreja de São Francisco, em Ouro Preto.

As antinomias, acima mencionadas, tinham como pano de fundo a luta entre carne e espírito, alma e corpo, vida e morte, e eram traduzidas por um sensualismo, que não deixou de ser notado no Império Germânico, por exemplo, em algumas das obras de Peter Paul Rubens (1577-1640): “Vênus e Adônis” (1635), “O rapto das filhas de Leucipo” (1618) e “Toilette de Vênus” (c. 1614 e 1615) entre outras.

Com efeito, o período Barroco é marcado por oposições⁶¹, contraposições, de avessos, contrários e opostos que vão deixando o homem seiscentista marcado pela instabilidade, pelo desequilíbrio, um homem que está olhando os preceitos de uma longa Idade Média (476 d.C. a 1543 d.C.) e, ao mesmo tempo, prestes a conhecer a Revolução Científica, com o sistema heliocêntrico de Copérnico, e o nascimento da Química, Física e Biologia. Tudo isso resumido pela célebre frase do florentino Galileu Galilei (1623):

[O universo] não pode ser lido até que tenhamos aprendido a língua e nos familiarizado com os caracteres em que está escrito. Está escrito em linguagem matemática e as letras são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, sem os quais é humanamente impossível compreender uma única palavra⁶²” (Galilei, 1623, p. 171 apud Associação Americana de Matemática).

Explicar um fato cientificamente e compreendê-lo a partir de aproximadamente dez séculos de Idade Média não eram alternativas para o homem do medievo. Preferiu ele a Era Medieval e dela todo “conhecimento” acumulado ao conhecimento científico que começara a nascer com o Renascimento. E esse fundamento compreende os

⁶¹ Transitoriedade vs. eternidade; mundo material vs. mundo espiritual; natureza humana vs. divina; racionalidade vs. emoção.

⁶² Disponível em: <https://maa.org/press/periodicals/convergence/quotations/galilei-galileo-1564-1642-1> Site da Associação Americana de Matemática (MAA).

mitos, os monstros, o imaginário e o “maravilhamento” (Schneider, 2015).

O horror ao vazio se perde, e volta a se construir numa nova e velha imagem, num Novo e Velho mundo que se confrontam pelas imagens que são naturalizadas a partir da perspectiva de quem as observou e as transmitiu, de forma que acalentasse o desejo do homem, o de ver sua imagem duplicada, porque é através dela que ele poderá viver, e com a certeza de que poderá povoar o seu mundo de forma acalentada, ou ainda diante daquilo que pode ser plausível no universo de signos que habitam sua imaginação, ainda que esta seja ocupada por monstros:

A mentalidade moderna de “exploração e conquista” é belamente ilustrada pelo desenvolvimento de mapas-múndi. Muitas culturas desenharam mapas-múndi bem antes da era moderna. É claro que nenhuma delas conhecia realmente o mundo inteiro. Nenhuma cultura africana ou asiática sabia da América, e nenhuma cultura americana sabia da África ou da Ásia. Mas áreas desconhecidas eram simplesmente deixadas de fora, ou preenchidas com maravilhas e monstros imaginários. Esses mapas não tinham espaços vazios. Davam a impressão de uma familiaridade com o mundo inteiro (Harari, 2020, p. 195).

Consiste em imaginação⁶³, do grego *phantasia*, ou em alucinação que os seres mitológicos vistos na Amazônia ganhassem o

⁶³ “O termo é derivado do latim *imaginatio*, que por sua vez substitui o grego *phantasia*. Aristóteles, em *De Anima* (428a 1-4), deu-nos uma primeira reflexão teórica sobre o conceito de imaginação (*phantasia*) que se refere apenas ao processo mental através do qual concebemos uma imagem (*phantasma*). A mente humana, segundo Aristóteles, não é capaz de pensar sem imagens. [...] A imaginação é uma forma de representação do que sentimos não existir no nosso mundo próximo. Esta origem grega do conceito mantém-se em alemão (*Phantasie*), sendo esta a forma que os primeiros grandes teóricos do inconsciente, Freud e Jung, sempre utilizaram. [...] As palavras que têm a sua origem no grego *phantasia* e que vieram a evoluir em direcções próximas, como *fantasia*, *fantasma*, ou *fantástico*, acabaram por conotar quase invariavelmente tudo o que escapa à realidade, talvez de forma mais insistente do que o conceito de

poder de se perpetuar no imaginário daqueles que ainda para ela viriam e que haveriam de perceber e até constatar as mesmas imagens e os mesmos discursos de seus antepassados, muito provavelmente pelo medo e, ao mesmo tempo, pelo “maravilhamento” e exotismo, ou talvez, pelo temor da vagueza com que iriam se deparar.

Horror vacui

Não se sabe ao certo o quanto a ideia de aristotélica de *horror vacui* sustentou uma concepção que perpassa obra de cartógrafos e discursos do século XVI. No entanto, é de conhecimento de que a obra do estagirita influenciou o pensamento da Europa Ocidental, na Idade Média, sobretudo quando se deu as traduções do árabe para o latim, no século XII.

A Física de Galileu Galilei demonstrou que Aristóteles estava errado⁶⁴, mas o seu princípio vigorou e influenciou provavelmente o pensamento ocidental a ponto de ele ter se difundido na arte, nos discursos e na cartografia da Antiguidade, da Idade Média, sobre a Europa e sobre o Novo Mundo.

Os mapas mais representativos do período medieval são os de Hereford (c. 1276-1285), assinados por Ricardo de Haldingham e Lafford e o mapa de Ebstorf (c. 1234), autoria incerta⁶⁵. Esses remontam, por sua vez, a textos mais antigos, como os bestiários que eram “um gênero literário que consistia em uma coletânea de pequenas histórias que descreviam animais reais e imaginários, vegetais e, até mesmo, pedras [...]” (Azevedo, 2002, p. 3).

imaginação.”

Disponível

em:

<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/imaginacao>

⁶⁴ E também: Torricelli (1608 – 1647) e Pascal (1623 – 1662), passando por Newton (1643 – 1727), até chegarmos a Rutheford (1871-1937) provaram a existência do vácuo.

⁶⁵ Conforme consta em <https://www.medievalists.net/2014/10/ebstorf-map-tradition-contents-medieval-picture-world/>

Entre os séculos XII e o XVII há, na Europa, o surgimento de bestiários que remontam ao “Fisiólogo”, *Physiologus*⁶⁶, de autoria ou desconhecida, ou atribuída às tradições pagãs, e apropriada pelos cristãos-gregos do século dos III-IV. Tinham como característica descrever as espécies desconhecidas, animais e plantas, seu exotismo, mas, sobretudo, ressaltar o caráter moralizante: Com base na ideia de que tudo na natureza é fonte de ensinamentos úteis à salvação do homem, depois de enumerar os caracteres físicos dos animais, muitas vezes fabulosos, [o bestiário] acrescentava uma interpretação de que se tira conclusão moral (Barsa, 2016).

Essas conclusões morais⁶⁷ foram posterior e possivelmente legados aos escritos sobre os monstros, tidos como seres exóticos, mas sobretudo para as representações simbólicas e alegóricas das virtudes e vícios humanos.

Ratificados pelo imaginário do Velho Mundo, os bestiários passam a embasar a produção intelectual dos cronistas das Índias que eram os responsáveis por reportar ao continente europeu o que viram, como foi caso de Pero Magalhães Gândavo, no seu “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil” (1576). Nesta obra, Gândavo descreve uma parte da flora e da fauna brasileiras, ignorada dos europeus, com assombro, estranheza e maravilha. O cronista português narra o aparecimento de uma possível criatura marinha que teria surgido na colônia de São Vicente e que teria sido, alegadamente, eliminada pelos portugueses.

Para aqueles que se dedicavam a descrever ou narrar o desconhecido, o vazio poderia estar ocupado por seres tidos como reais ou verdadeiros (Del Priore, 2000, pp. 13-14), com os quais os navegadores e marujos iriam se defrontar, donde todo um pôr à prova

⁶⁶ Uma outra hipótese é a de remontar a Plínio, o velho, com sua obra *Naturalis Historia* (século I d.C.).

⁶⁷ Esse caráter moral é observado também nos Bestiários de Aberdeen (sec. XII), de Philippe de Thaon (sec. XII), de Guillaume Le Clerc (sec. XIII).

um imaginário que, se não os “via”, criava-os. Para esses exploradores, era a baliza daquilo que poderia ser o próprio real.

O incognoscível das terras remotas pode ser o tudo e pode ser o nada⁶⁸ aos quais não se tem acesso, senão pela percepção e pela cultura, na medida em que esta é o texto pelo qual nos constituímos (Eco, 2009), mas também que nos permite divisar aquilo a que chamamos realidade. O vazio pode ser o medo do desconhecido, o insólito, o ignoto, a espera daquilo que se desconhecia e sobre o qual se conjecturava, e também poderia ser a morte⁶⁹.

Os signos, os discursos, as imagens sobre o Novo Mundo e sobre a Amazônia, preencheriam os espaços vazios das incertezas do que estaria além da vida ou diante dos próprios temores que os mares ou os novos lugares iriam apresentar. Ao mesmo tempo, esses signos instauram a cultura, o simbólico e por eles se constroem a teia de signos — do homem como signo (Peirce, 1931-1958, CP 5.314) —, a ponto de nela se estar totalmente imerso, temendo o inexplorado do que nele não estiver antes mapeado pela sua percepção. Como diz Novalis: “A vida de um ser humano verdadeiramente canônico tem de ser simbólica de ponta a ponta” (Novallis, 1988, p. 49)⁷⁰. Como afirmam também Laplatine e Trindade (1996):

O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos,

⁶⁸ Analogia feita por Júlio Pinto a respeito da percepção. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=frchrXktylw&ab_channel=GibranSim%C3%B5es

⁶⁹ Como afirma Jacques Lacan: “A morte, para qualquer um, é, falando propriamente, incognoscível” (Lacan, 1991, p. 142).

Uma vez imersos em uma cultura — e aqui lembrar que “cada cultura é um texto [...] e que a cultura como texto é uma rede de signos [...]” (Deely, 1990, p. 85) —, toda a vida, a semiose, é gerada de forma tal a nos afastarmos dos objetos dado que esta é a própria dinâmica da ação do signo, a de gerar um interpretante, que já é um outro do signo, alonginquado do objeto.

⁷⁰ Sob pena de adentrarmos o vazio ou a não-existência.

os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica. (Laplatine; Trindade, 1996, p. 21)

A morte é o inacessível, o incompreensível e o indecifrável⁷¹. Ela é encerramento de todas as funções vitais, do pondo de vista biológico e, embora o ser humano possa atribuir vários significados a ela, mediante representações, dela nada se sabe.

Na mitologia e na religião, na arte e na literatura dos Seiscentos os conceitos de morte, medo, vazio e teratológico se entrecruzam (Durand, 2012). Esse entrecruzamento pode ser observado, por exemplo, no mapa de Diogo Homem, onde seria hoje a região da América do Sul se encontra escrito no mapa *Terra Incognita* provavelmente de uma baleia, lembrando que esta poderia ser a representação do Leviatã bíblico (Nigg, 2013).

E é dessa relação remota que o homem cria os seus mitos e suas narrativas, as religiões, entre elas: judaísmo, islamismo, budismo e cristianismo⁷². Esta teve um papel hegemônico no ocidente influenciou a forma de pensar do homem do Velho e do Novo Mundo. Nelas há um enredo, uma jornada (Campbell, 2007) em que as categorias da presença, ausência e renascimento estão presentes e são reforçadas pela sua estrutura narrativa moral.

A ausência, a morte, é o passo para uma outra vida — é o que dirá as religiões —, mas é sobretudo o desconhecido, o nada que desperta o fascínio, mas, ao mesmo tempo, medo. E este começa a ser “despertado” pela Contrarreforma, pelo surgimento do movimento protestante e pelas descobertas da ciência no século XVI, quais sejam: o modelo heliocêntrico de Nicolau Copérnico (1473-1543) e as leis do movimento de Johannes Kepler (1571-1630). Nada mais singular para caracterizar esse medo do desconhecido do que a frase de Blaise

⁷¹ Todos esses adjetivos são metafóricos. Preferir-se-ia aqui representá-la somente como um ponto vazado: ☉.

⁷² Não é objetivo deste trabalho discutir o conceito de morte.

Pascal: “O silêncio eterno desses espaços infinitos me apavora” (1979, p. 91).

Como uma reação às mudanças do século XVI, a morte — leia-se também a perplexidade de um homem diante da incompletude e da finitude — torna-se tema das artes plásticas, do século XIV ao XVII, dado isso tem-se a representação da morte por meio de temas tais como: *memento mori*, dramatização da morte⁷³ e *vanitas*. Destas, a que mais nos chama a atenção é tendência *vanitas* (*Still-life*, natureza morta), que em latim significa ‘vacuidade’, ‘futilidade’. Entre os símbolos nela trabalhados há caveiras, frutas apodrecidas e ampulhetas, que simbolizam a transitoriedade da vida (respaldado pela expressão latina *memento mori*: ‘lembre-se de que vai morrer’). Símbolos que podem ser observados na imagem abaixo, do pintor holandês Pieter Claesz.

É neste tipo de arte que encontramos o vazio exposto, posto a nu. Metafórica e paradoxalmente, a tese de que a natureza “aborrece o vácuo” foi transplantada para a arte, sobretudo a arte barroca. Assim, a arte dos Seiscentos é enriquecida de exuberância visual, como uma forma de contrastar a fugacidade da vida terrena com a permanência da beleza artística, com a propriedade de suprimir o vazio. É o período no qual o homem europeu começou a conhecer as Américas e, para conhecê-las, precisava de um mapa, — um signo que estabelece semelhança com o seu objeto e que representa uma relação através da sua forma ou estrutura —, ocupando seus espaços vazios com seres imaginários:

Mas foi ao longo do século XVII que o horror vacui tornou-se mais influente, senão mesmo preponderante, na produção artística da Europa Ocidental. [...] Nada mais significativo, nesse sentido, do que a produção de mapas do período, em que todo espaço “vazio” é preenchido por textos, imagens de seres imaginários, de sereias, de monstros ou de animais exóticos (Zucker, 2020, p. 1).

Embora Zucker se refira ao século XVII, no século XVI é dominante a presença de seres imaginários nos mapas. O mais

⁷³ Como em *Hamlet*, de William Shakespeare.

significativo, simbólico e emblemático deles é a *Carta Marina*⁷⁴ (imagem 4), do cartógrafo sueco Olaus Magnus (1490-1557), que data de 1539.

Apresentamos aqui a versão “colorizada” da Carta. Nela são encontrados os seres mitológicos ou lendários: sereias, *Kraken*, dragão marinho, monstro marinho, unicórnios e homens-peixe, entre outros.

Além da Carta Marina (1539), outras obras deste período são igualmente relevantes. São eles: *Theatrum Orbis Terrarum* (1570), de Abraham Ortelius (1527-1598) e o *Cosmographia Universalis* (1544), de Sebastian Munster (1448-1552).

Monstros, enfim

Remonta-se às narrativas épicas antigas das civilizações da Mesopotâmia, da Índia, da Grécia Antiga, da China, do Japão, Nórdica, Céltica, Africana e Mesoamericana a presença de monstros, mas foi sobretudo, pelos textos de Santo Agostinho (357 d.C. 30 d.C.)⁷⁵,

⁷⁴ O nome original da Carta Marina é: *Carta Marina et descriptio septemtrionalium terrarum: ac mirabilium rerum in eis contentarum diligentissime elaborata Anno Domini 1539*.

⁷⁵ Segundo Mary Del Priore: [...] santo Agostinho, um dos primeiros a perceber a importância dos monstros no imaginário das populações. E ele perguntava-se: seriam os monstros simultaneamente homens e criaturas de Deus? Se a inquestionável autoridade de Plínio estivesse correta, seriam eles filhos de Adão? A pergunta seguinte: por que razão interferiam na harmonia da Criação? Resposta: como monstros, tinham algo a “mostrar”. Eles mostravam (*monstra* = *monstrare*), manifestavam (*ostenta* = *ostentare*), prediziam (*portenta* = *pra-ostendere*) e anunciavam (*prodigia* = *pro-dicere*) antecipadamente tudo o que Deus ameaçara realizar futuramente no tocante aos corpos humanos. Monstros mostravam, portanto, o que poderia acontecer aos homens e os instigavam a pensar como seriam se não fossem como eram. Essa etimologia é aceita por santo Agostinho na medida em que ele não via nos monstros mais do que a expressão da vontade de Deus. (Del Priore, 2000, pp. 21-22).

Isidoro de Sevilha⁷⁶ e John de Mandeville (1655-1725)⁷⁷ que a tradição teratológica cresceu e se prolongou ao longo do Medievo.

O monstro, antes de seu caráter atemorizante, fez parte da ordem divina da criação. Esse aspecto foi abordado por: por Santo Agostinho), autor de “A cidade de Deus” (entre os anos 413 e 4126), Isidoro de Sevilha (c. 560 d.C. – 630 d.C.), autor de *Etymologiae* (c. 600 d.C.), por Marco Polo (c. 1254 – 1354), autora do “Livro das Maravilhas do Mundo” ou “Livro do Milhão” (c. 1298). Umberto Eco (2011) sublinha esse detalhe:

[...] Por isso até os **monstros e os caprichos da natureza eram tidos por belos**, pois estravam inseridos na sinfonia da criação do mesmo modo que o silêncio que, exaltando a beleza dos sons, faziam dele

⁷⁶ Isidoro (560-636) foi outra importante *auctōritātis* medieval que abordou os monstros em sua obra *Etimologiarum*. De forma semelhante a Agostinho, Isidoro tratou a questão através da teologia cristã, discordando da opinião pagã de que o monstro contrariava as leis da natureza, ao contrário, era um ato divino, e se parecia contrariar a natureza, era devido ao desconhecimento humano da mesma. (Schneider, 2015, p. 33).

⁷⁷ Segundo Schneider: “Além do livro de Marco Polo, houve outro um pouco posterior que se tornou o mais popular e que influenciou de forma mais marcante o imaginário europeu nos séculos seguintes: o “Livro das maravilhas do Mundo” de John Mandeville. Embora o autor se apresente como cavaleiro inglês, proveniente de St. Albans, e declare ter saído em viagem no ano de 1322 rumo à Terra Santa e às regiões além, não existe nenhuma prova de que ele tenha realmente existido. Contudo, sua identidade só foi questionada e desacreditada no século XIX. Nos períodos anteriores Mandeville era visto como um dos grandes viajantes, aquele cujo relato se mostrou dos mais ricos e prazerosos. Seja como um pseudônimo de um verdadeiro autor por trás do nome Mandeville, seja ele um personagem fictício, ao estilo de Homero ou da “Carochinha”, o fato é que sua narrativa, com todas as características próprias desse tipo de texto – função utilitária, conhecimento que provém de longe, aconselhamento, entre outros elementos – é considerada hoje como uma compilação de muitos relatos, crônicas e roteiros de viagem que circulavam na Europa em fins do século XIV. O texto foi finalizado entre 1356 e 1357 e alcançou enorme popularidade, sendo considerado o *best-seller* dos Quatrocentos e chegando a 250 manuscritos e 80 edições, em 10 línguas, até o fim do século XV” (Schneider, 2015, p. 44).

emergir por contraste, os aspectos positivos. (ECO, 2011, p. 47). Grifo nosso.

Entretanto, o entendimento que tomava os monstros como seres “belos”, como fazendo parte farte da criação e até como um aprendizado, perdeu-se com a cristianização da Europa, na medida que as tradições e crenças e antigas pagãs estavam sendo reinterpretadas sob uma perspectiva cristã. Da Alta Idade Média para Baixa Idade Média, até seu ápice no século XVI, os monstros passam a ser vistos como seres ominosos:

Durante a Idade Média, quando a maior parte do mundo era considerada terra incógnita, momento em que as fronteiras do mistério ainda não tinham sido devassadas pelas novas descobertas científicas e enquanto a razão não dominava o universo, uma vida intensa fervilhava nos quatro elementos. Vindos do caos, os seres que aí se debatiam povoavam as mitologias, nutriam as superstições, agitavam os espíritos e tomavam forma graças ao pincel dos artistas e ao martelo de escultores. O universo romano que precede a Idade Média gótica era sobre-humano. Ele se desenvolvera como uma espécie de apocalipse, sob o signo da besta, do medo e do mistério (Del Priore, 2000, pp. 16-17).

Com a descoberta do Novo Mundo, esse novo olhar recai sobre Américas, com o acréscimo de que essa transposição não fora imune à tradição, o que fez com que monstros e temores do Oriente passassem e se fundissem aos do Ocidente (Del Priore, 2000, p. 83).

O monstro sinaliza o tesouro, as riquezas da terra, o paraíso edênico terrestre que assinala também o medo que aparece como um limiar real e simbólico a ser transposto para que se obtivesse uma recompensa relevante. Pela crença da Antiguidade e da Idade Média, ocupava sempre os limites da terra, o que lhe conferia mais exotismo.

Assim, na carta do piloto português Benito da Acosta, observa-se, na parte inferior do mapa, uma espécie de serpente⁷⁸:

⁷⁸ Os textos a seguir são Open Edions Journals sob a denominação de Terra Brasilis: “Planta do rio Amazonas desde Quito até sua foz, feita a partir de original do piloto Benito de Acosta”. (<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6974>). Original:

O teratológico carregava consigo uma curiosidade, atrelada ao desconhecido, um encanto, devido talvez a sua natureza geralmente antropeozoomórfica que atemorizava e fascinava aqueles que vinham para as Índias ou para Novo Continente que eram aqueles que, conscientes ou não, provavam os limites da tecnologia e da resiliência da espécie humana ao experienciarem os limites da sua imaginação. Dois episódios literários que retratam significativamente essa superação se encontram: na “Odisseia”, de Homero, quando Odisseu ordena que seus marinheiros tapassem os ouvidos deles com cera para que não ouvissem o canto das sereias. O segundo episódio literário é descrito no canto V de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. O gigante Adamastor⁷⁹, personificado pelas forças da natureza e perigos dom mar, se coloca diante da tripulação de Vasco da Gama, ao tentar ultrapassar o Cabo da Boa Esperança⁸⁰, antes conhecido como Cabo das Tormentas.

O incognoscível que aqui estamos chamando de todo espaço desconhecido que era o continente latino-americano⁸¹, seus habitantes e sua cultura precisavam ser ocupados e colonizados imaginariamente (Gruzinski, 2006, p. 19) e simbolicamente, porque essa seria não só a forma pela qual se subjugaria a cultura do Outro, como também seria a forma de como se apaziguaria o medo do

<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/docannexe/image/6974/img-3.jpg>

⁷⁹ ADAMASTOR cujo anagrama (‘transposição de letras de palavra ou frase para formar outra palavra ou frase diferente’, segundo dicionário HOUAISS, 2009) pode ser AMOR.

⁸⁰ Não acabava, quando uma figura / Se nos mostra no ar, robusta e válida, / De disforme e grandíssima estatura; / O rosto carregado, a barba esquelada, / Os olhos encovados, e a postura / Medonha e má e a cor terrena e pálida; / Cheios de terra e crespos os cabelos, A boca negra, os dentes amarelos. (*Lus*, V, 39). E também. “[e]u sou aquele oculto e grande cabo” (*Lus* V, 50, 1).

⁸¹ Não estamos desconsiderando aqui o fato de o desconhecido ocorrer antes em outras culturas, por meio da inserção de seres monstruosos em mapas, como por exemplo, os mapas nórdicos.

desconhecido pelas múltiplas formas de se ocupar o vazio (da imaginação):

Uma das formas de preencher esse suposto vazio, ou seja, a ausência de coisas recognoscíveis, coisas familiares, confortáveis, é pela imaginação. E ela (imaginação) muito trabalhou. Preenchendo, o que se julgava vazio, com monstros e criaturas diferentes (as diversas culturas indígenas, seus mitos e lendas, em parte, são a expressão da diferença que é aprimorada pelos relatos) a imaginação povoa a Amazônia com seres e objetos incomuns, fazendo com que no imaginário europeu e mesmo continental ela se torne a expressão do desconhecido, do “inferno verde”, da selva indômita e bela (Campos; Mibielli, 2020, p. 173).

Amazônia: do monstro ao mito⁸² ou do mito ao monstro

Quando os portugueses e espanhóis chegam às Américas, há um desconhecimento do que seja esse Novo Mundo. Acreditava-se que se chegaria ao Oriente e, por isso, há o relato de criaturas maravilhosas no Oriente, e “seres que estariam localizados ao redor de regiões paradisíacas” (Schneider, 2015, p. 1). Esses relatos remontam a pelo menos a Plínio, o Velho, a Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha. E acabam por influenciar o pensamento medieval em duas obras homônimas: *Livre des Merveilles du Monde* (ou “O Livro das Maravilhas do Mundo”), escrita e por Jean de Mandeville, no século XIV, e *Il Milione* ou “O Livro das Maravilhas do Mundo”, escrita por Marco Polo, no século XIII.

Com a Amazônia não foi diferente. À Amazônia foi auferida uma visibilidade que não é sua, mas que se vai construindo aos

⁸² “Relato fantástico de tradição oral, ger. protagonizado por seres que encarnam, sob forma simbólica, as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana” (Houais, 2009).

fragmentos estereotipados na tentativa de se estabelecer retratos ou palimpsestos que *era* e do que poderia ser a Hileia⁸³.

A Amazônia, para o imaginário europeu, — dispar e diverso de tudo que até conhecera — é forjada pelos discursos-imagens, tais como o do jesuíta Cristóbal de Acuña, quando este relata a presença de “gigantes de dezesseis palmos de altura”, e também como o do corsário inglês Walter Raileigh (1552-1618), que teria mencionado a presença de animais mitológicos na Amazônia⁸⁴.

Ao projetar imagens alheias a Hileia, o colonizador europeu foi-nos legando discursos e imagens que funcionam como “discursos fundadores”⁸⁵ (Orlandi, 1993), pelos quais muitas vezes são guiados discursos que ecoam aquelas vozes — a do colonizador —, mesmo no século XXI⁸⁶.

Imaginário e ideologia, face ao estado adâmico ao que parece ser-lhe imputado, conjugam-se para que se possa tê-la sob um certo domínio, sob um certo preenchimento com signos que venham a acalantar e preencher o *horror vacui* que muitas vezes não encontrava paralelo no objeto com que se defrontava ou que já era esperado⁸⁷, a partir de uma pré-compreensão do que seria o maravilhoso⁸⁸. Mas que,

⁸³ “O nome Hiléia proposto por Humboldt para o sistema muito característico encontrado em toda a extensão da planície amazônica, desde os contrafortes dos Andes até o oceano Atlântico, tem simplesmente o significado de bosque, ou coleção de matéria vegetal” (Branco, 1989, p. 39).

⁸⁴ <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/francisco-orellana-chega-aorio-amazonas/>

⁸⁵ Segundo Orlandi, o discurso fundador é aquele que instaura a possibilidade de novos discursos, ou seja, aquele que cria novos sítio de significância” (Orlandi, 1993. p. 23-24).

⁸⁶ Como, por exemplo, o discurso da exploração econômica, o do desenvolvimento e progresso e o de fronteira agrícola.

⁸⁷ Segundo Marya Del Priore: “O encontro com a “coisa” inesperada era na realidade, esperado, pois vinha precedido, no espírito do viajante da tradição escrita ou oral” (Del Priore, 2000, p. 95) .

⁸⁸ “Maravilhoso” (também “maravilha”), em latim, ‘mirabilia’, que é um misto de “espanto e admiração”, como é descrito por Claude Kappler: “Só há maravilha

de uma forma ou de outra, cumpre a função de ocupar o imaginário, de povoá-lo, porque, em o sendo assim, está-se lidando com signos conhecidos, herdados de uma tradição que vem desde Antiguidade⁸⁹ e que se reiteram na Idade Média, como gigantes e mulheres guerreiras (as Icamiaba, retomado do mito das Amazonas, da mitologia grega).

Com efeito, foi por meio do relato do frei jesuíta Gaspar de Carvajal que acompanhou a expedição⁹⁰ de Francisco de Orellana (1541 a 1546) que as Amazonas se tornaram conhecidas. Irrevogavelmente, era o mito que chegara às Américas, em terra e tempos tão distantes da Grécia Antiga, onde o mito possivelmente teria sido criado, relatado nas passagens de Heródoto, em “História” (2006), ou na Ilíada (2013), de Homero.

A percepção da existência do mito funda o olhar colonial que se apropria de seres e da sua dimensão simbólica, sua cultura, e difere o igual do diferente, o próximo do distante, o conhecido do incógnito. Porque perceber já é produzir um signo; um signo de compreensão de um mundo totalmente diferente daquele visto antes por tantos navegadores e exploradores.

Mais de todos séculos após o período Barroco — e toda a ciência desenvolvida nesse período não fora suficiente — para a extinção de seres míticos ou monstruosos?!

quando o objeto extraordinário está localizado em apenas um lado do mundo e quando ele é exclusivamente estrangeiro. A exclusividade é a condição do espanto e da admiração” (Kappler, 2002, pp. 79-80).

⁸⁹ Como as Icamiaba, que na tradição tupi-guarani, são descritas como mulheres guerreiras que viviam na região denominada amazônica, semelhante às Amazonas que na mitologia grega eram também descritas como mulheres guerreiras que habitavam a região Amazonia, supostamente situada na Ásia Menor. O que há de comum entre as “lendas”: grupo de mulheres que viviam isoladas, sem homem (ou que só tinham contato com eles quando copulavam). Ao se deparar com os relatos da jornada de Francisco de Orellana (1511-1546), D. Pedro II foi quem identificou a menção às Icabiamas como Amazonas.

⁹⁰ A expedição partiu de Quito e seguiu até a Foz do Amazonas.

No Brasil colonial e ainda durante o século XIX dizia-se existir no alto rio Branco e fronteiras da Venezuela e Guianas uma família de homens que não tinham cabeça. Os olhos abriam-se-lhes nos ombros. Plínio o Antigo e Santo Agostinho falaram nesses monstros quosdam sine cervice oculos habentes in humeris⁹¹. Foram os Blêmios robustíssimos. No século XVI sir Walter Raleigh dizia tê-los avistado nas Guianas e descreveu-os como vivendo em Caora (Cascudo, 2002, p. 205).

Assim como a dinâmica da própria natureza, a da Amazônia, não é outra senão a da mobilidade da própria paisagem inconstante, movediça, dos mitos dos nossos signos-monstros, ocupando um vazio?

Uma característica dos mitos e das tradições fabulosas no Brasil é o fáceis ambulatório, infixo, irregular. Nenhum mito-de-presença, sedentário, com atribuições determinadas, inamovíveis. [...]. O sinal distintivo é apenas a exigência de meios físicos, águas, árvores, terras ou ares. Nunca solicitam a um determinado lugar a razão de sua existência miraculosa. Os nossos são mitos de movimentos, de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, dos rios, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória sobre a distância. Quase sempre são mitos cuja atividade é apavorar “quando passam” ou “correm”. Curupiras, Caiporas, Mapinguaris, Sacis, Lobisomens seriam ineficazes em atitude hirta, como uma parada de monstros. Mesmo nos rios, lagoas e mar, os seres assombrosos não têm pouso fixo. Nadam para aqui e para além (Cascudo, 2002, p. 52).

Um projeto que seguir-se-á a este texto objetivará descrever como os seres da Amazônia brasileira guardariam semelhanças ou não com a teratologia antiga e medieval. As lendas do Curupira e da lara exemplificam esse aspecto na medida que o Curupira, por exemplo, é descrita como uma criatura do folclore brasileiro com os pés virados para trás, que protege as florestas e os animais. Essa característica de pés invertidos pode ser comparada com as representações de criaturas fantásticas na Europa medieval, como os sátiros e faunos, que também tinham características animais, como chifres e cascos de cavalo.

⁹¹ Tradução: alguns sem pescoço, com olhos nos ombros.

Já a lara, conhecida como a "Sereia Brasileira", é descrita como uma bela mulher que vive nas águas e atrai os homens para as profundezas dos rios. Essa imagem de uma figura feminina misteriosa e sedutora tem paralelos com as sereias da mitologia europeia, que também eram retratadas como seres femininos que seduziam os homens com sua beleza para levá-los para as profundezas do mar.

Hodiernamente, continua-se a produzir material, sobretudo em meio digital, sobre "os monstros da Amazônia". Em um site de notícias de Dourados (MS)⁹², para ficarmos em um exemplo, lê-se o título: "Cientistas tentam encontrar monstro na Amazônia". A matéria refere-se a uma busca feita ao Mapiunguari⁹³. A referência e descrição ao Mapiunguari⁹⁴ é feita desta forma no texto:

A simples menção ao nome do mapiunguary (sic) é suficiente para dar calafrios na espinha da maioria daqueles que habitam a floresta. O

⁹²<https://www.douradosnews.com.br/noticias/cientistas-tentam-encontrar-monstro-da-amazonia-43417b3204d6f7166a6bed/304346/>

⁹³ A grafia correta, conforme o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, é Mapiunguari.

⁹⁴ "O Mapiunguari é o mais popular dos monstros da Amazônia. Seu domínio estende-se pelo Pará, Amazonas, Acre, vivificado pelo medo duma população infixa que mora nas matas, subindo os rios, acampando nas margens ignotas das grandes águas sem nome. Caçadores e trabalhadores de todos os misteres citam o Mapiunguari como um verdadeiro demônio do Mal. Não tem utilidades nem vícios cuja satisfação determine aliança momentânea com os cristãos. Mata sempre, infalivelmente, obstinadamente, quem encontra. Mata para comer. Descrevem-no como um homem agigantado, negro pelos cabelos longos que o recobrem como um manto, de mãos compridas, unhas em garra, fome inextinguível. Só é vulnerável no umbigo. Esse lugar é clássico para a morte dos monstros. É o sinal do seu nascimento, de sua triste e melancólica condição mortal. Só se articula aos viventes pela cicatriz umbilical que o unifica à imensa família dos que vivem na Terra. [...]. O Mapiunguari, ao contrário de outras entidades fabulosas, não anda durante a noite. Durante a noite, dorme. O perigo é de dia, o dia penumbra no meio das florestas que coam a luz do Sol fazendo-a macia e tênue. Na obscuridade dos troncos disformes o Mapiunguari se destaca, bruscamente, para atacar e ferir. Mas não avança silencioso como seria preciso e lógico. Vem berrando alto, berros soltos, curtos, altos, atordoadores. [...] (Cascardo, 2002, p. 208).

folclore na região é cheio de histórias sobre encontros com a criatura e, quase em todas as tribos indígenas da Amazônia há uma palavra para designá-lo. O nome geralmente pode ser traduzido como "a besta malcheirosa" ou "o animal barulhento". A maioria dos que dizem ter visto o mapinguary (sic) o descrevem como uma criatura alta, que atingiria 2 m de altura quando estaria sobre as duas pernas. Ele também emitiria um cheiro muito forte e extremamente desagradável. Em alguns lugares, a criatura é descrita como tendo dois olhos, mas há quem diga que ele possui apenas um, como os ciclopes da mitologia grega. Alguns afirmam que o animal possui uma grande boca malcheirosa. (Cientistas tentam encontrar monstro da Amazônia. **Dourados News**. Dourados (MS). 8 jul. 2007).

Como se pode observar na matéria, o Mapinguari é comparado a uma besta, palavra que é, em português atribuída ao demônio na religião cristã, mas também se pode observar a semelhanças com outros seres de outras culturas, tais como o ciclope (criatura da mitologia grega descrita como tendo um único olho no meio da testa), *Yeti* (criatura lendária semelhante ao *Sasquatch*, mas associada às regiões montanhosas do Himalaia. também descrita como grande e peluda, com um odor peculiar), e *Bigfoot* (lendário primata gigante da América do Norte, descrito como uma criatura peluda e alta, semelhante ao Mapinguari em tamanho e na capacidade de caminhar sobre duas pernas).

Um clique em um site buscas para "monstros na Amazônia" e perceber-se-á que eles: ou são os elementos da fauna, desconhecidos por um grande público que não é da região Norte, ou são ainda descritos como seres lendários. Os adjetivos: terrível⁹⁵, mortal⁹⁶ e sinistro⁹⁷ que geralmente acompanham os títulos das matérias sobre monstros parecem denotar que a Idade Média ainda

⁹⁵ <https://www.fatosdesconhecidos.com.br/7-monstros-mais-terriveis-do-rio-amazonas/>

⁹⁶ <https://www.pinterest.pt/pin/436919601364518364/>

⁹⁷ <https://www.megacurioso.com.br/monstros-da-amazonia/39248-4-criaturas-sinistras-que-vivem-no-rio-amazonas.htm>

está presente entre nós, uma vez que o teor delas converge para o exotismo de um primeiro olhar de quem não conhece a Amazônia. E, se isso mesmo que acontece, não será a Amazônia que ainda se teme?

Visualmente, talvez ainda se esteja tentando desenvolver a habilidade da compreensão que se pauta pela concepção de plenismo, ou seja, a “tese segundo a qual todas as regiões do universo estão ocupadas por coisas materiais de diferentes tipos” (Bunge, 2001, p. 165), mas, ao contrário dos seus defensores⁹⁸, as imagens, os signos, estão cada vez mais a ocupar o espaço, em movimento, da nossa barroca imaginação.

Referências

ACUÑA, Christóbal de. **Novo descobrimento do Rio Amazonas**. Edição, tradução e introdução: Antônio R. Esteves. Edição bilingue. Coedição: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Asesoría Lingüística. Oltaver S.A. Buenos Libros Activos. Uruguay, 1994.

ARISTÓTELES, **Física**. Traducción y notas: Guillermo R. de Echandía. Distrito Federal (México): Editorial Gredos, Ica Gredos, 1995.

AZEVEDO, Bárbara Jugurta de Oliveira Rocha. **Physiologus**: a tradução de uma tradição medieval Revista Medievalis, v. 9, n.1, p. 1-22, 2020.

BARSA. **Enciclopédia Barsa** [versão eletrônica]. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2016. 1 DVD-ROM.

BRANCO, S. M. **A realidade da Amazônia**. In: _____. O desafio amazônico. São Paulo: Moderna, 1989.

BUNGE, Mario. **Diccionario de filosofia**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2001.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2007.

⁹⁸ René Descartes e Gottfried Wilhelm Leibniz

CAMPOS, S. P. P.; MIBIELLI, R. De como Nenê Macaggi inventou a Amazônia de Roraima. In FERNANDES, M. L.; CARVALHO, F. A.; Campos, S. P. P. **Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia**, p. 169–193, Roraima: Ed. da UFRR, 2020.

CASCUDO, L. da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global Editora; 3ª edição, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Gui Reynaud. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CIENTISTAS TENTAM ENCONTRAR MONSTRO DA AMAZÔNIA. **Dourados News**. Dourados (MS). 8 jul. 2007. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/cientistas-tentam-encontrar-monstro-da-amazonia-43417b3204d6f7166a6bed/304346/>. Acesso em: 25 fev. 2004.

DEELY, John. **Semiótica básica**. Tradução Júlio C. M. Pinto. São Paulo, Ática, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-america** (séculos XVI e XVIII) São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Tradução Helder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. Tradução Antônio de P. Danesi. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Idade Média I: bárbaros cristãos e muçulmanos**. Tradução Bonifácio Alves. Lisboa: Bertrand, 2011.

FERNANDES, M. L.; CARVALHO, F. A. CAMPOS, S. P. P. **Sobre viagens, viajantes e representações da Amazônia**. Boa Vista: EDUFRR, 2020.

GÂNDAAVO, P. de M. **História da província santa cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil, feita por Pedro de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito illustre senhor Dom Leonis Pereira, governador que foi de malaca e das mais partes do sul na Índia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518673>

GRUZINSKY, Serge. **A guerra das imagens**: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1429 – 2019). Tradução Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução Jorio Dauster. São Paulo: companhia das Letras, tradução de Jorio Dauster, 2020.

HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: Ebooks Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html#ebb>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução Frederico Lourenço. São Paulo. Penguin/Companhia das Letras, 2013.

IMAGINAÇÃO. In E-dicionário de termos literários de Carlos Ceia. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/imaginacao>. Acesso em 19 fev. 2024.

JÁ PENSOU? As criaturas mais mortais da Amazônia. You tube. 9min34seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Xe92UewYfjk&feature=share&ab_channel=J%C3%A1Pensou%3F. Acesso em 24 fev. 2024.

KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LACAN, J. **Le séminaire**: livre XVII: l’envers de la psychanalyse. Paris, France: Seuil, 1991.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LÓPEZ, Camilo Useche. Las amazonas o la feminización del río y la selva: fronteras y espacios de exclusión en los confines imperiales del Nuevo Mundo. Universidad de Antioquia. Boletín de Antropología, vol. 33, núm. 55, pp. 247-

270, 2018. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/557/55755367010/html/>

MOYSES, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2013.

NOVALIS. Friedrich von H. **Pólen**. Tradução Rubens Rodrigues T. Filho. São Paulo: Iluminuras, 1988.

NIGG, Joseph. **Sea Monsters: The lore and legacy of Olaus Magnus's Marine Map**. Breat Britain, East Sussex: Yvy Press, 2013.

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem, poética da geografia**. São Paulo: L&PM, tradução de Paulo Neves, 2009.

ORLANDI, Eni P. (Org.) **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

PASCAL, B. Pensamentos. In **Os pensadores**. Trad. S. Milliet, São Paulo: Abril, 1979.

PEIRCE, Charles S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A. (Org.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8 v. Obra citada como CP seguido pelo número do volume e número do parágrafo.

RABELO, L. M. "A Invenção do Rio Amazonas na Cartografia (1540-1560)", **Terra Brasilis** [Online], 14 | 2020, posto online no dia 31 dezembro 2020, consultado o 10 fevereiro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7443>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7443>.

RINCÓN, M. L. **4 criaturas sinistras que vivem no Rio Amazonas**. <https://www.megacurioso.com.br/>, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/monstros-da-amazonia/39248-4-criaturas-sinistras-que-vivem-no-rio-amazonas.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

QUIARELI, D. **7 monstros mais terríveis do Rio Amazonas**. Disponível em: <<https://www.fatosdesconhecidos.com.br/7-monstros-mais-terríveis-do-rio-amazonas/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. **Monstros e monstregos do Brasil: ensaios sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII.**

Afonso d'Escragnoille Taunay; organização Mary Del Priore. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

SCHNEIDER, Guilherme Jacinto. Guardiões do Éden: narrativas de encontros com criaturas maravilhosas na América Portuguesa – século XVI. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

ZUKER, Fábio. Ensaio sobre a escrita, medo e violência. São Paulo: Editora QuadradoCírculo. 2020.

Fontes digitais

BNF Gallica: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>

Cloître de la cathédrale de Frejus: <https://www.cloitre-frejus.fr/>

Dezenove e Vinte: <http://www.dezenovevinte.net/>

Open Edition Journal Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e da Geografia Histórica: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/>

Internet Archive: https://archive.org/Mathematica_Association_of_America: <https://maa.org/press/periodicals/convergence/quotations/galilei-galileo-1564-1642-1>

Medievalists.net: <https://www.medievalists.net/2014/10/ebstorf-map-tradition-contents-medieval-picture-world/>

TNT ARTE: <https://www.tntarte.com.br/leiloes/52/lote/116>

Senado Federal da República Federativa do Brasil: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518673>

PH PubHist: <https://www.pubhist.com/w2947>

Wikipedia Portugal: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carta_Marina.jpeg

ESG E *GREENWASHING*: USO DA SEMIÓTICA DA COMUNICAÇÃO PARA IDENTIFICAR DISCURSOS ENGANOSOS

ESG y greenwashing: el uso de la semiótica de la comunicación para identificar discursos engañosos

Loredana Kotinski
Maurício Elias Zouein

Resumo: A crescente visibilidade de práticas e discursos ESG, intensificada pela aproximação da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA), traz consigo uma série de desafios éticos e comunicacionais. Entre eles, destaca-se o risco do greenwashing, entendido como a apropriação estratégica de signos e narrativas ambientais, sociais e de governança sem o devido respaldo em ações concretas. Este artigo propõe uma reflexão teórica, à luz da semiótica da comunicação, sobre os mecanismos simbólicos que contribuem para a construção de discursos enganosos associados ao ESG. Argumenta-se que o ESG não é apenas uma prática organizacional, mas um construto discursivo e visual que se forma a partir de múltiplos signos e códigos culturais, especialmente nas redes sociais digitais. O artigo discute como empresas, muitas vezes sem intenção deliberada, podem recorrer a estratégias comunicacionais que resultam em greenwashing. Ao final, apresenta-se o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) como uma ferramenta teórica útil para identificar esses discursos. O MAI é defendido como um dos instrumentos possíveis para analisar, de forma crítica, a comunicação de ESG, contribuindo para práticas mais éticas e transparentes em contextos de alta visibilidade, como a COP30.

Palavras-chave: Greenwashing, Comunicação ESG, Análise Semiótica

Resumen: La creciente visibilidad de las prácticas y discursos ESG, intensificada por la proximidad de la 30ª Conferencia de las Naciones Unidas

sobre el Cambio Climático (COP30), en Belém (PA), conlleva una serie de desafíos éticos y comunicacionales. Entre ellos, se destaca el riesgo del greenwashing, entendido como la apropiación estratégica de signos y narrativas ambientales, sociales y de gobernanza sin el debido respaldo en acciones concretas. Este artículo propone una reflexión teórica, a la luz de la semiótica de la comunicación, sobre los mecanismos simbólicos que contribuyen a la construcción de discursos engañosos asociados al ESG. Se argumenta que el ESG no es solo una práctica organizacional, sino un constructo discursivo y visual que se forma a partir de múltiples signos y códigos culturales, especialmente en las redes sociales digitales. El artículo discute cómo las empresas, muchas veces sin una intención deliberada, pueden recurrir a estrategias comunicacionales que resultan en greenwashing. Finalmente, se presenta el Modelo de Análisis Infocomunicacional (MAI) como una herramienta teórica útil para identificar estos discursos. El MAI se defiende como uno de los instrumentos posibles para analizar, de manera crítica, la comunicación del ESG, contribuyendo a prácticas más éticas y transparentes en contextos de alta visibilidad, como la COP30.

Palabras clave: Greenwashing; Comunicación ESG; Análisis Semiótico.

Introdução

Nunca a humanidade refletiu tanto sobre os impactos da ação humana no planeta Terra. O avanço das mudanças climáticas, a destruição acelerada de ecossistemas e o aumento de desigualdades socioambientais alimentam uma percepção coletiva de urgência: governos, empresas, organizações internacionais e a sociedade civil parecem estar engajados numa corrida contra o tempo. Dados são apresentados, soluções são propostas e alertas são emitidos diariamente para mostrar que o perigo é real e iminente.

Neste contexto de crescente atenção à sustentabilidade, o discurso sobre ESG (*Environmental, Social and Governance*) ganha centralidade nas estratégias de reputação e comunicação institucional. No entanto, essa visibilidade também tem gerado distorções. Muitas organizações passaram a adotar a sigla ESG não como uma diretriz de conduta responsável, mas como bandeira simbólica para atrair consumidores, investidores e seguidores nas redes sociais digitais. Assim, o ESG se torna, em muitos casos, mais uma estética da sustentabilidade do que uma prática efetiva.

Essa instrumentalização do discurso sustentável tem sido evidenciada por pesquisadores e monitores de práticas de ESG, especialmente quando confrontada com a comunicação digital das marcas. Em 2023, as dez empresas mais bem posicionadas no ranking ESG do Brasil, segundo o monitor Merco (Merco, 2024), também foram aquelas que mais promoveram produtos e serviços associados à sustentabilidade ou à responsabilidade social. No entanto, em grande parte dessas comunicações, não fica claro como tais práticas se conectam, de forma concreta e mensurável, com os produtos oferecidos. Esse tipo de ambiguidade discursiva, que combina linguagem ambiental positiva com falta de evidências, é frequentemente classificado como *greenwashing* (Arouri et al., 2021).

O *greenwashing*, portanto, não é apenas uma prática comunicacional duvidosa. Ele representa um obstáculo ético e estratégico no caminho de uma transição ambiental justa, ao confundir os públicos e enfraquecer a confiança em iniciativas realmente

comprometidas com os princípios do ESG. Em eventos de grande repercussão internacional, como a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém (PA) em novembro de 2025, há um risco real de proliferação de discursos verdes oportunistas, impulsionados pela pressão por visibilidade e adequação institucional.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe uma reflexão teórica, fundamentada na semiótica da comunicação, sobre os mecanismos simbólicos que constituem os discursos de ESG. Parte-se da hipótese de que tais discursos operam por meio de estratégias linguísticas, visuais e narrativas que produzem efeitos de sentido e constroem percepções de legitimidade. Nesse campo de disputas simbólicas, torna-se essencial distinguir entre comunicação autêntica e comunicação enganosa.

O objetivo do artigo é, portanto, discutir, sob uma perspectiva semiótica, como o ESG tem sido representado nas mídias sociais digitais e quais signos e estruturas comunicacionais podem estar associados ao *greenwashing*. Ao final, apresenta-se o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) como uma ferramenta teórica, entre outras possíveis, que pode ser utilizada por empresas, analistas e pesquisadores para identificar potenciais práticas de *greenwashing*. Embora este trabalho não tenha caráter empírico, ele visa contribuir com o debate científico sobre comunicação ética e sustentabilidade, sobretudo no contexto crítico que antecede a COP30.

Fundamentação teórica

ESG como Construto Discursivo e Social

O termo ESG (Environmental, Social and Governance), concebido em 2005, nasceu inicialmente como uma diretriz corporativa voltada à sustentabilidade e responsabilidade social (Nakagawa; Moraes, 2023). No entanto, com o passar dos anos, o ESG transcendeu sua natureza inicial de orientação prática para se tornar também um fenômeno discursivo e simbólico, utilizado estrategicamente pelas empresas para moldar percepções e expectativas dos stakeholders.

Além de indicar práticas concretas de responsabilidade socioambiental, o ESG passou a ser empregado como uma narrativa estratégica, construída para legitimar as ações corporativas perante consumidores, investidores e sociedade em geral. Desta forma, o ESG evoluiu para além do âmbito operacional, transformando-se em um conjunto de significados simbólicos que refletem e fortalecem valores contemporâneos como responsabilidade social, inovação tecnológica e modernidade empresarial.

Contudo, essa expansão simbólica do ESG criou espaços para manipulações discursivas, permitindo que o discurso corporativo, muitas vezes, ultrapasse as práticas reais de sustentabilidade e responsabilidade social das empresas. Assim, termos como "verde", "socialmente responsável" ou "sustentável" frequentemente são empregados em comunicações corporativas sem necessariamente refletir ações efetivas e transparentes, podendo levar ao fenômeno conhecido como *greenwashing* (Arouri et al., 2021).

Essa perspectiva discursiva e social do ESG sugere a importância de ferramentas analíticas capazes de distinguir claramente entre o discurso empresarial de responsabilidade socioambiental genuína e práticas que se resumem apenas ao marketing superficial e desprovido de ações concretas.

Greenwashing: Estratégias e Implicações Éticas

O conceito de *greenwashing* emerge exatamente no espaço de tensão entre discurso e prática real das empresas. Definido por Arouri et al. (2021), o *greenwashing* refere-se à comunicação que projeta uma imagem de responsabilidade ambiental sem a existência real de ações substanciais que respaldem tal imagem. Trata-se, portanto, de uma prática discursiva que induz ao erro consumidores e investidores, distorcendo a concorrência e prejudicando empresas genuinamente comprometidas com práticas sustentáveis.

Nas redes sociais digitais, o fenômeno do *greenwashing* adquire complexidade ainda maior, dada a velocidade e amplitude com que as mensagens circulam nessas plataformas. Empresas

frequentemente utilizam símbolos ambientais, imagens de natureza, slogans ambientalmente amigáveis e certificações pouco claras, gerando uma percepção superficial de sustentabilidade sem prover informações concretas e verificáveis sobre seus reais compromissos ambientais e sociais.

Esse contexto coloca a ética comunicacional em foco, enfatizando que o *greenwashing* não é apenas uma falha técnica na comunicação corporativa, mas representa uma violação da confiança pública, comprometendo os esforços legítimos na direção de uma transição ecológica autêntica e prejudicando seriamente a credibilidade das ações verdadeiramente alinhadas aos princípios do ESG (Gadinis; Miazad, 2020).

Diante desse cenário, ferramentas de análise discursiva e semiótica tornam-se essenciais para detectar e prevenir práticas enganosas. Essas ferramentas permitem analisar criticamente a comunicação das empresas, identificando quando os elementos discursivos e visuais utilizados configuram apenas um esforço de imagem, em detrimento de práticas genuínas de sustentabilidade. Nesse contexto, o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI), validado por Kotinski (2024), pode atuar como um instrumento eficaz para examinar discursos corporativos em plataformas digitais, ajudando stakeholders a discernir entre práticas genuínas de ESG e estratégias comunicacionais que configuram *greenwashing*.

A Semiótica da Comunicação e a Construção de Sentidos sobre ESG

A semiótica da comunicação desempenha um papel central na análise de como os sentidos relacionados ao ESG são construídos e circulam socialmente. Isso ocorre porque os signos não apenas expressam ou representam algo, mas participam ativamente na produção da realidade social por meio das interações comunicacionais e simbólicas (Zoueïn, 2004).

De acordo com Zoueïn (2004), ao interpretar imagens fotográficas por meio da semiótica de Peirce, percebe-se claramente como signos visuais podem ser manipulados para evocar percepções específicas e induzir interpretações determinadas, muitas vezes

distantes da realidade objetiva. Essa perspectiva aplica-se diretamente à comunicação empresarial sobre ESG, em que signos como imagens de natureza, cores específicas como verde e azul, e termos como "sustentabilidade", "responsabilidade" e "impacto positivo", são estrategicamente utilizados para criar narrativas convincentes, mesmo quando as práticas concretas das empresas não correspondem plenamente às alegações feitas.

Essa prática pode resultar em uma dissonância significativa entre a imagem percebida pelo público e as ações efetivamente implementadas pelas organizações. Conforme apresentado por Arouri et al. (2021), tais estratégias podem configurar o *greenwashing*, fenômeno que se manifesta quando empresas promovem uma imagem pública de responsabilidade ambiental e social sem comprovação de ações substanciais que sustentem essas alegações. Nesse sentido, a semiótica é uma ferramenta crítica para a identificação dessas discrepâncias.

Além disso, segundo Porto Jr. et al. (2020), as práticas comunicacionais e semióticas podem produzir efeitos de enquadramento (framing), moldando a percepção pública acerca de temas sociais e ambientais. Isso ocorre quando signos específicos são destacados ou negligenciados, influenciando diretamente como o público interpreta questões relacionadas ao ESG. Assim, a comunicação sobre ESG, analisada por meio da semiótica, permite a identificação dessas estratégias de enquadramento e ajuda a discernir entre práticas genuínas e superficiais ou enganosas.

A importância desse entendimento semiótico é ampliada pelo contexto atual, especialmente com a aproximação da COP30, a ser realizada em Belém, Brasil, em 2025. O evento colocará muitas empresas sob escrutínio público intenso, aumentando o risco de práticas comunicacionais de *greenwashing*, intencionais ou não.

Nesse cenário, ferramentas analíticas como o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI), desenvolvido e validado em pesquisas anteriores, tornam-se especialmente relevantes (Kotinski, 2024). O MAI permite uma análise detalhada das postagens em redes sociais digitais, possibilitando identificar, classificar e interpretar signos

e estratégias comunicacionais relacionadas aos pilares do ESG. Desse modo, essa abordagem semiótica e infocomunicacional fornece elementos essenciais para avaliar criticamente o discurso empresarial e contribuir para uma comunicação mais transparente e responsável sobre práticas ESG.

Portanto, a semiótica da comunicação oferece um instrumental robusto para analisar e compreender os processos comunicativos das organizações sobre ESG, especialmente na detecção e prevenção do *greenwashing*, contribuindo para a promoção de práticas corporativas mais alinhadas à sustentabilidade e responsabilidade social efetivas.

DISCUSSÃO

A popularização das práticas e dos discursos sobre ESG nas redes sociais digitais trouxe novos desafios para a análise crítica da comunicação corporativa. Se, por um lado, o ESG configura-se como um importante marco para a responsabilidade socioambiental, por outro, a apropriação simbólica de seus pilares sem a correspondente prática concreta abre espaço para distorções, como o *greenwashing*.

Neste contexto, ferramentas que permitam uma análise sistemática e crítica dos conteúdos publicados tornam-se essenciais. É nesse cenário que se insere o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI), desenvolvido como uma metodologia para a avaliação de postagens relacionadas a ESG em redes sociais digitais.

O MAI foi concebido para extrair e tabular dados quantitativos e qualitativos a partir das publicações analisadas, permitindo uma distinção clara entre conteúdos efetivamente alinhados a práticas ESG e conteúdos apenas associados a produtos ou serviços que se vinculam, superficialmente, a algum dos seus pilares. Estudos anteriores que aplicaram o MAI, como no caso da análise de 25 postagens e 3.215 comentários no perfil da Natura & Co. no Instagram (Kotinski, 2024), demonstraram que, embora a empresa comunicasse frequentemente temas ligados a ESG, uma parcela significativa dos posts — cerca de 16% — promovia produtos associados a pilares ambientais ou sociais sem explicitar o vínculo real entre o discurso e as práticas sustentáveis.

Resultados similares foram observados em um segundo estudo que aplicou o MAI na análise das publicações das empresas de mineração Vale e Rio Tinto. Entre 105 postagens analisadas, de junho a dezembro de 2023, foi identificado que apenas 8% dos posts da Rio Tinto e 6,2% dos posts da Vale associavam produtos a temas de sustentabilidade. No entanto, chamou a atenção o comportamento dos comentários: enquanto a Rio Tinto não apresentava comentários negativos visíveis, levantando a hipótese de possível ocultação, a Vale foi alvo de críticas intensas relacionadas a seus passivos ambientais no Brasil.

Esses resultados reforçam a utilidade do MAI como instrumento de leitura crítica dos discursos de ESG em redes sociais digitais. Mais do que simplesmente identificar a presença de temas ambientais, sociais ou de governança nas postagens, o MAI permite compreender a intenção das mensagens, o tipo de mídia utilizada, a emoção transmitida e, principalmente, a reação dos usuários às comunicações publicadas. Tal capacidade de análise é particularmente relevante para detectar sinais de *greenwashing*, mesmo sem acesso privilegiado às plataformas ou aos dados internos das empresas.

É importante salientar, contudo, que a análise exclusiva de postagens em mídias sociais não é suficiente para comprovar a ocorrência de *greenwashing*. A identificação segura dessa prática exige o cruzamento entre o conteúdo comunicacional e os relatórios oficiais de ESG das respectivas organizações. Ainda assim, a análise preliminar oferecida pelo MAI pode funcionar como um alerta, orientando investigações mais profundas e oferecendo subsídios para a fiscalização cidadã.

Às vésperas da COP30, a disseminação de discursos sobre sustentabilidade tende a se intensificar, aumentando também o risco de práticas de *greenwashing* — intencionais ou não. Nesse cenário, o MAI emerge como uma ferramenta independente e acessível que pode fortalecer a capacidade da sociedade de avaliar criticamente as mensagens ambientais corporativas e exigir maior transparência e responsabilidade.

O Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) como ferramenta teórica para analisar discursos ESG

A partir da necessidade de instrumentos que auxiliem na identificação crítica de discursos sobre ESG nas redes sociais digitais, propõe-se o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) como uma ferramenta teórica capaz de revelar padrões, estratégias e possíveis desvios entre comunicação e prática organizacional.

O MAI foi desenvolvido a partir de bases interdisciplinares que articulam conceitos da ciência da informação, da comunicação social, da semiótica e da ética informacional. Sua principal função é analisar como os conteúdos sobre ESG são estruturados nas plataformas digitais, compreendendo não apenas a presença dos temas ambientais, sociais e de governança, mas também a forma como esses conteúdos são mediados por recursos comunicacionais (tipos de mídia, emoções expressas, intencionalidades) e como são recebidos pelos públicos (reação dos usuários).

Composto por duas dimensões principais — Informação e Comunicação —, o MAI organiza suas análises em categorias e subcategorias que incluem, por exemplo:

- Identificação dos pilares do ESG abordados;
- Tipo de mídia utilizada (foto, vídeo, áudio, arte gráfica);
- Representação de natureza ou animais;
- Intenção e emoção transmitidas na mensagem;
- Gênero, raça/etnia e popularidade das pessoas retratadas;
- Tipos de engajamento gerado (curtidas, comentários positivos, negativos, neutros, marcações).

Esse conjunto de variáveis permite que o pesquisador, o profissional de comunicação ou mesmo o auditor independente observe, de forma sistemática, se o conteúdo postado promove uma relação coerente entre o discurso e as práticas de ESG. O MAI se destaca por ser aplicável exclusivamente sobre o conteúdo disponível publicamente nas mídias sociais, não exigindo acesso a dados internos das plataformas, o que amplia sua utilidade prática no campo da fiscalização cidadã e da accountability corporativa.

Embora não substitua a necessidade de cruzamento com relatórios de sustentabilidade e auditorias especializadas, o MAI oferece um ponto de partida para identificar possíveis incoerências discursivas e disparidades entre o que é comunicado e o que é efetivamente praticado – um dos principais indícios do *greenwashing*.

Diante da iminência da COP30, onde temas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental ocuparão o centro das atenções globais, o MAI pode se tornar uma ferramenta relevante para subsidiar análises críticas e fortalecer a cultura da transparência e da responsabilidade na comunicação empresarial.

Portanto, considera-se que o MAI, ao articular análise crítica de signos, conteúdos e reações, contribui para o avanço das reflexões teóricas e metodológicas sobre ESG, *greenwashing* e comunicação ética em ambientes digitais, alinhando-se à necessidade urgente de fortalecimento dos instrumentos de escrutínio social no contexto contemporâneo.

Considerações Finais

Neste artigo exploramos a complexa relação entre o discurso ESG e o fenômeno do *greenwashing*, destacando a necessidade de ferramentas críticas para analisar a comunicação corporativa em um cenário de crescente apelo à sustentabilidade. A proximidade da COP30 em Belém intensifica a urgência dessa discussão, pois a visibilidade do evento pode potencializar tanto as práticas genuínas de ESG quanto as narrativas oportunistas.

À luz da semiótica peirceana, o *greenwashing* pode ser compreendido como uma manipulação estratégica da tríade do signo (signo-objeto-interpretante). As empresas que praticam o *greenwashing* criam signos (posts em redes sociais, relatórios, campanhas publicitárias) que se assemelham a um objeto desejado (a prática real de sustentabilidade), mas que, na verdade, se referem a um objeto distinto (uma estratégia de marketing). O resultado é a geração de um interpretante (a percepção do público) que não corresponde à realidade das ações da empresa.

Nesse contexto, o Modelo de Análise Infocomunicacional (MAI) pode ser visto como uma ferramenta que auxilia na desconstrução dessa tríade. Ao analisar sistematicamente os signos utilizados pelas empresas, o MAI permite identificar as inconsistências entre o que é comunicado e o que é (ou não é) praticado. Ele nos ajuda a questionar: A relação icônica - A imagem de uma floresta em uma propaganda de um produto poluente é um ícone que busca se assemelhar à natureza, mas essa semelhança é superficial e enganosa. A relação indexical - A ausência de dados concretos e verificáveis em um relatório de sustentabilidade é um índice da falta de compromisso real da empresa. A presença de comentários negativos de usuários nas redes sociais também pode ser um índice de que algo está errado. A relação simbólica - O uso de palavras como “sustentável”, “verde” e “responsável” é uma convenção social que associa a empresa a valores positivos. No entanto, quando essas palavras são usadas sem o devido respaldo, elas se tornam símbolos vazios, desprovidos de significado real.

Ao aplicar o MAI, é possível identificar esses padrões e, assim, ter uma visão mais crítica e informada sobre a comunicação de ESG. O modelo não oferece uma resposta definitiva sobre a ocorrência de greenwashing, mas fornece um caminho para a investigação e um alerta para a sociedade.

Em suma, a semiótica peirceana nos oferece um arcabouço teórico robusto para entender como os discursos de ESG são construídos e como eles podem ser manipulados. O MAI, por sua vez, nos oferece uma ferramenta prática para aplicar essa teoria à análise da comunicação corporativa. A combinação de ambos pode ser um poderoso aliado na luta por uma comunicação mais ética e transparente, especialmente em um momento tão crucial para o futuro do nosso planeta como a COP30.

Referências

AROURI, M., El Ghouli, S., & Gomes, M. (2021). **Greenwashing and product market competition**. *Finance Research Letters*, 42, 101927.

COUTINHO, L. de M. (2021). **O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável.**

ELKINGTON, J. (1997). **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business.** New Society Publishers. Gadinis, S., & Miazad, A. (2020). Corporate law and social risk. *Vand. L. Rev.*, 73, 1401.

KOTINSKI, L. (2024). **Um modelo de Análise Infocomunicacional para Mídias Sociais Digitais: O Caso Ambiental, Social e Governança.** *Repositório de Teses da Universidade de Aveiro.*

Modelo de análise infocomunicacional para avaliação de postagens sobre meio ambiente, social e governança em redes sociais digitais. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 73-92.

Merco Monitor de Reputação Empresarial (2024). Disponível em: <https://www.merco.info/br/ranking-merco-responsabilidad-gobierno-corporativo>

NAKAGAWA, M. H., & de Moraes, T. H. N. (2023). **Uma experiência de aprendizagem transformadora no ensino de sustentabilidade na graduação.** *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, a1-a1.

NEGRINI, E., Souza, Y. A. de & Botelho, D. R. (2021). **ESG e AGENDA 2030: Análise Comparativa das Informações dos Relatórios de Sustentabilidade, à Luz da Materialidade Financeira e Estrutura Metodológica.** *XV Congresso da Anpcont.* https://anpcont.org.br/wpcontent/uploads/2022/04/290_merged.pdf

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**, compilação em CD ROM. Indiana University. 2000

SPANIOL, M. J., Danilova-Jensen, E., Nielsen, M., Rosdahl, C. G., & Schmidt, C. J. (2024). **Defining greenwashing: A concept analysis.** *Sustainability*, 16(20), 9055.

ZOUEIN, Maurício Elias. **Terra d'água: uma aventura semiótica.** BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1, 2004.

IMIGRAÇÃO INDÍGENA EM RORAIMA: SEMIÓTICA E CIDADANIA COMUNICATIVA DO PROJETO *KA'UBANOKO*

La inmigración indígena en Roraima: Semiotica y ciudadanía comunicativa del proyecto *Ka'Ubanoko*

Vângela Maria Isidoro de Moraes
Maurício Elias Zouein
Ana Lúcia Montel da Silva

Resumo: O presente estudo propõe uma análise da prática comunicativa desenvolvida pela produtora independente Resistir Produções RR, durante a cobertura da ocupação e desocupação do espaço *Ka'Ubanoko*, em Boa Vista, capital de Roraima - Brasil. A ocupação, que abrigava indígenas migrantes venezuelanos das etnias *Warao*, *Eñepa*, *Kariña* e *Pemón*, tornou-se símbolo de resistência cultural diante das políticas de realocação da Operação Acolhida, coordenada pelas Forças Armadas brasileiras. Por meio de uma abordagem semiótica peirceana, investigamos como a comunicação alternativa construiu narrativas audiovisuais que desafiam discursos hegemônicos, promovendo uma memória coletiva que valoriza a diversidade cultural e os desafios enfrentados pelos migrantes indígenas venezuelanos na Amazônia. Embora haja uma variedade de formatos e conteúdos midiáticos, a análise discorrerá **unicamente sobre o documentário “*Ka'Ubanoko*: um local para dormir”**, como forma de examinar os sentidos da cidadania comunicativa emergente no contexto amazônico. Ao refletir sobre essa experiência audiovisual, a pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas de resistência e afirmação cultural dos povos indígenas migrantes, ressaltando a relevância da comunicação no enfrentamento dos desafios regionais e transfronteiriços contemporâneos.

Palavras-Chave: Imigração indígena; Semiótica; Cidadania comunicativa; *Ka'Ubanoko*.

Resumen: Este estudio analiza las prácticas comunicativas desarrolladas por la productora independiente Resistir Produções RR durante su cobertura de la ocupación y desalojo del espacio *Ka'Ubanoko* en Boa Vista, capital de Roraima, Brasil. La ocupación, que albergó a migrantes indígenas venezolanos de las etnias *Warao*, *Eñepa*, *Kariña* y *Pemón*, se convirtió en un símbolo de resistencia cultural a las políticas de reubicación de la Operación Acolhida, coordinada por las Fuerzas Armadas brasileñas. A través de un enfoque semiótico peirceano, investigamos cómo la comunicación alternativa ha construido narrativas audiovisuales que desafían los discursos hegemónicos, promoviendo una memoria colectiva que valora la diversidad cultural y los desafíos que enfrentan los inmigrantes indígenas venezolanos en la Amazonía. Si bien existe una variedad de formatos y contenidos mediáticos disponibles, este análisis se centrará exclusivamente en el documental "*Ka'Ubanoko: Un Lugar para Dormir*", como una forma de examinar los significados de la ciudadanía comunicativa emergente en el contexto amazónico. Al reflexionar sobre esta experiencia audiovisual, la investigación contribuye a la comprensión de las dinámicas de resistencia y afirmación cultural de los pueblos indígenas migrantes, destacando la relevancia de la comunicación para enfrentar los desafíos regionales y transfronterizos contemporáneos.

Palabras clave: Inmigración indígena; Semiótica; Ciudadanía comunicativa; *Ka'Ubanoko*.

Introdução

Embora receba migrantes de diversas nacionalidades, a imigração de venezuelanos para o Brasil constitui-se, na atualidade, o processo mais expressivo no país. Há uma década, o deslocamento humano forçado pela complexa conjuntura política e econômica da Venezuela (diante do sistema mundo) foi sinalizado, em seu início, pela presença de pequenos grupos de indígenas da etnia Warao nas vias principais de Boa Vista, capital de Roraima, estado que é a principal porta de acesso dessa mobilidade transfronteiriça.

Além da vanguarda desse processo, as diferentes etnias indígenas da Venezuela têm se constituído um dos mais marcantes sentidos da diversidade cultural em contexto amazônico na contemporaneidade. Diante disso, neste estudo, demonstramos uma forma específica dessa presença intercultural dos migrantes indígenas venezuelanos, pela ótica da comunicação alternativa e popular, a partir da experiência comunitária conhecida como *Ka'Ubanoko*. Na língua Warao, *Ka'Ubanoko* significa “meu espaço para dormir”; essa expressão denominou uma organização comunitária e comunicacional, nos termos de uma ocupação espontânea envolvendo cerca de 900 pessoas, no prédio abandonado do antigo Clube do Trabalhador, no bairro Jockey Clube, zona oeste de Boa Vista.

O objetivo é investigar como signos e práticas comunicacionais elaboradas pela Resistir Produção Roraima (coletivo independente e crítico na criação de conteúdo para web) contribuíram para a construção de uma memória da ocupação *Ka'Ubanoko*, suas lutas e afirmação cultural, considerando os desafios enfrentados pelos indígenas migrantes venezuelanos na Amazônia. Portanto, para analisar como essa prática comunicativa auxiliou nesse processo, nos deteremos sobre um tipo específico de conteúdo audiovisual, o documentário “*Ka'Ubanoko: um local para dormir*”.

A relevância dessa iniciativa se vincula a, pelo menos, três dimensões: ao reforçar a representatividade de um segmento migratório negligenciado, composto por diferentes povos indígenas da Venezuela; ao promover uma reflexão sobre a diversidade cultural

amazônica; e ao analisar os signos, por meio de práticas de comunicação alternativas, como instâncias colaboradoras de resistência e afirmação cultural de segmentos sociais vulnerabilizados.

A experiência Ka'Ubanoko na fronteira Amazônica

Ka'Ubanoko aciona o sentido urgente da dignidade e do direito à moradia. “Meu lugar para dormir” infere a necessidade de repouso, demanda que se avoluma na exceção, quando a casa/comunidade e seu próprio país ficaram para trás; quando as condições nas ruas da cidade ou nos abrigos institucionalizados, com regras de negligenciamento cultural, não acolhem o modo de viver dos povos indígenas migrantes da Venezuela.

A comunidade autogerida *Ka'Ubanoko* foi formada em 2019 e, como dito, a partir de uma ocupação pacífica de um antigo prédio abandonado na periferia de Boa Vista. Cerca de 170 famílias de migrantes venezuelanos, em sua maioria indígenas das etnias *Warao*, *Eñepa*, *Kariña* e *Pemon*, além de não indígenas (também chamados de *criollos*⁹⁹), deram territorialidade ao que “[...] rapidamente configurou-se como um espaço pluricultural devido à diversidade de línguas e culturas indígenas” (Briceño; Repetto; Oliveira, 2024, p. 13605).

De acordo com Castro (2021), a ocupação *Ka'Ubanoko* exemplifica uma iniciativa criada diretamente pelos próprios migrantes, tanto *criollos* quanto indígenas, como estratégia de tornar a vida mais digna em solo brasileiro, estabelecendo novas territorialidades e modos de resistência cultural. Sobre esse local de convivência comunitária e com organização própria, Castro detalha o que observou em sua pesquisa de campo realizada em 2020:

As residências se dispõem como uma vila. Já eram oitenta casas numeradas, mas a contagem precisava ser reorganizada porque novos barracos foram se formando. Essas casas são construídas com materiais,

⁹⁹ Termo usado originalmente para descrever pessoas de ascendência espanhola, mas que passou a englobar também pessoas de outras origens nascidas na América, incluindo descendentes de africanos escravizados. Ou seja, a expressão, na Venezuela, está no centro da discussão sobre identidade nacional mestiça.

sobretudo a madeira, encontradas na rua ou reutilizada de construções passadas. Poucas famílias moram em estruturas de tijolo [...] Os/as moradores/as se empenham em deixar os barracos com a aparência de um lar por dentro e fora. As casas são pintadas, tem jardim, vasos improvisados de garrafas pets, varanda etc (Castro, 2021, p. 174).

Todavia, esses vínculos comunitários são continuamente desarticulados nos processos migratórios. Conforme argumentam Zanforlin; Lyra; Tavares (2025), a pressão social por conter a presença crescente de venezuelanos em Boa Vista levou à criação de abrigos. Do mesmo modo, a ocupação de terrenos e edifícios abandonados motivou novas tentativas de controle sobre esses espaços.

Apesar dos esforços da comunidade para manter o espaço, em janeiro de 2021, conforme reportagem da Resistir Produções RR, publicada na Agência Amazônia Real¹⁰⁰, as Forças Armadas desalojaram os moradores da comunidade **Ka'Ubanoko**, oferecendo como opção os abrigos superlotados da Operação Acolhida. A ação se deu no contexto de grande circulação do coronavírus. "A medida se executou sem amparo jurisdicional e em contravenção ao direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), reconhecido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais que é lei no país" (Briceño; Repetto; Oliveira, 2024, p. 13605).

Após o despejo, parte dos ex-moradores buscou alternativas para reconstruir suas vidas. Algumas famílias se estabeleceram no município de Cantá, a 30 km de Boa Vista, onde, com apoio de organizações como a Cáritas e o Conselho Indígena de Roraima, adquiriram um terreno e instalaram infraestrutura básica, como reservatórios de água e banheiros. Outras famílias, lideradas por mulheres, organizaram-se no loteamento João de Barro, periferia de

¹⁰⁰ Forças Armadas desalojam indígenas venezuelanos de comunidade **Ka'Ubanoko**. Amazônia Real (2021). Disponível em <https://amazoniareal.com.br/forças-armadas-desalojam-indigenas-venezuelanos-de-comunidade-kaubanoko/> Acesso em 30 jun de 2025.

Boa Vista, adquirindo terrenos e construindo moradias com recursos próprios e materiais recicláveis.

Resistir Produções RR e a cidadania comunicativa

A história do coletivo Resistir Produções RR é mais um processo nascido no interior da crise sanitária mundial, a pandemia da Covid-19. A ideia de criação de uma agência amazônica independente de comunicação popular e produção cultural se concretizou no dia 18 de abril de 2020 na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Seus fundadores, Ana Lúcia Montel, Caique Pinho, Eduardo Fredi e Samanta Rufino, todos do curso de Jornalismo, foram motivados pela possibilidade de promover uma comunicação popular capaz de movimentar estruturas e contribuir com a população historicamente silenciada pela mídia tradicional e hegemônica.

Os princípios da formação do coletivo, de acordo com a cofundadora Ana Lúcia Montel da Silva (2025)¹⁰¹, orientam desde aquele início um conjunto de atividades protagonizadas por jovens comunicadores que acreditam na valorização da cultura amazônica e nos processos de democratização da comunicação.

A atuação da Resistir Produções RR prioriza pautas voltadas a grupos sociais historicamente vulnerabilizados, situados às bordas da sociedade, a exemplo de povos indígenas, ribeirinhos, mulheres, comunidade LGBTQ+, negros e migrantes. Uma das primeiras iniciativas do coletivo foi o lançamento da campanha solidária #IsolaPerifaRR, em abril de 2020, projetada para arrecadar recursos e itens destinados à compra de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade na periferia de Boa Vista. A iniciativa surgia diante da constatação de que os bairros periféricos haviam sido esquecidos no contexto da pandemia, e tinha o objetivo de fortalecer redes de apoio comunitário.

Ao longo desses cinco anos de trajetória da Resistir Produções RR, as práticas comunicativas têm mobilizado vivência empírica e fundamentos teóricos. Uma dessas ideias centrais vem da

¹⁰¹ Ana Lúcia Montela da Silva é uma das autoras deste capítulo. Entrevista realizada em 7 de julho de 2025. Boa Vista, Roraima.

articulação entre duas potentes expressões designada pela chave da cidadania comunicativa. O conceito refere-se ao reconhecimento e o exercício do direito à comunicação como parte fundamental da cidadania plena (Mata, 2009). Com base neste estudo, recordamos que a reflexão sobre a comunicação se dá num contexto de organização social (ocupação) em que a comunicação e suas práticas assumem um viés crítico e político, diante de um processo de marginalização e exclusão dos migrantes indígenas venezuelanos. Dessa forma, compreendemos a cidadania comunicativa “[...] como el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho” (Mata, 2006, p. 13).

Centrada sob o pilar da comunicação popular e alternativa, nos termos apresentados por Peruzzo (1998, p. 125), a Resistir Produções RR acompanha realidades que demandam um processo complexo de “conscientização, mobilização, informação e manifestação cultural do povo”. A forma dessa inserção vem da criação de conteúdos para web, através de fotografia, audiovisual e escrita criativa, além de serviços de produção de eventos e assessoria para projetos culturais.

Para tanto, a produtora mantém páginas e contas nas redes sociais *Instagram*, *Facebook*, *X* e *YouTube*. De modo geral, os conteúdos prioritariamente tratam desde as condições de precariedade de grupos sociais no contexto de pandemia a protestos contra a política de desassistência e desvalorização das populações mais vulnerabilizadas na gestão do então governo de Jair Bolsonaro. Com essa postura de contradiscurso diante do silenciamento institucional, a Resistir Produções Roraima enfatiza pautas sobre as demandas e lutas dos povos indígenas do Brasil, a exemplo da cobertura do Acampamento Terra Livre, bem como projeções contra o Marco Temporal e denúncias contra o garimpo. Sua atuação se volta à cobertura midiática dos movimentos sociais de Roraima, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, de modo especialmente observado neste estudo, sobre as situações enfrentadas

pelos migrantes venezuelanos na capital roraimense, por meio de uma das coberturas mais significativas, a do acampamento *Ka'Ubanoko*.

Uma forma de olhar para o exercício deste direito da comunicação e para a inserção das lutas dos moradores de *Ka'Ubanoko* na esfera pública é por meio da produção do documentário "*Ka'Ubanoko: um local para dormir*", que passaremos a tratar na próxima seção. A Resistir Produções RR, além de cobrir esse processo de ocupação e desocupação da experiência comunitária de indígenas de diferentes etnias da Venezuela no Brasil, também foi uma ponte para oferecer visibilidade e mediação (Martín-Barbero, 2004) junto a segmentos locais da imprensa, como os webjornais Folhabv e G1 RR, além de outras agências independentes regionais e nacionais, como Amazônia Real e o coletivo Mídia Ninja.

O território comunicante do documentário "*Ka'Ubanoko: um local para dormir*"

O curta-documentário "*Ka'Ubanoko: um local para dormir*" tem direção e produção da Resistir Produções RR, e contou com o apoio da Lei Aldir Blanc, por meio da Secretaria Estadual de Cultura. A estreia ocorreu em 20 de dezembro de 2021 e sua circulação vem ocorrendo, desde então, pelo canal YouTube, com acesso pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=--DYZtN8iZc>.

Segundo Ana Lúcia Montel da Silva (2025), a ideia da produção da película surgiu pela aproximação de princípios que unem o papel da comunicação alternativa com a vivência entre os comunicadores da Resistir Produções RR e as lideranças e moradores da ocupação, especialmente pelo acompanhamento diário do período em que ocorreu a desocupação do espaço comunitário. Apesar dessa relação ter se dado com os dois grandes grupos que constituíram a ocupação *Ka'Ubanoko* (indígenas e não-indígenas, os criollos), o foco do documentário se voltou para os sujeitos indígenas e migrantes, das etnias *Warao*, *Pemon*, *Kariña* e *Eñepa*.

O documentário - **que tem duração de 14'25''** - possui até a data de 08 de julho de 2025, o total de 287 visualizações. A descrição

(sinopse,) elaborada pela produtora e que contextualiza o conteúdo do documentário no *You Tube*, diz o seguinte:

A imigração venezuelana apresenta múltiplas exigências as famílias e pessoas. Onde dormir? É uma das principais perguntas a serem respondidas, desta forma as iniciativas formulam-se em processos comunitários, iguais ao construído em Ka'Ubanoko. O espaço ocupado por imigrantes indígenas e não indígenas pretence ao Governo do Estado, onde funcionou até 2007 o Clube do Trabalhador, posteriormente o local foi abandonado. No final de 2019, indígenas Warao, Pemon, Karina e Enepa ocuparam ao lado de outros venezuelanos o local construindo uma comunidade solidária, baseada na autodeterminação e respeito aos costumes e culturas. O documentário mostra um pouco de Ka'Ubanoko e da RESISTÊNCIA diante da ordem de desocupação concretizada em janeiro de 2021. O documentário fomentado pela lei Aldir Blanc foi contemplado no edital publicado pelo Governo de Roraima, por meio da Secult/RR.

Na produção deste conhecimento audiovisual sobre *Ka'Ubanoko*, o formato do documentário se baseia em características etnográficas, com observação participante e a imersão dos comunicadores na ocupação. Outro traço importante da construção visual dessa experiência é o seu valor documental, por meio do registro da auto-organização, dos modos de cultura e da resistência dos seus **moradores**. “O documentário, portanto, se situa no plano da linguagem, de seu agenciamento e de sua reflexão produtiva e consciente sobre o mundo” (Gonçalves, 2019, p. 552).

Ao adotarmos uma abordagem observacional de “*Ka'Ubanoko*: um local para dormir”, destacamos três dimensões centrais: as escolhas estruturais, a participação no processo de construção dos personagens e suas narrativas, bem como a composição das principais cenas.

Do ponto de vista estrutural, o curta é dividido em duas partes interdependentes. A primeira, intitulada “Comunidade”, retrata o processo de busca e a transformação de um espaço abandonado em um lar. Ou seja, a narrativa volta-se para o processo de ocupação. Já a segunda, nomeada “A angústia volta a ser realidade”, aborda as

tentativas de negociação entre a comunidade e agentes externos da Operação Acolhida, os esforços de resistência dos moradores e, por fim, a desocupação involuntária.

Quanto aos personagens, evidencia-se, de início, a centralidade de suas narrativas como fio condutor do documentário, articuladas a partir do protagonismo de homens e mulheres indígenas, moradores da comunidade *Ka'Ubanoko*. Seus relatos e partilhas sobre os modos diferenciados de existir na comunidade demonstram que esses sujeitos construíram ativamente os testemunhos, assumindo o lugar de narradores de si mesmos e reafirmando, por meio da oralidade e da imagem, suas memórias, experiências de luta e formas de resistência.

Seis indígenas compartilham diretamente suas visões sobre a experiência na comunidade *Ka'Ubanoko*: Baudilio Centeno abre concreta e simbolicamente o portal de *Ka'Ubanoko* para destacar em sua narrativa os sentidos da transformação positiva do espaço - “Essa área toda não era assim, era abandonada. Nós descobrimos esse espaço, e buscamos a melhoria para nossas crianças e famílias”; Angelina Moraleda de Torres enfatiza a diversidade cultural que a comunidade representa pela convivência com povos de diferentes etnias, tradições e costumes - “Não estamos perdendo tempo aqui porque estamos convivendo como irmãos”; Deirys Ramos reforça a ideia de coletividade e seu princípio organizador da vida entre indígenas e criollos - “Temos várias coordenações, várias pessoas que exercem distintos trabalhos”; Andres Rondon expressa o sentido da segurança física e emocional, a dignidade do descanso e a busca de projetos de vida - “Um lugar onde se está seguro, onde podemos dormir, estar com nossa família [...] e onde podemos buscar trabalho”; Nancy Martinez denuncia a vulnerabilidade e o abandono de quem vive nas ruas - “Aqui nós temos um teto, não estamos na rua. Muitos indígenas estavam nas ruas e para as crianças era muito ruim”; e Fidel Torres Sanchez reivindica *Ka'Ubanoko* como território de existência e pertencimento, ao mesmo tempo em que denuncia os riscos de uma desocupação do espaço num contexto de pandemia, com abrigos lotados - “aqui é nossa casa, nosso lugar [...] se a gente ficar de fora, tem muitas crianças, tem muitos idosos, mulheres grávidas, crianças

enfermas [...] então, se o governo e os responsáveis deste estado querem nos tirar daqui, isso significa que querem acabar conosco”;

Uma outra liderança indígena Warao, Leany Torres, teve sua fala registrada no documentário, durante a realização da assembleia geral convocada pelos indígenas em setembro de 2020. A assembleia tratou da apresentação para os representantes da Operação Acolhida de uma proposta baseada em uma consulta livre, prévia e informada dos indígenas sobre a ocupação *Ka'Ubanoko*. Da mesma forma, o documentário traz a inserção de dois momentos em que militares da Operação Acolhida apresentam os abrigos institucionais como única alternativa diante da ameaça de desocupação de *Ka'Ubanoko* e uma fala breve na assembleia em que um militar diz que será apreciada o resultado da consulta livre, prévia e informada realizada pelos indígenas. Essa apreciação não ocorreu.

Quanto à sistematização das cenas do documentário, de modo geral, do ponto de vista técnico e crítico, destacamos: a sequência de cenas que possibilitaram a criação de um enredo coletivo, sem a participação de um narrador externo; o ritmo alternado entre canções tradicionais indígenas, falas, pausas silenciosas e imagens do cotidiano da comunidade *Ka'Ubanoko*, como cenas de redes estendidas, atividades na cozinha coletiva, crianças brincando, roupas no varal, ações de limpeza do ambiente; o espelhamento da resistência simbólica em cenas como a que identifica o lugar pelo nome *Ka'Ubanoko* e o peso de seu significado, as imagens que capturam as regras de convivência, a organização interna e as decisões em cenários coletivos.

Análise semiótica peirceana

É na Semiótica que se encontra a constituição do caráter de ser do signo como representação de um objeto à mente. Peirce (2000) postula que o objeto emite uma procuração ao Signo para representá-lo, sem importar se esse objeto é real, imaginário, sonhado ou fruto de delírios.

O signo peirceano é estabelecido pelo seu objeto, ou seja, o objeto ao ceder procuração ao signo para que este possa representá-lo, denota a infinitude de signos que existem no universo. O signo pode ser o espetar do dedo no espinho de uma rosa ou a tese sobre o surgimento de uma nova espécie de rosa, incluindo o ser humano a que escreveu.

O terceiro princípio cujas consequências temos de deduzir é que seja o que for que pensemos, temos presente à consciência ou sensação, imagem, concepção ou representação – servindo de signo. Mas segue-se da nossa própria existência (provada pela ocorrência de erro e ignorância) que tudo aquilo que nos é presente constitui manifestação fenomenal de nossa pessoa. O que não impede que o fenômeno seja independente de nós, como um arco íris é ao mesmo tempo uma manifestação do sol e da chuva. Quando, então pensamos (...) surgimos como signo. Ora, um signo possui três referências: primeiro, é um signo para algum pensamento que o interpreta; segundo, é signo para algum objeto que se lhe equivale nesse pensamento; terceiro, é signo sob algum aspecto ou qualidade que o liga ao seu objeto. (Peirce, CP. 283)

O vídeo *“Ka’Ubanoko”* se destaca por trazer narrativas audiovisuais que desafiam discursos dominantes e trazem à tona a memória coletiva sobre os desafios enfrentados pelos migrantes indígenas venezuelanos na Amazônia. No vídeo, os signos icônicos são aqueles que têm semelhança com o que representam, i.e., eles são essenciais para transmitir a realidade visual e emocional que os migrantes vivem.

As imagens que mostram a fronteira entre a Venezuela e o Brasil, com a movimentação de pessoas e a presença de estruturas de controle, tornam-se ícones da transição física e da barreira que os migrantes enfrentam. Elas ilustram o ato de cruzar e a separação de um lugar para outro. Por sua vez as cenas do acampamento, com suas redes, barracas improvisadas e utensílios, mostram a precariedade da moradia e a adaptação cultural, além da resiliência em condições adversas. A simplicidade e a improvisação das estruturas refletem diretamente a falta de recursos e a necessidade de fazer um lar em um espaço desconhecido. Em relação aos rostos e expressões; os closes nos rostos dos migrantes, com expressões de cansaço, esperança,

incerteza ou dignidade, são ícones dos estados emocionais e da experiência humana por trás de números e estatísticas. O olhar de uma criança, o sorriso de um idoso e a seriedade de um adulto tudo isso comunica a complexidade de suas vivências. A presença de vestimentas tradicionais, artesanato e instrumentos musicais são ícones da identidade cultural dos Warao, simbolizando a manutenção de suas tradições e a diversidade cultural que eles trazem consigo.

Os signos indexicais criam uma conexão existencial ou de causa e efeito com o que representam, apontando para algo presente ou que já aconteceu. O estado inicial do local, o abandono e a degradação do terreno antes da chegada dos migrantes indicam a necessidade que os levou a se estabelecer ali. A condição do local, também, revela a falta de alternativas e a urgência de um abrigo. A aparição de militares, policiais ou representantes de órgãos governamentais indica a intervenção do Estado e a burocracia que os migrantes enfrentam, mostrando a relação de poder e controle sobre suas vidas. O canto e a dança dos indígenas são índices diretos de identidade e resistência cultural. Essa expressão artística evidencia a vitalidade de suas tradições e a capacidade de manter a cultura viva mesmo diante do deslocamento. As cenas da demolição do acampamento, com a destruição das estruturas e a remoção dos pertences, são um forte índice da precariedade da situação e da falta de segurança e direitos. Essa destruição é um reflexo direto da ação de desocupação e suas consequências devastadoras para os migrantes. O fluxo contínuo de pessoas chegando e partindo, levando seus poucos pertences, é um índice do deslocamento e da busca por condições de vida melhores. Essa movimentação destaca a dinâmica da migração e a incerteza do futuro.

Os signos simbólicos possuem uma relação arbitrária com o que representam e dependem de convenções sociais. Seu significado é construído culturalmente. As bandeiras do Brasil e da Venezuela, além dos logotipos de organizações como a Operação Acolhida e a UNICEF, simbolizam as estruturas de poder, as políticas migratórias e a assistência humanitária. Elas representam as instituições que moldam a experiência dos migrantes. A palavra “Ka'Ubanoko”, que significa “um

lugar para dormir” na língua Warao, é um símbolo potente da busca por dignidade, abrigo e pertencimento. O nome do acampamento vai além de sua função literal e se torna um símbolo da luta por um espaço seguro e humano. Os textos que aparecem no vídeo, como “A angústia volta a ser uma realidade” ou “A imigração venezuelana apresenta múltiplas exigências”, funcionam como símbolos que guiam a interpretação do espectador. A narração, com seu tom e escolha de palavras, também simboliza e reforça a mensagem desafiadora aos discursos dominantes. A música do vídeo, especialmente se incluir elementos da cultura indígena ou um tom melancólico/esperançoso, atua como um símbolo que evoca emoções e contextualiza a narrativa. A trilha sonora pode simbolizar a resiliência, a dor, a esperança ou a resistência dos migrantes. O vídeo, ao focar na perspectiva dos migrantes e suas formas de organização e manutenção cultural, simboliza a resistência contra a marginalização e a invisibilidade. A própria produção do vídeo, feita por “Resistir Produções”, já traz um simbolismo de engajamento e contranarrativa.

Considerações Finais

A análise semiótica do vídeo “*Ka’Ubanoko*: Um local para dormir” revela como a interação entre signos icônicos, indexicais e simbólicos constrói uma narrativa audiovisual poderosa e multifacetada. A abordagem peirceana permitiu desvendar as camadas de significado que desafiam os discursos hegemônicos sobre a migração, que muitas vezes reduzem os migrantes a números ou a um problema social.

O vídeo transcende a mera documentação da precariedade. Ao apresentar os ícones da vida no acampamento – os rostos, os abrigos, os rituais – ele humaniza a experiência, permitindo que o espectador se conecte com a realidade dos migrantes em um nível mais profundo e empático. A narrativa visual mostra a pobreza e, também, a dignidade e a resiliência.

Os índices, por sua vez, estabeleceram as conexões de causa e efeito que politizam a narrativa. A demolição do acampamento além de ser uma imagem triste; é um índice da ação do Estado e da vulnerabilidade dos migrantes. A presença de autoridades e a

condição do terreno antes da ocupação são índices que apontam para a complexa teia de relações de poder e de necessidade que define a experiência migratória.

Finalmente, os símbolos conferem um significado mais amplo e universal à narrativa. O nome *“Ka’Ubanoko”* torna-se um símbolo da busca universal por um lar e por dignidade. As bandeiras, os logotipos e os textos na tela inserem a história local em um contexto global de políticas migratórias, direitos humanos e resistência cultural. A própria produção do vídeo, sob o selo *“Resistir Produções”*, atua como um símbolo de contranarrativa, de uma tentativa de dar voz àqueles que são frequentemente silenciados.

Em suma, o vídeo *“Ka’Ubanoko: Um local para dormir”* é exemplo de como a comunicação alternativa pode utilizar a linguagem audiovisual para construir narrativas que não apenas informam, mas também formam. Ele promove uma memória coletiva que valoriza a diversidade cultural e os desafios enfrentados pelos migrantes indígenas venezuelanos na Amazônia, incentivando uma reflexão crítica sobre a responsabilidade social e política diante da crise migratória. A análise semiótica demonstra que cada imagem, cada som e cada palavra no vídeo são cuidadosamente escolhidos para construir uma mensagem complexa e profundamente humana, que ressoa muito além das fronteiras da Amazônia.

Referências

BRICEÑO, Marielys; REPETTO, Maxim; DE OLIVEIRA, Márcia. Mobilização social dos indígenas de Ka Ubanoko contra a realocação nos abrigos da Operação Acolhida. **Aracê**, v. 6, n. 4, p. 13604 13626, 2024.

CASTRO, Mariana. Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko. **Périplos: Revista de Estudios sobre Migraciones**, v. 5, n. 1, p. 157-180, 2021.

GONÇALVES, Marco Antonio. O sorriso de Nanook e o cinema documental e etnográfico de Robert Flaherty. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 543-575, maio-ago. 2019.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – estudos midiáticos**. VIII(1): 5-15, janeiro/abril 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Oficio de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MONJE et al. Ciudadanía Comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA FERNANDEZ, A.; MALDONADO, E. (orgs). **Metodologías transformadoras**: tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía y integración en America Latina. Caracas, Fondo Editorial CEPAP: UNESR, 2009.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**, compilação em CD ROM. Indiana University. 2000

PERUZZO, Maria Cicilia K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 1998.

ZANFORLIN, Sofia; LYRA, Júlia; TAVARES, Raíra. Experiência venezuelana em Roraima: da agência comunitária em Ka Ubanoko ao confinamento da operação acolhida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 33, 2025.

CORRESPONDENTES AMAZÔNICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID- 19 NO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DE TELEJORNAIS DA REDE AMAZÔNICA E DA TV GLOBO INTRODUÇÃO

Corresponsales amazónicos durante la pandemia de la Covid-19 en el Amazonas: un análisis de los noticieros de Rede Amazônica y TV Globo

Luciano Rodrigues
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho
Maurício Elias Zouein

Resumo: O presente texto analisa a cobertura jornalística feita a partir da contribuição dos chamados correspondentes amazônicos, profissionais responsáveis pela disseminação de informações nos mais diversos veículos de comunicação pela Amazônia. O foco no relato a seguir é a contribuição desses agentes de comunicação na região amazônica por meio do telejornalismo, em especial no estado do Amazonas, de forma a avaliar as narrativas jornalísticas locais e de rede nacional durante a pandemia da Covid-19 em janeiro de 2021. De modo a afunilar a pesquisa, o recorte estabelecido foi da análise do telejornal nacional Jornal Nacional e dos telejornais locais JAM1 (Jornal do Amazonas 1ª Edição) e JAM2 (Jornal do Amazonas 2ª Edição), nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021, datas referentes ao agravamento da crise de falta de oxigênio nas unidades de saúde em Manaus.

Palavras-chave: Correspondentes amazônicos, cobertura jornalística, pandemia de Covid-19.

Resumen: El presente texto analiza la cobertura periodística realizada a partir de la contribución de los denominados corresponsales amazónicos, profesionales responsables de la difusión de información en los diversos

medios de comunicación de la Amazonia. El enfoque del análisis se centra en la contribución de estos agentes de comunicación en la región amazónica a través del teleperiodismo, en particular en el estado de Amazonas, con el propósito de evaluar las narrativas periodísticas locales y de la red nacional durante la pandemia de la Covid-19 en enero de 2021. Para delimitar la investigación, se estableció como recorte el análisis del noticiero nacional Jornal Nacional y de los noticieros locales JAM1 (Jornal do Amazonas – 1ª Edição) y JAM2 (Jornal do Amazonas – 2ª Edição), en las fechas del 14 y 15 de enero de 2021, correspondientes al agravamiento de la crisis de falta de oxígeno en las unidades de salud de Manaus.

Palabras clave: corresponsales amazónicos, cobertura periodística, pandemia de la Covid-19.

O presente texto analisa a cobertura jornalística feita a partir da contribuição dos chamados correspondentes amazônicos, profissionais responsáveis pela disseminação de informações nos mais diversos veículos de comunicação pela Amazônia. O foco no relato a seguir é a contribuição desses agentes de comunicação na região amazônica por meio do telejornalismo, em especial no estado do Amazonas, de forma a avaliar as narrativas jornalísticas locais e de rede nacional durante a pandemia da Covid-19 em janeiro de 2021. De modo a afunilar a pesquisa, o recorte estabelecido foi da análise do telejornal nacional *Jornal Nacional* e dos telejornais locais JAM1 (*Jornal do Amazonas 1ª Edição*) e JAM2 (*Jornal do Amazonas 2ª Edição*), nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021, datas referentes ao agravamento da crise de falta de oxigênio nas unidades de saúde em Manaus. Além de autor desta pesquisa divido a experiência de ter atuado como repórter na cobertura nacional ao longo da crise da pandemia no estado do Amazonas, onde a Covid-19 matou, em janeiro de 2021, 2.522 pessoas (A Seis, 2021). O sistema de saúde, público e particular, colapsaram com a falta de leitos e de oxigênio. É nesse contexto de caos que é avaliado o trabalho dos correspondentes amazônicos e de como a presença deles permitiu dar amplitude aos efeitos da pandemia no Amazonas. Os correspondentes amazônicos em questão representam a capacidade do jornalismo na região amazônica de se comunicar com uma linguagem própria e de autoconhecimento. Na metodologia de estudo, a análise faz uso da pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005) para se aprofundar em conceitos-chaves da pesquisa e da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2018) para análise das edições selecionadas. O trabalho, além de contextualizar os correspondentes amazônicos, aborda também a pandemia da Covid-19 no Amazonas, sob a ótica das populações do Sul (Santos, 2020), assim como também detalha os procedimentos metodológicos e os resultados da análise.

Os correspondentes e o jornalismo

Pouco se fala sobre a atuação dos correspondentes amazônicos, não existem tantos estudos. Conceituá-los, portanto,

carece de fundamentos anteriores. Diante disso, o trabalho em questão guarda o seu ineditismo e a sua importância, de tratar num país, como o Brasil, de dimensões continentais, a presença destes profissionais atuantes nos mais distantes rincões, onde nem sempre é presente a cobertura da grande mídia. Falar sobre os correspondentes amazônicos é tratar sobre o jornalismo local, feito por locais com abrangência regional, podendo ainda contribuir para coberturas nacionais e internacionais. Os desafios de conceituar o que são e como trabalham esses profissionais permite iniciar esta análise tendo como fio condutor um comunicador já conhecido do público, presente nas coberturas internacionais e nas grandes redações: o correspondente internacional. A referência para analisar o ofício do correspondente foi a obra *Correspondentes – Bastidores, histórias e aventuras de jornalistas brasileiros pelo mundo* (Correspondentes, 2018), produzido pelo Projeto Memória do Grupo Globo. O texto reúne mais de 100 relatos de quem trabalhou fora do Brasil para trazer informações de outras regiões do planeta. É importante destacar que o investimento na cobertura internacional se intensificou com o aumento da censura prévia à imprensa brasileira na Ditadura Militar. Estar fora do país para a cobertura internacional dava mais voz e liberdade aos profissionais de imprensa. Os correspondentes internacionais são quase sempre, a primeira representação do trabalho de correspondência jornalística. Mas ao adentrar no universo jornalístico é possível identificar as várias camadas da correspondência, em seus diferentes níveis e critérios. Dentro do próprio território nacional, a figura do correspondente existe numa diferente configuração. Nas décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990, a Rede Globo de televisão enviou repórteres, a maioria das emissoras da Globo Rio e Globo São Paulo, para cobrirem assuntos de relevância nacional em outras regiões do país, de Norte a Sul. Essa prática mudou, num processo iniciado nos anos 2000. A nova realidade das coberturas nacionais abriu espaço para os repórteres locais participarem mais dos noticiários de rede nacional, conquistando um espaço antes demarcado unicamente por jornalistas das emissoras próprias da TV Globo. Contudo, Temer (2019) retrata que a produção local somente conquistava espaço nacional em acontecimentos como tragédias, acidentes e dramas de grande impacto. Como detalha Temer (2019), as equipes locais em alguns momentos eram substituídas

por repórteres nacionais enviados pela central de jornalismo de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Em alguns casos, com a impossibilidade da presença de um correspondente, as afiliadas encaminhavam imagens e o profissional da Globo concluía a reportagem para exibição nacional, mesmo que não estivesse no local do fato. Na Rede Amazônica em Manaus, Batista (2021) relata que em 1995 foi criado um núcleo que se dedicaria a atender as demandas nacionais, uma equipe formada por repórter cinematográfico local, auxiliar técnico e o repórter indicado pela TV Globo. Na época, o repórter Marcos Losekan foi designado pela TV Globo para atuar na cobertura das principais notícias da Amazônia, dentro da área de abrangência da Rede Amazônica, nos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Amazonas (Batista, 2012). Em 1999, a jornalista Daniela Assayag, do próprio grupo Rede Amazônica passou a produzir especificamente reportagens nacionais, incluindo, participações no Jornal Nacional, o principal da TV Globo, dividindo a função com os jornalistas Flávio Fachel (1998 a 2000) e depois com Idenilson Perin. Perin permaneceu como correspondente nacional na Amazônia entre 2001 e 2002, quando Daniela Assayag passou então a assumir a função de correspondente na região. William Bonner (2009), editor-chefe do Jornal Nacional, destaca no livro *Jornal Nacional: Modo de Fazer* que a filosofia do sistema de emissoras afiliadas faz com que os assuntos sejam tratados por repórteres da região onde os fatos se dão. Bonner afirma que o jornalista local conhece as peculiaridades geográficas, econômicas, culturais e que esse rosto local promove a valorização do jornalismo da Globo por meio de suas afiliadas (Bonner, 2009).

Correspondentes amazônicos

Antes da mudança no perfil dos correspondentes atuantes na Rede Amazônica, a emissora precisou investir num satélite próprio que permitisse a geração de conteúdo entre as TVs do grupo Rede Amazônica, assim como o envio de reportagens para as emissoras da Rede Globo no Rio de Janeiro e em São Paulo (Batista, 2012).

O avanço das tecnologias e da instalação de retransmissoras do sinal nos municípios não garantiram por si só que o interior do estado fosse mais visto no noticiário (Batista, 2012). Os fatos do interior apenas eram divulgados quando alguém passava as informações por telefone. Faltava, assim, o elemento humano, a equipe jornalística no local. Por conta dessa necessidade foram surgindo os primeiros correspondentes do interior do Amazonas (Batista, 2012). Os primeiros correspondentes do interior na Rede Amazônica não eram jornalistas, e sim, pessoas que se destacavam nas suas comunidades, comunicativas, com acesso ao poder público e a outros representantes da imprensa. Por questões logísticas e principalmente financeiras, não era possível ter um correspondente em todos os municípios do Amazonas, a geografia pesou na decisão estratégica de escolher quais localidades teriam um correspondente. Entre os primeiros nomes estavam Walter Filho, de Manicoré, Welner Campelo, em Tefé, Emanuel Cardoso, em Parintins e Mário Oliveira, em Itacoatiara (Batista, 2012). Com a implantação a partir de 2004 do sistema FTP (File Transfer Protocol ou Protocolo de Transferência de Arquivo) a oferta de reportagens do interior começou a aumentar. O FTP é um serviço que permite gerar de um computador para outro um conteúdo editado contendo som e imagem. No município de Manacapuru, na região metropolitana de Manaus, o correspondente Adauto Silva começou a ganhar espaço nos telejornais da Rede Amazônica. Adauto Silva, um professor de matemática e ciência, sem formação jornalística, passa a dominar completamente as atribuições de um videorepórter. Essa é uma das características mais marcantes dos correspondentes amazônicos, eles produzem as próprias pautas, fazem a captação das imagens, editam e geram o material pronto. Em junho de 2025 a Rede Amazônica no Amazonas possuía nove correspondentes amazônicos, distribuídos em oito municípios, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Tabatinga, Coari, Tefé, Humaitá e Presidente Figueiredo. Em Roraima não existem correspondentes.

No Amapá, a Rede Amazônica possui um correspondente em Oiapoque. Em Rondônia são 11 profissionais. E no Acre apenas um, na cidade de Cruzeiro do Sul. Os correspondentes amazônicos por estarem mais próximos da realidade local, tanto culturalmente quanto fisicamente, em muitos casos são os primeiros a chegar diante do fato.

Essa velocidade de resposta, capaz de reduzir as distâncias amazônicas, faz muita diferença numa cobertura jornalística. Dentro do sistema de afiliadas da Globo e das emissoras da Rede Amazônica, os correspondentes do interior captam as imagens iniciais, conversam com personagens, trazem informações que podem subsidiar uma cobertura mais ampla, de recorte não só regional, mas nacional e até internacional. A COVID-19 E A NOTÍCIA Toda essa rede de informação amazônica foi testada ao máximo durante a cobertura da pandemia no Amazonas. O primeiro caso de Covid-19 no Amazonas foi registrado em 13 de março de 2020. Pouco tempo depois, o estado já assumia o epicentro da doença no país. Era a chamada primeira onda da Covid-19. O mês de janeiro de 2021 marca o início da segunda onda, com mais casos, internações e óbitos. Orellana et al. (2020) destaca que o Amazonas historicamente apresenta uma população submetida a condições de pobreza e desigualdade social. Com famílias e populações indígenas vivendo em áreas remotas e com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a disseminação da Covid 19 acabou por apresentar suas formas mais graves. As deficiências já existentes da rede de saúde, em especial a pública, acabaram por agravar a disseminação do coronavírus, num contexto de grande desigualdade social, fraca efetividade de políticas públicas e de fragilidade dos serviços de saúde (Orellana et. al., 2020). Santos (2020) diz que determinados grupos padecem de uma vulnerabilidade que precede a quarentena imposta pela Covid-19. O autor chamou esse conjunto de grupos e suas particularidades de Sul.

O Sul, portanto, não é um espaço geográfico, mas sim, uma condição social, política e cultural pertinente a um determinado espaço-tempo. Em meio a esse cenário de caos era preciso, nas palavras da repórter especial da Rede Globo, Sônia Bridi, também uma ex-correspondente internacional, “inventar um novo tipo de trabalho: a reportagem em tempos de pandemia” (Bridi, 2020, p. 205). A jornalista Sônia Bridi conta que os trabalhos jornalísticos iniciais traziam como grande desafio a busca por informações úteis que pudessem de alguma forma ajudar as pessoas a se protegerem de um vírus ainda pouco conhecido. Só que conforme a cobertura sobre a pandemia foi

avanzando, o desafio passou a ser outro, talvez ainda mais complexo. A imprensa passou a gastar energia e tempo na tarefa de combater a desinformação, “não basta mais informar, é preciso desmontar a mentira” (Bridi, 2020, p. 205). A crise de saúde, como descreve a jornalista, “é uma crise institucional, com ataques à democracia” (Bridi, 2020, p. 206). Em outro trecho, Bridi (2020, p. 206) destaca que no momento crucial do ofício jornalístico, o foco na cobertura da pandemia foi dividido, “temos de dividir espaço e atenção com outras crises, gestadas e incentivadas pelo governo”.

Ao longo da pandemia ficou claro, que compreender a dimensão dos efeitos do coronavírus na região amazônica, levando em conta o recorte de abrangência da Rede Amazônica, só foi possível por conta da presença dos correspondentes do interior. Eles abasteceram os noticiários das capitais e os jornais da Rede Globo, com reportagens, imagens, entrevistas, flagrantes, tudo que traduzisse o panorama completo de como o coronavírus avançava pela região e de como a precariedade do sistema público de saúde permitiu que a Covid-19 fizesse tantas vítimas, em especial, no estado do Amazonas. Ao longo da cobertura da pandemia, o Núcleo de Rede da Rede Amazônica em Manaus contou muito com a participação dos correspondentes do interior. O Núcleo, como já falado anteriormente, é responsável pela produção de reportagens para a Rede Globo.

Metodologia adotada

A metodologia de pesquisa adotada na análise desse trabalho, deve-se ter em conta que a matéria jornalística de televisão envolve a informação em diversos aspectos: texto, áudio, edição, narração, imagens, todas essas pequenas partes combinadas com uma mensagem definida para chegar ao público. A partir do entendimento também da chamada “dramaturgia jornalística”, Coutinho (2018) diz que é possível compreender e analisar o telejornalismo por meio de sua materialidade, isto é, uma análise do audiovisual reunindo sujeitos de fala, entrevistas, trilhas sonoras e todos os aspectos visuais, sem uma decomposição que possa descaracterizar a experiência de consumo dos telejornais. Essa possibilidade é realizada por meio da

metodologia AMA, a Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2018), usada aqui para a análise das edições do Jornal do Amazonas (JAM) e do Jornal Nacional, objetos de pesquisa dessa análise. Coutinho (2018) destaca que a dramaturgia jornalística, consiste na tese de que os telejornais são organizados conforme dramas cotidianos (assim como, por exemplo, as telenovelas), estabelecendo papéis para suas fontes (mocinho, vilão, herói etc.), tendo um conflito central e até certa periodicidade na repercussão dos acontecimentos. Dessa maneira foram formulados três eixos para análise: a) Construção da narrativa: Busca-se identificar, portanto, qual o conflito narrativo das notícias, os papéis atribuídos aos sujeitos de fala (mocinho, vilão, herói, vítima etc.), a eventual presença de um fundo moral, o apelo emocional, entre outros aspectos; b) Correspondentes amazônicos: refletir sobre a contribuição e a inserção dos correspondentes amazônicos nos telejornais; a sua presença no local do acontecimento; a relação entre as notícias local e a veiculada no telejornal nacional; e como tem sido sua atuação nas narrativas jornalísticas, inclusive ao papel exercido na narrativa dramática; c) Papel do telejornalismo na pandemia da Covid-19: atenta-se ao modo como os telejornais abordaram a crise sanitária e os sujeitos afetados por ela, com foco nas nuances estabelecidas pelas populações do Sul (Santos, 2020). Na construção da narrativa é possível traçar o papel dos envolvidos na cobertura analisada, sobretudo nos jornais locais. Os pacientes e parentes são vítimas do novo coronavírus, mas também são vítimas da fragilidade do sistema de saúde, que por sua vez é vítima ainda da própria dimensão da pandemia. Os profissionais de saúde, ora visto como mocinhos, heróis ora como vítimas da incapacidade do sistema de apresentar condições de trabalho e soluções aos problemas enfrentados. O sistema de saúde, os governos, em todos os níveis, também mesclam seus papéis. O braço institucional dessa crise é vítima e porque não dizer também, vilão, da dificuldade de articular soluções mais rápidas e eficazes.

Análise da participação dos correspondentes amazônicos

Nos telejornais JAM1 e JAM2 a presença dos correspondentes amazônicos é bem marcante. Com uma contribuição não só de profissionais do Amazonas, mas também de outros estados da região Norte e da região Nordeste carregando ainda mais profundidade ao contexto jornalístico sobre a Covid-19. O JAM1 da edição de 15 de janeiro, os correspondentes do interior e de outros estados participaram com informações ao vivo. De Teresina, o repórter tratou da transferência de nove pacientes amazonenses. Do Amazonas, da região metropolitana de Manaus, o repórter Adauto Silva, falou sobre a falta de oxigênio na cidade de Manacapuru; de Tabatinga, uma reportagem sobre a ocupação de leitos produzida pelo repórter Roney Elias.

A análise do texto “Correspondentes Amazônicos durante a Pandemia da Covid-19 no Amazonas” permite uma rica exploração semiótica, focada em como os signos e símbolos constroem significados sobre identidade, crise e a própria natureza do jornalismo em um contexto de exceção.

O “correspondente amazônico” como signo complexo

O próprio termo “correspondente amazônico” funciona como um signo complexo e multifacetado.

1. **Significante:** A expressão verbal e textual “correspondente amazônico”.
2. **Significado:** Este é o ponto central da análise. O significado vai muito além de um simples “jornalista na Amazônia”. Ele carrega consigo uma série de conotações:
 - a. **Autenticidade e Proximidade:** O termo contrapõe-se ao “correspondente enviado” (do Sudeste, por exemplo). Ele significa um olhar “de dentro”, de quem conhece as “peculiaridades geográficas, econômicas, culturais”. O correspondente amazônico é um signo de pertencimento e legitimidade.
 - b. **Resiliência e Adaptação:** A descrição de que muitos não tinham formação jornalística inicial, mas se

tornaram “videorepórteres” que produzem, filmam e editam, transforma-os em signos de resiliência. Eles simbolizam a adaptação forçada pela necessidade e pelas condições logísticas e geográficas da Amazônia. A falta de recursos se torna uma marca de sua identidade.

- c. **Ponte e Elo:** Eles são o elo entre o “local” (o interior do Amazonas) e o “nacional” (a Rede Globo). Como signo, eles representam a conexão, a tradução de uma realidade distante e muitas vezes invisível para o resto do país. Eles dão voz ao “Sul” de Boaventura de Sousa Santos, não como espaço geográfico, mas como condição de vulnerabilidade.

A pandemia como cenário de significação

A pandemia da Covid-19 no Amazonas não é apenas um pano de fundo; ela é um catalisador que intensifica e revela os significados.

O Caos como Vilão: A narrativa construída pelos telejornais, conforme a metodologia AMA, estabelece uma “dramaturgia”. A falta de oxigênio, o colapso do sistema de saúde e a desinformação funcionam como signos do “vilão” ou da força antagonista. É uma força abstrata, mas com consequências concretas.

As Vítimas e os Heróis: Os pacientes e seus familiares são os signos da “vítima”. Os profissionais de saúde oscilam entre “heróis” e “vítimas”. Essa dualidade é semioticamente poderosa, pois mostra a complexidade da crise, onde não há papéis simplistas. O correspondente, ao registrar essas histórias, torna-se o mediador dessa dramaturgia, o narrador que organiza os signos para a audiência.

A oposição de signos: local vs. Nacional

O texto estabelece uma oposição semiótica fundamental:

Jornalismo Local (Signo do Real): Representado pelos correspondentes amazônicos e pelos telejornais JAM1 e JAM2. É caracterizado pela crueza, pela presença “no local do fato”, pela velocidade da resposta e pelo uso de uma linguagem própria. É o signo da experiência vivida.

Jornalismo Nacional (Signo do Editado/Distante): Representado pelo Jornal Nacional e pela antiga prática de enviar repórteres do eixo Rio-São Paulo. Embora busque a objetividade, é um signo de uma visão externa, que por vezes, como o texto aponta, substituiu as equipes locais ou usava suas imagens para construir uma narrativa a distância. A mudança para valorizar o “rosto local” é uma mudança semiótica importante na estratégia da Rede Globo, buscando incorporar a autenticidade do signo local em sua própria marca.

Considerações semióticas

O trabalho dos correspondentes amazônicos durante a pandemia, conforme descrito no texto, é um ato de significação. Eles não apenas reportam fatos, mas constroem uma narrativa simbólica sobre a Amazônia. Eles transformam a região de um mero espaço geográfico exótico ou distante (um signo vazio para muitos brasileiros) em um lugar de humanidade, sofrimento, luta e resiliência. Ao fazer isso, eles próprios se tornam signos poderosos da identidade amazônica e de um jornalismo que se define pela sua capacidade de superar as distâncias – não apenas geográficas, mas também culturais e informacionais.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. **Intexto**, n. 28, p. 32-52, julho 2013. abr.

A SEIS dias do fim, abril se torna o mês mais letal da pandemia no Brasil. **G1**, 24 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/24/abril-se-torna-o-mes-mais-letal-da-pandemia-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BATISTA, Luis Augusto Pires. **Telejornalismo na Amazônia**: a internet como instrumento de integração regional. Manaus: Editora Valer, 2012.

BONNER, William. **Jornal Nacional, Modo de Fazer**. Memória Globo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

BRIDI, Sônia. Lugar de repórter é na rua. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia**. 1.ed. Florianópolis: Editora Insular, p. 205-207, 2020

CORRESPONDENTES: bastidores, histórias e aventuras de jornalistas brasileiros pelo mundo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2018

COUTINHO, Iluska. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estruturada informação em TV. In: MORA, Célia Ladeira; VIZEU, Alfredo Eurico; PORCELLO, Flávio Antônio Camargo (Orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 99-124.

EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

ORELLANA, Jesem et al. Excesso de mortes durante a pandemia de Covid-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 1 - 16, 2020.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**, compilação em CD ROM. Indiana University. 2000

SANTOS, Boaventura. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. O nacional e o local, relações de complementariedade e dependência. In: COUTINHO, Iluska; EMERIM, Cárilda (orgs.). **Telejornalismo local: teorias, conceitos e reflexões**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 75-90.

ZOUEIN, Maurício Elias. **Terra d'água: uma aventura semiótica**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1, 2004.

EXEGESIS DE LA INTERDISCIPLINA COMO ACCIÓN SACROSANTA. UNA REFLEXIÓN *NON SANCTA*, ABDUCCIONES NECESARIAS.

Exegese Interdisciplinar como Ação Sacrossanta. Uma Reflexão Profana, Abduções Necessárias.

Pedro Russi

— | —

«La gracia de un universo sin un centro claro, es que depende de nosotros dónde ubicarlo y cambiar nuestra perspectiva. Omnium te invita a cambiar tu centro, tu perspectiva, a buscar nuevos horizontes, a sorprenderte, a abrirte a nuevas experiencias. Omnium, tu universo por descubrir» — Etiqueta de Vino argentino.

Resumen: El punto de partida inmediato, si es que existe *un punto*, está situado en el contexto de las discusiones vivenciadas en el ámbito de la Comunicación. En este texto inferencial quiero compartir algunos puntos reflexivos contruidos en base a los procesos pedagógicos, por ejemplo, de las asignaturas denominadas de investigación científica, metodología, seminarios, tutorías y de investigaciones realizadas sobre el tema. La idea central es colocar en crisis el fetiche que se ha construido con relación a la Interdisciplinariedad. Creo que el desafío es problematizarla y colocarla en crisis para que crezca, para que no sea un comodín, lugar común o zona de

confort. Para eso, debemos problematizar las estructuras donde, lo teórico y metodológico, son comúnmente presentadas como acciones postizas de manuales, que hablan de lo interdisciplinar sin entrar en discusiones epistémicas más complejas y profundas. De manera más amplia, la preocupación es de poder pensar, para avanzar y fundamentar, sobre el campo científico en el ámbito de la educación superior, donde es necesario interactuar con diversos y distintos saberes, por la acción de Interdependencia de saberes.

Palabras clave: Comunicación, Religión, Semiótica.

Resumo: O ponto de partida imediato, se é que existe tal ponto, situa-se no contexto das discussões vivenciadas no campo da Comunicação. Neste texto inferencial, quero compartilhar alguns pontos reflexivos construídos a partir de processos pedagógicos, por exemplo, das disciplinas conhecidas como pesquisa científica, metodologia, seminários, tutoriais e pesquisas realizadas sobre o tema. A ideia central é desafiar o fetiche que se construiu em relação à Interdisciplinaridade. Acredito que o desafio é problematizá-la e desafiá-la para que ela cresça, para que não seja um panfleto, um lugar-comum ou uma zona de conforto. Para isso, devemos problematizar as estruturas onde o teórico e o metodológico são comumente apresentados como farsas de manuais que falam do interdisciplinar sem adentrar em discussões epistêmicas mais complexas e aprofundadas. De forma mais ampla, a preocupação é conseguir pensar, avançar e fundamentar, no campo científico da área do ensino superior, onde é preciso interagir com saberes diversos e diferentes, por meio da ação da Interdependência dos saberes.

Palavras-chave: Comunicação, Religião, Semiótica.

El punto de partida inmediato, si es que existe *un punto*, está situado en el contexto de las discusiones vivenciadas en el ámbito de la Comunicación. En este texto inferencial quiero compartir algunos puntos reflexivos contruidos en base a los procesos pedagógicos, por ejemplo, de las asignaturas denominadas de investigación científica, metodología, seminarios, tutorías y de investigaciones realizadas sobre el tema¹⁰². La idea central es colocar en crisis el fetiche que se ha construido con relación a la Interdisciplinariedad. Creo que el desafío es problematizarla y colocarla en crisis para que crezca, para que no sea un comodín, lugar común o zona de confort. Para eso, debemos problematizar las estructuras donde, lo teórico y metodológico, son comúnmente presentadas como acciones postizas de manuales, que hablan de lo interdisciplinar sin entrar en discusiones epistémicas más complejas y profundas. De manera más amplia, la preocupación es de poder pensar, para avanzar y fundamentar, sobre el campo científico en el ámbito de la educación superior, donde es necesario interactuar con diversos y distintos saberes, por la acción de Interdependencia de saberes.

En ese sentido no es insignificante citar al neurólogo español Ramón y Cajal — Charles S. Peirce parece haber presenciado una palestra proferida por el neurólogo¹⁰³— cuando manifiesta su comprensión sobre la continuidad de la ciencia; dice, «cultivemos la ciencia por sí misma, sin considerar en el momento sus aplicaciones. Estas siempre llegan; tardan, a veces, siglos. Poco importa que una

¹⁰² Esta reflexión, aquí compartida, se apoya en investigaciones y diálogos realizados en el ámbito de la enseñanza y el problema de la enseñanza de metodología de investigación, sobre el saber metodológico configurado y dinamizado en las disciplinas comúnmente denominadas como “métodos, metodología...”. Investigaciones realizadas e intercambio con docentes y estudiantes, de grado y posgrado que de alguna manera han transitado por asignaturas denominadas de metodología de la investigación.

¹⁰³ «las maravillosas preparaciones que Ramón y Cajal puso ante nuestros ojos en la Clark University en 1899» (MS 298, p.11bis, c.1906); vide: Nubiola, J.; Zalamea, Fernando. Peirce y el mundo hispánico: lo que C. S. Peirce dijo sobre España y lo que el mundo hispánico ha dicho sobre Peirce. Pamplona: EUNSA, 2006, p. 111.

verdad científica sea aprovechada por nuestros hijos o por nuestros nietos»¹⁰⁴. Peirce manifestaba algo en esa línea y que se mantiene vigente, una severa crítica al relativismo y utilitarismo en el ambiente académico. En ese sentido, podemos reconocer ampliamente la crítica de que,

[l]os hombres llegan a mirar el razonamiento como principalmente decorativo. (...) El resultado de este estado de cosas es, por supuesto, un rápido deterioro del vigor intelectual. (...) El hombre pierde sus concepciones de la verdad y de la razón. Si ve a un hombre afirmar lo que otro niega elegirá, si le interesa, su lado para trabajar... para silenciar a sus adversarios. La verdad para él es aquello por lo que lucha. (CP1.57-59, 1896)

Con relación a la interdisciplinariedad se pueden distinguir dos movimientos. Por un lado, la idea de causa→efecto, por otro, una dinámica teleológica ancorada en el sentido atribuido por Peirce al hecho de que «la verdad para él [hombre en comunidad] es aquello por lo que lucha». No por estar definido o decidido *a priori*, sino porque no conoce lo que verdad y camina hacia ella. Camina hacia un fin (*telos*) que no está dado o preestablecido en el sentido de la preposteración [*preposterus*], es decir, «poner lo último en primer lugar y lo primero en último lugar... Al evaluar el conocimiento, preposteramos al decir... todo el mundo ha de producir investigación escrita para vivir y se producirá por decreto una explosión del saber»¹⁰⁵. Como cuestiona Haack, vivimos en atmósfera de prepostera exageración ¿cómo hemos llegado a ella? (p. 1419).

Se puede esbozar una respuesta si observamos que los dos movimientos anteriores nos facultan a progresar sobre otras dos esferas conceptuales y epistémicas: (i) la interdisciplinariedad → como punto de partida. En otras palabras, *a priori* se establece que lo que será investigado es interdisciplinar y todo será realizado desde ese lugar, no

¹⁰⁴ Ramón y Cajal, Santiago. Regras e conselhos sobre a investigação científica. SP: USP, 1979. p.18.

¹⁰⁵ Jacques Barzun apud Haack, AF XXIX.3-1996, p.1413. La ética del intelecto: un acercamiento peirceano; pp. 1413-1433.

explicitando lo que eso implica ni el ¿por qué? algo es interdisciplinar, más allá del hecho —de ese algo— de estar en el mundo. Más allá de que pueda parecer irrisorio entiendo esta esfera más relacionada a una **moda de ‘pensar’ sobre ciencia y lo científico**. Y, lo que se ofrece como justificativa o sustento para esa visión es la anti-ciencia, romper con las particularidades de las disciplinas, el contra-método, enfatizando una dispersión de las especialidades más que la diversidad en puntos de vistas. Prácticamente, ser interdisciplinar es ser revolucionario, es estar contra los poderes cristalizados de la Universidad (*per se*, intrínsecamente perversa), es decir contra las universidades desde la propia universidad (academia) — «*Lupus est homo homini, non homo, quom qualis sit non novit*»¹⁰⁶. (ii) La otra esfera, entiende la interdisciplinariedad ← como punto de llegada, consecuencia de un proceso. A esta es dedicado el texto presente.

Propongo, entonces, un análisis *non sancto* de determinadas ideas (“conceptos”), puestas en el altar de lo sacrosanto, de mistificaciones milagrosas y por momentos mágicas como lo interdisciplinar. Se puede entender que ese movimiento tiene como uno de los ejes de partida la confusión, no siempre intencional, entre: “el” objeto de investigación (objeto problematizado, concreto ↔ abstracto) y el llamado “objeto real” (el de percepción). Una dispersión que en la esfera de lo metodológico comúnmente presenta la salida fácil de la interdisciplinaridad y sus derivaciones de prefijos pluri, multi, trans, etc. Por ese motivo, y porque entendemos que la complejidad de cruce de saberes enriquece los análisis, cabe preguntarnos: ¿qué se dice al mencionar que un estudio o investigación es interdisciplinar?, ¿qué implica eso en el lo epistémico y resignificación de saberes?, ¿de qué interdisciplinariedad estamos hablando?, ¿cómo se cruzan e penetran con los saberes que no componen lo “disciplinar” de lo “inter” ?, ¿la interdisciplinariedad, no

¹⁰⁶ Frase del comediógrafo latino Tito Macio Plauto (254 a.C. - 184 a.C.), obra: *Asinaria*, *Lobo es el hombre para el hombre, y no hombre, cuando desconoce quién es el otro*.

será una higienización de lo mestizo, de lo abigarrado, de lo inconmensurable?

Son algunas de las cuestiones que comparto al problematizar el lugar común y milagroso de lo interdisciplinar. Un acto sacrosanto que da respuestas a todo (y a nada), higienizando lo complejo. Y eso es un punto muy delicado, lo complejo se unifica en algo que se da por conocido o definido, como si todas las personas entendieran la misma cosa por interdisciplinar. Esa es una acción que se sustenta en una epistemología que homogeniza al generalizar un supuesto conocimiento común. Puedo entender por las discusiones e investigaciones realizadas, que lo que se conoce es un salvoconducto hecho por la palabra y su uso —que por momentos es simplemente políticamente correcta—, y no se entiende el rigor epistémico que esa denominación (interdisciplinar) requiere sí o sí. Entonces, como las palabras no nacen de la nada, ni están en las góndolas para ser adquiridas, sino que son construidas desde el cotidiano, es interesante comenzar un movimiento controversial a esos lugares comunes.

Un primer movimiento es que no podemos dejar de observar que, en lo inter-disciplinar, siempre está lo disciplinar, siempre hay una relación de las disciplinas; dicho por el sufijo. Por lo tanto, siempre se está dentro de las fronteras de más de una disciplina, pero siempre disciplinar. Ahí se crea una paradoja, cómo pensar fuera de la disciplina estando dentro de las fronteras disciplinares, mismo que la **maquillemos con inter, pluri, trans, multi...** Y esto tiene que ver con algo tan simple de la episteme del saber cotidiano, de un dicho o refrán que dice: «el pez sabe que es pez, cuando está afuera del agua». Algo que muchas y muchos hemos escuchado, pero se descarta porque esos saberes populares no tienen nada para decir a los encastillados académicos. Al contrario, en esa frase simple-compleja (dicha por mi abuela), está la clave de que no se puede ser interdisciplinar si no se rompe lo disciplinar.

Por eso, mi intención es compartir el hecho de no quedar satisfecho ni anquilosado con un nombre de efecto, que parece solucionar las complejidades analíticas de los fenómenos. Para ello podemos tomar otro concepto, que no es nuevo, pero si podemos resignificarlo y, si fuera el caso, avanzar. Me refiero a la Interdependencia de saberes otros y diversos, sean los que sean. La

Interdependencia no cierra ni pone fronteras, sino que incorpora al índice (o lo que es señalado), es decir, al *alter*, a lo distinto, a lo desencajado, a lo que anda a contramano, a contramarcha, a lo que coincide. Es decir, que no responde a los cánones de las cátedras ni a los guardianes de la moral disciplinar. Pensar desde la interdependencia de saberes, es poner en duda la estructura, es colocar el dedo en la llaga, es no confiar para sospechar, es dejar que los saberes otros se crucen (las “encruzilhadas”) y rompan las fronteras (inter)disciplinares. Si, algo de esto tienen los cronopios a diferencia de las famas y las esperanzas.

Es con base en ese sentir, que propongo problematizar, de manera *non sancta*, la interdisciplinariedad entendida como una solución *per se*. De esa manera, lo interdisciplinar nada más es que la figura (dispositivo) y un *modus operandi*, que solucionará y tranquilizará al pensar complejo sobre un fenómeno a ser estudiado. Leemos y escuchamos seguidamente: “esta investigación es interdisciplinar”, “nuestra mirada es interdisciplinar”, etc., Como si eso bastase para que el acto investigativo sea validado como tal y la diversidad de disciplinas entrasen en una mezcla reveladora que, de por sí, clarifiquen el conocimiento.

Deseo se perciba que mi crítica es a lo interdisciplinar, y su conversión (*ipsis litteris*) en un pase sacro, que transmuta y genera transustanciación de todo lo evoque o toque, en algo bueno en sí. Eso es una falacia porque no es tocando ni nombrando que algo se torna interesante, holístico y complejo. Una falacia de que interdisciplinar es, por antonomasia: pensamiento abierto, libertad, no fronteras, no perjuicios, etc. Es en ese sentido que deslizo, sobre la mesa de discusión, aquellas preguntas sobre ¿qué es pensar interdisciplinarmente?, etc. Y, por tal motivo, vengo a proponer otra forma comprensión que no es otro nombre, sino, una postura y juego libre. Como aquellos movimientos que Carroll nos propone junto a Alicia al entrar en un *mundo otro*.

Me refiero a la acción-pensamiento (praxis): interdependencia de saberes, en la cual no hay distinción disciplinares, sino una acción, un juego de pensamiento que nos expone a otra

dinámica inferencial e interpretativa, a otras diversas maneras de querer, saber y poder de abducción¹⁰⁷. Donde el libre juego analítico se sustenta por él mismo, sin necesidad de que le marquen límites desde alguna disciplina. La interdependencia es vitalmente la elaboración *con* otros. ¿No sería este un desafío holístico, donde los sentires interpretativos van tejiendo sus miradas, sus idas y venidas, entre saberes otros?

Saber sobre el mundo, no está en lo que verticalmente se denomina disciplina. Es por eso que nos enfrentamos a las paradojas de querer investigar interdisciplinariamente de manera libre y contra el sistema —volvemos al tema del pez y el agua—. Como si el prefijo *Inter*, automáticamente, rehiciera las historias de opresión, negación y quema de pensamientos disidentes o salvajes, que la academia-ciencia viene realizando —desde la colonización y genocidio de los pueblos originales, como unos de los epistemicidios más voraces—. Crease de esa manera la paradoja de estudiar pueblos originarios u originales desde la interdisciplina.

Para otras cosmogonías, los imposibles no hacen parte de la episteme cotidiana, es decir, no es imposible que alguien fue o será piedra, jaguar o planta, o entender que la historia está en el agua de los arroyos y los ríos. Difícil para nuestro ser occidente judío-cristiano, comprender la episteme acuática de los pueblos originarios de las riberas de ríos y arroyos. ¿Cómo es que el agua tiene la historia? ¿Cómo nos acercamos e incorporamos esas epistemes que son otras? ¿Cómo transcribimos lo ancestral, si estamos ajustados a una línea histórica que va de izquierda a derecha?

¹⁰⁷ En el ámbito del pensamiento del lógico y filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839–1914), la abducción es "el proceso por el que se forma una hipótesis explicativa" o "la única operación lógica que introduce una idea nueva" (CP 5.171, 1903), también "consiste en examinar una masa de hechos y permitir que esos hechos sugieran una teoría" (CP 8.209, 1905)

Ahora voy a hacer una serie de afirmaciones que van aparecer extremas (Peirce, *EP*1:196)

En la línea inferencial en desarrollo, considero importante recuperar a Bruyne al entender que «las normas de científicidad son un producto del propio devenir de la ciencia, no una especie de exigencia colocada a priori o venida de fuera»¹⁰⁸. La ciencia es comunidad, tanto de manera específica como general, porque hay sujetos presentes en ellas; las ciencias son construidas —en acción comunitaria y comunicativa¹⁰⁹—, es decir, no son dadas por la naturaleza.

Pero lo que entiendo por "ciencia", tanto para esta clasificación como en general, es la vida dedicada a la búsqueda de la verdad de acuerdo con los mejores métodos conocidos por parte de un grupo de hombres que se entienden las ideas y los trabajos unos a otros como ningún extraño puede hacerlo. No es lo que ya han descubierto lo que hace de su ocupación una ciencia; sino el que estén persiguiendo una rama de la verdad de acuerdo, no diré, con los mejores métodos que en su tiempo se conocen. No llamo ciencia a los estudios solitarios de un hombre aislado. Sólo cuando un grupo de hombres, más o menos en intercomunicación, se ayudan y se estimulan unos a otros al comprender un conjunto particular de estudios como ningún extraño puede comprenderlos, llamo a su vida ciencia. (*MS*1334)

¹⁰⁸ Bruyne, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. RJ: F.Alves, 1991, p.14.

¹⁰⁹ Ransdell, Joseph. *Sciences as communicational communities*. (Version 3.1 of November 21, 1998); ARISBE: The Peirce Gateway; pp. 1-9. [25/feb/2013 – 13:09]

De esa manera, se puede distinguir que la relación es resultante de la acción de hombres, por lo tanto, nada más lejos de eso es pensar las ciencias conectadas una con otras como apéndices o anexos sin sentidos. La ciencia, para Peirce, es una entidad histórica y viva (CP 1.44, c.1896), «a living and growing body of truth» (CP 6.428, 1893), por tal motivo, lo esencial de la racionalidad científica es la comunidad de investigadores (CP 5.311, 1868). Una fuerte crítica al soliloquio o solipsismo, porque no es la acción de un individuo en solitario, la verdad que persigue es motivada por la pregunta en comunidad. Es más, el científico «necesita ser más que un mero especialista; necesita un entrenamiento general de su mente» (HP 943, 1882)¹¹⁰.

Peirce llama la atención para el desinterés que sufre la metodología, como rama principal que permite comprender los principios generales que guían la investigación¹¹¹, eso lo hace en su actualidad, pero sin ningún problema puede ser transpuesta a la nuestra. Reparo que hoy vivimos una situación más grave. La desconsideración de los procesos metodológicos es cada vez más clara cuando observamos, p.ej., el rechazo incondicional al entendimiento (clasificación) de las ciencias. Sin embargo, comprender lo que es una ciencia permite discernir la articulación implícita en la clasificación de las mismas. Posibilita conocer mejor, y sin prejuicios, la cooperación entre los saberes y así inferir cómo se establece de manera profunda lo interdisciplinar. De ese modo, se juzga interesante la propuesta *peirceana* de que «la universidad que ha de ser un exponente de la viva condición de la mente humana, ha de ser la universidad de los métodos» (HP 941, 1882).

En ese sentido podemos pensar junto a Peirce que las «sciences must be classified according to the peculiar means of observation they employ» (CP 1.101), cada comunidad de investigadores se agrupan entorno de sus preocupaciones y

¹¹⁰ Nubiola, J. The classification of the science and cross-disciplinarity. Transactions of the Charles S. Peirce Society, XLI/2, 2005 [p.3]

¹¹¹ Baldwin 1901, p. 17 apud Nubiola 2005, p.3. El párrafo está basado en Nubiola con relación a la cita de Baldwin.

especificidades, configurando los puntos de vista de cada estudioso y rama de conocimiento (CP 1.100, c.1896). De ninguna manera eso establece la eliminación o desconocimientos de los otros grupos, al contrario, el autoconocimiento por parte de una comunidad posibilita entender la verdad que persigue y, en consecuencia, fortalece los puentes con las otras ramas del conocimiento. Por ese motivo concuerdo con Peirce de que el desarrollo de las ciencias no se da por la revolución —adaptando la idea a lo que más tarde T. Kuhn (1922-1996) llamaría de ‘revolución científica’—, sino por medio de la comunicación entre miembros de la y las comunidades científicas —comunidades afectivas—. Así podemos entender que «one of the most salient phenomena of the life of science is that of a student of one subject getting and from student of other subjects» (HP 805, 1904).

Lo anterior permite comprender más precisamente el concepto de Peirce sobre el investigador en acción interdisciplinar. A saber, lo interdisciplinar es por acción del sujeto, reforzando la idea de que no existe una interdisciplinariedad innata o, preferiblemente, *a priori*. Podríamos decir, lo interdisciplinar como interpretante —acción del singo—. No se puede desconsiderar la existencia de una autonomía, la relación es construida y por esa acción el investigador sabe lo que está emprendiendo cuando realiza la acción interdisciplinar.

Avanzando en el otro ámbito podemos preguntarnos ¿Cuántas veces el investigador busca comprender el proceso de los principales conceptos trabajados en su investigación? Frente a esta pregunta no es de sorprendernos que, en muchas ocasiones, parecería ser que se da un uso automático de los conceptos como por herencia mágica o directa. Por tal desconocimiento es fácil confundir término y concepto. No están para nada equivocados algunos autores y libros sobre metodología en los cuales se pregona el hecho de que todo investigador debe conocer a fondo el área en la cual se encuentra —su pasado y su presente—. Eso es alterado cuando, en el marco de un discurso “actualizado”, hablar de área, dominio o especialidad, sería aceptar *ipso facto* que nuestro pensamiento se está adhiriendo al más fatal de los controles.

Siguiendo a Peirce, todo eso implica una acción metodológica (o metodéutica) que propicia al investigador de un saber sobre lo realizado, por consiguiente, una razonabilidad de toda su dinámica. Barrena, con relación a este último concepto, conceptualiza que,

[e]sta peculiar idea de razón como algo en desarrollo supone un cambio en la concepción del ser humano, pues éste ya no es un ser que posee una algo abierto que busca un fin, y esa perspectiva permite superar las limitaciones y escisiones del racionalismo. Si se toma como horizonte la idea más amplia de a la idea moderna de racionalidad seremos capaces de explicar muchas más cosas, de comprender algo más de nuestro modo de ser, de reconocernos a nosotros mismos.¹¹²

Vivenciar e incorporar tales procedimientos, es no transformar la acción del investigador en un simple acto instrumentalista, que toma los más diversos conocimientos homogeneizándolos en *prêt-à-porter*, sin comprender sus interdependencias, tensiones semióticas y procesos de resignificación.

– III –

«¿Cómo transformarse en algo que no puedes imaginar?» (bell hooks, 'El feminismo es para todo el mundo')

En el siguiente punto, como continuidad de la propuesta quiero compartir ideas como cuando estamos conversando en un café y nos proponemos a dejar que las cosas imaginadas se entreveren, una miscelánea. De esa forma, un espíritu de invitación que viene desde aquellos cafés vivenciados por Borges, Linspector, Kafka, Cora

¹¹² Barrena, S. La razón Creativa. Crecimiento y finalidad del ser humano según C.S. Peirce 2007, p.240.

Coralina, Cortázar. Espacios tertulianos que, por ventura, fueron condimentadas con algún tango-jazz.

Ahora, al considerar el contexto en que se comparte esta reflexión, puedo pensar en el ambiente educativo, como docente en grado y postgrado de la asignatura Metodología, como articulación entre lo epistemológico, metodológico y método científico. Una asignatura tristemente amparada y bendecida con manuales o formatos utilitaristas, técnicas y modelos prontos, no para entender o **contrarrestar, sino para acaparar "sin chistar"**. Quiero valerme de este momento y atreverme a proponer el desafío para avanzar y seguir aquella linda provocación de Nietzsche, en "Más allá del bien y del mal" aforismo 94, de que la "madurez del hombre adulto: significa haber reencontrado la seriedad que de niño tenía al jugar". O la de Marcel Proust en "En busca del tiempo perdido"¹¹³, que se proyecta al futuro buscando el pasado, algo que el saber de los pueblos originarios hacen.

Avanzar para volver a ser gurises, imaginación-e-interdependencia, movimiento que es uno y tres al mismo tiempo, porque no es ni una acción ni la otra, sino, el cruce entre ellas ("**encruzilhada**" puesta en el -e-). Sin miedo a que las cosas nos afecten, a que los fenómenos se mezclen de manera interpretativa, para que las lecturas sean diversas y distintas. Quienes hemos intercambiado experiencias con gurises sabemos que el multiverso, tan de moda en estos tiempos, son vivencias ancestrales que hacen parte de las conjeturas para comprender el mundo. Los manuales y las guías, circunscriben esas potencias y disciplinan las miradas, formatean la gambeta, el giro, el salto, la rayuela que mezcla eclécticamente cielo y tierra, en nombre de un orden que los reconoce como técnicas e instrumentos. Frente a esto me pregunto, ¿qué hacemos las y los docentes de metodología?, ¿qué buscamos en esas asignaturas?, ¿cuál es nuestro lugar?... creo que hemos firmado —creo, por costumbre—, la sentencia: "cada cual que atienda su juego". Y, talvez por eso,

¹¹³ A *la recherche du temps perdu* (que contiene siete novelas publicadas entre 1913-1927)

encanta hablar de interdisciplina, es como un pedir disculpas. Se quieren romper las barreras, pero no tanto porque algo debe dar firmeza y decir dónde estamos. Esa ruptura a medias, puede ser una añoranza de aquellos tiempos lúdicos, pero como añoranza, no llega ni cerca a afectarnos tan fuertemente como aquella “magdalena de Proust”, o el “Ratatouille” saboreado por el duro e implacable crítico de cocina Sr. Anton Ego.

Eso nos provoca a pensar y actuar desde lo abductivo —potencia de nuevas ideas, potencia creativa, potencia de preguntar desde las entrañas, sorprenderse—, donde las interlocuciones son las que potencializan nuevas cuestiones que, necesariamente, no siempre deben ser respondidas; sirven para preguntar mejor. No podemos comprender la acción de imaginar si no entendemos la episteme de las interlocuciones que nos traspasan en el tiempo, imaginar es estar en misceláneas. Por el contrario, el paradigma los cursos y los espacios académicos de metodología huye de la creatividad e imaginación, incitando o celebrando aquella apoteótica imagen de Pink Floyd “the wall”, estudiantes en la cinta transportadora con destino a la picadora de carne, o los rostros todos idénticos, sin lugar a ninguna diferencia.

En ese sentido, no es extraño entender que lo interdisciplinar o interdisciplinaridad se establezca como absoluto-cristalizado. Perdió la frescura de lo lúdico (el amparo de los gurises), para sumarse a los índices de los manuales y del deber ser. No se puede imaginar desde doctrinas, dogmas, actos de fe y obscurantismos —monocultivo intelectual, razones pétreas—. En ese sentido, imaginar es un acto hereje, desde hace un tiempo largo quienes imaginaron fueron quemadas por la Inquisición *ad maiorem gloriam Dei* («Para la mayor gloria de Dios»), hoy las modalidades de hogueras son otras, pero, que las hay las hay. Se han perfeccionado las maneras.

El desafío es cambiar la perspectiva no solo por localizarnos en otro lugar, sino porque la perspectiva —lugar de enunciación— es un estado ético como forma de comprender-hacer el mundo. Resignificar es imaginar pasados-futuro, ponernos a disposición para ser devorados por aquello que nos sorprende. Sentipensar, quiere decir e implica hacerlo desde el corazón, desde las entrañas, es visceral, con las tripas. Nada más lejos de los manuales y guías de metodología.

Sorprenderse no está en nosotros o en la cosa, está en la relación que establecemos, en el 'entre'. Dejarse sorprender es dejarse masticar por ese intermedio que se construye en la relación. Experimento como experiencia de inteligencia, entendida la inteligencia como enlaces y revoltijo de ideas que permiten salir de las zonas de confort, de los lugares comunes. Es decir, donde se entrecruzan las tramas de la vida que nos resignifican, podemos relacionarlo a lo que Foucault denominó como heterotopía, en el sentido de las relaciones irreductibles unas a las otras. Asociar es imaginar. Imaginar es un no saber, una respuesta que se abre, no definitiva.

Abducir implica interdependencia; sentipensar que demanda desencajarnos, descentrarnos, cambiar de perspectivas, transformación que no puede ser individualista o administrativa —como la autoayuda de manuales de metodología—. Es involucrarnos antropofágicamente en algo que no tenemos control, que no podemos direccionar, no es un acto teleológico. Imaginar es un desafío de potencia, la potencia de transformarnos.

Recuerdo el libro de Barrena sobre la razón creativa, donde ella propone diferentes movimientos para pensar la imaginación como dinámica vital en los procesos educativos. Su lugar de enunciación, es pensar la relación: imaginar y educación. La imaginación no está en lo acelerado y algorítmico, lo controlado por *benzodiazepinas* sacras de guías y manuales. En ese paradigma, la imaginación creativa se la dejamos para los 'manicomios', los normales clarificados creamos dentro de los límites, porque eso es bueno y normal. La lúdica acción es tildada de locura, o sea, la imaginación está en el anaquel de lo perjudicial y de lo pecaminoso, en detrimento de la voluntad de potencia del imaginar.

En síntesis, la exegesis del sacro vocablo Interdisciplina, es un acto de resistencia para entender la imaginación e interdependencia como sentipensar en desarrollo; dirá Peirce, «Un hábito-creencia en su desarrollo comienza siendo vago, especial y pobre; se va haciendo más preciso, general y completo, sin límite. El proceso de este desarrollo,

en tanto que tiene lugar en la imaginación, se denomina pensamiento» (CP 3.160, 1880).

En ese sentido, podemos recuperar en un fragmento del capítulo 9 de Rayuela, la siguiente acción, «¿Qué es un absoluto, Horacio? – Mirá —dijo Oliveira—, viene a ser ese momento en que algo logra su máxima profundidad, su máximo alcance, su máximo sentido, y deja por completo de ser interesante». El máximo sentido, lo contrario a la circulación de sentidos, se cristaliza, dogmatiza y, por lo tanto, deja de ser interesante. No podemos imaginar ni entrecruzar saberes, en y desde lo absoluto.

Referencias bibliográficas

Barrena, Sara. (2007). La razón creativa. Crecimiento y finalidad del ser humano según C. S. Peirce. Madrid: Rialp.

Barrena, Sara. (2015). Pragmatismo y Educación. Charles S. Peirce y John Dewey en las aulas. Madrid, Antonio Machado.

Bruyne, P. et al. (1991) Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. RJ: F.Alves, p.14.

Foucault, Michael. (1986). Of other spaces. *Diacritics* N° 16, págs. 22-27.

Haack, S. (1996). La ética del intelecto: un acercamiento peirceano. AF XXIX. 3. Eunsa

Hooks, bell. (2017). El feminismo es para todo el mundo. Madrid: Traficantes de Sueños.

Nubiola, J. (2005) The classification of the science and cross-disciplinarity. Transactions of the Charles S. Peirce Society, XLI/2

Nubiola, J.; Zalamea, Fernando. (2006) Peirce y el mundo hispánico: lo que C. S. Peirce dijo sobre España y lo que el mundo hispánico ha dicho sobre Peirce. Pamplona: EUNSA

Peirce, C. S. Collected Papers, vols. 1-8, C. Hartshorne, P. Weiss y A. W. Burks (eds.), Harvard University Press, Cambridge, MA. Electronic Edition

de J. Deely, Charlottesville, VA: InteLex. Utilizo como es habitual la abreviatura CP para referirnos a la obra *Collected Papers of C. S. Peirce*, seguida del número de volumen y de párrafo

Ramón y Cajal, S. (1979) *Regras e conselhos sobre a investigação científica*. SP: USP.

Ransdell, Joseph. (1998) *Sciences as communicational communities*. (Version 3.1 of November 21); ARISBE: The Peirce Gateway; pp. 1-9. [25/feb/2013 – 13:09]

Russi, P. (2020). Epígrafes. Imaginaciones deseables y otras epistemes. *Contratexto*, (033), 19-32. DOI: <https://doi.org/10.26439/contratexto2020.n033.4790>

FOCA NA TV: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO COM O JORNALISMO MÓVEL NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA¹¹⁴

FOCA EN LA TV: una experiencia de formación con el periodismo móvil en la frontera amazónica

Sandra Maria de Moraes Gomes
Maurício Elias Zouein
Luan Correia
Letícia Kellen
Camila Costa

Resumo: O projeto "FOCA na TV" explora o jornalismo móvel (MOJO) como uma abordagem inovadora para a produção de notícias, utilizando smartphones para todas as etapas do processo jornalístico. A iniciativa visa aprimorar a formação de futuros jornalistas, adaptando-os às demandas do cenário midiático digital. O MOJO oferece agilidade, flexibilidade e novas formas de narrativa, embora apresente desafios como a qualidade de áudio. A semiótica de Peirce pode ser aplicada para analisar como os signos são construídos e interpretados neste contexto, considerando a tríade signo-objeto-interpretante e as categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade, além da classificação de ícones, índices e símbolos. Essa perspectiva aprofunda a compreensão da significação no jornalismo móvel.

Palavras-chave: Jornalismo Móvel, Semiótica, Formação Jornalística

¹¹⁴ Este artigo foi produzido com o auxílio de Inteligência Artificial (IA): SciSpace e Gemini que foram utilizadas como ferramentas de apoio para adequação às normas da ABNT, aprimoramento linguístico e ajustes de gramática e organização textual.

Resumen: El proyecto “FOCA en la TV” explora el periodismo móvil (MOJO) como un enfoque innovador para la producción de noticias, utilizando teléfonos inteligentes en todas las etapas del proceso periodístico. La iniciativa busca fortalecer la formación de futuros periodistas, adaptándolos a las demandas del escenario mediático digital. El MOJO ofrece agilidad, flexibilidad y nuevas formas narrativas, aunque presenta desafíos como la calidad del audio. La semiótica de Peirce puede aplicarse para analizar cómo se construyen e interpretan los signos en este contexto, considerando la tríada signo-objeto-interpretante y las categorías de primeridad, segundidad y terceridad, además de la clasificación de íconos, índices y símbolos. Esta perspectiva profundiza la comprensión de los procesos de significación en el periodismo móvil.

Palabras clave: periodismo móvil, semiótica, formación periodística.

A emergência tecnológica do mundo contemporâneo aponta para novos desafios e possibilidades, especialmente para o jornalismo e sua inerente proximidade com a tecnologia. O avanço e aprofundamento da comunicação na sociedade contemporânea proporcionado pelas tecnologias digitais tensionam ainda mais as formas de produção de notícias, seu compartilhamento e consumo em tempos de ubiquidade. O *mobile journalism (MOJO)*, ou jornalismo móvel é a mais recente modalidade de jornalismo, ampliando e potencializando processos de produção, criação e compartilhamento de notícias, influenciando toda sua cadeia, desde a produção e distribuição até o consumo e compartilhamento.

No que se refere a formação do novo profissional de jornalismo, a integração de habilidades digitais no currículo é desafio ao qual os cursos de jornalismo em todo o mundo se deparam, o que inclui diferentes áreas que incluem novos laboratórios, modernização de equipamentos a qualificação docente, cujas formações e currículos de Pós-graduação ainda não contemplam suficientes pesquisa e estudos sobre transformações tão rápidas e recentes.

Estudos do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ, em inglês) sobre o Estado da Tecnologia nas Redações Globais realizado em 2017 identifica que os jornalistas encontravam dificuldades para acompanhar a revolução digital, em um cenário de rápidas e profundas transformações. Sua atualização em 2019 amplia olhares e práticas dos profissionais nas redações. A primeira pesquisa sobre adoção de tecnologias digitais em meios jornalísticos foi realizada em 130 países, em 12 idiomas entrevistou mais de 2700 jornalistas e gerentes de redações concluiu que muitas redações careciam de habilidades digitais essenciais, desde a necessidade de treinamento nas redações até a segurança digital, uma lacuna perigosa para o exercício do jornalismo (Mills, 2018); (ICFJ, 2017).

Foram listadas 23 habilidades incluem: fotografia digital, engajamento do público em mídias sociais, uso de análises e estatísticas da web, produção e edição de vídeos e trabalho com gráficos, entre outras. O estudo revela que apenas quatro das habilidades são usadas regularmente para produzir matérias em mais

da metade das redações. Alguns destaques são importantes, como a lacuna tecnológica nas redações; o claro declínio das redações tradicionais em todo o mundo e a ascensão de redações híbridas, além das totalmente digitais. Outros aspectos apontam para o desafio de ganhar a confiança do público e a necessidade de encontrar, rapidamente, novos modelos de geração de receita. Existe uma discrepância entre as habilidades digitais que os jornalistas querem e o que suas redações oferecem, apontando que uma média de 50% das redações globais oferta treinamento em pesquisa e verificação de mídia social. No entanto, apenas 22% dos jornalistas consideram isso valioso.

A pesquisa atualiza e expande o estudo em 2019 e revela como as organizações de notícias estão se adaptando à era digital, trazendo mais dados sobre a forma como o setor está usando tecnologia para combater a desinformação, criar confiança e diversificar as fontes de receita. Um aspecto importante na construção de confiança com seu público refere-se a cobertura de mais histórias com interesse do público; citação de mais fontes; separar notícias de artigos de opinião e a publicação de documentos primários (ICFJ, 2019). Neste quesito, as redações da América do Norte e da África Subsaariana são as menos preocupadas em construir a confiança da audiência.

Esse “gap” entre o avanço tecnológico e as redações repercute em todo o mundo e gera reações distintas em cada país. Na era do jornalismo móvel (MOJO), estudos na Alemanha apontem que as habilidades necessárias para treinar jornalistas incluem: criação de conteúdo, redação, integração de mídia social e habilidades digitais críticas, como otimização de mecanismos de pesquisa, métricas de usuários, jornalismo de dados e codificação, refletindo a demanda por um perfil de jornalista multiqualificado (Katzenberger, 2024).

Sua pesquisa descreve um estudo que revela a importância das habilidades digitais no jornalismo e as lacunas nas práticas educacionais atuais, enfatizando a necessidade de reforma no ensino de jornalismo para enfrentar os desafios impostos pelos avanços tecnológicos. Aqui, também amparado em pesquisas com jovens jornalistas da Alemanha, a investigação foi sobre suas tarefas editoriais, percepções das mudanças tecnológicas e as habilidades digitais que eles adquiriram durante seus estudos de jornalismo no ensino superior.

Muitos jornalistas relataram exposição insuficiente a habilidades digitais críticas. Isso inclui otimização de mecanismos de pesquisa, métricas de usuário, jornalismo de dados e codificação.

As implicações para a educação sugerem uma necessidade urgente de programas de educação jornalística na Alemanha para melhor abordar essas tendências emergentes. Isso é essencial para preparar os alunos para as crescentes demandas do cenário de mídia digital

Os resultados indicam que a criação e a redação de conteúdo são consideradas de alta importância pela maioria dos jovens profissionais, com ênfase significativa na integração das mídias sociais em seu trabalho. Há um amplo reconhecimento das crescentes exigências técnicas, incluindo jornalismo móvel, jornalismo de dados e novos canais de conteúdo como blogs, newsletters ou podcasts, o que reflete uma mudança em direção a um perfil multifacetado para jornalistas. No entanto, o estudo também destaca que muitos jornalistas relatam exposição insuficiente a habilidades digitais cruciais, como otimização para mecanismos de busca, métricas de usuário, jornalismo de dados e codificação. Isso indica a necessidade de programas de ensino de jornalismo na Alemanha para melhor abordar essas tendências emergentes e preparar os alunos para as demandas do cenário da mídia digital (Katzenberger, 2024, p. 3).

Essencialmente, o jornalismo móvel se refere à prática de utilizar dispositivos portáteis como smartphones e tablets como ferramentas primárias para todas as etapas do processo jornalístico: apuração, produção (texto, foto, vídeo, áudio), edição e distribuição de notícias. A capacidade de coletar e disseminar informações em tempo real, de qualquer lugar com conectividade, é uma característica central. Sua multiplicidade de formatos explora a convergência tecnológica, unido diversos formatos midiáticos (texto, áudio, vídeo, fotos, gráficos) em um único dispositivo e na narrativa.

O jornalismo móvel representa uma ferramenta poderosa e efetiva e tem transformado a prática jornalística em todo o mundo, oferecendo agilidade, flexibilidade e novas formas de contar histórias. No entanto, é crucial estar ciente de suas vulnerabilidades e buscar

estratégias para oferecendo agilidade, flexibilidade e novas formas de contar histórias. No entanto, é crucial estar ciente de suas vulnerabilidades e buscar estratégias para mitigar seus riscos, garantindo a qualidade, a ética e a segurança da informação trabalhar os seus riscos, garantindo a qualidade, a ética e a segurança da informação.

Sousa (2021), aponta breve retrospectiva do termo e seus significados no decorrer do seu desenvolvimento. O crescimento do consumo de tecnologia móvel, especialmente *smartphones* e *tablets*, impulsiona seu impacto nos processos jornalísticos, iniciando aspectos referentes à linguagem, através da produção de conteúdos imersivos (em 360° e realidade aumentada), citando Pavlik (2001) e Quinn (2002) conceituando Mojo (do inglês, *mobile journalism*) que usa apenas um telefone celular para reunir e distribuir notícias; (Anderson; Downie Jr.; Schudson, 2016), que destacam o desafio para o jornalismo na produção de estratégias de conteúdo para a nova plataforma.

Sousa aponta ainda a definição dada pelos autores Camargo e Silveira (2014), que o jornalismo em mobilidade é o modo mais avançado do jornalismo contemporâneo, abarcando elementos e experiências referentes ao desenvolvimento da plataforma e os dispositivos móveis e que foram abarcados pela forma de produzir, reportar e distribuir a notícia.

Destacamos ainda as produções dos autores Luis Pedro Ribeiro Rodrigues, Vania Baldi e Adelino de Castro Oliveira Simões Gala (2021) da Universidade de Aveiro, destacam sobre a constante evolução do Mojo, que não é mais novidade nas redações de todo o mundo graças a convergência tecnológica e o avanço dos dispositivos móveis conectados em rede, de acordo com as transformações da cultura de convergência (Jenkins, 2006).

Ao investigar a nova técnica dentro do jornalismo digital enfatiza suas características de agilidade, flexibilidade e acessibilidade, refletindo o cenário do jornalismo e seus desafios contemporâneo. A hipótese dos autores é de que os jornalistas móveis podem produzir conteúdo rapidamente e em vários formatos. Essa descoberta é significativa, pois destaca a eficiência e adaptabilidade do jornalismo móvel em atender às demandas da comunicação moderna.

Os resultados indicam uma mudança em direção à individualização do trabalho no jornalismo, sugerindo que o jornalismo móvel está se tornando uma técnica adequada para o mercado de comunicação atual. Essa mudança é essencial para entender como os jornalistas se adaptam às novas tecnologias e demandas do mercado. Se nas décadas de 1980 ou 1990, a organização de trabalho do repórter de televisão incluía um aparato técnico e humano que incluía três auxiliares (um cinegrafista com a câmera de vídeo, um iluminador e um responsável pelo vt, que opera o aparelho) hoje o Mojo aumenta a velocidade e a variedade de produção de conteúdo (Travancas, 2011).

Tais aspectos apontam para uma individualização do trabalho no setor de jornalismo. Isso sugere que o jornalismo móvel não é apenas uma técnica, mas também reflete mudanças mais amplas na forma como o jornalismo é praticado no século 21, onde os jornalistas geralmente trabalham de forma independente e utilizam a tecnologia móvel para cumprir suas funções. Dessa forma, atende às demandas do mercado de comunicação atual. A agilidade, flexibilidade e acessibilidade do jornalismo móvel o tornam uma técnica adequada para o jornalismo moderno, permitindo que jornalistas cubram histórias em tempo hábil, mesmo de locais remotos.

Ainda de acordo com Rodrigues, Baldi e Gala (2021), o artigo apresenta uma visão abrangente do jornalismo móvel, confirmando sua eficácia e relevância no cenário atual da mídia acelerada, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios que os profissionais enfrentam. Apesar dos resultados positivos, o artigo também reconhece os desafios enfrentados pelos jornalistas móveis, como problemas com a qualidade do áudio durante as transmissões ao vivo.

Stephen Quinn (2009), em sua pesquisa sobre as primeiras experiências de mojo no continente asiático, os jornalistas móveis trabalham sozinhos e produzem conteúdos variados seja em texto, áudio, fotos e/ou vídeo. Dessa forma, o mojo é uma técnica jornalística de produção individual, que abrange vários formatos de notícia e é capaz de realizar todas as etapas do ciclo de produção de notícias (produção, edição e distribuição em rede) em um mesmo aparelho

móvel (Canavilhas, 2021; Westlund, 2019); Rodrigues, Baldi e Gala, 2021).

Com profundas alterações no setor de mídia, as tecnologias digitais afetam a profissão de jornalismo com alcance para a formação profissional. A academia tem buscado se adaptara este novo formato, priorizando a formação e desenvolvimento de habilidades técnicas.

Formação Profissional e a academia

O treinamento de jornalistas no Brasil tem se concentrado cada vez mais no jornalismo móvel (Mojo), refletindo o cenário em evolução do consumo e produção de mídia. As instituições educacionais estão adaptando seus currículos para equipar os alunos com as habilidades necessárias para utilizar a tecnologia móvel de forma eficaz.

No Curso de Jornalismo da UFRR, o destaque em telejornalismo tem sido para o aprendizado prático. Os alunos desenvolvem pautas, produções e reportagens que aprimoram sua compreensão das narrativas em telejornalismo e suas técnicas, utilizando como suporte as tecnologias móveis e sua aplicação no jornalismo, promovendo uma cultura de inovação e adaptabilidade. Como produto da disciplina de Telejornalismo, O FOCA NA TV se transforma no projeto de extensão, com suas características de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade. Seu processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político favorece e possibilita o desenvolvimento social, sendo aspecto fundamental para a formação profissional, especialmente em jornalismo.

O produto FOCA NA TV tem como característica principal o uso da plataforma mobile, através da produção de reportagens com smartphones, aliando ao formato tradicional de telejornalismo, com produção em estúdio com equipamento profissional. O objetivo é favorecer a prática jornalística, ao mesmo tempo que inicia a elaboração de novos produtos e novas práticas com a tecnologia mobile. Vinculado às disciplinas de Telejornalismo 1 e 2, que ocorrem nos dois semestres da graduação, respectivamente, amplia sua ação para as disciplinas de Jornalismo Especializado II (jornalismo

Econômico) e a partir de 2025 amplia para as disciplinas da grade curricular afins com a prática jornalística. A ação é pautada pelas mudanças trazidas pelas Tecnologias Digitais e as multiplataformas traduzindo-se na convergência midiática (Jenkins, 2009), com novas linguagens e um novo fazer jornalístico.

As possibilidades narrativas, de alcance e compartilhamento favorecem a participação dos estudantes nos processos de produção da notícia, rompendo o ciclo de laboratórios mal equipados e agendamento de equipamentos, dada a grande penetração dos smartphones entre os alunos, facilitando o domínio tecnológica e sua produção e a própria sociedade, que consome e compartilha seu conteúdo. A fluidez dos processos e domínio das técnicas de edição dos dispositivos móveis bem como o relativo domínio de edição e compartilhamento de conteúdo em redes sociais facilitam a produção de reportagens, sendo fator preponderante na permanência e crescimento do telejornal. A disciplina então destaca o conteúdo técnico, desde o formato de telejornal, narrativas e formatos jornalísticos até questões como iluminação, enquadramento e narrativas jornalísticas.

Em funcionamento desde 2019, o projeto de transforma em projeto de extensão e se configura como produção contínua. Sua evolução traduz-se desde a modernização visual do programa e sua presença crescente nas redes sociais, ampliando sua veiculação para além da programação da TV Universitária, parceira inicial do projeto, com inserção na programação local da TV. Por dificuldades operacionais, o projeto passa a funcionar nos laboratórios do CJOR e se integra a projetos já em andamento, como o Amazoon, integrando a identidade visual deste ao usar sua sala como estúdio para os apresentadores. Nesse momento, a liberdade criativa torna-se mais evidente e os alunos trazem novos formatos e o "Foca na TV" passou a produzir conteúdos audiovisuais com linguagem jovem e dinâmica. Em 2025, troca de cenário novamente, integrando-se á sala de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, TCCs e demais laboratórios do CJOR.

O projeto "Foca na TV" a partir da perspectiva do jornalismo mobile, se desenvolve sob as implicações das transformações contemporâneas nas formas de produção e circulação de conteúdo jornalístico, alinhada às novas demandas de consumo de informação. Um dos resultados dessa estratégia e técnica do MOJO no ensino-aprendizagem do CJOR é a produção da reportagem "O Açaí do Seu Antônio", vencedora do Prêmio Sebrae de Jornalismo na categoria Universitária, ano 2024, demonstrando como o jornalismo mobile pode ser eficaz e impactante mesmo em ambientes com recursos limitados. Assim, a prática da utilização de smartphones e microfones *bluetooth*, o projeto FOCA é uma experiência positiva sobre como a mobilidade tecnológica tem potencializado a inovação, a acessibilidade e a autonomia na rotina de produção jornalística universitária.

Gomes e Correia (2025) apontam o uso de MOJO como uma estratégia potencializadoras de inovação acadêmica, adotando a linguagem acessível e conteúdo elaborado tendo em vista o público-alvo de estudantes e sociedade em geral formando a base narrativa para o interesse público. No cenário da comunicação acadêmica, acompanhando tendências já adotadas por grandes veículos nacionais, mas com o diferencial de integrar formação profissional, prática extensionista e protagonismo estudantil.

Um dos aspectos fundamentais na utilização das tecnologias é o perfil do público consumidor. Com viés fortemente tecnológico e conectado, o perfil do público consumidor de notícias não obedece a horários ou formatos estabelecidos, caracterizando um perfil *on demand*, pessoal e individualizado, bastante distante do tradicional formato impresso, radiofônico ou televisivo. A convergência tecnológica criou uma cultura, onde as mídias também rompem as barreiras e fronteiras estabelecidas por tempo, espaço e formato.

Nesse contexto, o papel do jornalista também se desafia, se estende, rompe barreiras tecnológicas, desempenha funções variadas, produzindo para formatos diversos, compartilhando em tempo real em muitos casos. O instantâneo é o novo desafio, ladeado por compartilhamentos feitos por transeuntes sem qualquer formação ou entendimento sobre os critérios de noticiabilidade ou construção da notícia. Para a formação profissional, o desafio é garantir para além do

domínio tecnológico, mas desbravar formatos que garantam a qualidade da notícia e a atenção do público consumidor.

Nessas profundas transformações, é fundamental destacar que o papel do jornalista, para além de narrar os fatos, ganha maior importância no mar de dados e informações da sociedade contemporânea. Atuando como um intérprete crítico, ético e responsável, com seu papel de fornecer ao cidadão seu direito à informação de qualidade capaz de formar opinião qualificada, com a maior exatidão possível. A função primordial do jornalismo é abastecer a sociedade com informações para que as pessoas compreendam o mundo ao seu redor. Hoje, tal objetivo envolve a contextualização da notícia, o que envolve o domínio de tecnologias e narrativas significativas e envolventes; Anderson, Bell e Shirky (2013); Kovach e Rosenstiel (2003).

Como a academia registra a atuação do jornalismo hoje

Importa destacar que o uso das tecnologias e o domínio de seus avanços é fundamental para o exercício da profissão e esta iniciativa acompanha o movimento feito pela mídia e os veículos de comunicação tradicionais. Consolidar a presença digital é uma estratégia importante para a propagação das notícias, como visto por veículos como G1, Estadão e Folha de São Paulo, cuja presença digital é consolidada pela produção de conteúdo específico, adaptando às linguagens de cada plataforma.

Seguindo essa tendência, O FOCA NA TV diversifica sua presença digital para além do YouTube, e criou um perfil próprio no Instagram e Tik Tok, compartilhando os conteúdos produzidos para o YouTube, desenvolvendo materiais específicos para estas plataformas. Alinhada ao público-alvo das mídias digitais, a proposta é aproximar a população das práticas jornalísticas.

O treinamento de jornalistas na era do jornalismo móvel exige um conjunto diversificado de habilidades e competências que reflitam o cenário em evolução da mídia. À medida que o jornalismo móvel

(mojo) se torna cada vez mais predominante, os jornalistas precisam se adaptar às novas tecnologias e métodos de comunicação.

A alfabetização digital já é parte das gerações contemporâneas e para o jornalista a proficiência em tecnologia móvel torna-se cada vez mais essencial num contexto de jornalismo móvel e de convergência midiática. Os jornalistas devem ser hábeis em usar smartphones para criação de conteúdo, incluindo produção e edição de vídeo, bem como engajamento em mídias sociais, conforme apontam os autores (Sidiropoulos et al., 2019), que apontam os desafios e dificuldades enfrentados pelos jornalistas em cenários de *mojo* do mundo real. Eles analisam a eficácia de uma ferramenta de protótipo chamada *Mojo-mate*, projetada para auxiliar jornalistas em suas tarefas de reportagem.

Suas descobertas indicam que o suporte móvel e o treinamento influenciam significativamente as práticas jornalísticas e as atitudes dos futuros jornalistas em relação às novas tecnologias no cenário do jornalismo digital em rápida mudança. Seu artigo destaca a importância da adaptação às novas tecnologias no jornalismo e a necessidade de sistemas eficazes de treinamento e apoio para aprimorar as habilidades dos jornalistas em reportagens móveis.

A exigência das transformações tecnológicas atua diretamente no fazer jornalístico, pressionando a formação de novos profissionais e sua prática. Às habilidades de contar histórias soma-se a criação de conteúdo multimídia, domínio de equipamentos e aplicativos estatísticas da web em cada plataforma e suas métricas de engajamento com o público, de forma a adaptar seu conteúdo. Garantir ao novo profissional tais habilidades é um desafio para as universidades, que buscam formas de equipar laboratórios e equipamentos atualizados e qualificação docente para acompanhar tais demandas. É uma necessidade e um desafio para a formação profissional, e importa destacar o papel fundamental da universidade na formação do novo jornalista, que deve priorizar e garantir maior destaque para as habilidades tradicionais, que envolvem a investigação e checagem de informações, pesquisa e verificação criteriosa dos fatos e dados, além de conhecimento significativo sobre ética.

Em pesquisa sobre implantação de competências digitais nos currículos de jornalismo do Oriente Médio, destaca-se que as

habilidades necessárias para treinar jornalistas em jornalismo móvel incluem fotografia digital, engajamento do público nas mídias sociais, uso de análises e estatísticas da web, produção e edição de vídeos e trabalho com gráficos, conforme identificado pela pesquisa do Centro Internacional de Jornalismo (Mills et al., 2018).

Análise Semiótica

A análise do projeto "Foca na TV" pode ser enriquecida com a aplicação da semiótica de Charles Sanders Peirce, que oferece um arcabouço teórico robusto para a compreensão dos processos de significação no jornalismo móvel. A semiótica peirciana, com sua abordagem triádica do signo (representamen, objeto e interpretante), permite uma análise aprofundada de como as mensagens jornalísticas são construídas, transmitidas e interpretadas no contexto da comunicação móvel.

A Tríade de Peirce no Jornalismo Móvel

No contexto do "Foca na TV", o representamen (o signo em si) pode ser entendido como a própria reportagem produzida com o smartphone, incluindo seus elementos visuais (imagens, enquadramentos), sonoros (trilha, locuções) e textuais (legendas, GCs). O objeto (aquilo que o signo representa) é o acontecimento jornalístico em si, o fato que está sendo noticiado. Já o interpretante (o efeito que o signo produz na mente do intérprete) é a compreensão que o espectador constrói a partir da reportagem, influenciada por seus conhecimentos prévios, suas crenças e seus valores.

Primeiridade, Secundidade e Terceiridade

A semiótica de Peirce também se baseia em três categorias fenomenológicas: primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade está relacionada à qualidade, ao sentimento, àquilo que é o que é, sem referência a nada mais. No "Foca na TV", a primeiridade

pode ser associada à qualidade da imagem, à cor, à textura, aos elementos que causam uma primeira impressão no espectador. A secundidade diz respeito à relação, à ação, à reação, àquilo que é o que é em relação a um segundo. No jornalismo móvel, a secundidade se manifesta na relação entre a reportagem e o fato, na forma como a notícia se conecta com a realidade. A terceiridade, por sua vez, está ligada à lei, ao hábito, à convenção, àquilo que é o que é em relação a um terceiro. No contexto do projeto, a terceiridade se expressa nas convenções do telejornalismo, nos formatos, nas linguagens e nas narrativas que são utilizadas para contar as histórias.

Ícone, Índice e Símbolo

Outra contribuição fundamental de Peirce é a classificação dos signos em ícones, índices e símbolos. O ícone é um signo que se assemelha ao seu objeto (uma foto, um mapa). No "Foca na TV", as imagens captadas pelos smartphones funcionam como ícones, pois representam visualmente os acontecimentos. O índice é um signo que tem uma conexão física com o seu objeto (fumaça é índice de fogo). No jornalismo móvel, um exemplo de índice pode ser a imagem de uma rua alagada, que indica a ocorrência de uma enchente. O símbolo é um signo que se refere ao seu objeto por convenção (a palavra "cachorro" não tem nenhuma semelhança com o animal, mas nós a associamos a ele por convenção). No telejornalismo, os logotipos, as vinhetas e os GC's são exemplos de símbolos, pois seu significado é estabelecido por convenção.

A aplicação da semiótica de Peirce ao projeto "Foca na TV" permite uma análise mais aprofundada das escolhas editoriais e estéticas que são feitas na produção das reportagens, bem como dos efeitos de sentido que essas escolhas produzem nos espectadores. A compreensão desses processos de significação é fundamental para o aprimoramento da prática jornalística no contexto da comunicação móvel.

Considerações

Embora o foco no treinamento de jornalismo móvel seja essencial para a adaptação às demandas da mídia moderna, também é importante considerar as possíveis desvantagens, como o risco de dependência excessiva da tecnologia, que pode minar as habilidades jornalísticas tradicionais. Equilibrar esses aspectos será crucial para o futuro do ensino de jornalismo no Brasil.

Embora o foco nas habilidades técnicas seja fundamental, alguns argumentam que os valores fundamentais do jornalismo, como ética e pensamento crítico, não devem ser ofuscados pelos avanços tecnológicos. Equilibrar essas competências tradicionais com novas habilidades digitais é crucial para o desenvolvimento holístico dos futuros jornalistas.

O desafio do jornalismo perpassa vários aspectos nas transformações tecnológicas pelas quais avançamos. Financiamento das redações, identificação de público e suas demandas, captar atenção e garantir seguidores e compartilhamentos perpassam o desafio de domínio tecnológico e de plataformas e seus aplicativos.

Para o jornalista, o desafio de garantir identificar seu leitor e suas necessidades; captar seguidores e engajamento e manter sua atenção são questões tão emergentes quanto as exigências de multitarefas em multiplataformas. Navegar por dados, sites e aplicativos em redações cada vez mais enxutas e o tempo, cada vez mais restrito.

Para os cursos de jornalismo, o desafio continua sendo o de equipar laboratórios e qualificar os quadros docentes com a rapidez que, se nunca rivaliza com o mercado, possa ao menos fazer frente às exigências técnicas de formação das novas gerações. Qualificar docentes exige, neste rápido carrossel de transformações, estratégias para além da oferta de Pós-graduação que limitam vagas e engessam o tempo de pesquisa. Requer financiamento de pesquisa; novos laboratórios e políticas mais rápidas na sua modernização e novas estratégias de qualificação, com modelos de capacitação mais curtos e

rápidos numa oferta de cursos mais alinhada com as transformações tecnológicas.

Para os docentes, tais aspectos, podem iniciar novas leituras, caminhos e estratégias de formação garantindo sua relevância na formação de jornalistas que possam atuar de forma crítica em um mercado cada vez mais tecnológico. Garantir valores como ética, contextualização, visão crítica e capacidade de inovar é a técnica dos cursos de jornalismo ao longo da sua história.

Que as tecnologias abram portas para facilitar e otimizar tal vocação, garantindo ao jornalismo exercer sua função social de reportar a realidade. Trabalhar este caminho torna-se um desafio cada vez maior para empresas, academia e profissionais que atuam nesse contexto de profundas e rápidas transformações.

Referências

ERCAN Eren Ekin, 2018. "[O presente e o futuro da educação em jornalismo](https://ideas.repec.org/a/spr/qualqt/v52y2018i1d10.1007_s11135-017-0616-2.html)", *Quality & Quantity: International Journal of Methodology*, Springer, vol. 52(1), páginas 361-366, dezembro. Disponível em https://ideas.repec.org/a/spr/qualqt/v52y2018i1d10.1007_s11135-017-0616-2.html, pesquisa realizada em 12/05/2025.

CANAVILHAS, João; Satuf, Ivan. Jornalismo para dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo, Covilhã: Livros Labcom, pp. 179-198. ISBN: 978 989 654 230 6.

CANAVILHAS, João; PELLANDA, Eduardo; PIÑEIRO-NAVAL, Valeriano; NUNES, Ana Cecília B. Mobile phones in young people everyday life: case study with Portuguese and Brazilian students. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e35850, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.35850. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/35850>. Acesso em: 12 maio. 2025.

CANAVILHAS, João. Novas mídias, novo ecossistema. **Profissional da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 4, pág. 357–362, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015.jul.01. Disponível em: <https://revista.profissionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.jul.01>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

MILLS, A. ; Sanders, AK ; Hussain, S. 2018. Implementação de habilidades digitais em currículos de jornalismo e comunicação de massa: um censo de programas no Oriente Médio. 2018.

KATZENBERGER, V. (2024). Atenção à lacuna: repensando as habilidades digitais na educação jornalística na Alemanha. *Prática e Educação em Mídia*, 1–15. <https://doi.org/10.1080/25741136.2024.2435805>

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**, compilação em CD ROM. Indiana University. 2000

SIDIROPOULOS, E., Vryzas, N., Vrysis, L., Avraam, E., & Dimoulas, C. (2019). Growing Media Skills and Know-How In Situ: Technology-Enhanced Practices and Collaborative Support in Mobile News-Reporting. *Education Sciences*, 9(3), 173. <https://doi.org/10.3390/EDUCSCI9030173>.

A CENA LÍRICA NA CAPITAL DA SELVA: REVERBERAÇÕES SEMIÓTICAS NA CULTURA MANAUARA

La Escena Lírica en la Capital de la Selva: reverberaciones semióticas en la cultura manauara

Felipe Vlaxio

Mario Vlaxio

Resumo: Este trabalho se propõe como um estudo que busca rastrear os indícios de uma tradição operística em Manaus, no Amazonas. Parte, pois, do argumento de que a herança lírica da cidade remonta ao período da Belle Époque, movimento de influência francesa ocorrido entre o fim do século XIX e início do século XX, tanto em Manaus quanto em Belém, no Pará, que deflagrou impactos sobretudo na paisagem urbanística e sociabilidades locais. O principal objetivo do trabalho, nesta medida, formalizou-se em identificar as reverberações semióticas na evolução de uma semiosfera própria entre a lógica da ópera e a cultura manauara. Para tanto, utilizou-se o método do estudo de caso, sob uma abordagem semiótica — com enfoque particular em sua corrente soviética, que trata da cultura —, para empregar uma análise técnica a documentos e fontes bibliográficas que explorassem a trajetória da ópera em Manaus. Os resultados indicam que a semiosfera lírica reverbera seu lastro na cultura manauara há pelo menos 150 anos, e pode ser identificada nas traduções da presença operística em momentos-chave na história da cidade, como o da construção do Teatro Amazonas, ainda no século XIX, e a criação do Festival Amazonas de Ópera, em 1997. Infere-se, assim, que a cena lírica tem se reproduzido semioticamente no desenvolvimento social e urbano da capital amazonense, consolidando-se como uma tradição para a população que consome a ópera. É nesta evidência, portanto — a de tradição —, que se potencializa o argumento de uma cultura lírico-manauara.

Palavras-Chave: Ópera; Semiótica; Cultura; Amazônia; Manaus.

Resumen: Este estudio pretende rastrear los indicios de una tradición operística en Manaus, en el estado de Amazonas. Se basa en el argumento de que el patrimonio operístico de la ciudad se remonta al periodo de la Belle Époque, un movimiento de influencia francesa que tuvo lugar entre finales del siglo XIX y principios del XX, tanto en Manaus como en Belém, Pará, y que repercutió, sobre todo, en el paisaje urbano y en la sociabilidad local. El principal objetivo del trabajo, por tanto, fue identificar las reverberaciones semióticas en la evolución de una semiosfera propia entre la lógica de la ópera y la cultura de Manaus. Para ello, se utilizó el método de estudio de caso, bajo un enfoque semiótico — con especial atención a su corriente soviética, que trata de la cultura —, para emplear un análisis técnico de documentos y fuentes bibliográficas que exploraron la trayectoria de la ópera en Manaus. Los resultados indican que la semiosfera operística reverbera en la cultura de Manaus desde hace por lo menos 150 años, y puede identificarse en las traducciones de la presencia operística en momentos clave de la historia de la ciudad, como la construcción del Teatro Amazonas en el siglo XIX y la creación del Festival de Ópera de Amazonas en 1997. Por lo tanto, se puede inferir que la escena operística se ha reproducido semióticamente en el desarrollo social y urbano de la capital amazónica, consolidándose como una tradición para la población consumidora de ópera. Es en esta evidencia, por lo tanto — la de la tradición —, que se fortalece el argumento de una cultura operística de Manaus.

Palabras clave: Ópera; Semiótica; Cultura; Amazonia; Manaus.

Introdução

As questões tratadas neste capítulo se entrelaçam de forma a delinear um campo específico de investigação. O presente estudo concentra-se nos processos de produção de sentido manifestados no contexto da ópera e da cultura, analisados à luz do Festival Amazonas de Ópera, cuja origem seminal remonta à *Belle Époque* vivida em Manaus, período que deixou marcas profundas na configuração urbana e simbólica da cidade.

A relação entre o sentido cultural e o campo da Comunicação se mostra particularmente produtiva em uma interseção que permite criar uma base conceitual ampla para examinar tanto a ópera quanto os aspectos culturais que a envolvem, incluindo os desdobramentos históricos da *Belle Époque* e o papel atual do festival. Esses elementos se articulam e revelam uma dimensão investigativa que abrange as múltiplas traduções e ressignificações da tradição operística na cultura manauara.

A abordagem escolhida se ancora na Semiótica, a partir do Estudo de Caso, mas não se limita à análise de sistemas de signos. Isto porque o foco recai sobre a semiose enquanto processo cultural de sentidos, visível tanto em contextos históricos quanto contemporâneos. Assim, os fenômenos culturais são compreendidos em sua capacidade de transformação ao longo do tempo, o que requer uma perspectiva diacrônica para entender como determinadas práticas e significados são perpetuados em uma determinada semiosfera.

A *Belle Époque* representa aqui um marco para a herança operística de Manaus. Embora não seja o centro do estudo, este período é fundamental para compreender o cenário que possibilitou a emergência da tradição lírica na cidade. Essa época é um ponto de partida para observar como a ópera se incorporou às práticas culturais locais e, hoje, ainda reverbera em iniciativas como o Festival Amazonas de Ópera. O olhar diacrônico sobre esse passado revela camadas de significados que se perpetuam na atualidade.

A ópera e suas potencialidades de sentido

Desde suas origens no século XVII, segundo Kobbé (1997), a ópera ultrapassou seu conceito inicial de poesia cantada para tornar-se uma forma de espetáculo lírico. Seu consumo esteve frequentemente ligado a práticas sociais e culturais, especialmente entre as elites europeias, e, posteriormente, entre círculos culturais sofisticados, como os de Manaus, Belém e Rio de Janeiro no final do século XIX.

Adicionalmente, o emprego terminológico de “ópera lírica” costuma referir-se a um gênero com características melódicas particulares, mas que pode ser identificado a partir dos subgêneros como *opéra comique* e *grand opéra*. De acordo com Grout e Palisca (2001), a música lírica se caracteriza por melodias cativantes e expressivas. Tal definição também se aplica ao espetáculo operístico, no qual o lirismo se manifesta tanto na música quanto na construção narrativa. Em tradições como a italiana e a francesa, por exemplo, a palavra “lírica” se torna praticamente sinônimo de “ópera”.

A criação da ópera teve um propósito normativo: transmitir valores sociais, estéticos e morais por meio de representações artísticas. Desde suas primeiras manifestações, o gênero foi projetado para induzir padrões de comportamento e pensamento ao público, utilizando-se de recursos simbólicos para comunicar ideais. Conforme se expandiu pela Europa, a ópera evoluiu técnica, musical e cenicamente, consolidando-se como uma arte complexa e multifacetada.

Grande parte de seu êxito deve-se aos libretos, os textos cantados que estruturam as óperas. Dourado (2004) esclarece que, com linguagem poética, os libretos funcionam como espelhos simbólicos da realidade ou como portais para mundos imaginários. São construídos a partir de alegorias que, como nos romances e nos contos, conectam-se com a experiência emocional do público.

Cada componente da ópera (música, cenografia, figurinos, dramaturgia e assim por diante) é portador de significados. A interação entre esses elementos constrói uma linguagem particular, na qual cada aspecto contribui para a formação de sentidos. Assim, a ópera se insere em uma semiosfera específica e contribui para sua formação, deixando de ser um fenômeno marginal para se tornar parte integrante da cultura.

Esse movimento cultural de inserção e ressignificação fez com que a ópera passasse por inúmeras traduções ao longo da história, o que ocorreu inclusive em Manaus nos últimos 150 anos. Mudanças na estrutura, nos temas, nos cenários e figurinos revelam um processo contínuo de adaptação às condições locais e temporais, refletindo as transformações da própria sociedade que a acolhe.

No entendimento de Riding e Dunton-Downer (2006), a ópera é uma experiência profundamente emocional, na qual música, enredo e performance se unem para expressar sentimentos intensos. Essa carga emocional constitui uma de suas maiores forças semióticas, pois atinge o público em sua dimensão sensível, muitas vezes sem que se perceba a totalidade dos significados ali expressos. Por isso, a ópera se modificou para adequar-se aos sentidos do público, conforme pontua Vlxio (2024, p. 101), para quem, “[...] conforme as reformas foram ocorrendo [...], os compositores de ópera passaram a operar em detrimento da audiência, tentando compreender as demandas para supri-las simbolicamente nas novas composições”.

Coli (2003), por sua vez, destaca a complexidade da ópera ao evidenciar suas “impurezas”, isto é, a fusão de diferentes formas artísticas que impedem sua redução a uma estrutura formal pura. A compreensão da ópera exige, portanto, uma perspectiva cultural ampla, que reconhece como seus elementos são atravessados pelas práticas simbólicas da sociedade. Não se trata de uma arte isolada, mas de uma expressão moldada e contaminada por diversos referenciais advindos da própria cultura.

Ainda de acordo com o autor, não há um código único na ópera: cada obra deve ser compreendida a partir das relações internas que estabelecem os significados. Ao agregar pintura, música, teatro, dança e poesia, a ópera se torna uma arte híbrida, comparável à criatura de Frankenstein, composta por partes distintas que, juntas, formam uma unidade singular. Essa fusão de linguagens levou o notório compositor alemão Richard Wagner (1813–1883) a definir a ópera como uma *Gesamtkunstwerk*, a obra de arte total, cuja totalidade é maior que a soma de suas partes (Kuhn, 2000). Além disso, seu caráter dramatúrgico amplia ainda mais seu alcance

simbólico. Acerca disso, Donington (1981) destaca que a encenação operística, especialmente nas óperas wagnerianas, buscava provocar experiências espirituais e visuais intensas, utilizando-se de imagens e elementos visuais que transcendiam a literalidade do texto. Desde suas origens, a ópera tem mobilizado simbologias e alegorias que atuam sobre o público em nível sensorial e emocional. Mesmo que os criadores tenham objetivos claros de comunicação, os espectadores inevitavelmente interpretam a obra de maneira pessoal, mediada por suas próprias experiências e conhecimentos prévios. Assim, a recepção é sempre um campo aberto à imprevisibilidade. A ópera, nesse sentido, toca os sentimentos humanos em profundidade. Trata das emoções mais evidentes, como o amor e a bravura, mas também evoca os impulsos mais obscuros, como a ambição, o medo e a morte. Essa amplitude emocional a torna capaz de operar simultaneamente em planos conscientes e inconscientes, o que acentua sua capacidade de significar.

Nesse esquema, a semiótica operística, como processo simbólico, incorpora elementos sensoriais organizados para provocar respostas afetivas e cognitivas. Historicamente, a ópera passou de uma arte elitista, inspirada nas tragédias gregas, para formas populares de expressão, que chegaram às praças e teatros populares. Nessas adaptações, o gênero acolheu humor, improvisado e elementos do cotidiano, ampliando seu alcance e transformando sua linguagem. Santiago e Vlaxio (2022) sintetizam que há de haver uma troca constante de símbolos entre ópera e público, que se retroalimentam em um ciclo contínuo. Essa troca revela como a ópera também é moldada pelas expectativas sociais e culturais da audiência. E, nesse fluxo simbólico, a ópera não apenas oferece significados ao público, mas também os absorve, adaptando-se às sensibilidades e valores daqueles que a consomem.

Reverberações semióticas da lírica na cultura manauara

O impulso modernizador que tomou conta de Manaus no período da *Belle Époque*, entre o final do século XIX e início do século XX, foi motivado, sobretudo, pelo desejo de uma elite econômica

recém-enriquecida em projetar a cidade como símbolo de civilidade e progresso. Esse ideal referia-se a transformar a capital da selva em um cenário que refletisse os códigos de elegância europeus. No entanto, esse processo urbanístico, estético e social não foi neutro, pois implicava também um projeto de higienização simbólica, em que as marcas culturais e étnicas da maioria da população eram sistematicamente silenciadas ou relegadas às margens da identidade da cidade.

Antes da eclosão do ciclo da borracha, “na área urbana de Manaus, conviviam ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços” (Dias, 2019, p. 29). Essa diversidade, no entanto, passou a ser vista como um entrave ao projeto civilizatório defendido pelas elites. Ainda segundo a autora, havia, no tecido urbano, uma convivência entre grupos sociais distintos, o que para os olhos da elite era um sinal de desordem e atraso. Por isso, a modernização arquitetônica vinha acompanhada de uma tentativa de disciplinar comportamentos e aparências: “embelezar” significava, nesse contexto, apagar a floresta e branquear a cidade.

Nesse cenário, a ópera e o Teatro Amazonas emergem como dispositivos simbólicos fundamentais. Mais do que um espaço de entretenimento, o teatro representava uma vitrine da sofisticação almejada pelas elites, um templo da “alta cultura” importada. Rossi (2015) aponta que o Teatro Amazonas se tornou um dos principais ícones da opulência do ciclo da borracha. As vestimentas espessas usadas por seu público, claramente incompatíveis com o clima amazônico, os protocolos de linguagem herdados da França e a arquitetura em estilo renascentista eram formas de performar o pertencimento a uma Europa imaginada, em uma tentativa de reforçar a ilusão da “Paris dos Trópicos”.

A formação da cultura manauara, portanto, não pode ser dissociada dessas tensões entre o caboclo e o europeu, entre o indígena e o burguês, entre o regional e o importado. A semiosfera da cidade, em termos lotmanianos (Lotman, 1996), se constituiu justamente na confluência desses sistemas simbólicos divergentes. A tentativa de apagamento do traço caboclo gerou resistências, mas

também hibridizações, que resultaram em uma identidade cultural multifacetada, construída por justaposição, imposição e negociação.

Compreender como se configura a cultura manauara exige considerar o processo histórico em que diferentes códigos culturais se sobrepuseram e se tensionaram no espaço urbano da cidade. Segundo Santos Júnior (2007), a elite local recodificou os signos da cultura europeia para criar uma estética diferenciada na cidade, não apenas em termos de arquitetura, mas também nos modos de vida e nas práticas simbólicas. As transformações urbanas promovidas nesse período visavam ao domínio sobre a natureza e sobre os corpos, com o objetivo de construir uma narrativa de progresso.

O Teatro Amazonas torna-se, nesse contexto, um símbolo máximo das reverberações semióticas da modernização seletiva. Tratava-se não apenas um edifício: era um texto visual, um artefato semiótico carregado de significados que ultrapassam sua função arquitetônica. Sua construção respondia à pressão da elite por um espaço que legitimasse seus modos de ver e representar a cidade. Era necessário um palco para performar a civilidade, e a ópera, com toda sua carga simbólica, cumpria essa função.

A participação da classe trabalhadora nesse processo, no entanto, é central para entender a formação da semiosfera local. Ainda que os espetáculos fossem idealizados para um público seletivo, eram também os trabalhadores que viabilizavam sua realização, não apenas como força de trabalho, mas também como público das fileiras mais acessíveis, ainda que vigiado pelos olhos da elite e da imprensa. Sobre esse aspecto, Páscoa (2009) esclarece que a chegada das companhias líricas à cidade ocorreu antes mesmo da construção do Teatro Amazonas, o que indica que a prática operística antecede sua monumentalização e se vincula, de maneira mais profunda, à experiência urbana de Manaus.

As primeiras récita ocorreram no Eden-Theatro, espaço mais modesto que funcionou como um laboratório simbólico para testar o gosto do público. O sucesso dessas primeiras experiências confirmou à elite a viabilidade do empreendimento e reforçou a pressão pela construção de um teatro de maior porte. Essa sequência histórica mostra que a ópera em Manaus não foi uma simples cópia do modelo europeu,

mas um fenômeno adaptado às condições locais (ver Quadro 1), nutrido pelas relações entre diferentes grupos sociais.

Quadro 1 – Evidências líricas na semiosfera da cultura manauara

<i>EVIDÊNCIAS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>EXEMPLO OU MANIFESTAÇÃO</i>
Urbanização estetizante	Adoção de padrões europeus de arquitetura e infraestrutura urbana, articulados como símbolos de civilidade.	Calçamento emborrachado ao redor do Teatro Amazonas.
Encenação de identidade elitista	Uso da ópera como palco de distinção social, refletindo os gostos e hábitos da elite econômica.	Presença da elite nos espetáculos e protocolo de vestimenta europeia.
Invisibilização cultural indígena	Tentativa de suprimir signos da identidade cabocla para valorizar um modelo estético europeu.	Ausência de referências indígenas no repertório das óperas encenadas.
Hibridismo cultural	Convivência tensa entre códigos simbólicos indígenas e estrangeiros, que gera uma identidade cultural híbrida.	Mistura de linguagens estéticas no entorno urbano e nas práticas sociais.
Monumentalização do teatro	O Teatro Amazonas como signo urbano de civilização e símbolo da cidade, com função social que vai além da atividade teatral.	Cartão-postal da cidade e sede do Festival Amazonas de Ópera.
Popularização seletiva da ópera	Democratização parcial do acesso à ópera, embora ainda marcada por distinções econômicas e sociais.	Tradução dos libretos projetada ao público; preços variados de ingresso.
Ressignificação contemporânea	O teatro e a ópera ganham novas funções culturais, políticas e simbólicas, sendo apropriados pela população em diferentes contextos.	Realização de eventos diversos no Teatro Amazonas; expansão para outros centros culturais.

Formação de tradição local	Consolidação de uma memória coletiva ligada à ópera como parte da história e identidade cultural manauara.	Continuidade do Festival Amazonas de Ópera por mais de duas décadas.
----------------------------	--	--

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Essas reverberações semióticas, mostradas nas evidências apresentadas no Quadro 1, revelam como a ópera não apenas ecoou pela cidade como um gênero artístico europeu, mas foi incorporada à semiosfera manauara com significados que extrapolam a arte. O Teatro Amazonas, por exemplo, mostrou-se um catalisador de sentidos: símbolo do progresso, palco de distinção, e, mais recentemente, espaço de democratização cultural e reconstrução identitária. Transcende sua função inicial como casa de espetáculos para se afirmar como símbolo urbano transgeracional. Idealizado durante a *Belle Époque*, o teatro nasceu como uma resposta às pressões da elite por um espaço que refletisse os ideais europeus de civilidade e bom gosto. Entretanto, o tempo tratou de ressignificar esse monumento: da ostentação ao patrimônio, da exclusividade ao pertencimento. Hoje, o prédio carrega consigo camadas de sentido que foram se sedimentando na memória coletiva dos manauaras.

Durante sua construção, marcada por longas interrupções, o Teatro Amazonas chegou a servir de campo para jogos improvisados e festas domésticas. Segundo Rossi (2015), mesmo antes de cumprir sua função “elevada” de centro cultural da elite, o espaço foi apropriado informalmente. Esses usos desviantes já antecipavam o destino plural que o edifício teria ao longo das décadas seguintes. Por isso, mais do que sede da ópera, o teatro é hoje um signo polifônico da cidade.

Quanto a isso, Daou (2014, p. 196) observa que os primeiros anos de funcionamento do teatro foram cruciais para firmar a tradição lírica na cidade. Ainda que nem todas as récitas fossem óperas no sentido mais estrito, o período de 1897 a 1907 foi responsável por instaurar uma prática e uma estética que passariam a compor o repertório simbólico da cultura manauara. A ópera, nesse caso, não apenas entretinha, mas fundava hábitos, moldava públicos e inscrevia

códigos de distinção social que permanecem, ainda que ressignificados, no presente.

O Festival Amazonas de Ópera, surgido em 1997, surge como um gesto de resgate lírico que reconecta a cidade com essa tradição. O evento anual não apenas reativa a memória da *Belle Époque*, mas insere Manaus no circuito contemporâneo da produção operística. Nesse novo contexto, a ópera deixa de ser um privilégio de casta e passa a integrar o esforço público de democratização da cultura. Ao sediar o festival, o Teatro Amazonas se transforma novamente: de monumento elitista para espaço de convívio cultural ampliado.

Considerações finais

Diante dessas camadas, pensar uma ecossemiótica na Amazônia consiste em admitir que os signos que compõem a cultura local não estão isolados de seu entorno ecológico, e nisto se pode incluir, portanto, o fenômeno operístico tal como observado no desenvolvimento da cultura manauara nos últimos 150 anos. A própria construção simbólica da cidade de Manaus dialoga constantemente com a floresta que a envolve. O Teatro Amazonas, erguido em pleno coração da floresta tropical, sintetiza esse paradoxo: um edifício monumental de estilo europeu implantado em um ambiente natural de intensa biodiversidade. Essa justaposição, longe de ser harmônica, revela uma tensão semiótica constante entre o desejo de domar a natureza e a impossibilidade de apagar sua presença exuberante, uma tensão que se transforma em elemento constitutivo da identidade manauara.

No contexto amazônico, os signos culturais não se dissociam do clima, dos ciclos da chuva, das cores da vegetação, do cheiro da terra molhada ou do som dos rios. A floresta interfere nas práticas sociais e culturais de maneira profunda, e os sentidos produzidos na cidade carregam as marcas dessa interferência. A própria logística dos espetáculos líricos, por exemplo, é atravessada por questões ambientais: no período da *Belle Époque*, o barulho das charretes sobre o piso de ladrilhos motivou a adoção de um calçamento de borracha ao

redor do Teatro Amazonas, revelando como a configuração urbana, na sua materialidade, exigia adaptações nos códigos culturais importados. Essa resposta sensível às condições locais é uma forma de semiose ecológica, uma negociação simbólica com o meio.

Além disso, a diversidade cultural que caracteriza a população da Amazônia, composta por indígenas, ribeirinhos, imigrantes e caboclos, também é reflexo da diversidade ecológica da região. A semiosfera amazônica, portanto, não se configura apenas por signos humanos, mas por um ecossistema de sentidos em que natureza e cultura se retroalimentam, produzindo reverberações signícas. E a ópera, inserida nesse contexto, assume um novo papel: não mais como simples expressão de um cânone europeu, mas como linguagem que pode ser apropriada, ressignificada e reterritorializada. Desse modo, as reverberações semióticas na cultura da cidade de Manaus, ou ainda uma ecossemiótica manauara, revela-se como um campo fértil para compreender como os discursos sobre civilidade, progresso e identidade são afetados em um espaço onde a floresta insiste em se impor como anfitriã máxima de todos estes fenômenos.

Referências

COLI, Jorge. **A paixão segundo a ópera**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2003. 138 p. (Debates, 289).

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX–XX. Rio de Janeiro: Rio Books/FAPERJ, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus, 1890–1920. 3. ed. Manaus: Valer, 2019.

DONINGTON, Robert. **The rise of opera**. Londres: Faber and Faber Limited, 1981.

DOURADO, Henrique Autran. **Dicionário de termos e expressões da música**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GROUT, Donald J.; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2001.

KOBBÉ, Gustave. Parte I: antes de 1800. In: HAREWOOD, Conde de (ed.). **Kobbé – o livro definitivo da ópera**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 934 p.

KUHN, Laura (ed.). **Baker's dictionary of opera**. Nova York: Schirmer Books, 2000.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I – semiótica de la cultura e del texto**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

PÁSCOA, Márcio. **Ópera em Manaus**. Manaus: Valer, 2009.

RIDING, Alan; DUNTON-DOWNER, Leslie. **Opera**. Londres: Studio Cactus LTD, 2006. (Eyewitness companions).

ROSSI, Marina. O palco da 'Paris dos Trópicos' já foi campo de pelada. **El País**, Manaus, 28 jul. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/14/elviajero/1436904586_835058.html. Acesso em: 11 mar. 2025.

SANTIAGO, Natália Nunes; VLAXIO, Felipe. Mise-en-scène da opera manauara: a representação simbólica na cenografia dos espetáculos líricos da cidade de Manaus. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA (SISCULTURA), 5., 2022, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: UFAM/PPGSCA, 2022. p. 963–975.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Manaus da Belle Époque: um cotidiano de tensão, a utopia da modernidade na cidade disciplinar, 1890–1920. **Cadernos de História**, Ouro Preto, ano 2, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/cadernosdehistoria/article/view/5795>. Acesso em: 11 mar. 2025.

VLAXIO, Felipe. **A ópera na floresta**: traduções de uma cultura lírico-manauara. 2024. 275f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/274913>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Alencar das Neves Brilhante

Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia. Professor do curso de Direito da Faculdade Fimca-Unicentro. E-mail: alencar.brilhante@tjro.jus.br.

Amanda Santos de Oliveira

Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM/UFPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade – Consia (CNPq/UFPA). E-mail: amsantosd@gmail.com.

Ana Lúcia Montel da Silva

Formada em jornalismo pela UFRR e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR. Diretora do coletivo Resistir Produções RR. E-mail: analuciasilvamoncel87@gmail.com.

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Doutora em Antropologia (PPGA/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) e da Faculdade de Comunicação (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade – Consia (CNPq/UFPA). E-mail: mcorral@ufpa.br.

Beatriz Silva Goes

Doutoranda em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com bolsa CAPES. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com pesquisa financiada pela FAPEAM. Email: beatrizgoes@ufrj.br.

Bruno Pompeu

Publicitário, semioticista e escritor. Professor e coordenador do curso de Publicidade e Propaganda da Escola de Comunicações e Artes e professor pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP e PPGCOM-USP). Secretário geral da Federação Latino-americana de Semiótica (FELS). Membro do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (GESC3) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade (ABP2). Organizador do livro “Semiótica da comunicação: novas perspectivas sobre mídias e linguagens”, editado pela Associação Internacional de Estudos Semióticos (IASS), autor das obras “Publicidade: uma biografia”, “De onde veio, onde está e para onde vai a publicidade?”, “Semiopublicidade: inovação no ensino”, entre outras. Sócio-fundador da Casa Semio. E-mail: brunopompeu@usp.br.

Camila Barbosa Oliveira

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo. Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC-UFAM).

Camila Costa

Jornalista graduada pelo CJOR/UFRR, monitora de Telejornalismo II em 2021 e 2022.

Clotilde Perez

Professora titular de Publicidade e Semiótica da ECA - USP (2017). Bolsista Produtividade CNPq. Livre-docente em Ciências da Comunicação pela ECA - USP (2007). Pós-doutora em Design Thinking pela Stanford University (2013). Pós-Doutora em Comunicação pela Universidad de Murcia, España, com bolsa da Fundación Carolina (2009). Pós-doutora pela Universidade Católica Portuguesa, Porto (2011). Presidente da FELS - Federación Latino-americana de Semiótica (2024-2028). Diretora da Escola de Comunicações e Artes -USP. E-mail: cloperez@usp.br.

Felipe Vlaxio Lopes

Professor adjunto na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM), doutor em Comunicação pelo PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e mestre em

Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM. É pesquisador no Mediação – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Complexidade e Culturas. E-mail: felipevlaxio@ufam.edu.br.

Flavia Iglori Gonsales

Professora na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, mestre e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Autora de uma série de artigos sobre marca, branding e comunicação visual marcária, atualmente se dedica ao Projeto de Pesquisa “Marcas da Amazônia: estratégias, criação e comunicação”, onde investiga o uso de signos visuais da Marca Amazônia na construção da identidade e na comunicação publicitária de marcas originalmente amazônicas ou não. E-mail: f.gonsales@ufpa.br.

Hannah Costa Pinheiro

Graduada em Design Gráfico pelo Centro Universitário do Norte. Pesquisadora do projeto “Pesquisa e desenvolvimento para construção do pensamento diagramático das linguagens da comunicação na cultura, financiado pela FAPEAM. Email: hcostapinheiro@gmail.com.

Isabella Castro Fernandes

Mestranda em área de comunicação, territorialidades e saberes amazônicos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação/PPGCOM-UFRR. E-mail: cades.isa@gmail.com.

Ítala Clay de Oliveira Freitas

Doutorado em Comunicação e Semiótica: Signo e Significação nas Mídias (PUC-SP). Mestrado em Comunicação e Semiótica: Artes (PUC-SP). Estágio pós-doutoral em Psicologia (UFAM). Especialização em Voz Profissional: abordagem multidisciplinar (UNYLEYA-RJ). Docente da Faculdade de Informação e Comunicação (UFAM). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação – UFAM. Vice-líder do Mediação: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Complexidade e Culturas.

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Professor Adjunto do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR. Coordena o Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual. E-mail: jtarcisiofilho@gmail.com.

Letícia Kellen

Aluna da Disciplina de Telejornalismo 2 (2024.2) da UFRR.

Loredana Kotinski

Professora convidada do MBA em ESG da UniNassau. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia. Email: loredanakotinski@gmail.com

Luan Correia

Aluno da Disciplina de Telejornalismo 2 (2024.2) da UFRR.

Luciano Rodrigues

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima, repórter e apresentador da Rede Amazônica de Televisão e apresentador da CBN Amazônia Boa Vista. E-mail: lcdeabreurr@gmail.com.

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos

Pós-Doutor em Comunicação e Consumo pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do curso de Publicidade e Propaganda da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Participante do Grupo de Pesquisa Narramazônia. Líder do Grupo de Pesquisa em Propaganda e Publicidade - Grupp. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2449524316115443>. E-mail: lzezar@ufpa.br.

Manuela do Corral Vieira

Doutora em Antropologia (PPGA/UFGA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFGA) e da Faculdade de Comunicação (UFGA). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade – Consia (CNPq/UFGA). E-mail: mcorral@ufpa.br.

Mario André Vlaxio Lopes

Doutorando e mestre em Letras e Artes pelo PPGLA da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e bacharel em Música pela Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT/UEA). Foi professor substituto no Curso de Música da Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas (FAARTES/UFAM). Interesse de pesquisa em instrumentos de cordas dedilhadas do século XVIII, transcrições musicológicas e performance musical. Bolsista Capes. E-mail: mario.vlaxio@outlook.com.

Maurício Elias Zouein

Professor Associado do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Semiótica a Amazônia e da Rede de Pesquisadores em Comunicação e Semiótica na Amazônia. Publicou uma série de artigos sobre semiótica, é autor do livro “A Ideia de Civilização nas Imagens da Amazônia 1865 - 1908”. Membro da Federação Latino-Americana de Semiótica (FELS) e da Associação Brasileira de Estudos Semióticos (ABES). E-mail: zoueinpesquisa@gmail.com.

Milton Chamarelli Filho

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (Nups/UFRR).

Mirna Feitoza Pereira

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e professora associada da Universidade Federal do Amazonas. É líder do Mediação Grupo de Pesquisa em Comunicação, Complexidade e Culturas. É organizadora e autora de "Mapa do jogo: a diversidade cultura dos games" e de "Linguagens e Comunicação na Amazônia", entre outros. E-mail: mirnafeitoza@ufam.edu.br.

Pedro Russi

Docente de la Udelar/CENUR-LN Uruguay. Doctor y Magister en Comunicación; Postdoctorado en Filosofía (Grupo Estudios Peirceanos); Licenciado en Educación. Investigador del Sistema Nacional de Investigadores SNI/ANII-Uruguay. Coordinador del Grupo METICS (Modos Epistemológicos, Teorías Interdependientes y Complejidad Social), director del CISECO (Centro Internacional de Semiótica y Comunicación). Integrante del NUPS/UFRB-Brasil. pedrorussi@gmail.com.

Rodolfo Silva Marques

Professor-Adjunto da Universidade da Amazônia (Unama), desde 2007, e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), desde 2003. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e em Jornalismo pela Unama. MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Jornalismo Digital pela Unyleya, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA). Participante do Grupo de Pesquisa Narramazônia. Integrante do Grupo de Pesquisa em Propaganda e Publicidade - Grupp. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7865990074375419>. E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

Sandra Maria de Moraes Gomes

Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (CJOR/UFRB), coordenadora do Projeto de Extensão FOCA na TV (Processo No. 23.129.017.531/2020-59, Decisão No. 052/2021 CEXT/CEPE/UFRB).

Vângela Maria Isidoro de Moraes

Professora associada do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB. Doutora em Sociologia pelo PPGS-UFC, mestre em Comunicação pela ECA-USP. É coordenadora do projeto de Extensão Somos Migrantes e do projeto de pesquisa Comunicadores indígenas e

territorialidades amazônicas. Integra, dentre outros, o Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (Nups/UFRR) e grupo Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia. É autora do livro “Filhos de Deus e netos de Makunaima: apropriações do catolicismo em terras Makuxi”. E-mail: vangela.morais7@gmail.com.

Vitória Melo Galvão

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM/UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade – Consia (CNPq/UFPA). E-mail: vitoriamelogalvao@gmail.com.